

BRASIL, O BRASIL, AS AMÉRICAS E O MUNDO SEGUNDO A OPINIÃO DO PÚBLICO E DOS LÍDERES

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS | UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO — CEBRAP

O BRASIL, AS AMÉRICAS E O MUNDO
SEGUNDO A OPINIÃO DO PÚBLICO E DOS LÍDERES
2010/2011 – 2014/201


O BRASIL, AS AMÉRICAS E O MUNDO

SEGUNDO A OPINIÃO DO PÚBLICO E DOS LÍDERES

2010/2011 – 2014/201

 Instituto de Relações Internacionais

 Universidade de São Paulo

 **CEBRAP** Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

EQUIPE

PESQUISADORES PRINCIPAIS

Feliciano Sá Guimarães, Instituto de Relações Internacionais, USP
Ivan Felipe Lopes Fernandes, Universidade Federal do ABC
Janina Onuki, Instituto de Relações Internacionais, USP
Leando Piquet Carneiro, Instituto de Relações Internacionais, USP
Maria Herminia Tavares de Almeida, CEBRAP (coordenadora)

BOLSISTAS

Amira Ferraboli
Camila Schipper
Dan Novachi
Ester Borges
Julia Yuri Okamoto
Matheus Rogatis
Meilian Higa
Raphael Olivera

APOIO



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Projeto temático 2013/04495-4

REVISÃO TÉCNICA

Suzana Verissimo

APRESENTAMOS AQUI DADOS DO LEVANTAMENTO da opinião do público e das lideranças nacionais sobre questões internacionais, a posição do país no mundo e as orientações e estratégias da política externa brasileira.

Nosso propósito é essencialmente descritivo: mostrar os resultados da sondagem feita em 2014 (público) e 2015–2016 (lideranças), comparando-os com o levantamento anterior, realizado em 2010–2011, de forma ordenada e inteligível.

Ao fazê-lo, porém, fomos movidos por uma questão analítica e empírica que ocupa lugar importante na discussão internacional sobre opinião pública, política internacional e política externa: a existência ou não, e em que grau, de coerência e estabilidade nas representações do grande público sobre assuntos relativamente distantes de sua experiência cotidiana.

Existe um longo debate na literatura que trata de opinião pública sobre a coerência, consistência e estabilidade das opiniões do público com relação a temas internacionais. De um lado, alinham-se os adeptos do chamado consenso Almond-Lippmann, predominante na literatura norte-americana até os anos 1980, que insistiam que a opinião pública sobre política internacional era incoerente, desestruturada e volátil, não oferecendo, assim, bases sólidas para uma ação internacional coerente. De outro, seus críticos, lastreados em sólida pesquisa empírica, que afirmavam haver coerência, estabilidade e padrão nas opiniões do grande público¹.

1 Ver, especialmente, Holsti, Ole, “Public Opinion and Foreign Policy: Challenges to the Almond-Lippmann Consensus”. 1992. *International Studies Quarterly*, v. 36 (December):439-466. (JSTOR)

– Page, Benjamin; Shapiro, Robert. “Foreign Policy and the Rational Public”. *Journal of Conflict Resolution*, v. 32, n. 2, p. 211-247, jun.1988.

– Wittkopf, Eugene R. Wittkopf. “What Americans really think about foreign policy”. *The Washington Quarterly*, v. 19, n. 3, verão 1996.

– Hurwitz, J.; Peffley, M. “How are Foreign Policy Attitudes Structured? A Hierarchical Model”. *American Political Science Review*, v. 81, n. 4, p. 1099-1120, 1987.

Para começar a responder a essa questão, segmentamos os respondentes em duas categorias: o público interessado e informado sobre assuntos internacionais (PII) e o público desinteressado e desinformado (PDD). Usamos, para tanto, duas perguntas-filtro: o interesse declarado em temas internacionais e a capacidade de reconhecer a sigla da Organização das Nações Unidas (ONU). Com esses filtros, 464 entrevistados classificaram-se no primeiro grupo e 1.377, no segundo. A comparação entre respostas de cada grupo nos fornece uma primeira aproximação – ainda grosseira – ao tema da coerência. Se o sentido das respostas for o mesmo nos dois grupos, podemos afirmar a existência de padrões discerníveis.

Por outro lado, os resultados da pesquisa de 2014 são comparados com aqueles obtidos na primeira onda de 2010. Essa comparação nos permite aferir a existência de estabilidade nas respostas, esperável, uma vez que estamos tentando captar representações e atitudes, e não apenas opiniões contingentes. Em virtude de mudanças realizadas no questionário, por decisão da coordenação internacional do projeto, a comparação nem sempre foi possível.

Brasil, as Américas e o Mundo é parte do projeto colaborativo *Las Américas y el Mundo*, capitaneado por pesquisadores do Centro de Investigación y Docencia Económicas – Cide (México) – e realizado por uma rede de instituições acadêmicas do continente americano. Seu propósito é estudar, de forma sistemática e periódica, a opinião pública da região com relação a temas centrais de política externa e relações internacionais. Consiste em uma pesquisa de opinião por questionário, que colhe informações sobre opiniões, atitudes, crenças, interesses, aspirações e valores de lideranças e cidadãos comuns sobre suas relações com o mundo. Pesquisa de tipo painel, ela tem sido replicada periodicamente, de forma a captar a permanência ou mudança de percepções, atitudes e valores com respeito aos temas internacionais nas Américas.

Na edição de 2014–2015, participaram, além do Cide (México) e do IRI-USP e Cebrap (Brasil), equipes de pesquisadores da Universidad de Los Andes (Colômbia), Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Flacso (Equador) –, do Instituto de Opinión Pública y la Escuela de Gobierno da Pontificia Universidad Católica de Peru (Peru) e da Universidad de San Andrés (Argentina).

Em todos os países, foi aplicado um questionário comum com 13 áreas temáticas: interesse por temas internacionais; contato com o exterior; identidade; cultura política; política externa e desempenho governamental;

segurança; economia internacional; migração; regras e organizações internacionais; América Latina, Estados Unidos e outras regiões e países do mundo; direitos humanos. Além do núcleo de perguntas compartilhado, as equipes nacionais puderam acrescentar perguntas específicas para cada país.

No Brasil, os questionários foram aplicados a uma amostra intencional de 120 líderes políticos e sociais e a uma amostra aleatória, de 1.881 entrevistados, representativa da população urbana brasileira, entre o final de 2010 e 2011. Sua aplicação foi realizada pelo *Instituto Olhar – Pesquisa e Informação Estratégica* (www.institutoolhar.com.br), que não é responsável pela interpretação dos dados, realizada pelos pesquisadores do IRI-USP e do Cebrap.

A realização da pesquisa no Brasil foi possível graças ao apoio da Fapesp (Proc.2010/06356-3), que assegurou recursos para o estudo das opiniões do público e dos líderes.

CAPÍTULO 1

Os brasileiros e o mundo: contato, conhecimento, informação e interesse

CONTATO E CONHECIMENTO

Esta pesquisa parte da premissa de que o grau de exposição e contato das pessoas com a realidade internacional pode afetar suas atitudes, opiniões, preferências e comportamentos com respeito a uma ampla gama de atores, temas e problemas que conformam a agenda global e de política exterior. Muito provavelmente, aqueles que possuem uma vasta rede de vínculos frequentes com o exterior se mostram mais interessados, abertos e participativos em assuntos internacionais do que aqueles que se encontram isolados do contexto externo².

Tendo isso em vista, o presente capítulo dedica-se a analisar em que grau se dá o contato dos brasileiros com o exterior; quais são os principais canais pelos quais se relacionam e se vinculam com o que ocorre fora do país; e que tipos de conexões mantêm com pessoas e atores estrangeiros. Com o objetivo de recolher informações a respeito, os questionários incluíram perguntas sobre contatos diretos (viagens internacionais e residência no exterior) e indiretos (familiares residentes no exterior, relação com estrangeiros no Brasil, conhecimento de idiomas estrangeiros etc.).

A primeira observação é que, nos últimos anos, os níveis de contato direto e indireto com o exterior aumentaram – ou seja, os brasileiros estão mais conectados com o mundo do que estavam em 2010. Como pode ser verificado nos gráficos a seguir, ainda que a imensa maioria dos brasileiros nunca tenha tido contato direto com o exterior (em 2010, somente 3,8% do público desinformado e desinteressado (PDD) e 11,2% do público informado e interessado (PII) já haviam saído alguma vez para fora do Brasil), a situação tende a se modificar. Em 2014, 9,8% do PDD e 20,6% do PII declararam já ter viajado ao exterior.

2 Relatório *México, las Américas y el Mundo 2004-2014: Diez años de opinión pública y política exterior*.

GRÁFICO 1.1.1: Quantas vezes o(a) sr.(a) já viajou para fora do Brasil? PDD, 2010

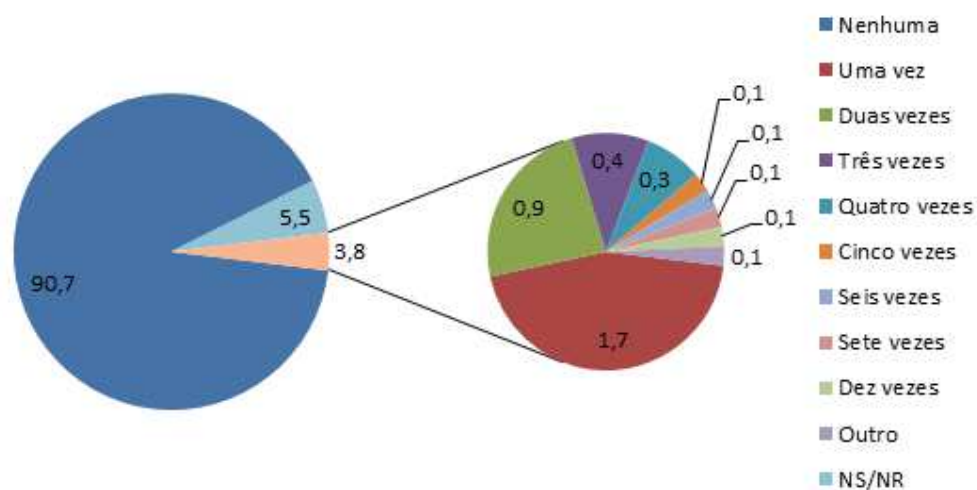


GRÁFICO 1.1.2: Quantas vezes o(a) sr.(a) já viajou para fora do Brasil? PDD, 2014

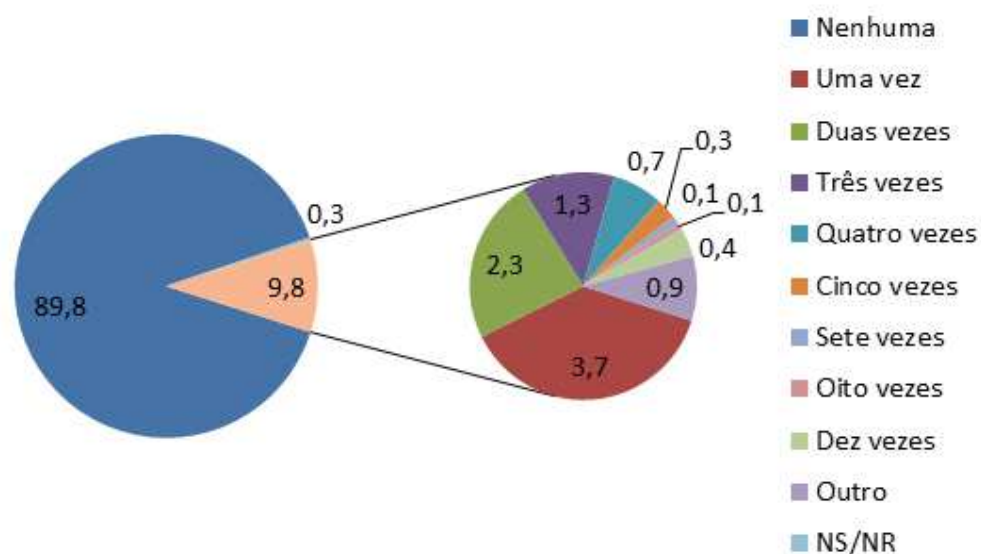


GRÁFICO 1.1.3: Quantas vezes o(a) sr.(a) já viajou para fora do Brasil? PII, 2010

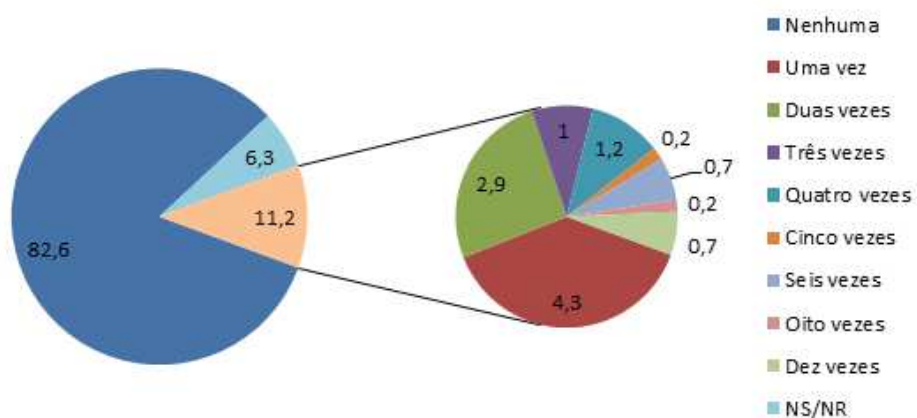
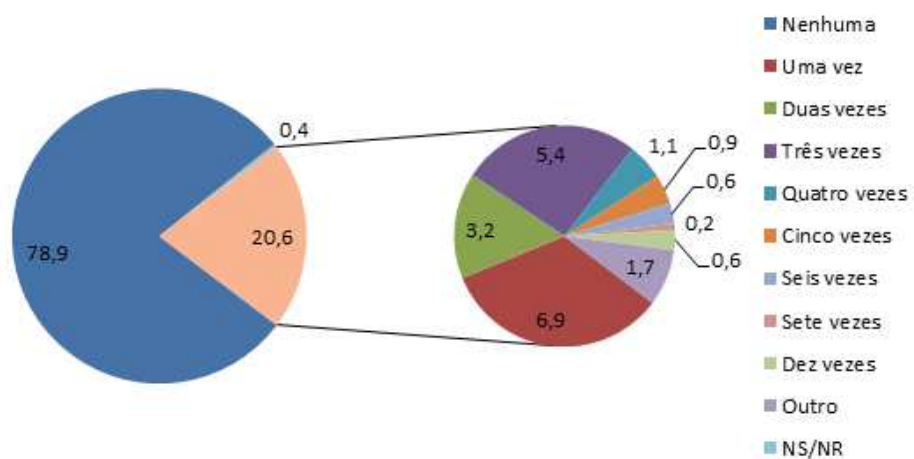


GRÁFICO 1.1.4: Quantas vezes o(a) sr.(a) já viajou para fora do Brasil? PII, 2014



Outra dimensão do grau de contato direto e exposição internacional das pessoas é a experiência de haver vivido em outro país. Quando se mede esta variável, observa-se que, em 2014, apenas 2,3% do PDD e 4,7% do PII haviam morado no exterior, sendo que 55,8% dos primeiros e 49,8% dos últimos afirmaram que não se mudariam para o exterior, caso pudessem fazê-lo.

GRÁFICO 1.1.5: O(a) sr.(a) já morou em outro país?

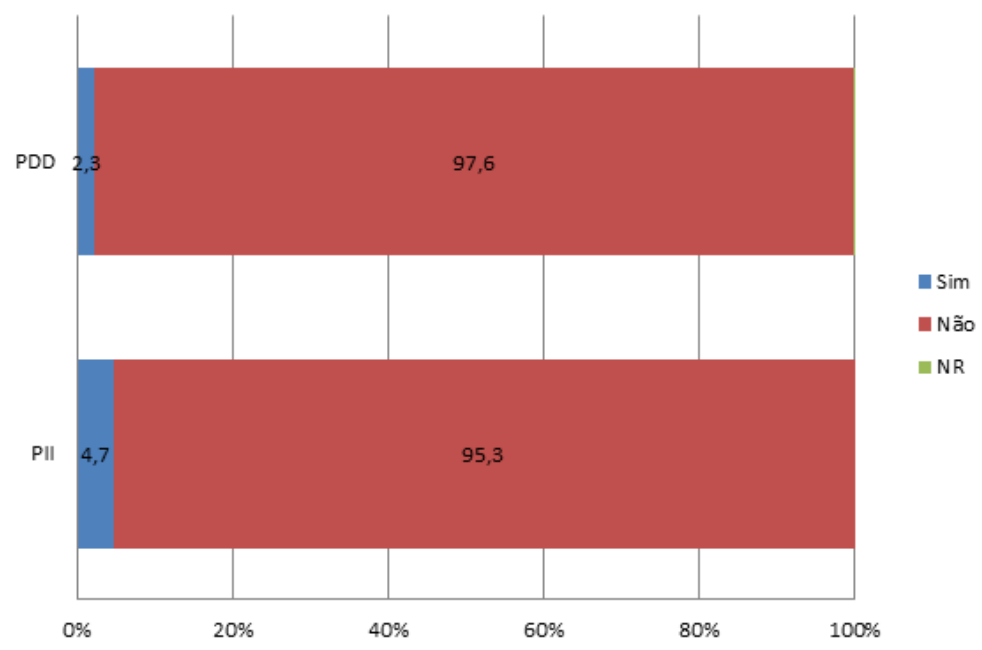
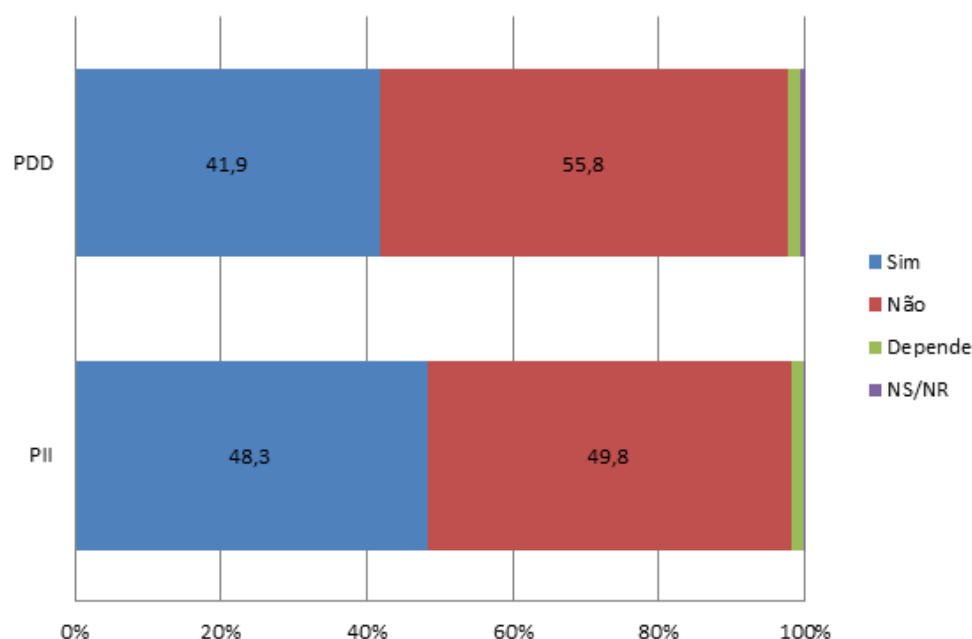


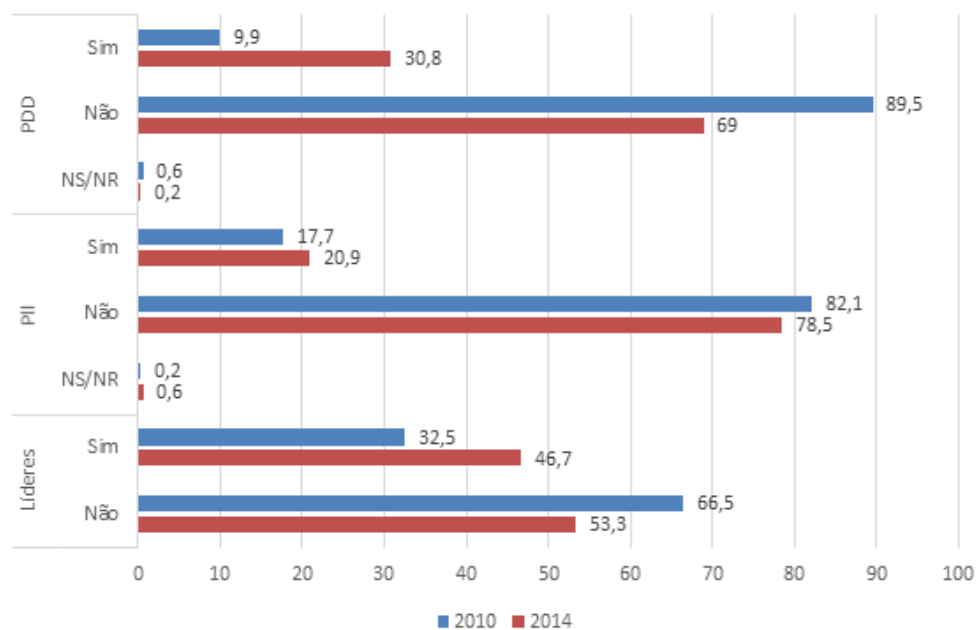
GRÁFICO 1.1.6: Se o(a) sr.(a) pudesse, iria morar fora do Brasil?



Quanto ao tipo de contato, os dados indicam que os canais indiretos de vinculação com o exterior, por meio de redes familiares e sociais, são mais frequentes que a experiência direta, já que os brasileiros com parentes vivendo fora do país são mais numerosos que aqueles que realizaram viagens ou residiram no exterior.

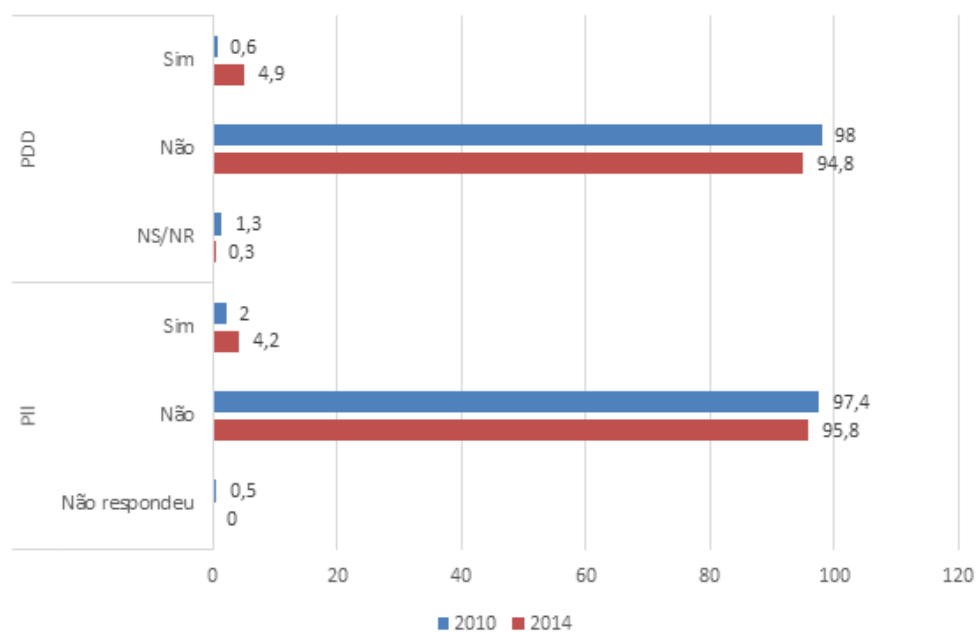
No período 2010–2014, os indicadores de contato indireto mostraram uma ligeira tendência de aumento, similar aos dados sobre contato direto por viagens internacionais. Uma mudança maior pode ser verificada, entre o PDD, naqueles que possuem algum parente trabalhando no exterior, porcentagem que se elevou de 9,9% para 30,8% no período analisado. O mesmo aconteceu entre os líderes (de 32,5% para 46,7%), mas não entre os participantes do PII (de 17,7% para 20,9%).

GRÁFICO 1.1.7: Algum parente seu mora fora do Brasil?



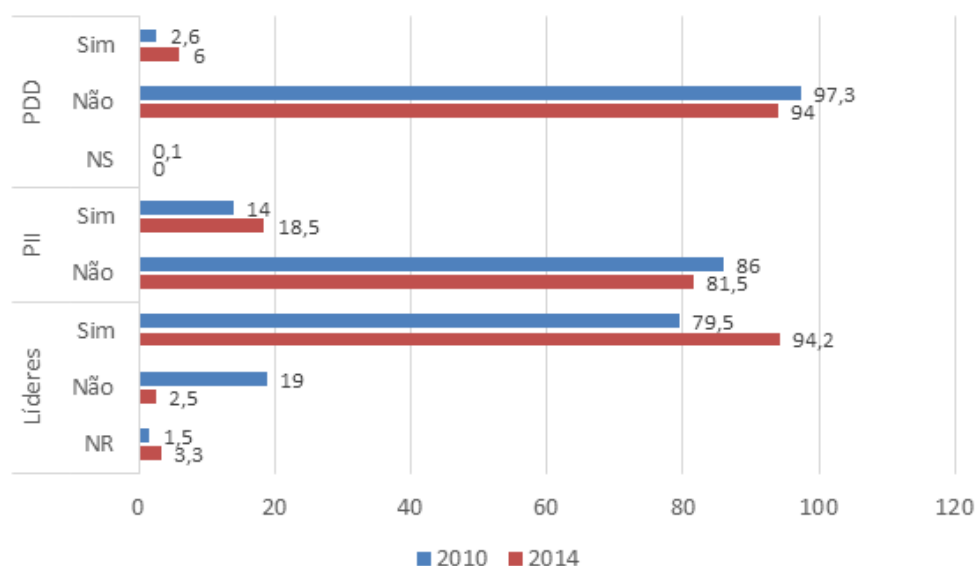
Ainda em relação ao contato indireto, observa-se que o aumento do número de parentes no exterior não implicou aumento significativo no volume de remessas de dinheiro enviadas para as famílias que ficaram.

GRÁFICO 1.1.8: O(a) sr.(a) ou sua família recebem dinheiro de parentes que trabalham fora do país?



As maiores diferenças entre público e líderes em nível, canal e tipo de contato com o mundo são constatadas quando se questiona se falam outros idiomas. O desconhecimento de um segundo idioma é mais acentuado nos grupos correspondentes ao público: em 2010, pouco mais de 97% do PDD e 86% do PII declararam não possuir conhecimento em idioma estrangeiro, contra apenas 19% do grupo de líderes. Já em 2014, verifica-se algum progresso, sendo que 6% do PDD, 18,5% do PII e 94,2% dos líderes afirmaram falar algum idioma estrangeiro.

GRÁFICO 1.1.9: O(a) sr.(a) fala algum idioma estrangeiro?



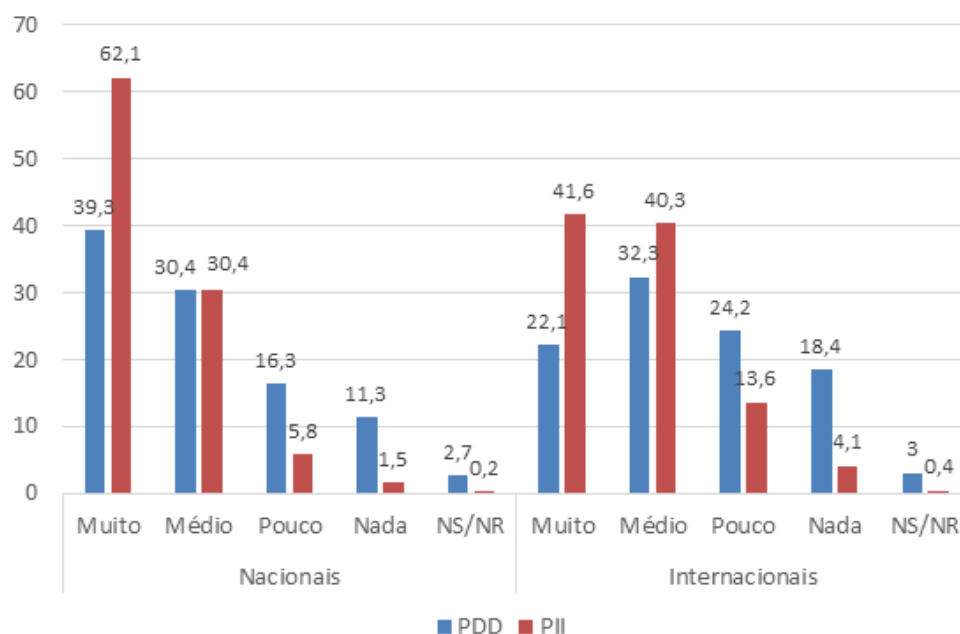
INFORMAÇÃO E INTERESSE

Esta seção responde a questões relacionadas ao grau de interesse e informação sobre assuntos internacionais: até onde os assuntos internacionais suscitam o interesse da população brasileira? Quão volátil ou estável tem sido o interesse público do Brasil por questões internacionais nos últimos anos? Quais são as fontes de informação que os brasileiros usam com mais frequência para se inteirar do que ocorre dentro e fora do país? Como se relaciona o padrão de consumo de meios com os níveis de interesse nacional?

Especificamente, perguntou-se aos entrevistados seu grau de interesse geral por assuntos nacionais e internacionais. As respostas que se apresentam

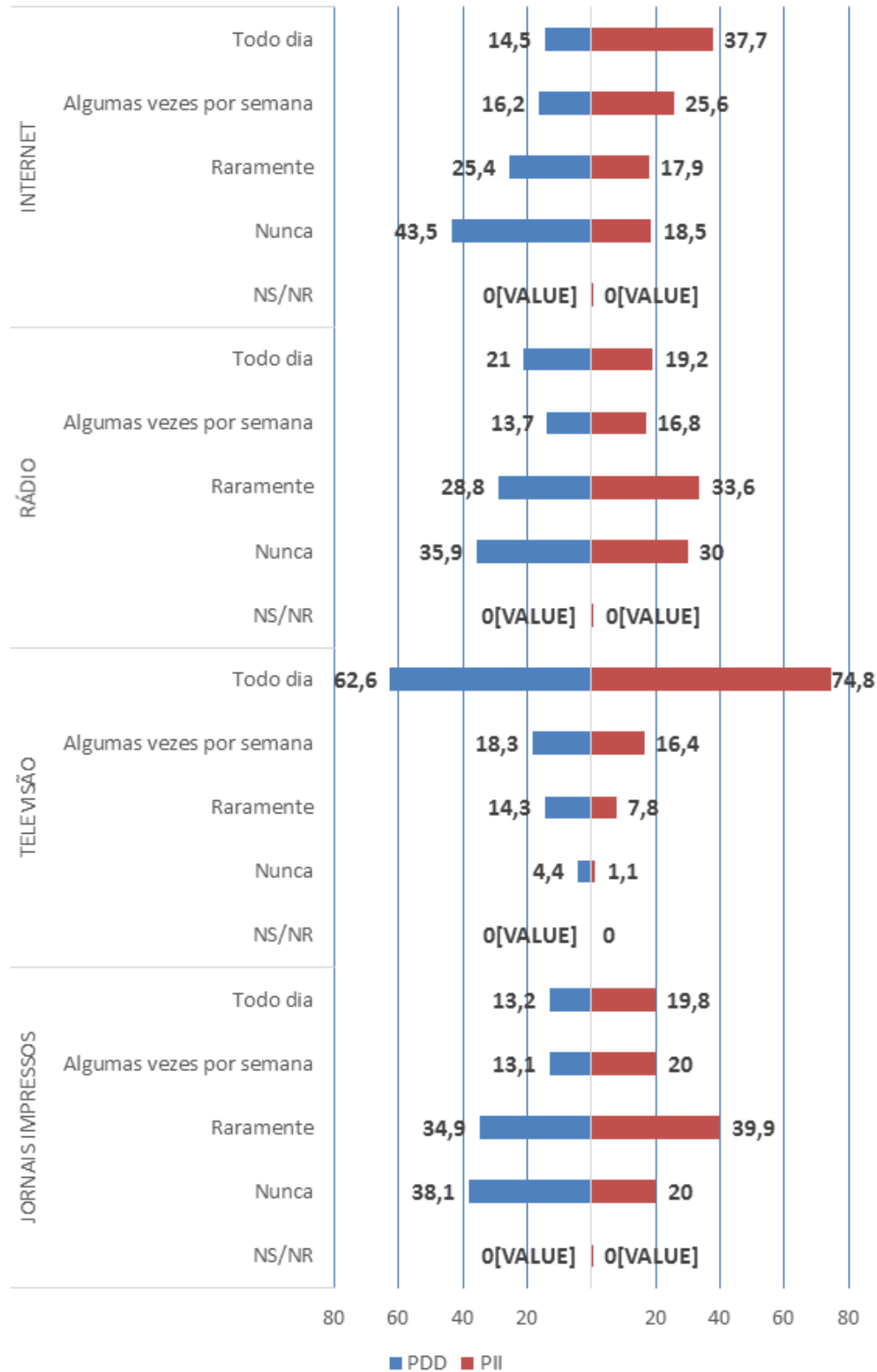
no gráfico abaixo confirmam que tanto o PDD quanto o PII prestam uma atenção diferenciada a esses dois âmbitos, inclinando-se preferencialmente pelo que ocorre dentro do país. E, como seria de se esperar, o interesse por temas internacionais é significativamente maior entre o grupo informado e interessado: entre o PDD, 39,3% declararam-se muito interessados em assuntos nacionais, e 22,1% em assuntos internacionais; entre o PII, 62,1% declararam-se muito interessados em assuntos nacionais e 41,6%, em assuntos internacionais.

GRÁFICO 1.2.1: Em geral, quanto lhe interessam os assuntos:



O gráfico a seguir descreve como o público se distribui em termos de frequência com que segue as notícias por jornais impressos, televisão, rádio e internet. Enquanto o PDD costuma se informar majoritariamente por intermédio do meio televisivo, no grupo do PII é larga a utilização da televisão e da internet.

GRÁFICO 1.2.2: Com que frequência o(a) sr.(a) acompanha as notícias?



CAPÍTULO 2

Identidade e cultura política

O grau de informação e conhecimento dos cidadãos sobre assuntos internacionais é uma fonte primária de suas atitudes e opiniões sobre o exterior. Quão familiarizados e quanto sabem os brasileiros sobre assuntos internacionais? Para responder a essa pergunta, os *surveys* incluíram questões sobre siglas e nomes que permitem indagar acerca do grau e do tipo de conhecimento e informação factual que a população tem sobre atores e eventos relevantes da realidade nacional e internacional.

Como fica claro na pesquisa, o interesse não é garantia de ampla informação e conhecimento sobre assuntos internacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU) é a organização internacional mais conhecida, mas uma porcentagem grande de entrevistados não foi capaz de identificar corretamente sua sigla. Menor ainda foi a porcentagem dos que sabiam o significado da sigla da Organização dos Estados Americanos (OEA – 27% do PII e 3% do PDD) ou souberam decifrar a sigla do Ministério das Relações Exteriores (MRE – 4,5% do PII e menos de 1% do PDD).

Sem experiência direta no exterior, com limitadíssimo conhecimento de línguas estrangeiras e níveis muito modestos de conhecimento e informação, os cidadãos do Brasil sentem-se, acima de tudo, e quase que exclusivamente, brasileiros. A identidade nacional é mais forte entre aqueles que desconhecem e não se interessam pelas questões internacionais; e é também muito significativa no grupo mais conectado ao mundo.

GRÁFICO 2.1: As pessoas têm visões diferentes sobre o que significa ser brasileiro. Na sua opinião, qual a importância de cada um dos seguintes aspectos para ser brasileiro?: Ter nascido no Brasil

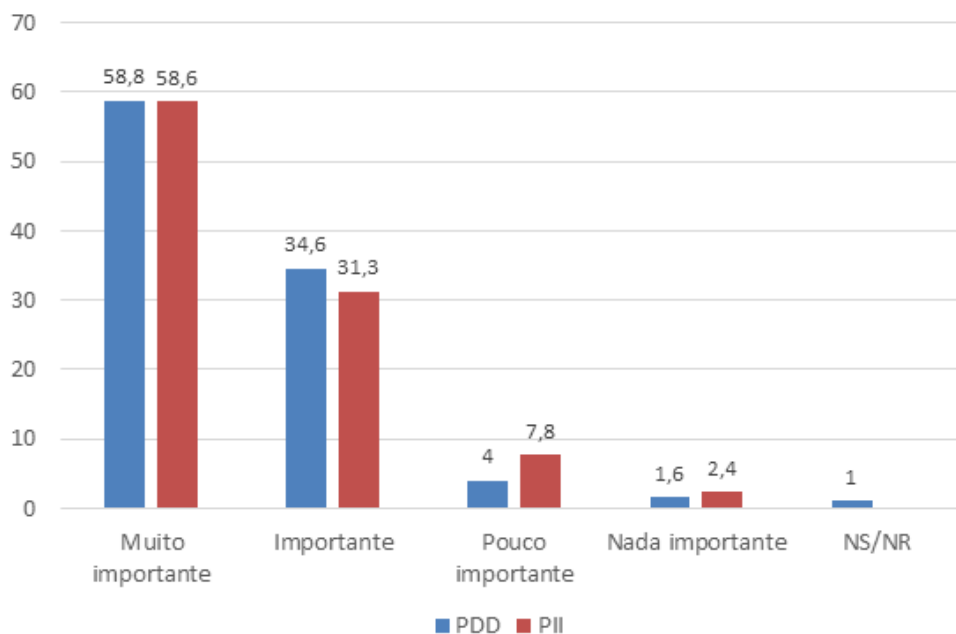


GRÁFICO 2.2: As pessoas têm visões diferentes sobre o que significa ser brasileiro. Na sua opinião, qual a importância de cada um dos seguintes aspectos para ser brasileiro?: Falar bem o português

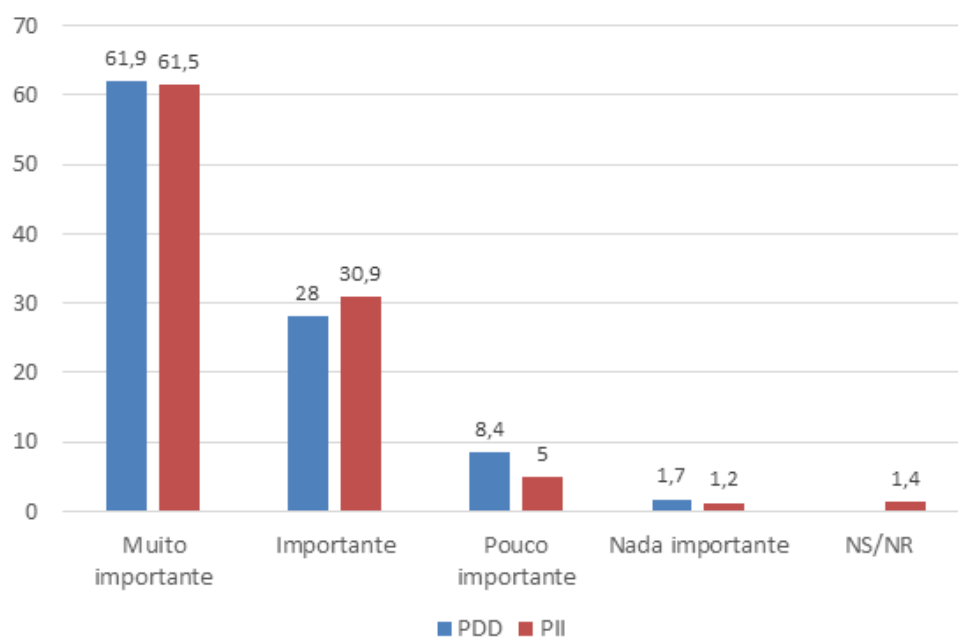


GRÁFICO 2.3: As pessoas têm visões diferentes sobre o que significa ser brasileiro. Na sua opinião, qual a importância de cada um dos seguintes aspectos para ser brasileiro?: Ser cristão

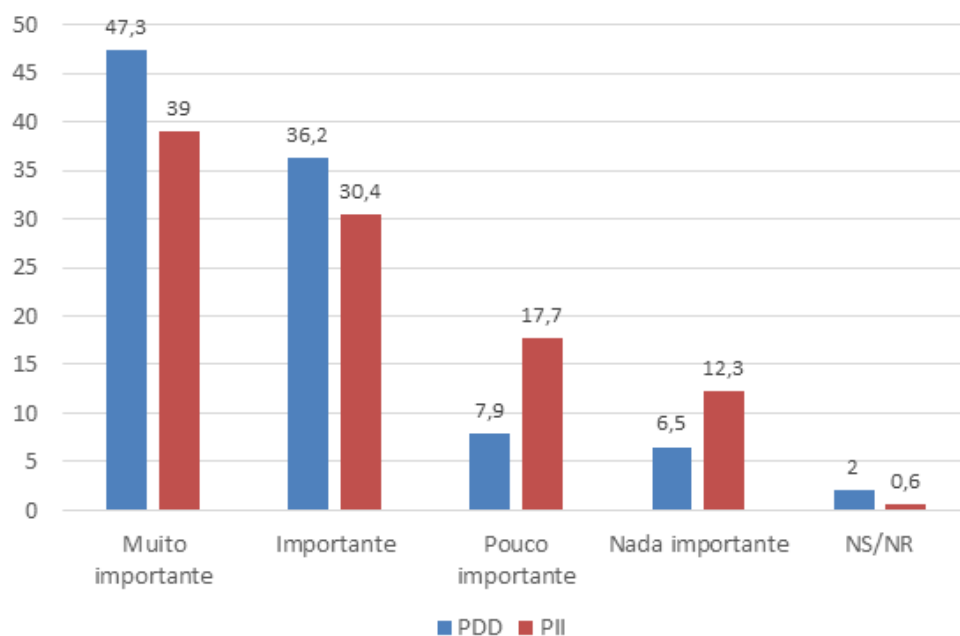


GRÁFICO 2.4: As pessoas têm visões diferentes sobre o que significa ser brasileiro. Na sua opinião, qual a importância de cada um dos seguintes aspectos para ser brasileiro?: Respeitar os símbolos do país, como a bandeira e o hino

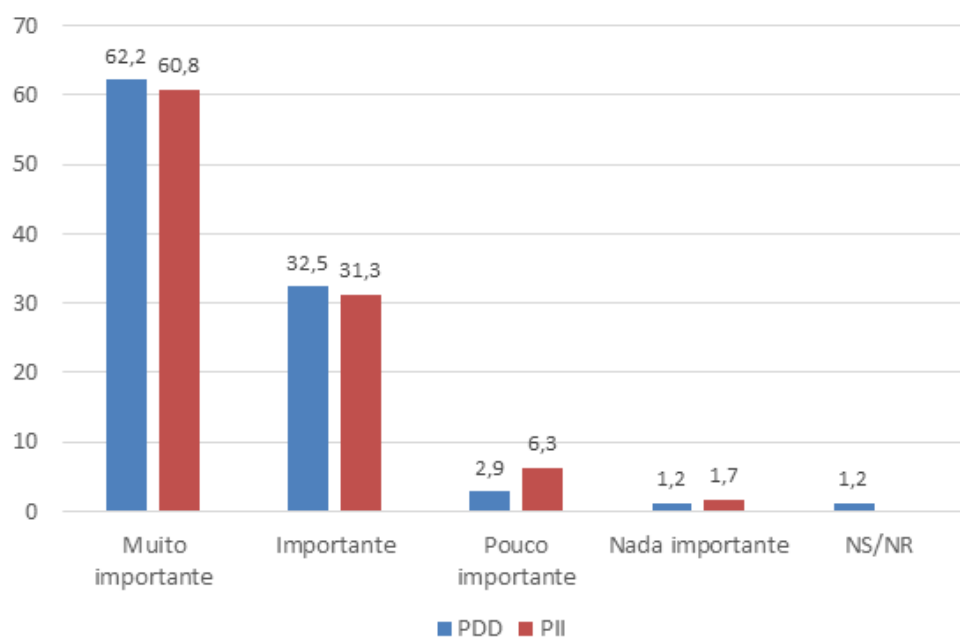
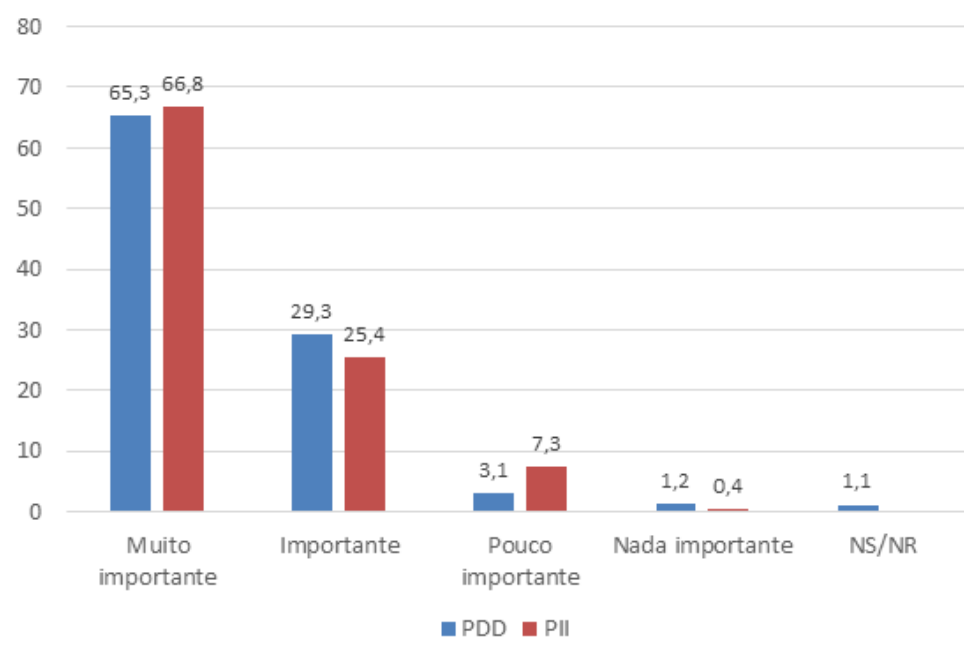
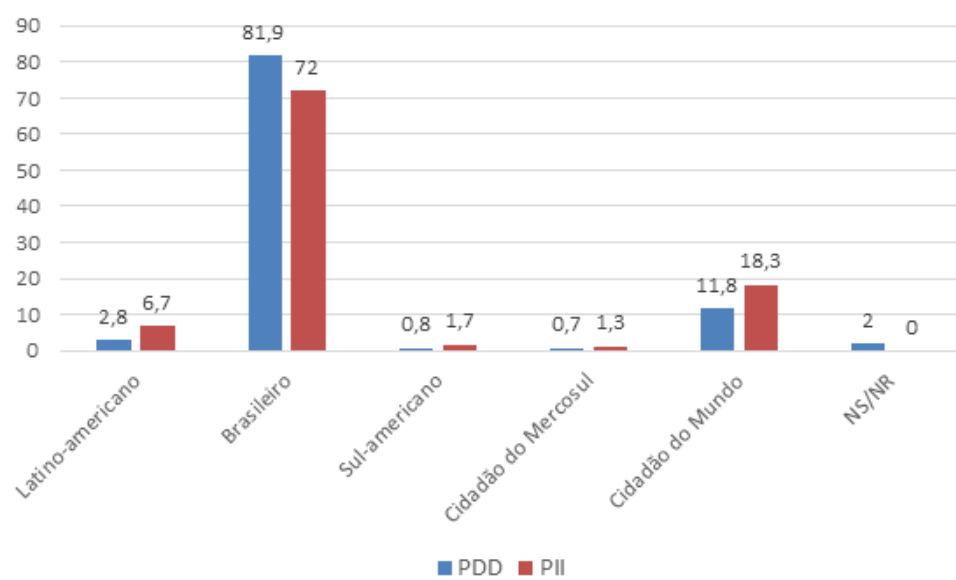


GRÁFICO 2.5: As pessoas têm visões diferentes sobre o que significa ser brasileiro. Na sua opinião, qual a importância de cada um dos seguintes aspectos para ser brasileiro?: Ter orgulho de ser brasileiro



Em que pese a retórica e a prática dos governos, que valorizaram o pertencimento e a inserção regional do Brasil, chama a atenção a quase ausência de identidade regional, seja ela latino-americana, sul-americana ou do Mercosul. Ainda, uma parcela que não chega a 20%, tanto entre o PDD quanto entre o PII, é formada pelos que se consideram cidadãos do mundo.

GRÁFICO 2.6: O(a) sr.(a) se sente:



CAPÍTULO 3

O Brasil e o mundo

ATITUDES FRENTE AO MUNDO

Os brasileiros veem o mundo com reserva: eles se mostraram menos otimistas em 2014 do que em 2010. Embora as duas ondas de *surveys* tenham sido aplicadas após a crise financeira de 2008–2009, é provável que a percepção de seus efeitos negativos tenha se acentuado à medida que seus impactos se fizeram sentir com mais força no Brasil depois de 2012, e que o registro desse impacto negativo tornou-se objeto de debate público.

De maneira geral, podemos observar uma queda na percepção do público, tanto no que se refere à melhoria do mundo nos últimos dez anos quanto à perspectiva de melhorias nos próximos dez anos. Os grupos PDD e PII apresentaram uma queda que varia entre 5% a 10% no sentido de perceber uma piora na situação do mundo e uma expectativa mais pessimista em relação ao futuro.

Os dados mostram, também, que menos informação e interesse tornam o público menos otimista com relação ao presente e ao futuro do mundo. Aqueles cujos horizontes se limitam ao país veem mais ameaças em um mundo, em boa medida, desconhecido, e acreditam menos que ele possa melhorar no futuro.

GRÁFICO 3.1.1: Em geral, o(a) sr.(a) acredita que o mundo melhorou ou piorou nos últimos dez anos?

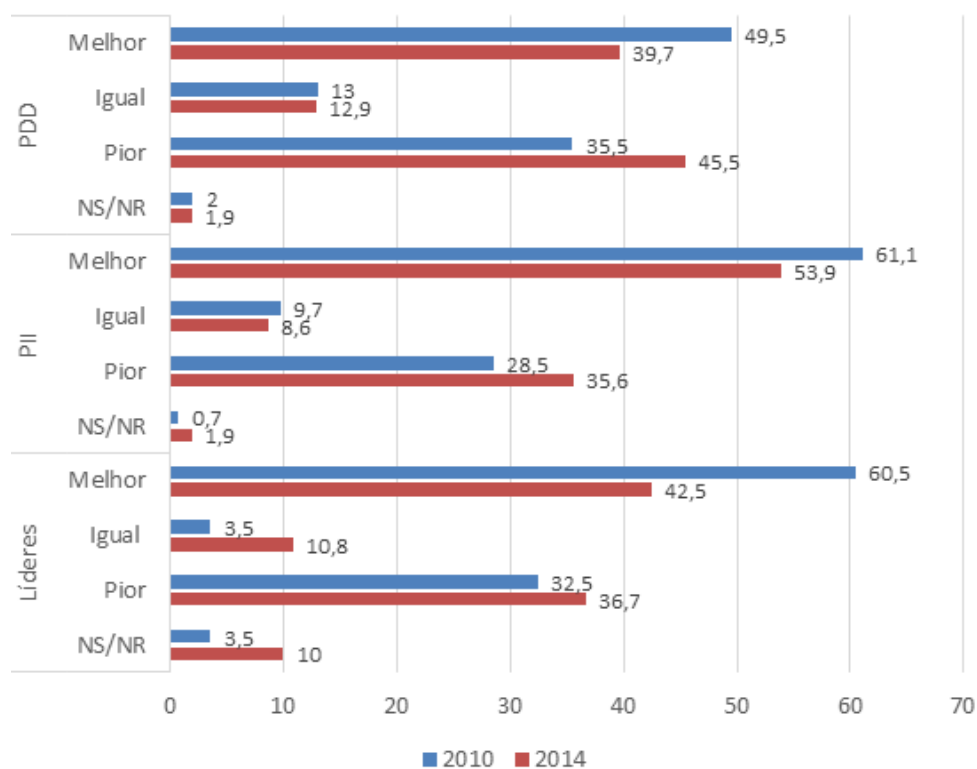
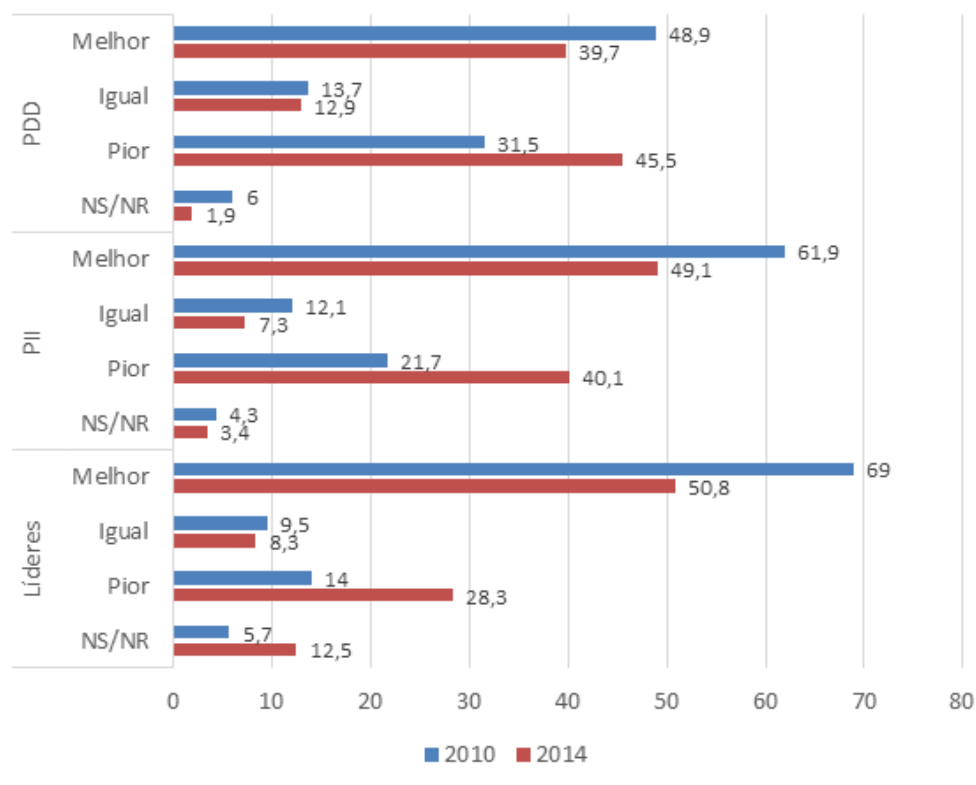


GRÁFICO 3.1.2: Em geral, o(a) sr.(a) acredita que o mundo estará melhor ou pior nos próximos dez anos?



Mais ou menos informada e interessada, a maioria dos brasileiros considera que o país é muito ou em certo grau afetado pelos acontecimentos mundiais. As diferenças não são grandes entre os dois grupos do público, ainda que, entre os desinformados e desinteressados, seja maior a porcentagem daqueles que pensam que o Brasil não é atingido pelo que ocorre fora de suas fronteiras.

GRÁFICO 3.1.3: Para o(a) sr.(a), o quanto sua vida diária é afetada pelo que acontece no mundo?

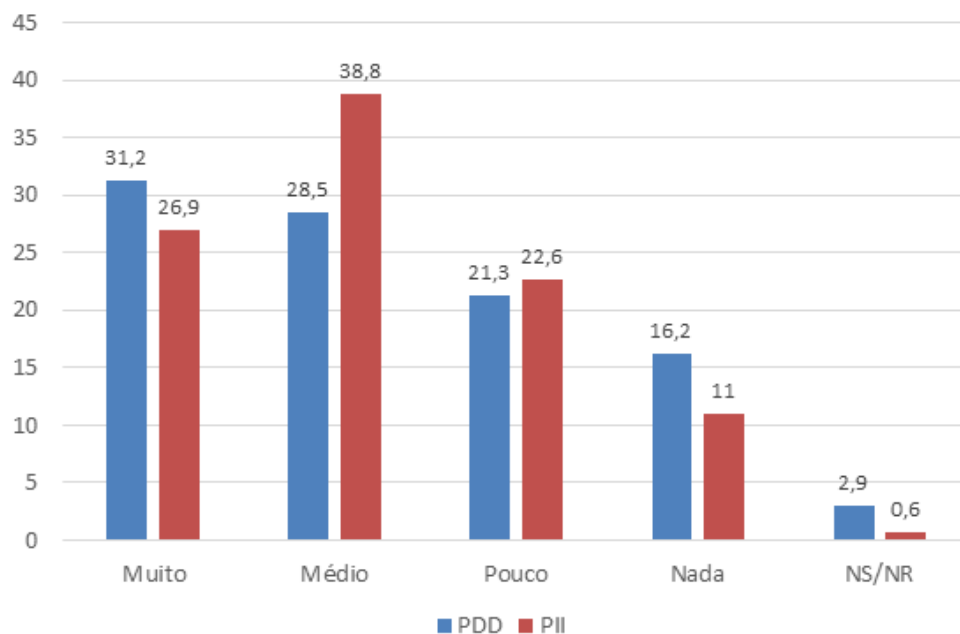
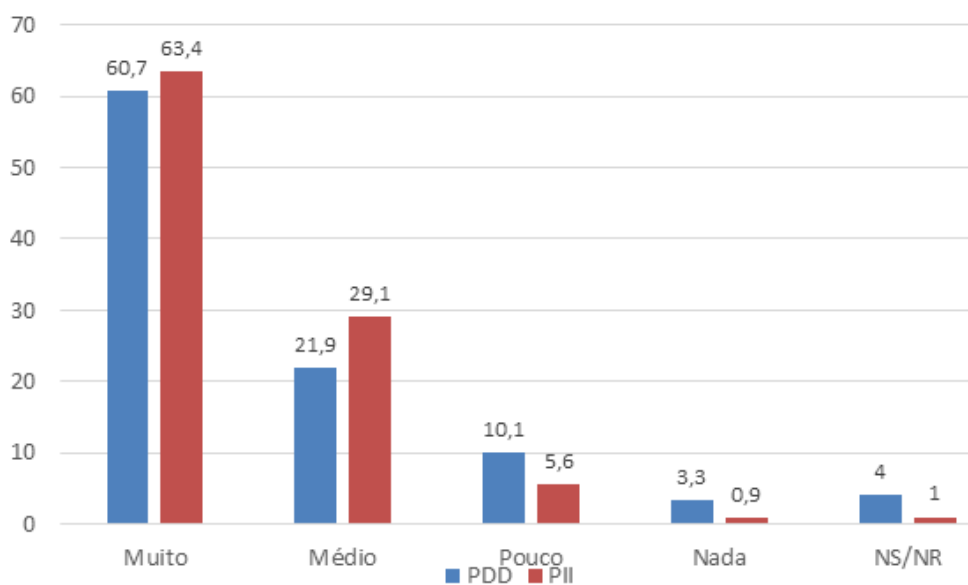
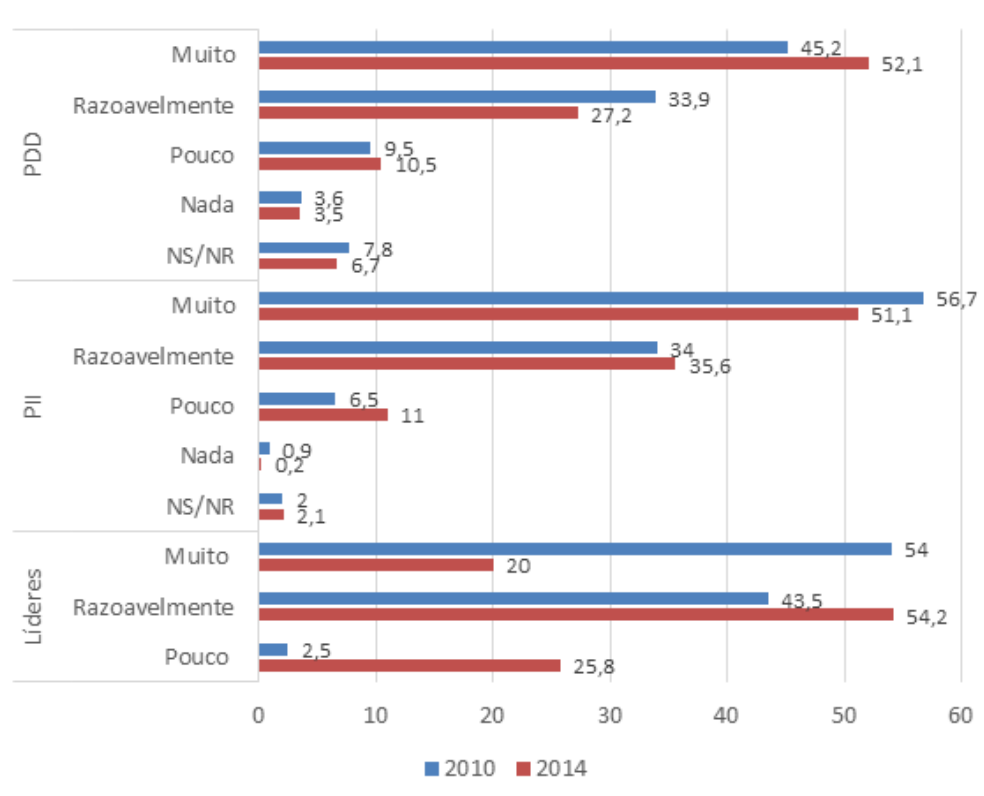


GRÁFICO 3.1.4: Para o(a) sr.(a), quanto o Brasil é afetado pelo que acontece no mundo?



Analizou-se, também, a percepção do público e dos líderes em relação à importância do Brasil frente ao mundo. Nesse sentido, é interessante notar que a percepção do PDD tornou-se mais otimista: entre 2010 e 2014, há uma mudança de 45,2% para 52,1% entre aqueles que consideram o Brasil muito importante. Já a percepção do PII, na mesma categoria, diminuiu de 56,7% para 51,1%, permanecendo, todavia, majoritária. Uma queda drástica da importância conferida ao Brasil deu-se entre os líderes, passando de 54% para 20%.

GRÁFICO 3.1.5: No plano internacional, qual é a importância do Brasil: muito importante, razoavelmente importante, pouco importante ou nada importante?



Ainda, a maioria do público e dos líderes acredita que o Brasil tem maior importância do que tinha há dez anos – embora, no período analisado, essa taxa tenha decaído entre todos os grupos. De igual forma, a maioria do público e dos líderes acredita que o Brasil terá maior importância internacional daqui a dez anos – índice que apresentou aumento somente entre o PDD.

GRÁFICO 3.1.6: O(a) sr.(a) acredita que o Brasil tem maior ou menor importância internacional do que tinha há dez anos?

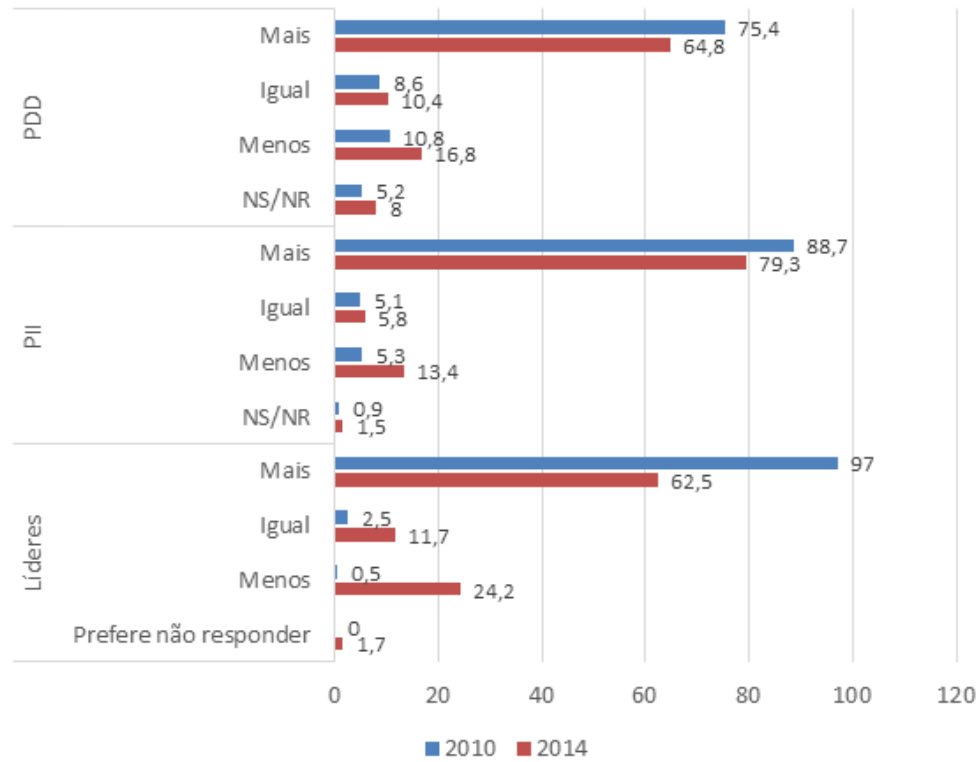
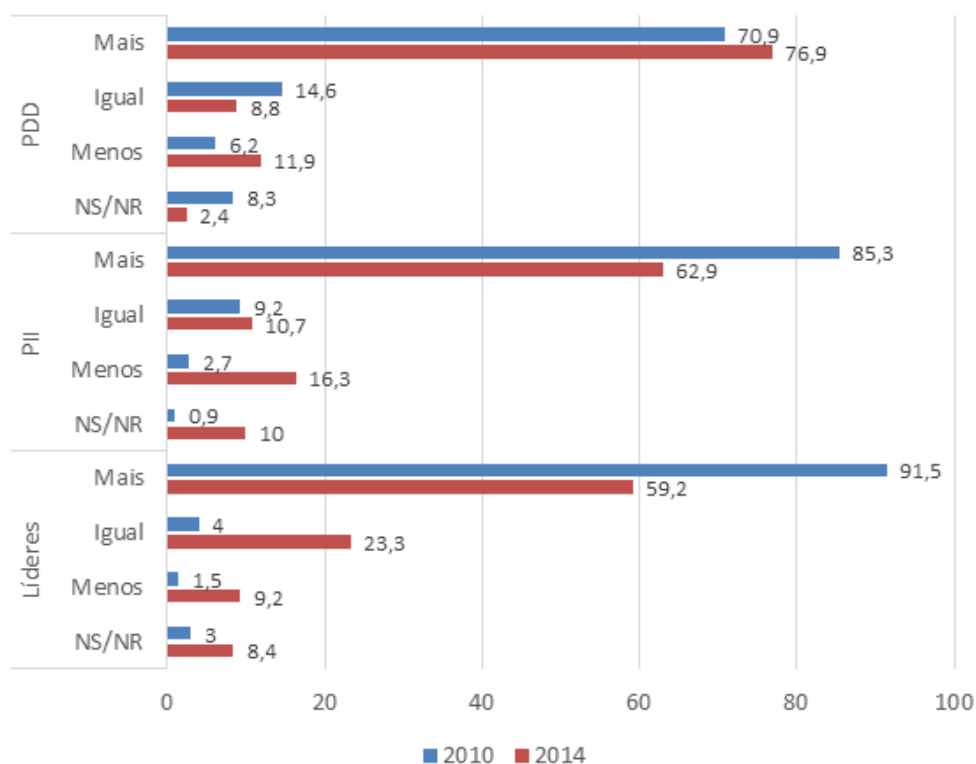
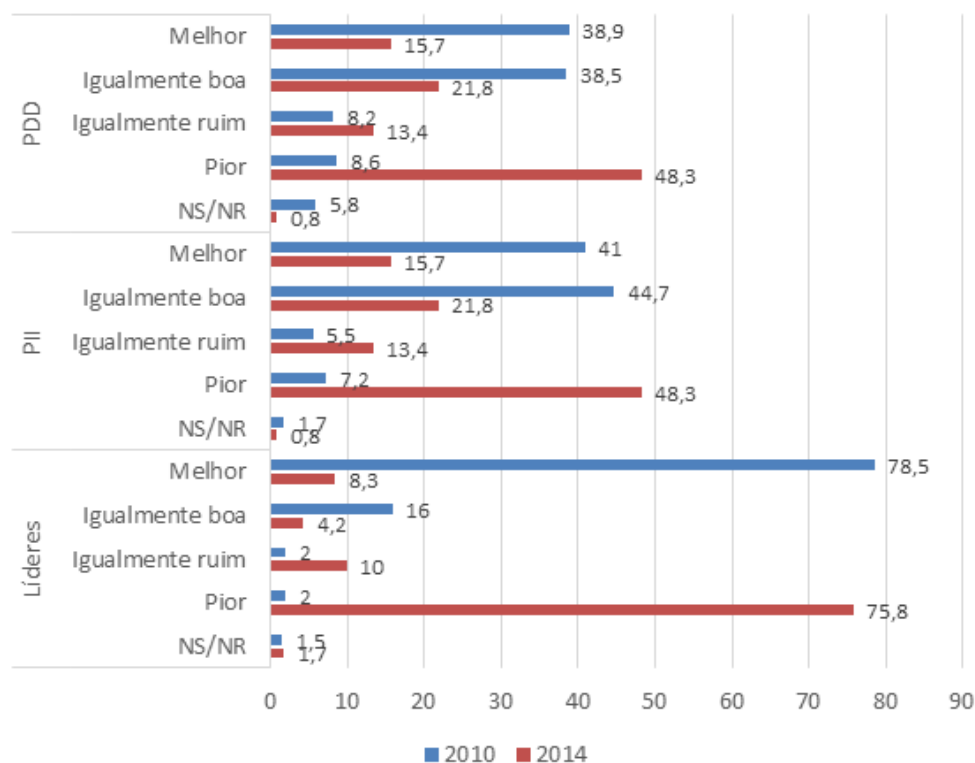


GRÁFICO 3.1.7: O(a) sr.(a) acredita que o Brasil terá mais ou menos importância internacional daqui a dez anos comparando com hoje?



No que tange especificamente à percepção sobre a situação econômica do país, em 2014, os brasileiros achavam que estavam em pior situação em relação ao ano anterior do que em 2010.

GRÁFICO 3.1.8: Em relação ao ano passado, o(a) sr.(a) acha que a situação econômica do país está melhor, igual ou pior?



ATITUDES FRENTE À GLOBALIZAÇÃO

Os brasileiros são, em geral, simpáticos à globalização e acreditam que suas consequências são positivas. A percepção sobre a globalização, medida por perguntas presentes apenas no *survey* de 2014, foi altamente positiva: 83,6% do PII considerou boa a globalização, identificada para os entrevistados como “o maior contato da nossa economia com outras economias do mundo”. Nos gráficos a seguir, podemos notar a percepção sobre a globalização por distintos prismas:

GRÁFICO 3.2.1: O(a) sr.(a) acha que a globalização é algo muito ruim, ruim, nem bom nem ruim, bom ou muito bom para a economia brasileira

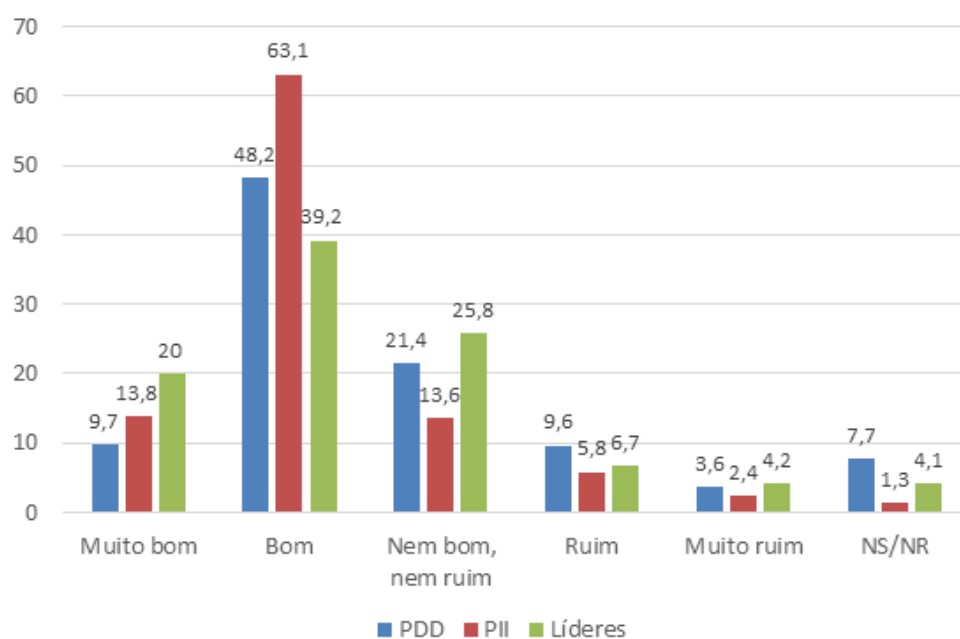


GRÁFICO 3.2.2: O(a) sr.(a) acha que a globalização é algo muito ruim, ruim, nem bom nem ruim, bom ou muito bom para as empresas brasileiras

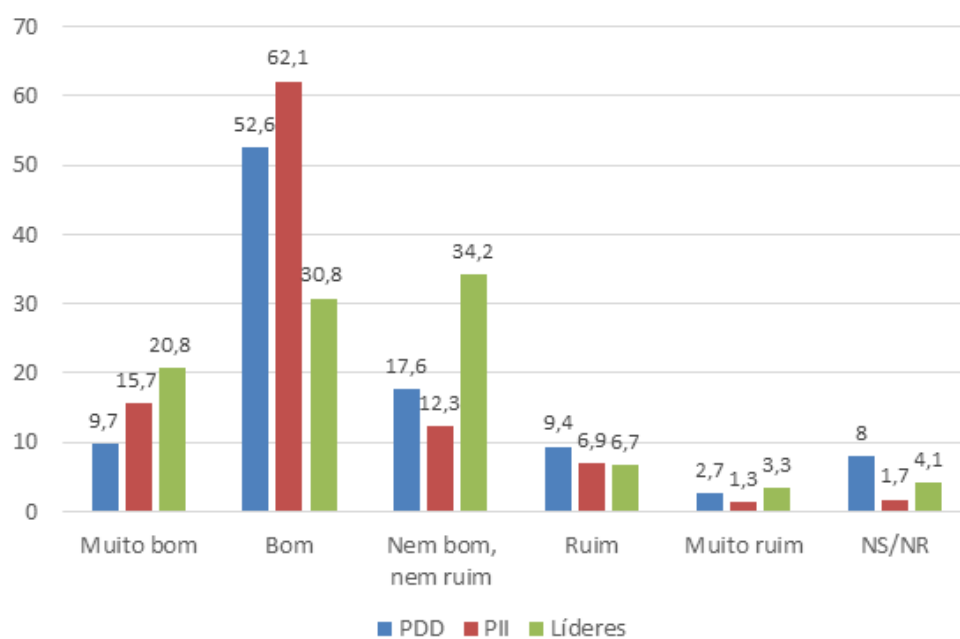


GRÁFICO 3.2.3: O(a) sr.(a) acha que a globalização é algo muito ruim, ruim, nem bom nem ruim, bom ou muito bom para os consumidores

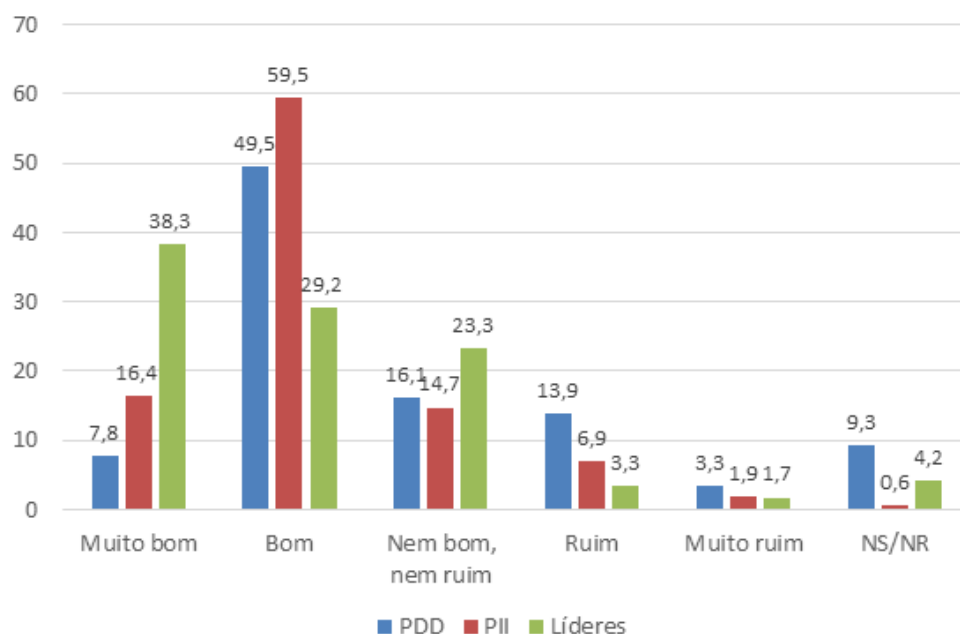


GRÁFICO 3.2.4: O(a) sr.(a) acha que a globalização é algo muito ruim, ruim, nem bom nem ruim, bom ou muito bom para a geração de empregos no Brasil

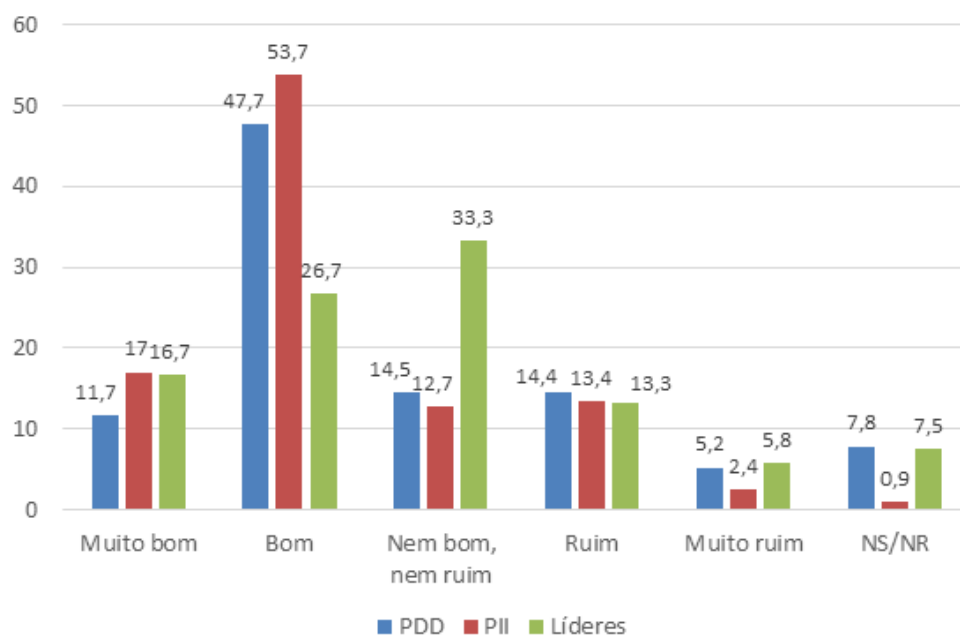


GRÁFICO 3.2.5: O(a) sr.(a) acha que a globalização é algo muito ruim, ruim, nem bom nem ruim, bom ou muito bom para estabilidade do emprego dos trabalhadores

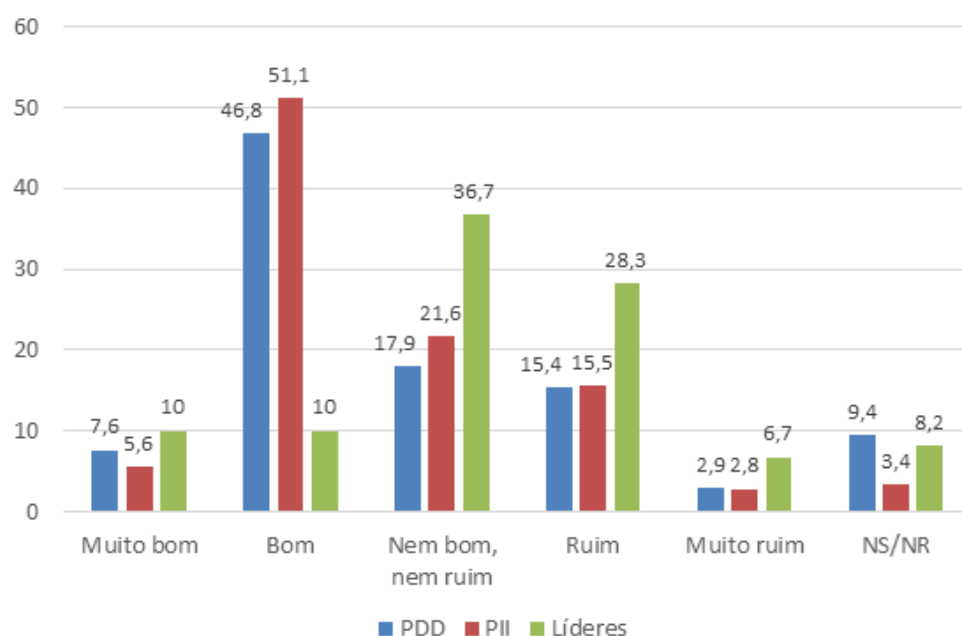


GRÁFICO 3.2.6: O(a) sr.(a) acha que a globalização é algo muito ruim, ruim, nem bom nem ruim, bom ou muito bom para seu próprio padrão de vida

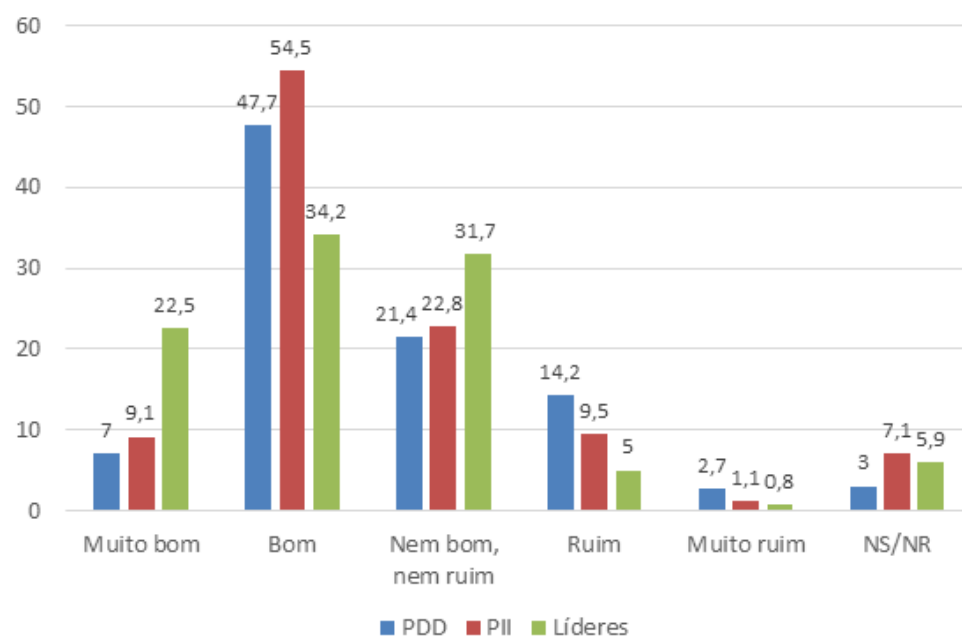


GRÁFICO 3.2.7: O(a) sr.(a) acha que a globalização é algo muito ruim, ruim, nem bom nem ruim, bom ou muito bom para as gerações futuras brasileiras

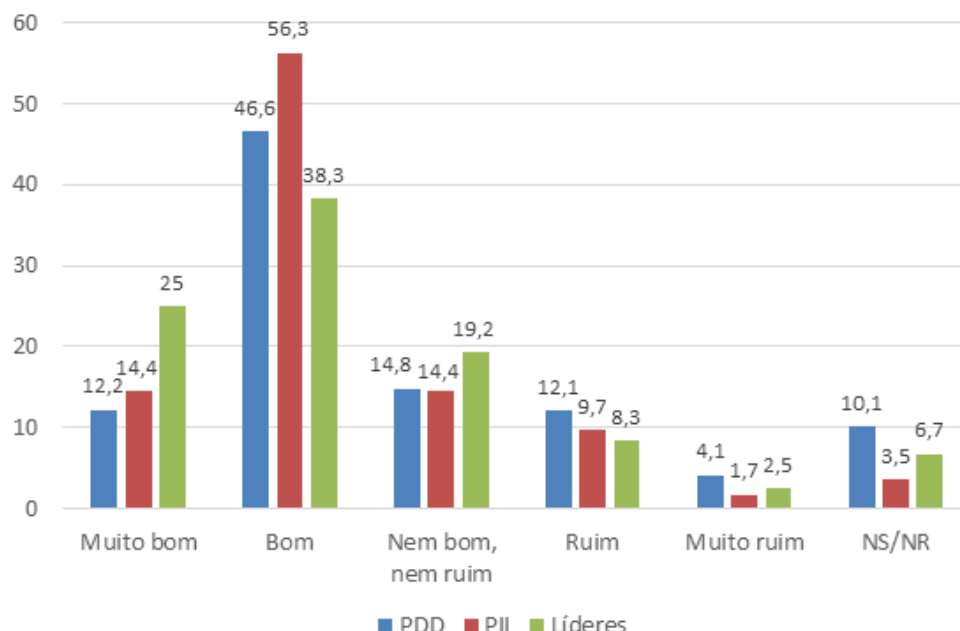
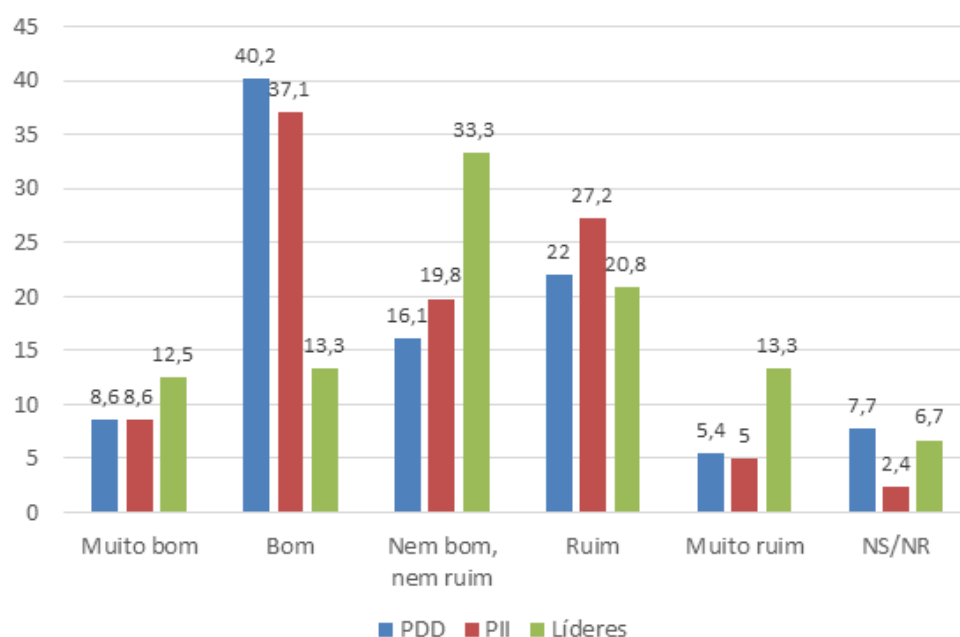
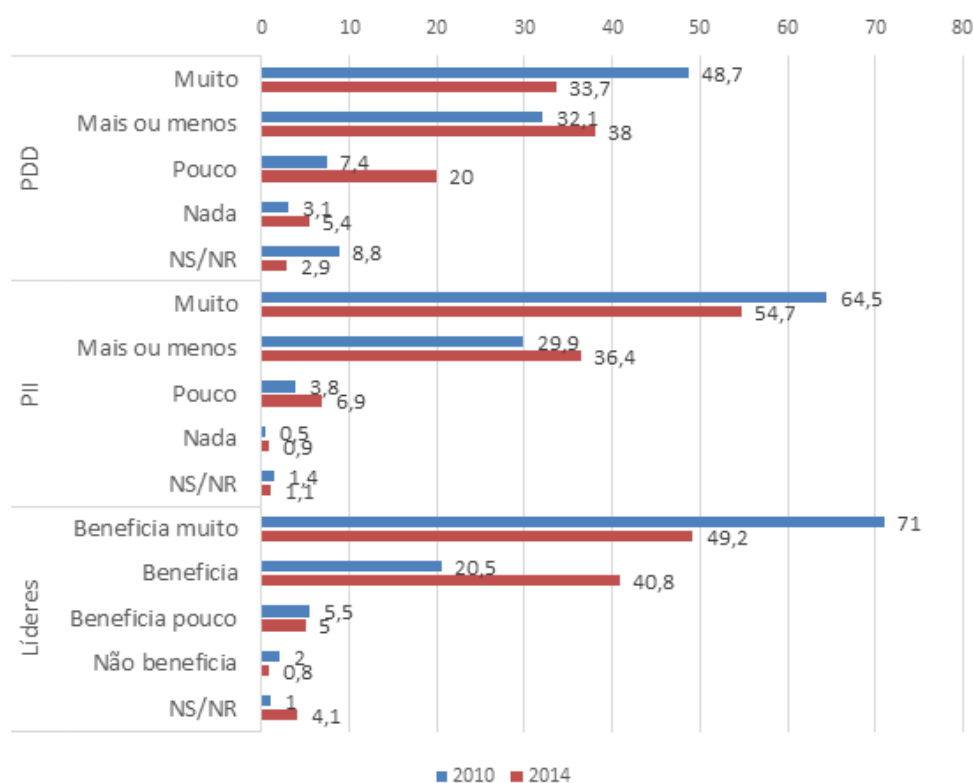


GRÁFICO 3.2.8: O(a) sr.(a) acha que a globalização é algo muito ruim, ruim, nem bom nem ruim, bom ou muito bom para o meio ambiente



Na área econômica, quando comparamos a opinião em relação aos benefícios que os investimentos estrangeiros podem trazer ao Brasil, tanto entre PDD e PII, ela apresenta uma queda em torno de 10% nas respostas positivas entre 2010 e 2014, embora ainda haja um percentual de mais de 50% de brasileiros que acreditam que a atração de investimentos beneficia o Brasil.

GRÁFICO 3.2.9: Quanto o(a) sr.(a) acredita que a atração de investimentos beneficia o Brasil?



Outro conjunto de perguntas refere-se à percepção da população sobre os efeitos do livre comércio. Ao longo dos anos, os efeitos da globalização e da abertura da economia dos países emergentes, como o Brasil, foram decantados e seus efeitos distributivos tornaram-se mais claros. A percepção da sociedade em relação ao livre comércio é altamente positiva e, particularmente, mais otimista em relação aos seus efeitos sobre a nossa economia.

Quando perguntados sobre os efeitos do livre comércio para os países desenvolvidos, constatamos uma queda de 10% na percepção positiva. O mesmo ocorre com o tema de meio ambiente, sendo que, para o PII, a percepção

de benefícios para o meio ambiente cai de 58,9% para 30,2% de 2010 para 2014.

Já em relação aos seus efeitos para a economia brasileira, a percepção se mantém positiva de um *survey* para outro (aproximadamente 70% do PII e 60% do PDD). O percentual positivo se mantém também no que diz respeito à percepção sobre o impacto do livre comércio no nível de vida das pessoas. O mesmo ocorre quando os entrevistados são indagados acerca do impacto sobre as empresas brasileiras, a agricultura e os trabalhadores.

GRÁFICO 3.2.10: Em geral, o(a) sr.(a) acredita que o livre comércio é bom ou ruim para: O meio ambiente

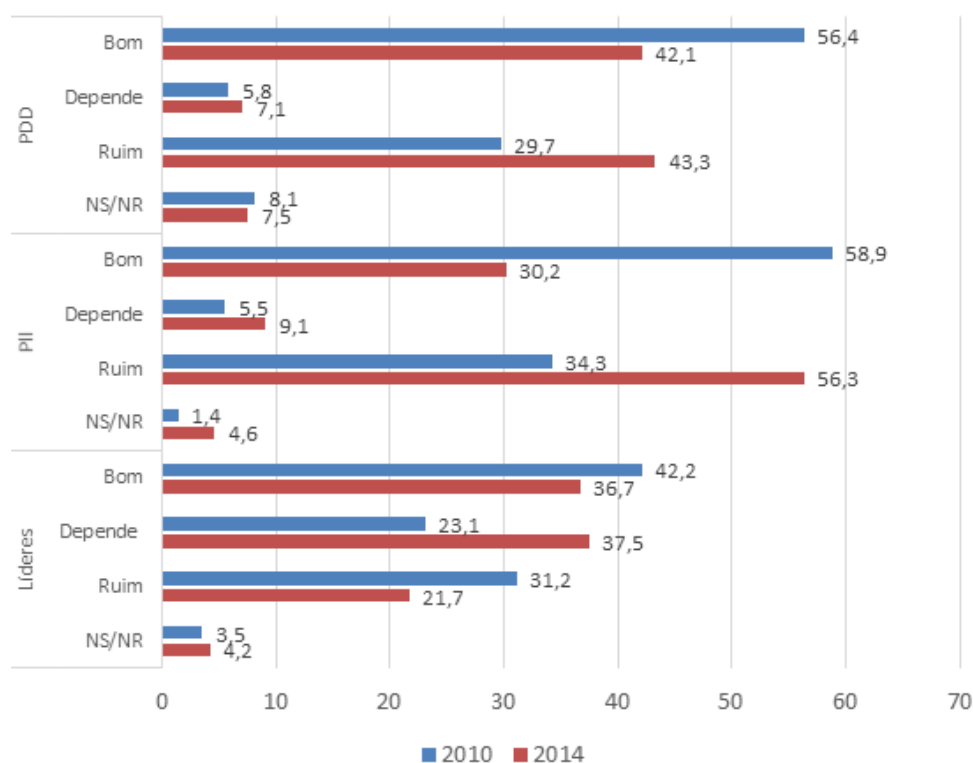


GRÁFICO 3.2.11: Em geral, o(a) sr.(a) acredita que o livre comércio é bom ou ruim para: A economia brasileira

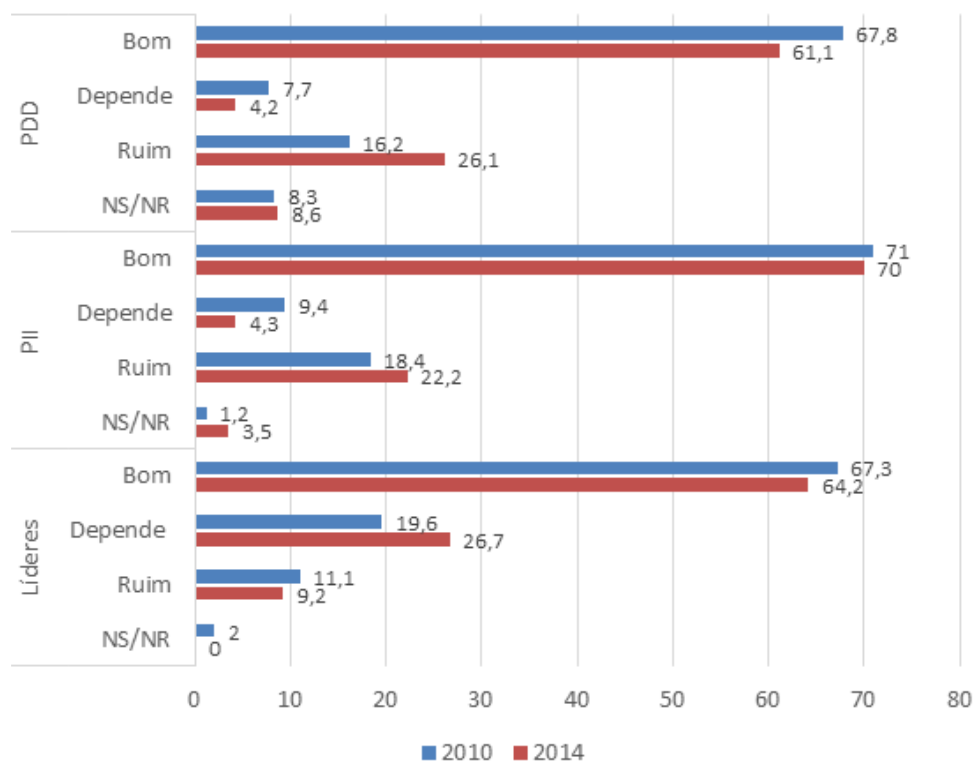


GRÁFICO 3.2.12: Em geral, o(a) sr.(a) acredita que o livre comércio é bom ou ruim para: O nível de vida de pessoas como você

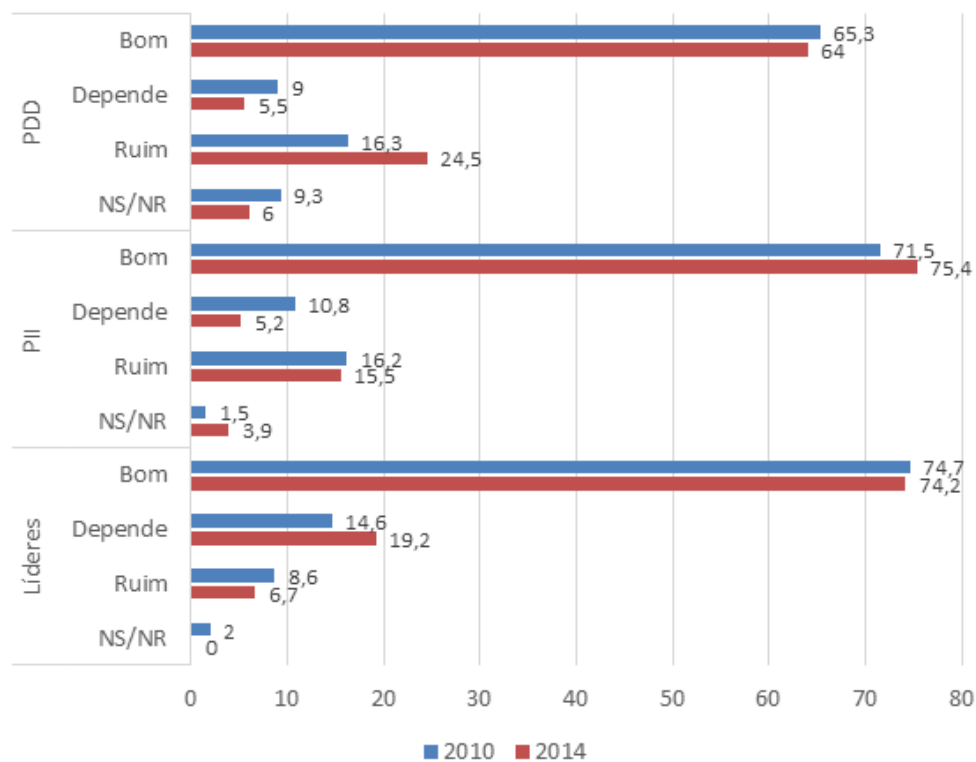


GRÁFICO 3.2.13: Em geral, o(a) sr.(a) acredita que o livre comércio é bom ou ruim para: As empresas brasileiras

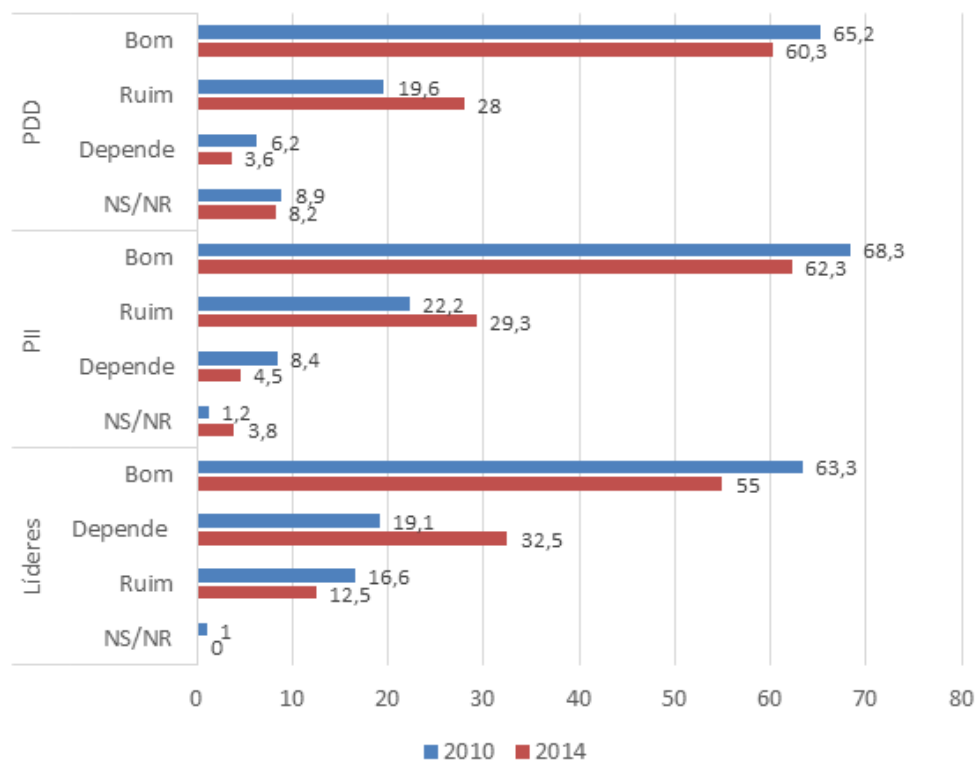


GRÁFICO 3.2.14: Em geral, o(a) sr.(a) acredita que o livre comércio é bom ou ruim para: A agricultura brasileira

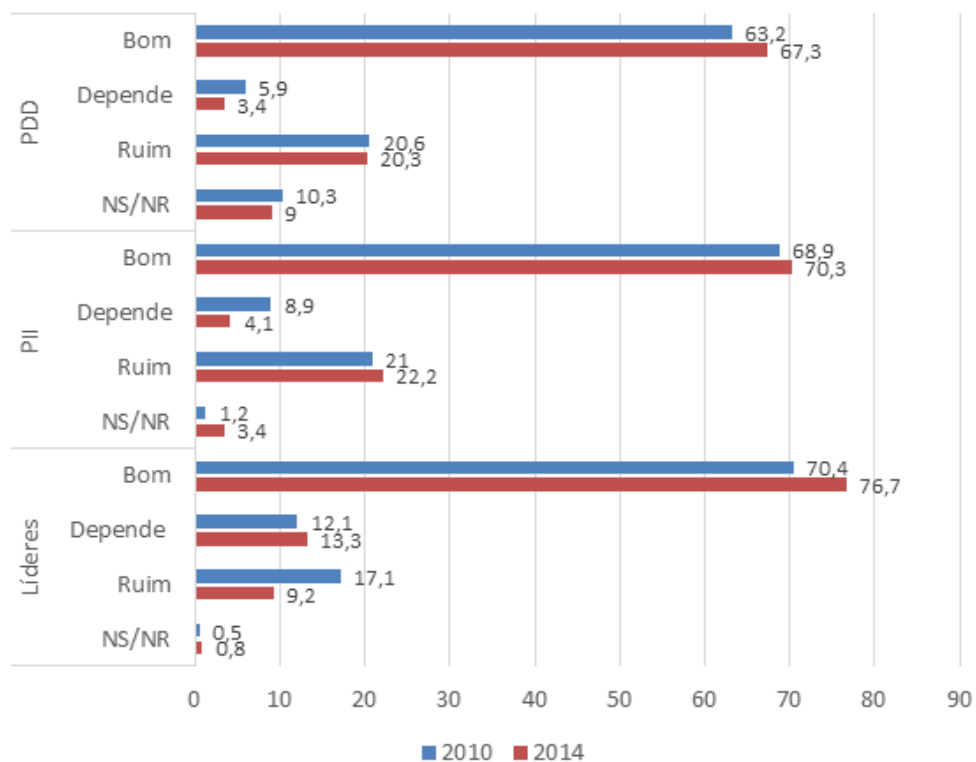
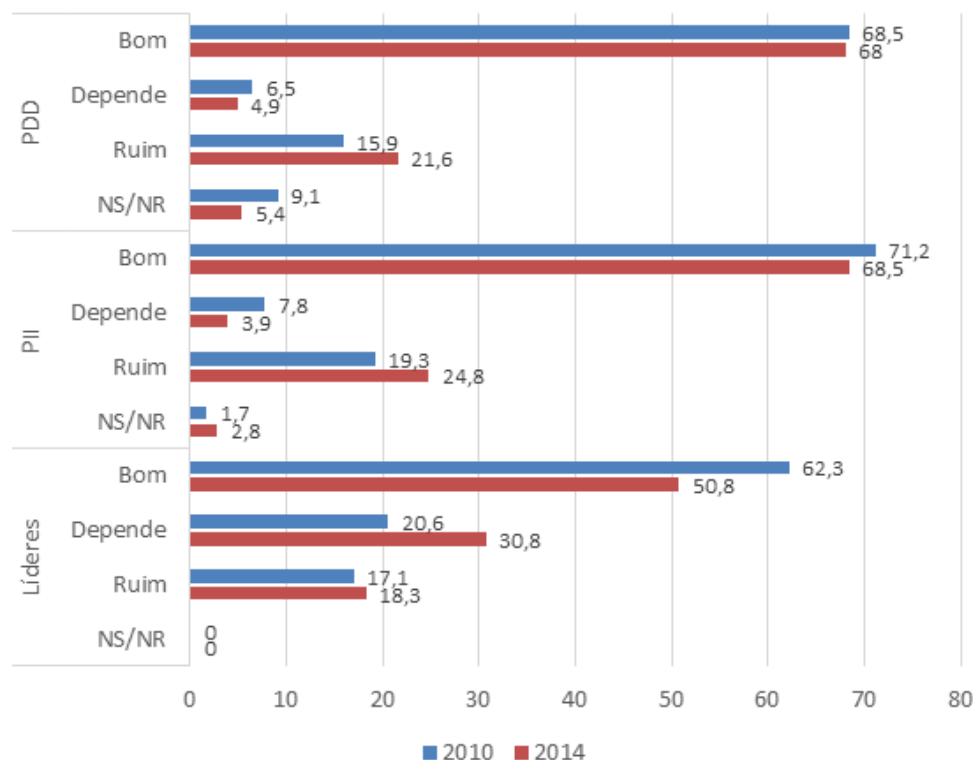


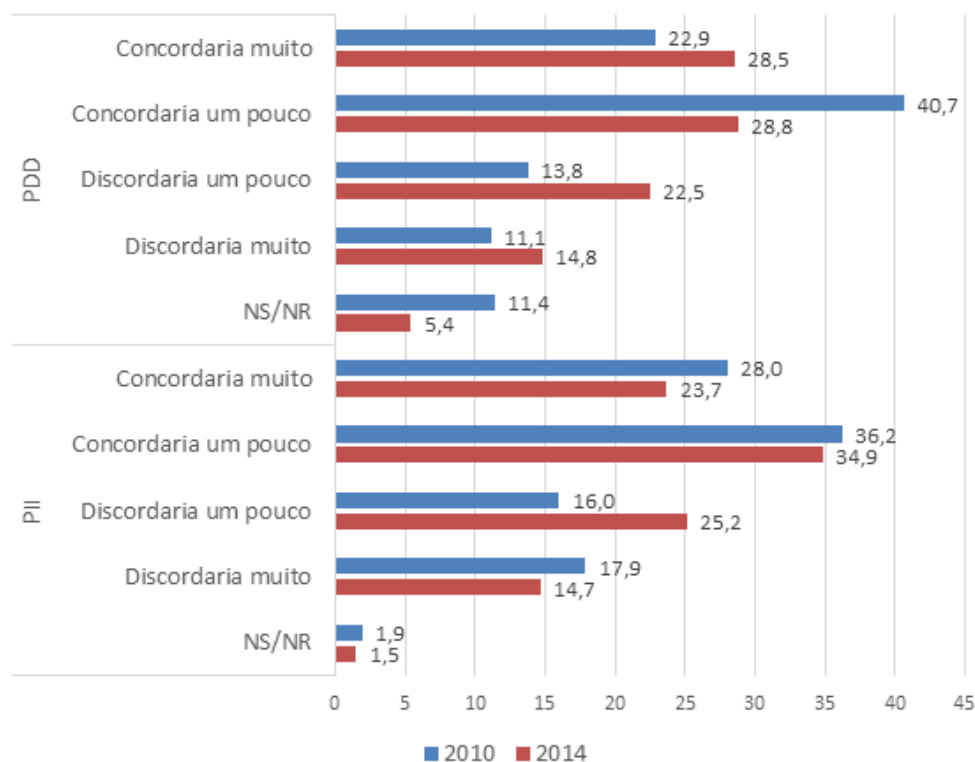
GRÁFICO 3.2.15: Em geral, o(a) sr.(a) acredita que o livre comércio é bom ou ruim para: Os trabalhadores brasileiros



Em geral, o que temos percebido desde o primeiro *survey*, no que diz respeito à abertura econômica e ao livre comércio, é uma percepção altamente positiva sobre seus efeitos em diversas dimensões e sobre diversos atores. Ela não tem mudado diante da instabilidade criada pelas crises econômicas de natureza internacional ou doméstica.

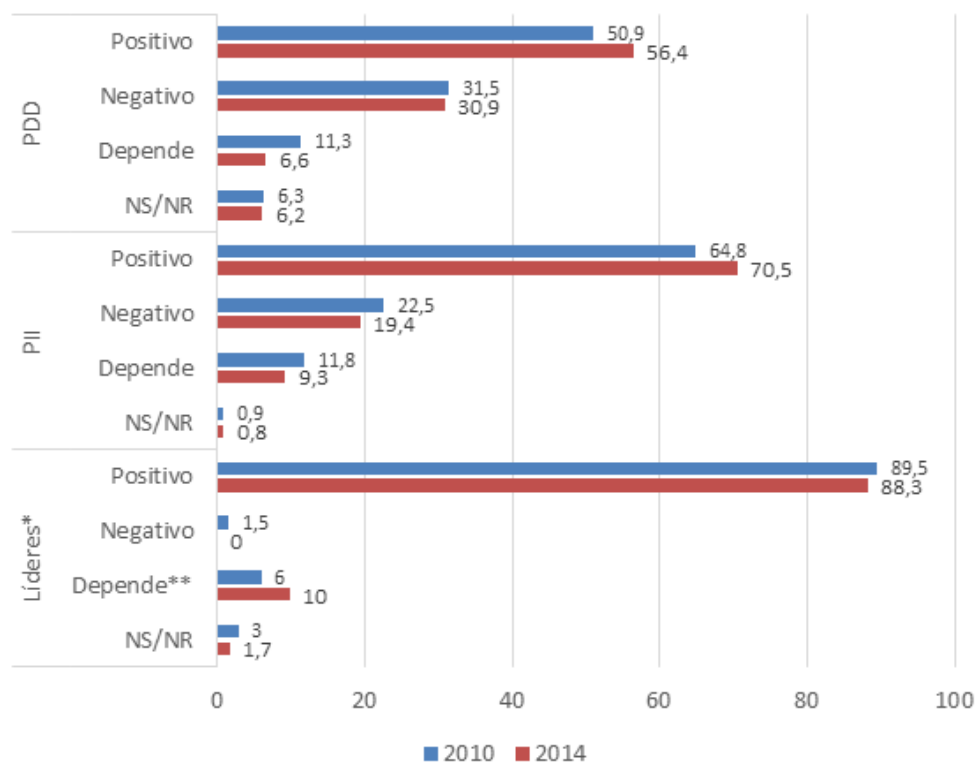
Observa-se, também, uma distinção entre o modelo de economia adotado e as prioridades definidas pelos governos. Podemos observar que a maioria se manteve de acordo com a necessidade de o Brasil reduzir as barreiras de entrada de produtos estrangeiros, com pequena mudança de ênfase. Mais de 50% do público informado concorda com a redução de barreiras, com a expectativa de ter produtos nacionais por preços mais baixos.

GRÁFICO 3.2.16: O(a) sr.(a) concordaria ou não se o Brasil reduzisse as barreiras de entrada de produtos estrangeiros?



Maioria significativa – e crescente, em comparação a 2010 – do público informado e interessado vê de forma positiva a influência de ideias e costumes estrangeiros no país. Da mesma forma pensa a ampla maioria de líderes. Já os brasileiros pouco informados e alheios ao que se passa no mundo são relativamente mais fechados e desconfiados com relação ao que possa vir de fora. Cerca de um terço do grupo considera negativo o fluxo de ideias e costumes estrangeiros.

GRÁFICO 3.3.17: O(a) sr.(a) considera a entrada de ideias e costumes de outros países no Brasil um fato positivo ou negativo?*



* No questionário dos líderes, a pergunta foi: “Para o(a) senhor(a), é bom ou ruim que as ideias e os costumes de outros países se difundam no Brasil?”

** Respostas “outros” foram inseridas nessa variável

ATITUDES FRENTE AOS OUTROS PAÍSES

No gráfico a seguir, é verificada a concordância do brasileiro quanto ao desempenho do governo em diferentes áreas:

GRÁFICO 3.3.1: O(a) sr.(a) diria que concorda ou discorda com o desempenho do governo brasileiro em matéria de: Política econômica

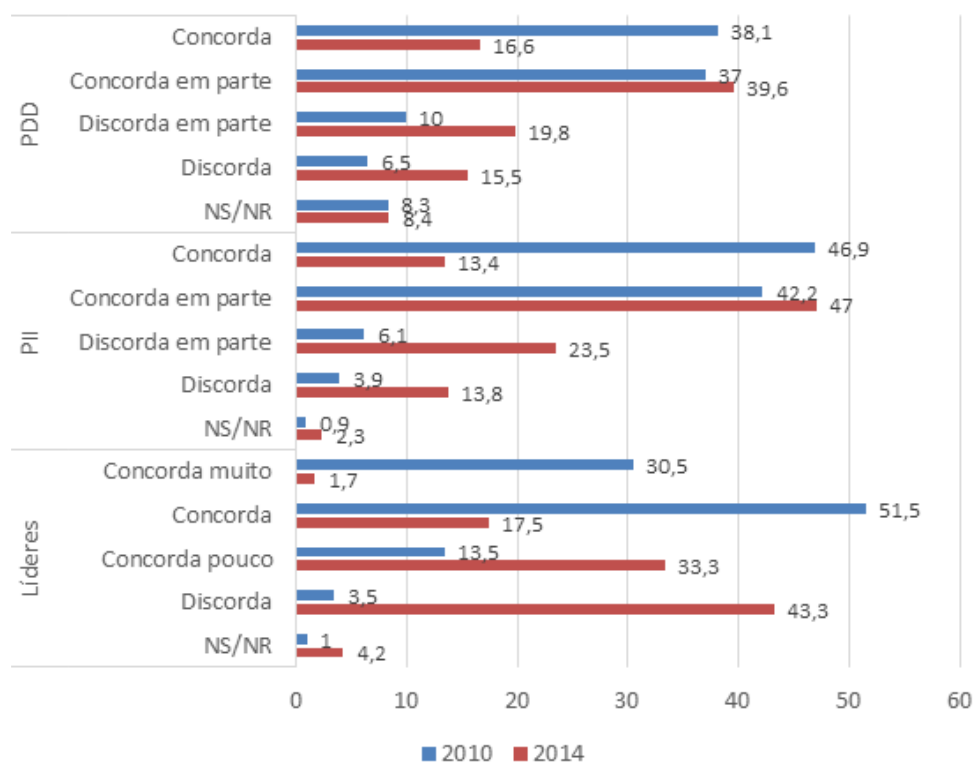


GRÁFICO 3.3.2: O(a) sr.(a) diria que concorda ou discorda com o desempenho do governo brasileiro em matéria de: Política de segurança pública

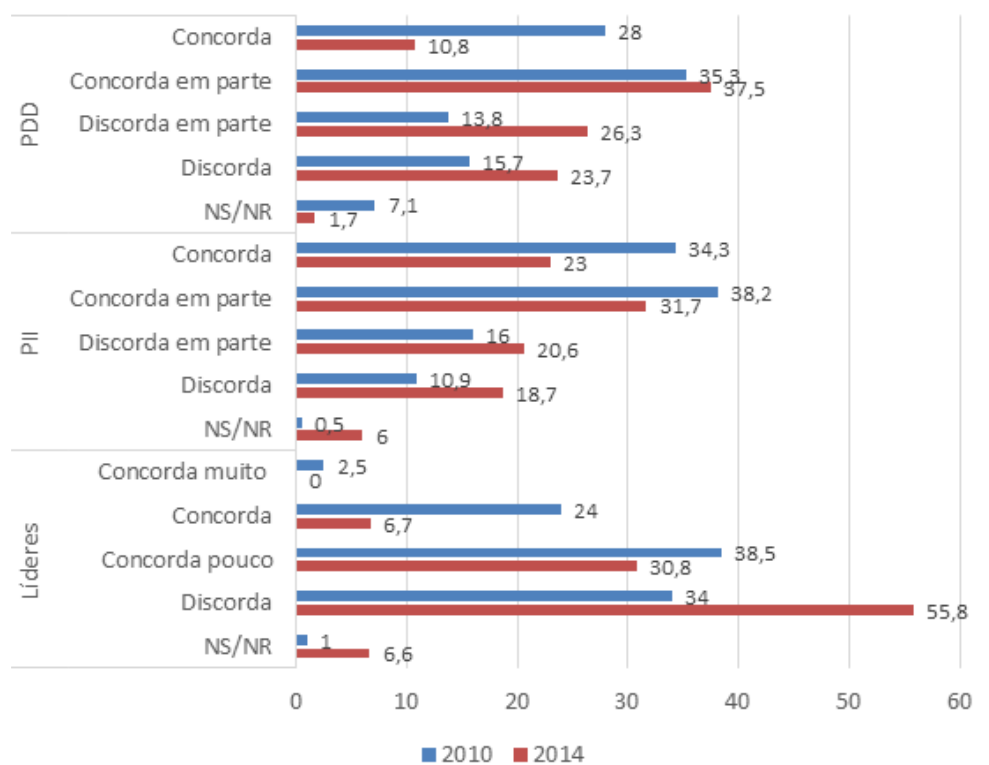


GRÁFICO 3.3.3: O(a) sr.(a) diria que concorda ou discorda com o desempenho do governo brasileiro em matéria de: Política exterior

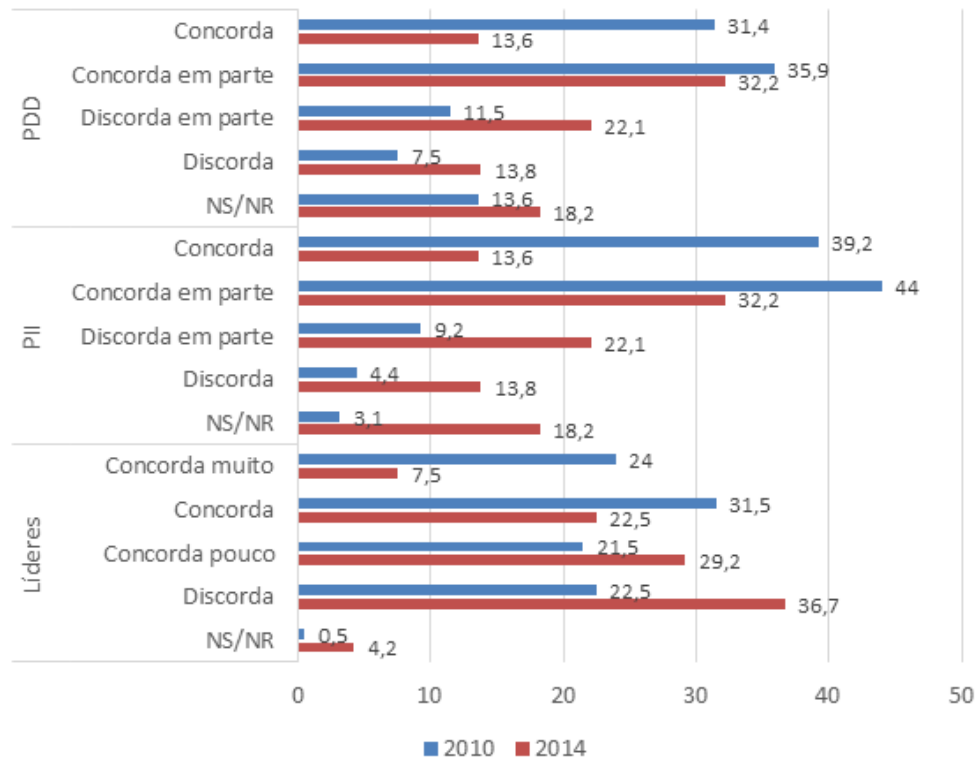
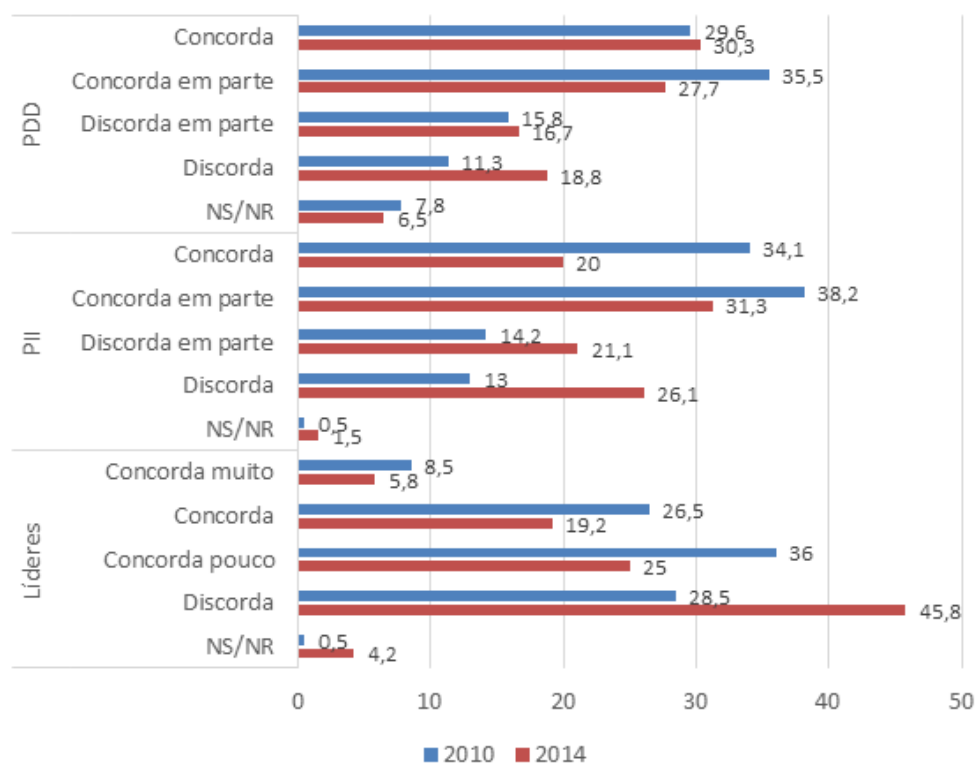
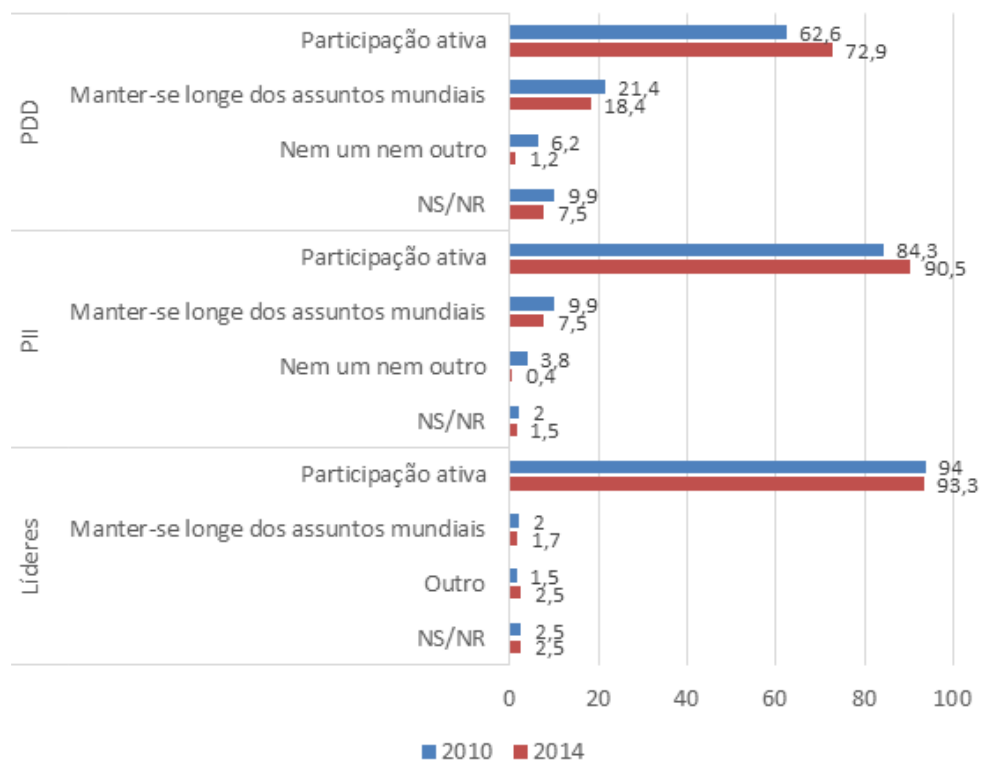


GRÁFICO 3.3.4: O(a) sr.(a) diria que concorda ou discorda com o desempenho do governo brasileiro em matéria de: Política educacional



Quanto à política exterior, tanto o público quanto os líderes pensam que o Brasil deve ter protagonismo nos assuntos internacionais, embora haja uma diferença significativa entre a opinião dos grupos: enquanto as opiniões dos líderes e do PII tendem a convergir, uma parcela significativa – porém decrescente – do PDD defende a posição isolacionista.

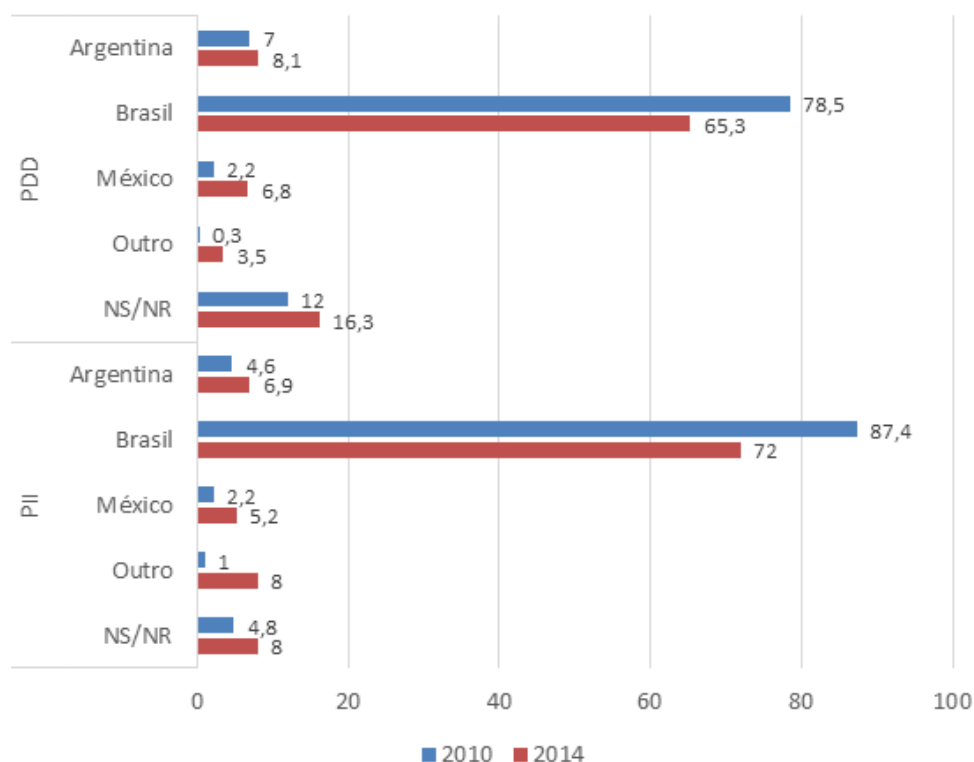
GRÁFICO 3.3.5: Em sua opinião, o que é melhor para o futuro do Brasil?



Vejamos, agora, como a percepção sobre a inserção do Brasil no plano internacional, captada em perguntas anteriores, concretiza-se e quais deveriam ser as prioridades em termos de atuação externa.

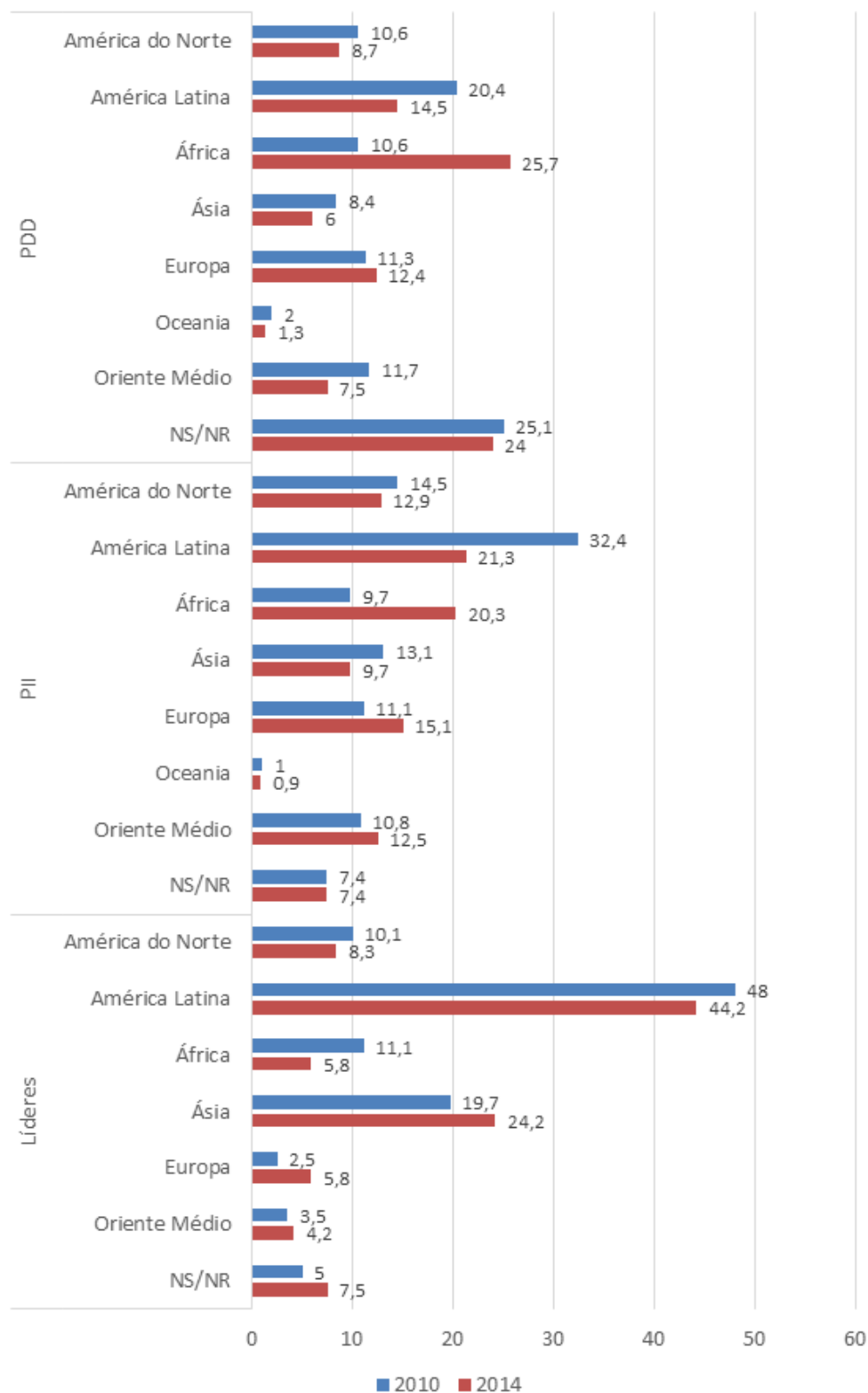
A grande maioria do público considera que o Brasil deveria ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança, como representante da América Latina, caso a Organização das Nações Unidas fosse reformada (78,5% e 65,3% do PDD e 87,4% e 72% do PII, respectivamente, em 2010 e 2014).

GRÁFICO 3.3.6: Se o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas pudesse ter um novo assento para representar a América Latina como um todo, que país deveria ocupar esse assento?



Perguntados sobre a que região do mundo deveríamos prestar mais atenção, boa parte dos respondentes considera a América Latina como prioritária, havendo, no entanto, uma queda de 32,4% para 21,3% do PII, de 2010 para 2014, e leve crescimento em relação à Europa (de 11,1% para 15,1%). Isso pode refletir as mudanças e os desafios pelos quais passa a Europa, com o tema da segurança internacional e das migrações, além da retomada das negociações entre Mercosul e União Europeia, no último ano em que o *survey* foi aplicado.

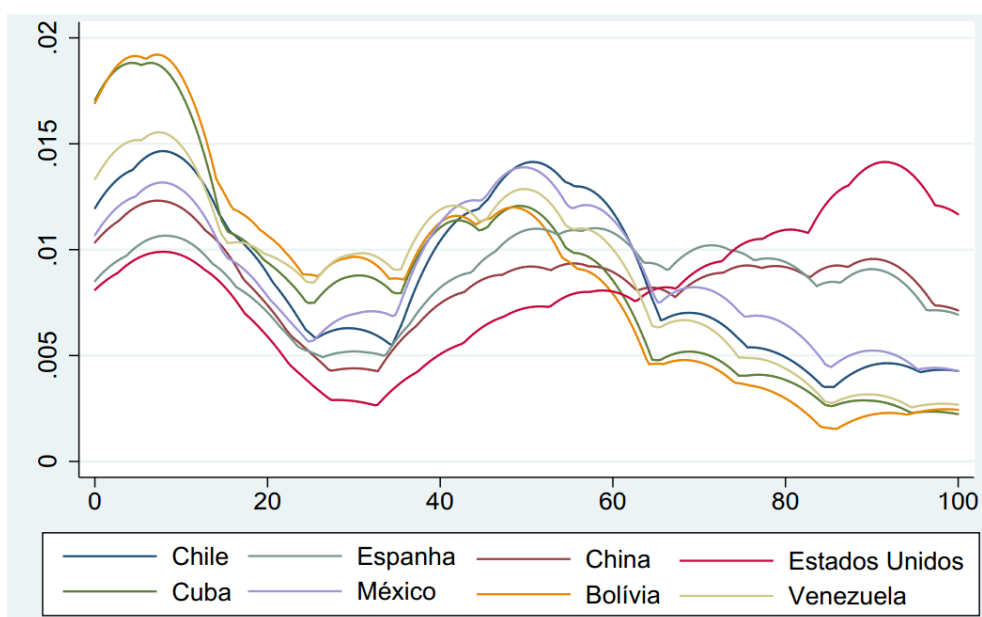
GRÁFICO 3.3.7: Na sua opinião, o Brasil deve prestar mais atenção em qual região do mundo?



Para melhor detalhar informações sobre como os brasileiros veem seus principais parceiros comerciais, alguns países selecionados foram avaliados pelos entrevistados, os gráficos abaixo trazem tais resultados.

Os dois gráficos seguintes comparam a opinião dos dois tipos de público para o ano de 2014 quanto aos países Chile, China, Cuba, Espanha, Estados Unidos, México, Venezuela e Colômbia. Foi pedido aos entrevistados que atribuíssem uma nota de 0 a 100, sendo 0 uma opinião muito desfavorável e 100 uma opinião muito favorável sobre o país. Para tornar a informação mais inteligível, usamos a função de densidade de probabilidade com um núcleo K (kernel)³.

GRÁFICO 3.3.8: (PDD) Agora vou pedir que o(a) sr.(a) me diga sua opinião sobre alguns países, dando uma nota de 0 a 100, onde 0 significa uma opinião muito desfavorável e 100 uma opinião muito favorável sobre esse país:

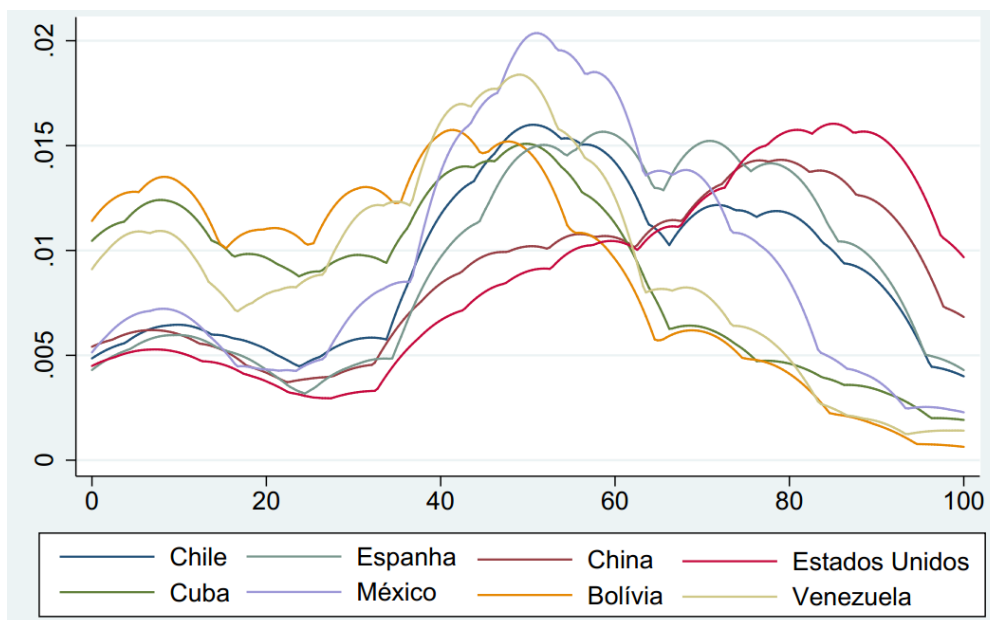


3 A estimativa de densidade Kernel (EDK) é uma estimação não paramétrica, ou seja, que não possui dados com estruturas ou parâmetros característicos (nenhuma distribuição particular), da função de densidade de probabilidade de uma variável, indicando a probabilidade relativa de ocorrência dos valores específicos ao longo da distribuição da variável. A função de densidade de probabilidade desconhecida está associada à análise de agrupamentos, ou seja, à formação de agrupamentos para os dados, que se formam a partir de semelhanças entre os padrões dos dados. O núcleo K da função pode ser substituído por qualquer função. Aqui foi escolhida a função Gaussiana por representar mais realisticamente os dados. Desse modo, centrado em cada ponto do conjunto há uma pequena Gaussiana. Isso se traduz no aspecto de “picos” presente no gráfico.

A primeira coisa que observamos é a percepção mais positiva que o público desinformado e desinteressado tem dos Estados Unidos. É o país que possui menor concentração de opiniões até a pontuação 60 e a maior nos últimos 20 disponíveis. A posição com relação à Bolívia é o contrário daquela sobre os EUA, possuindo a mais alta concentração no começo da distribuição e a mais baixa no final. Os demais países oscilam nesse meio. Deve-se notar que China e Espanha são os dois países cujas variações ao longo da distribuição são menores quando comparados com todos os demais países (China um pouco melhor que a Espanha). Por fim, o país que mais se concentra numa nota média é o Chile, possuindo o maior pico no centro da distribuição e se mantendo até pouco mais que a pontuação 60. México seria o segundo nesse quesito.

A mesma comparação é feita para o público interessado e informado:

GRÁFICO 3.3.9: (PI) Agora vou pedir que o(a) sr.(a) me diga sua opinião sobre alguns países, dando uma nota de 0 a 100, onde 0 significa uma opinião muito desfavorável e 100 uma opinião muito favorável sobre esse país:



Ao compararmos essa distribuição com a do público desinteressado e desinformado (PDD), percebemos aqui maior dispersão de opiniões. Há um padrão, apesar de fraco, quando comparado ao gráfico anterior, no início da distribuição. Há maior concentração nas notas médias e altas. Estados Unidos é

novamente o país mais bem avaliado entre os entrevistados e, do outro lado do espectro, há de novo a Bolívia como o pior avaliado. México é o país com maior concentração na pontuação média da distribuição, enquanto Cuba ocupa a segunda colocação nessa condição.

Pode-se dizer que os brasileiros têm atitudes ambivalentes – ao mesmo tempo de desconfiança e de admiração – em relação às potências mundiais e seu papel na manutenção da ordem internacional. Os dois grupos do público reconhecem os Estados Unidos como protagonista central no sistema internacional, mas se dividem quanto à avaliação de sua atuação para preservar a paz. O desinformados e desinteressados avalia de forma um pouco mais positiva a ação internacional dos EUA. De toda forma, tanto no caso dos Estados Unidos quanto no da China, as porcentagens dos que afirmam que esses países inspiram confiança é muito semelhante às daqueles que dizem o contrário, um padrão de resposta bem diferente do observado para França, Grã-Bretanha e Rússia, casos em que as opiniões positivas ou negativas são mais nítidas.

GRÁFICO 3.3.10: Qual dos seguintes países lhe inspira maior confiança para manter a paz no mundo?

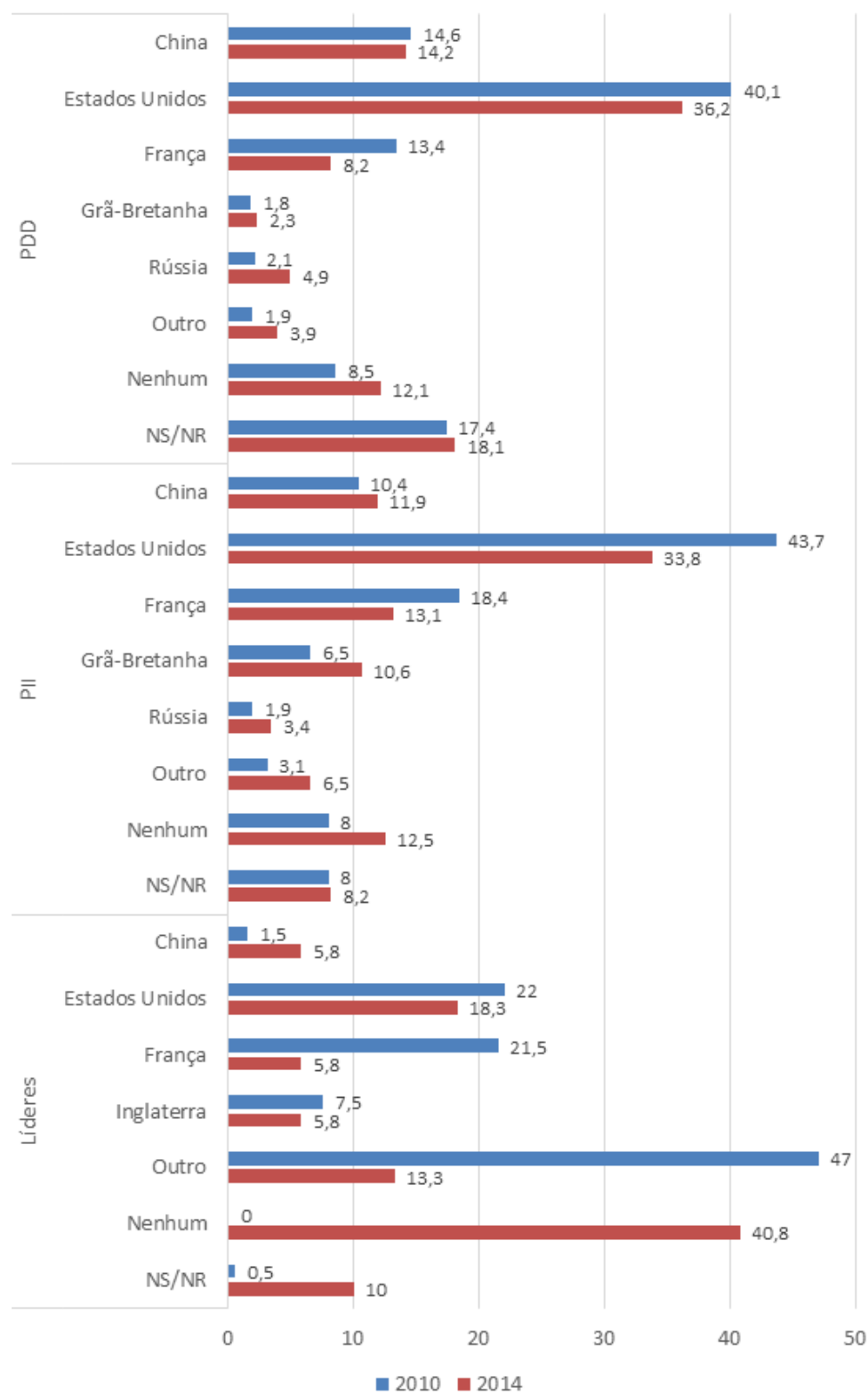
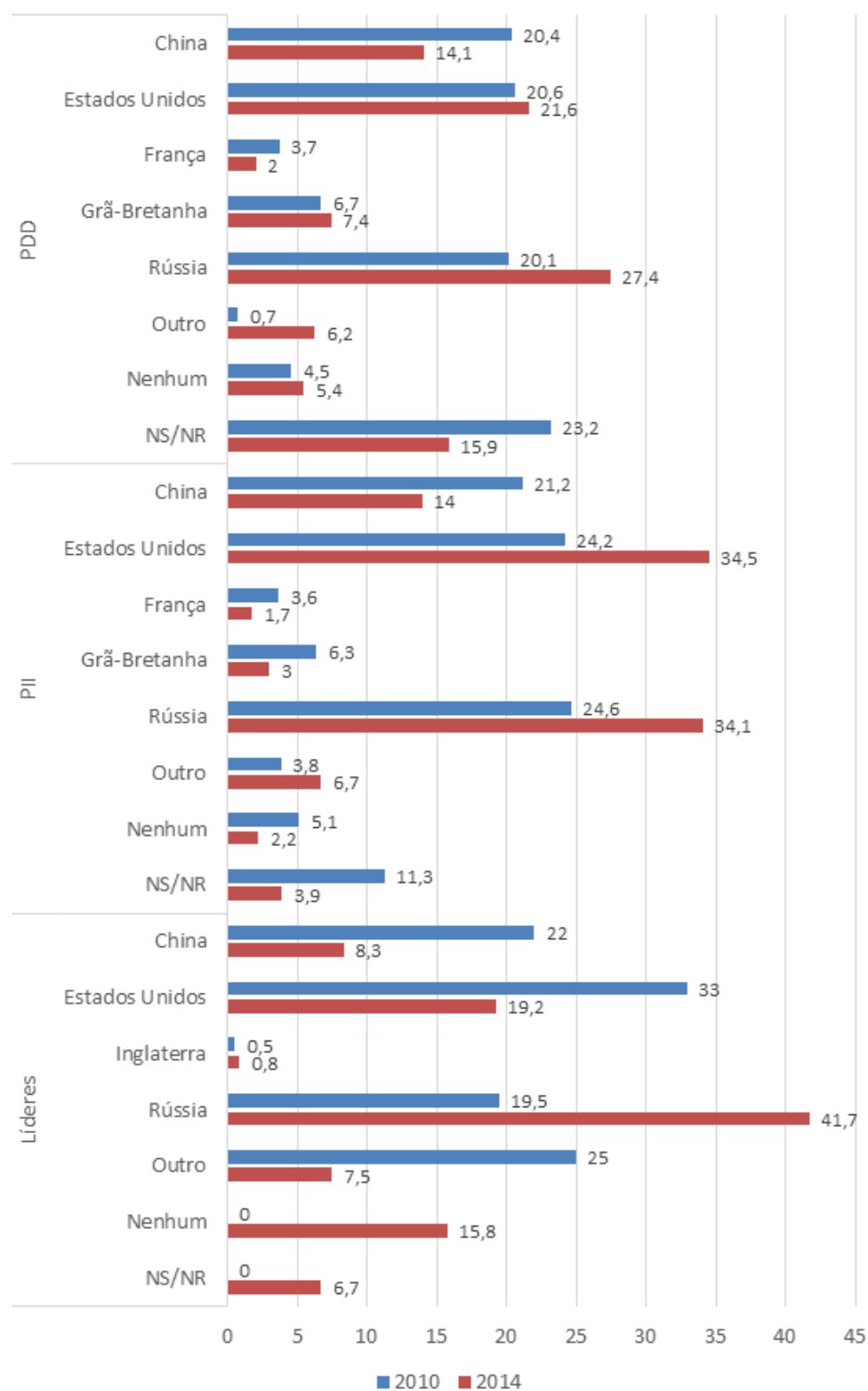
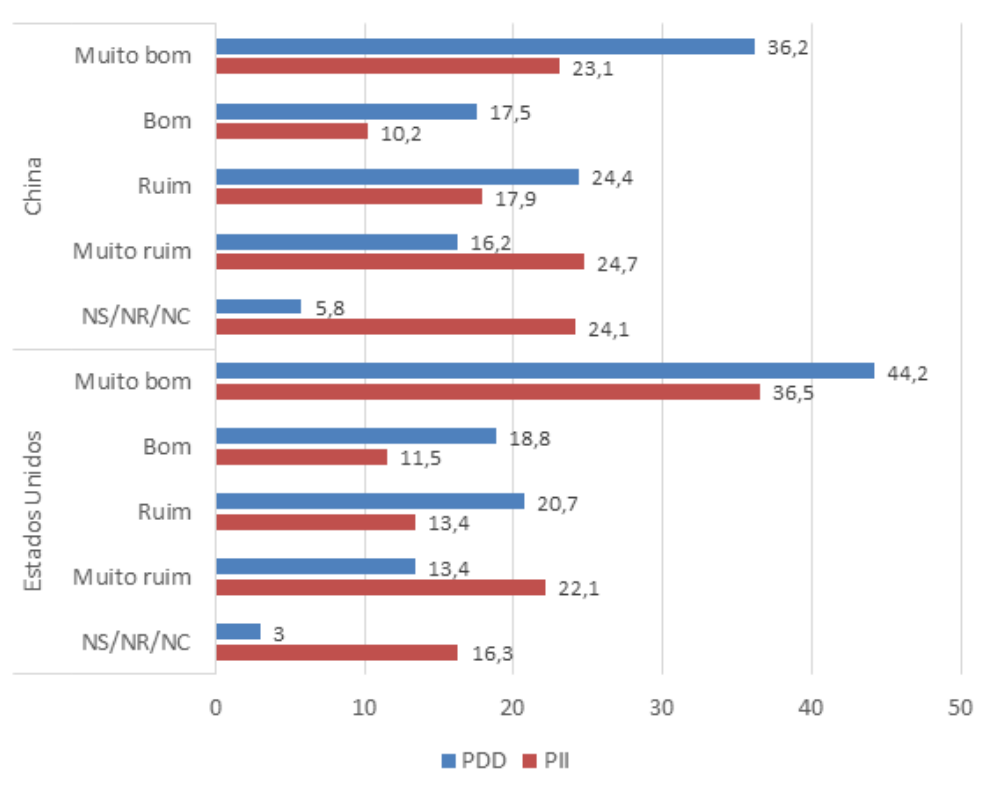


GRÁFICO 3.3.11: E qual é o país que lhe inspira menor confiança para manter a paz no mundo?



As percepções a respeito dos Estados Unidos e da China (os dois maiores parceiros comerciais do Brasil) não ficam mais nítidas quando os brasileiros são perguntados diretamente sobre o que pensam dos dois países. As opiniões são muito divididas: o público interessado e informado tem visão mais positiva do que negativa nos dois casos, embora seja maior quando avalia os Estados Unidos; já o público desinformado e desinteressado tende a avaliar mais negativamente ambos, mas é significativa a porcentagem dos que afirmam não ter opinião ou não querer responder quando perguntados sobre a China – quase 25%.

GRÁFICO 3.3.12: China/EUA



Outra pergunta do *survey* confirma que a ambivalência e a desconfiança caracterizam a percepção dos brasileiros em relação às duas potências. Metade ou mais dos brasileiros afirmam desconfiar dos Estados Unidos – neste caso, a desconfiança é maior entre o PII.

GRÁFICO 3.3.13: Das seguintes palavras, qual descreve melhor seus sentimentos em relação aos Estados Unidos?

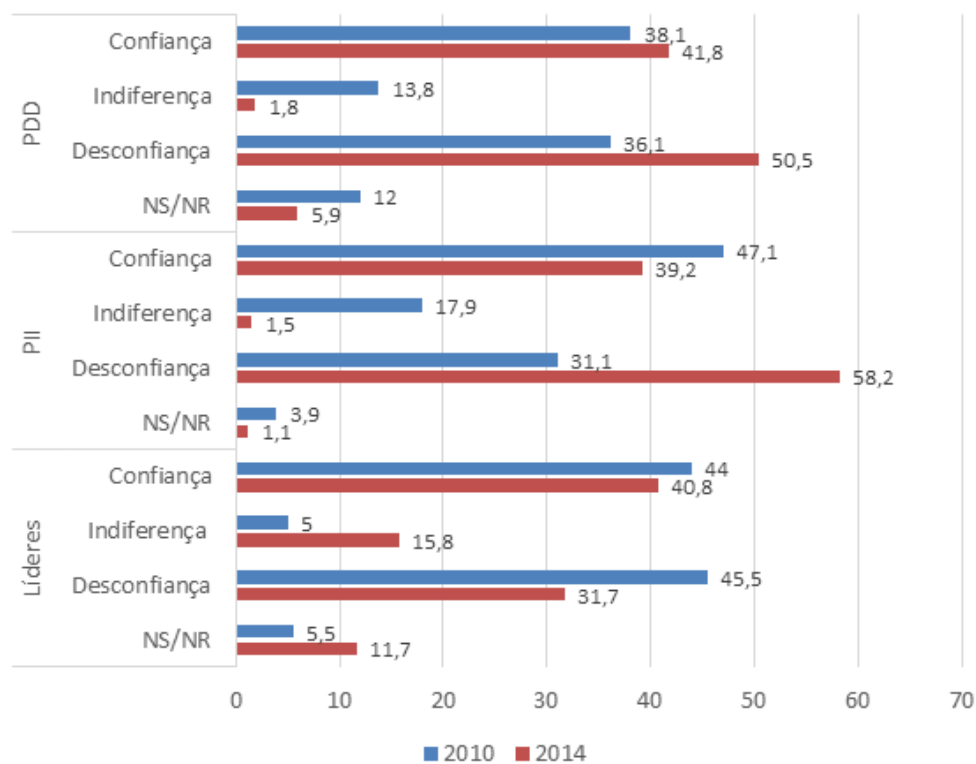


GRÁFICO 3.3.14: Das seguintes palavras, qual descreve melhor seus sentimentos em relação aos Estados Unidos?

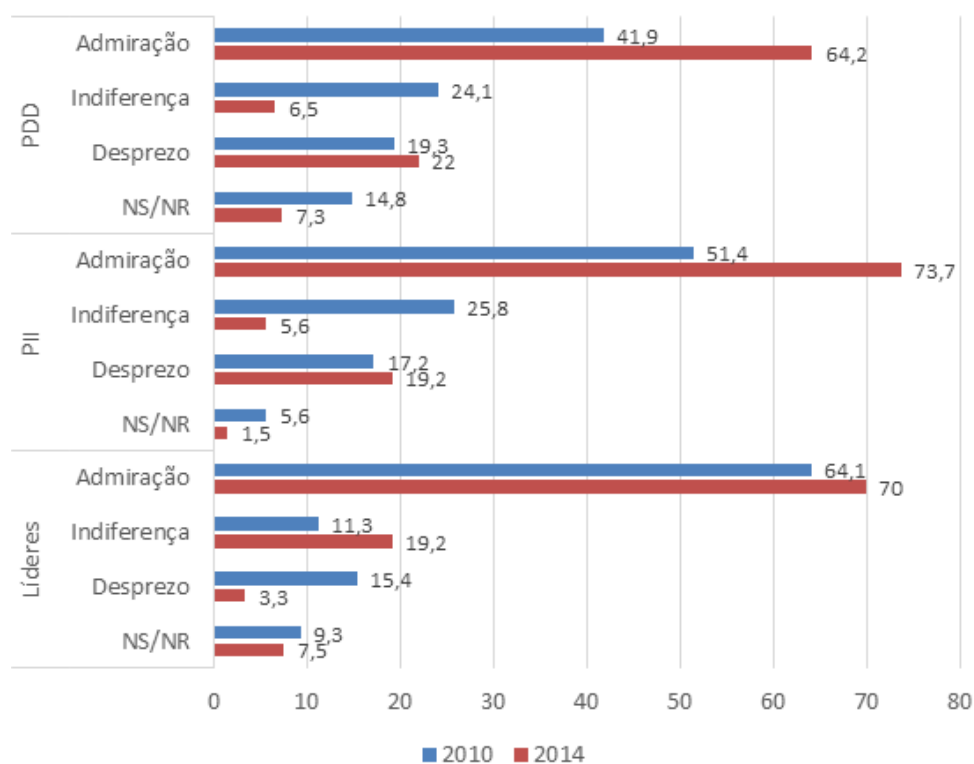


GRÁFICO 3.3.15: Das seguintes palavras, qual descreve melhor seus sentimentos em relação à China? (2010)

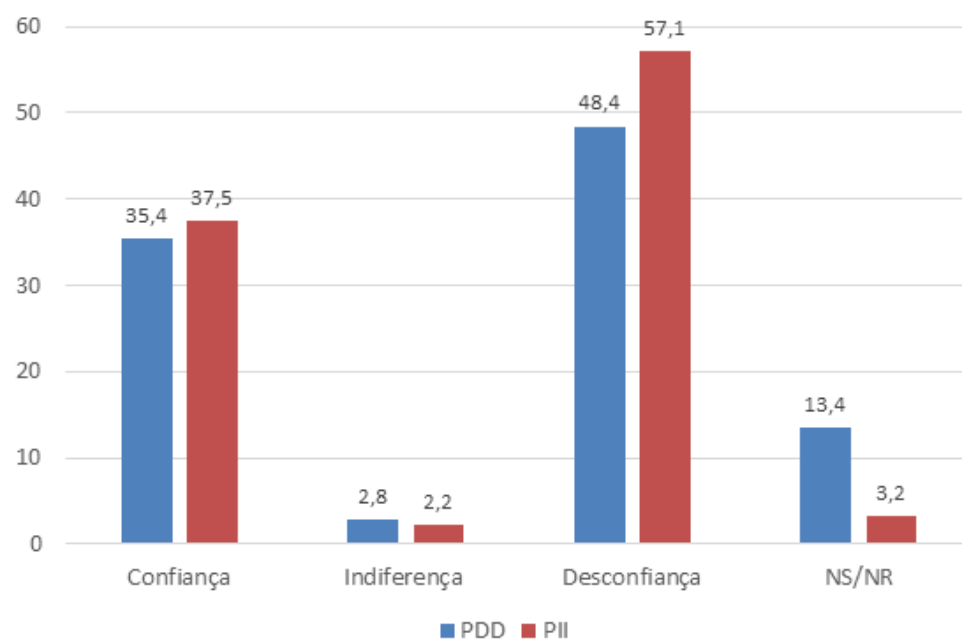
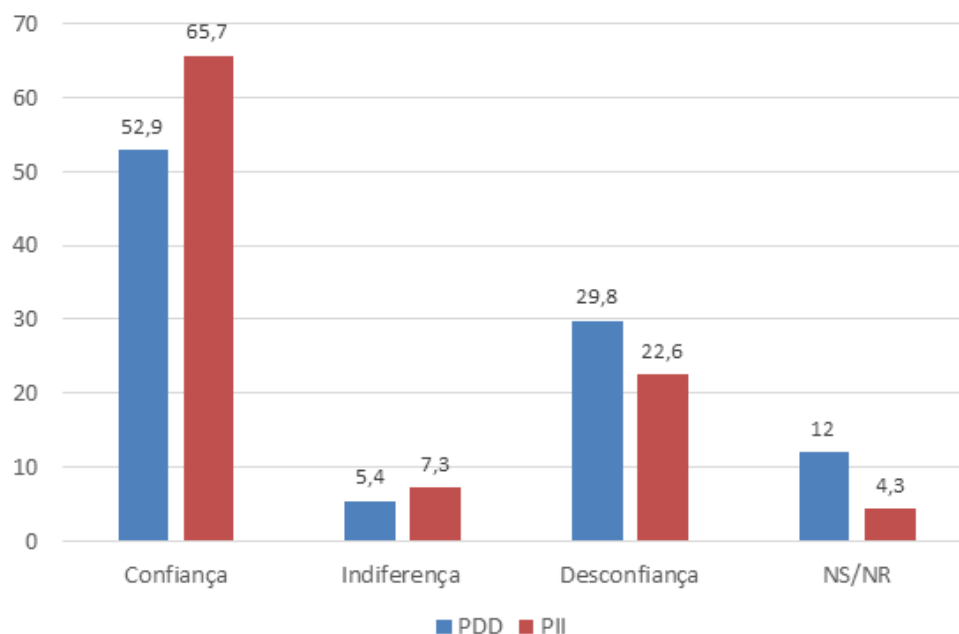


GRÁFICO 3.3.16: E das seguintes palavras, qual descreve melhor seus sentimentos em relação à China? (2014)



Observa-se, porém, que a desconfiança convive com a admiração pela primeira potência mundial, e apresenta tendência positiva, com o aumento do interesse e da informação a seu respeito.

Finalmente, mesmo reticentes em relação ao papel que a China desempenha na preservação da paz internacional, os brasileiros parecem acreditar que o aumento do poderio econômico desse país pode ter resultados benéficos, revelando, talvez, uma concepção intuitiva de equilíbrio de poder.

GRÁFICO 3.3.17: Em uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa MUITO NEGATIVO e 7, MUITO POSITIVO, como o sr.(a) avalia a atuação dos EUA na: América Latina

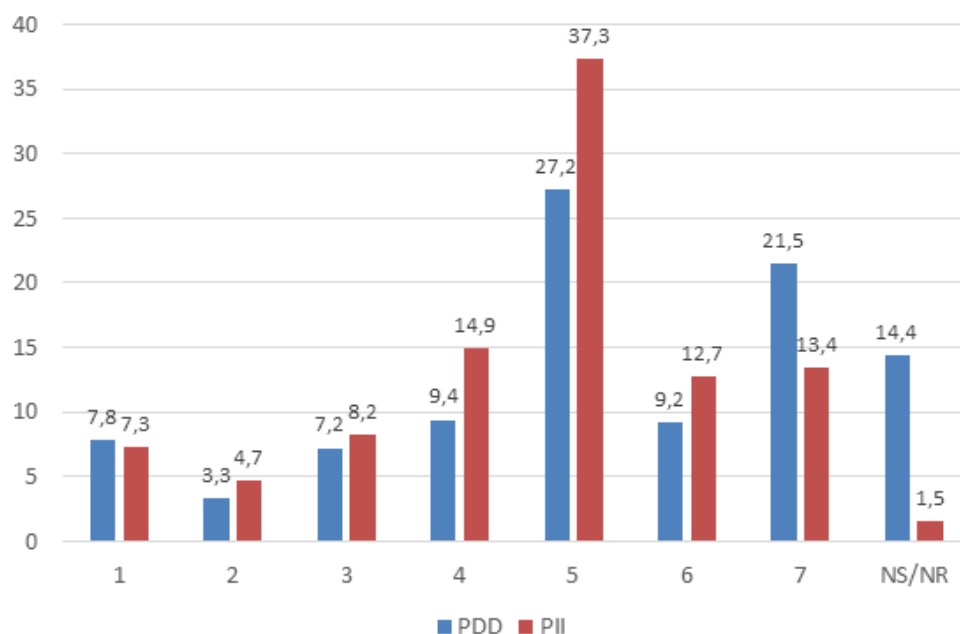


GRÁFICO 3.3.18: Em uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa MUITO NEGATIVO e 7, MUITO POSITIVO, como o sr.(a) avalia a atuação dos EUA na: Luta contra o terrorismo mundial

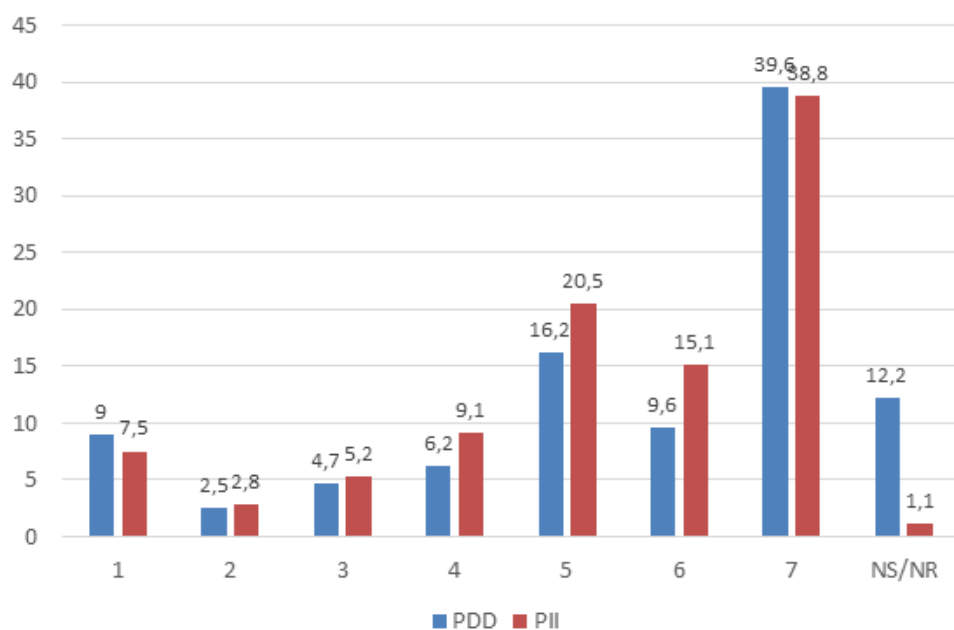


GRÁFICO 3.3.19: Em uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa MUITO NEGATIVO e 7, MUITO POSITIVO, como o sr.(a) avalia a atuação dos EUA: Na defesa da democracia no mundo

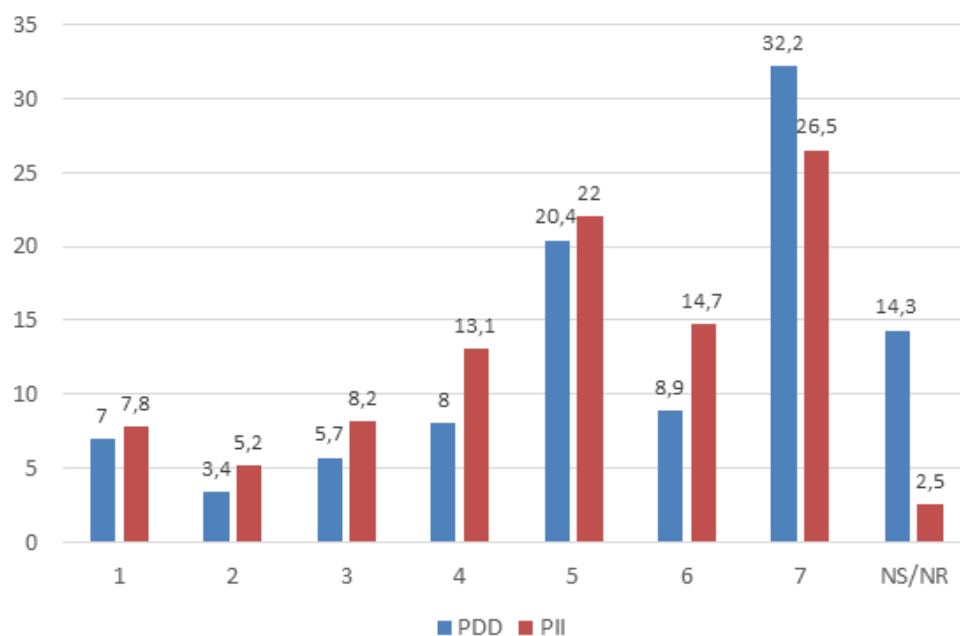


GRÁFICO 3.3.20: Em uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa MUITO NEGATIVO e 7, MUITO POSITIVO, como o sr.(a) avalia a atuação dos EUA na: Promoção do livre comércio

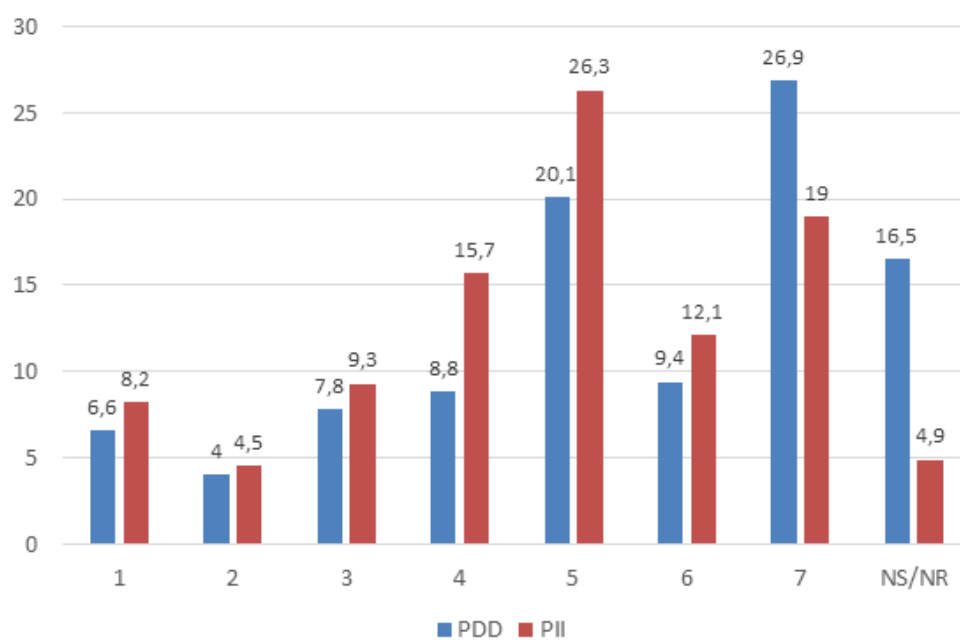


GRÁFICO 3.3.21: Em uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa MUITO NEGATIVO e 7, MUITO POSITIVO, como o sr.(a) avalia cada um dos seguintes aspectos dos EUA: Seus avanços científicos e tecnológicos

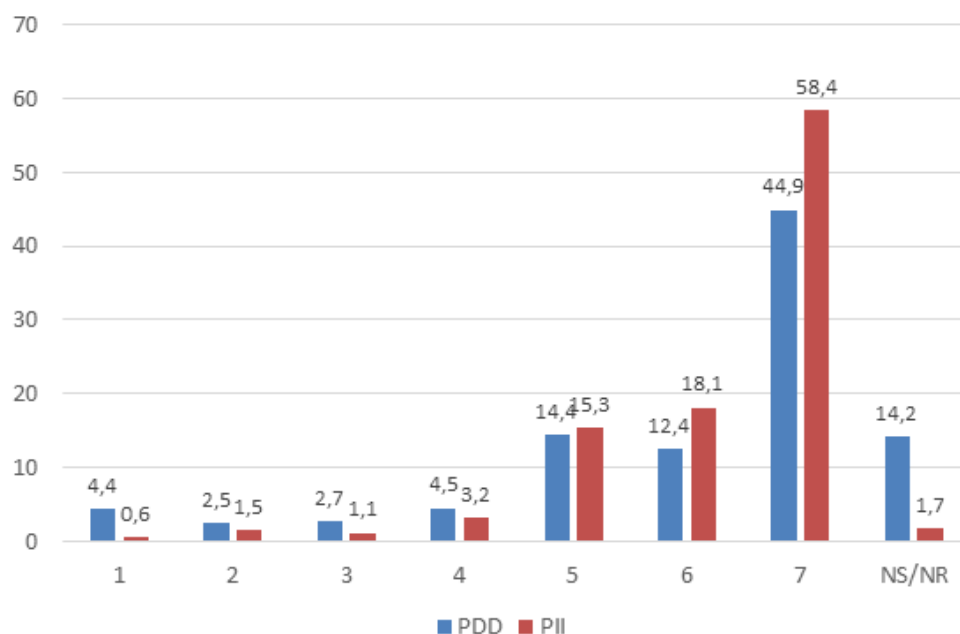


GRÁFICO 3.3.22: Em uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa MUITO NEGATIVO e 7, MUITO POSITIVO, como o sr.(a) avalia cada um dos seguintes aspectos dos EUA: Sua democracia

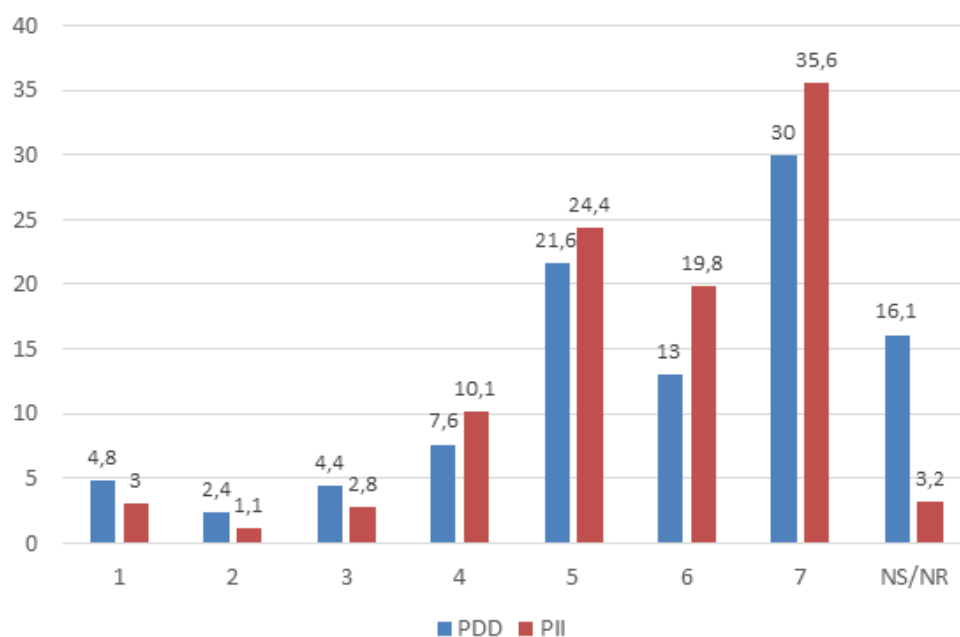


GRÁFICO 3.3.23: Em uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa MUITO NEGATIVO e 7, MUITO POSITIVO, como o sr.(a) avalia cada um dos seguintes aspectos dos EUA: Sua presença militar no mundo

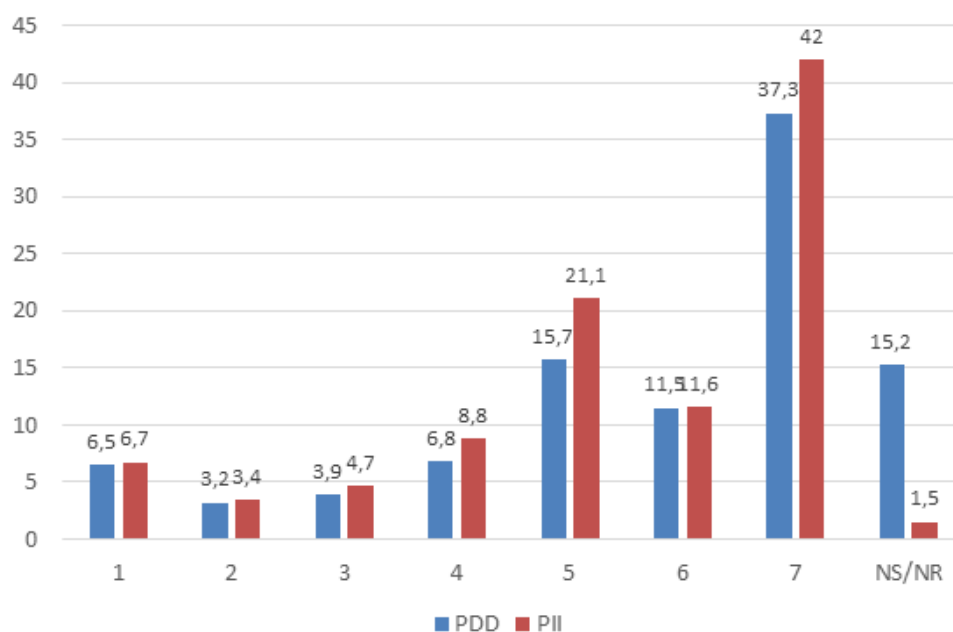


GRÁFICO 3.3.24: Em uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa MUITO NEGATIVO e 7, MUITO POSITIVO, como o sr.(a) avalia cada um dos seguintes aspectos dos EUA: Sua posição como o país mais importante do mundo

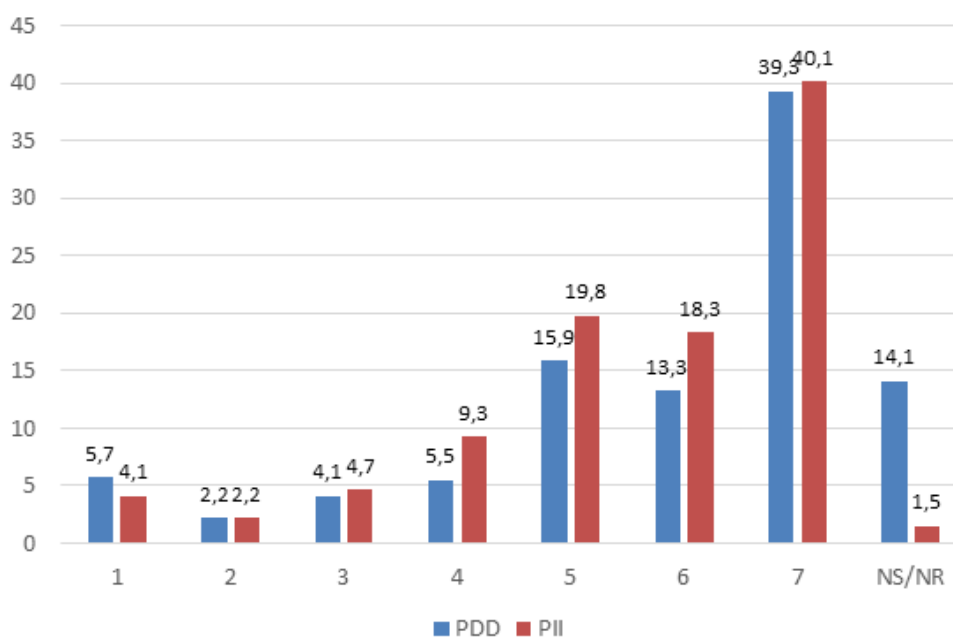


GRÁFICO 3.3.25: Em uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa MUITO NEGATIVO e 7, MUITO POSITIVO, como o sr.(a) avalia cada um dos seguintes aspectos dos EUA: Sua cultura popular, como o cinema e a música

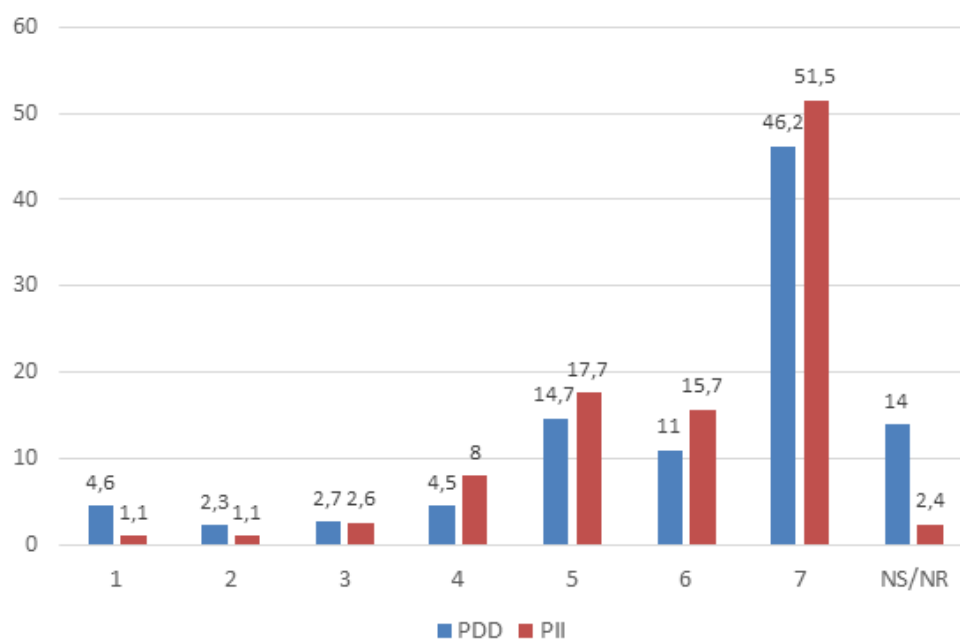
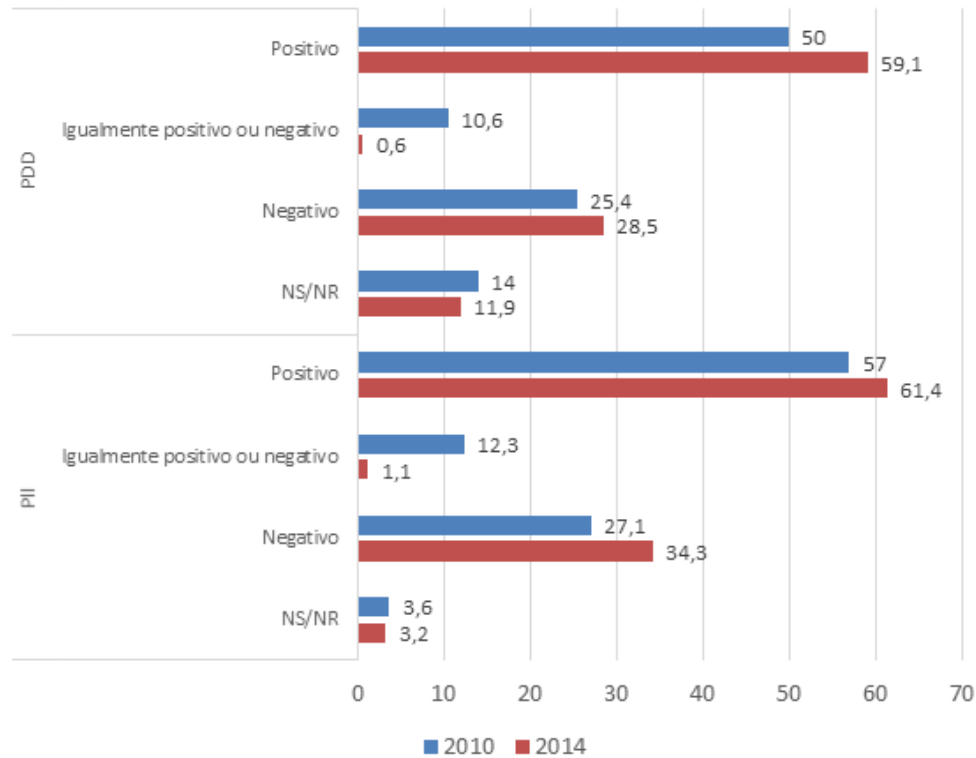


GRÁFICO 3.3.26: Na sua opinião, se a economia da China crescesse até ser tão grande quanto a dos Estados Unidos, o(a) sr.(a) acha que esse fato seria positivo ou negativo para o mundo?



Quando tratamos de especificar a natureza da relação do Brasil com países vizinhos, países emergentes e nações desenvolvidas, o quadro fica mais complexo.

GRÁFICO 3.3.27: Diga-me, como o(a) sr.(a) descreveria a relação do Brasil com os seguintes países... é de amizade, sociedade, rivalidade ou ameaça: Argentina

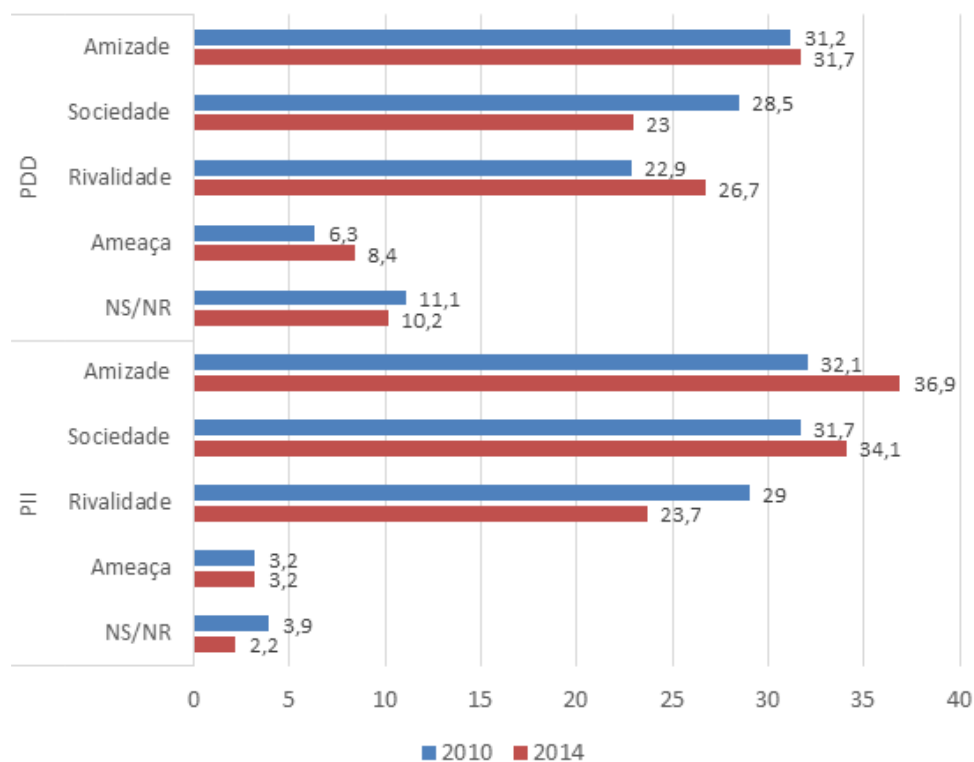


GRÁFICO 3.3.28: Diga-me, como o(a) sr.(a) descreveria a relação do Brasil com os seguintes países... é de amizade, sociedade, rivalidade ou ameaça: Chile

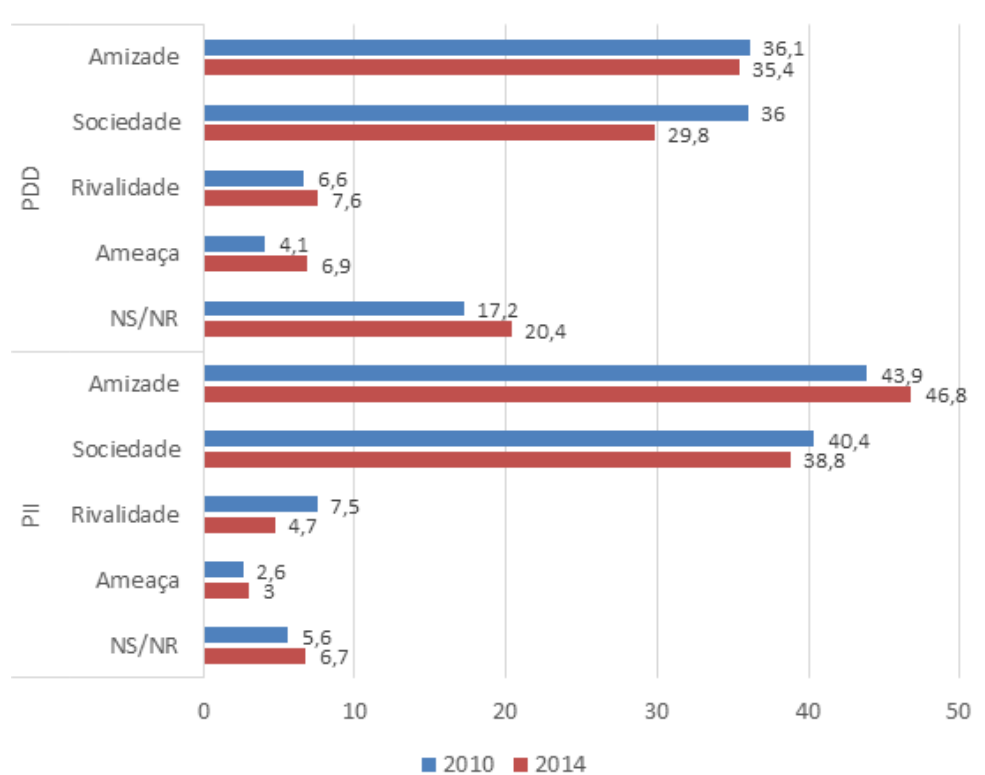


GRÁFICO 3.3.29: Diga-me, como o(a) sr.(a) descreveria a relação do Brasil com os seguintes países... é de amizade, sociedade, rivalidade ou ameaça: China

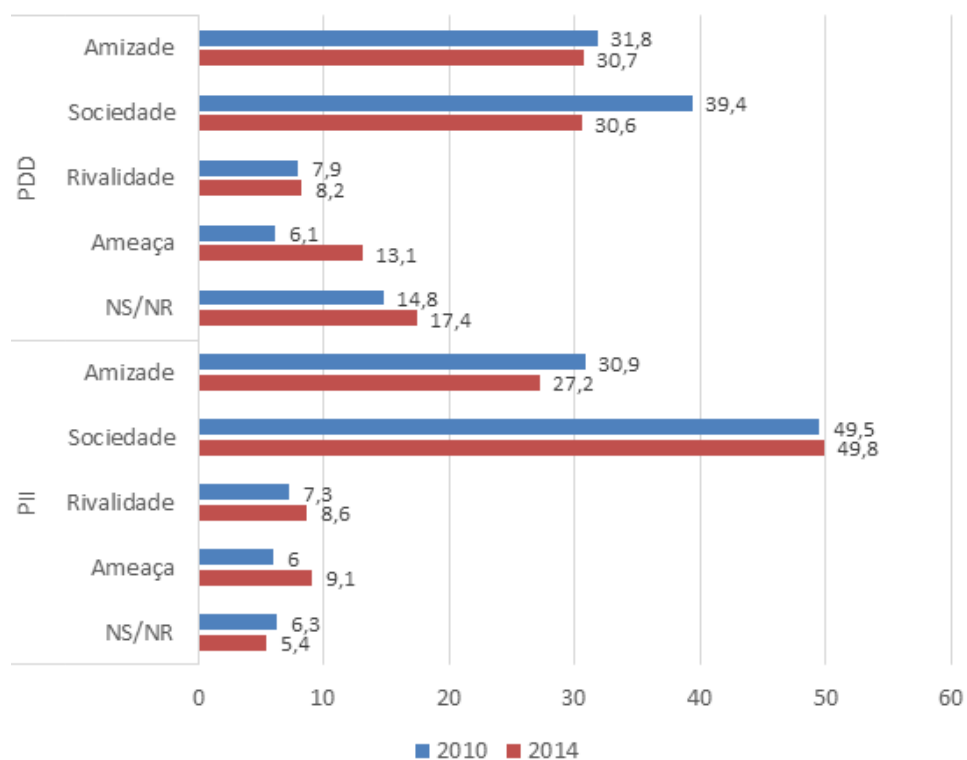


GRÁFICO 3.3.30: Diga-me, como o(a) sr.(a) descreveria a relação do Brasil com os seguintes países... é de amizade, sociedade, rivalidade ou ameaça: Colômbia

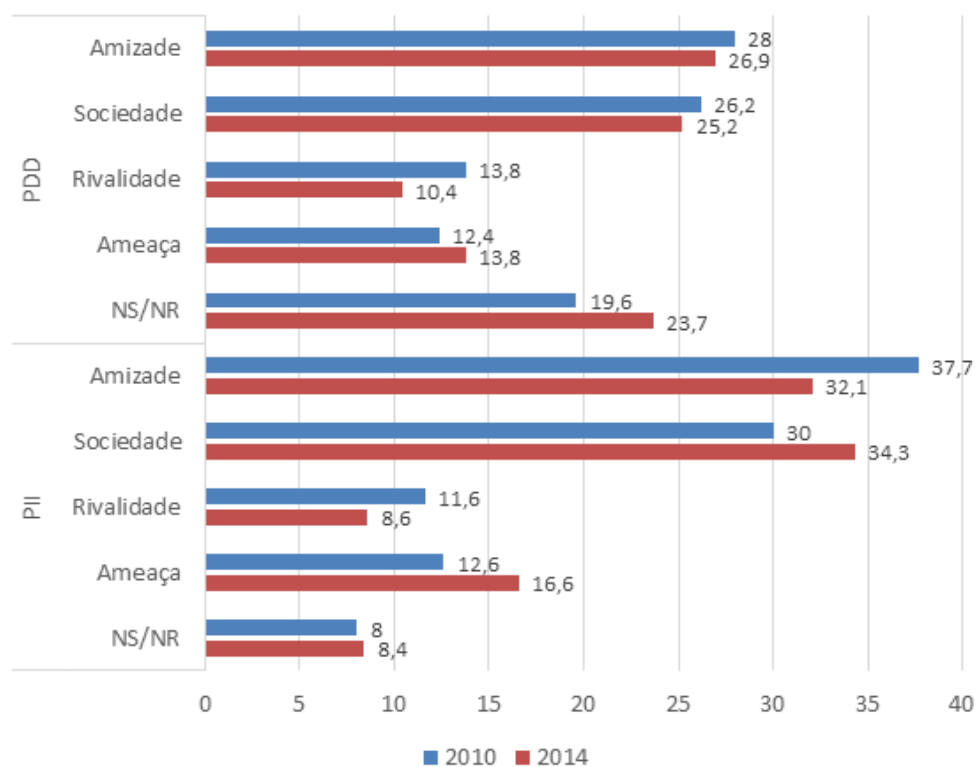


GRÁFICO 3.3.31: Diga-me, como o(a) sr.(a) descreveria a relação do Brasil com os seguintes países... é de amizade, sociedade, rivalidade ou ameaça: Cuba

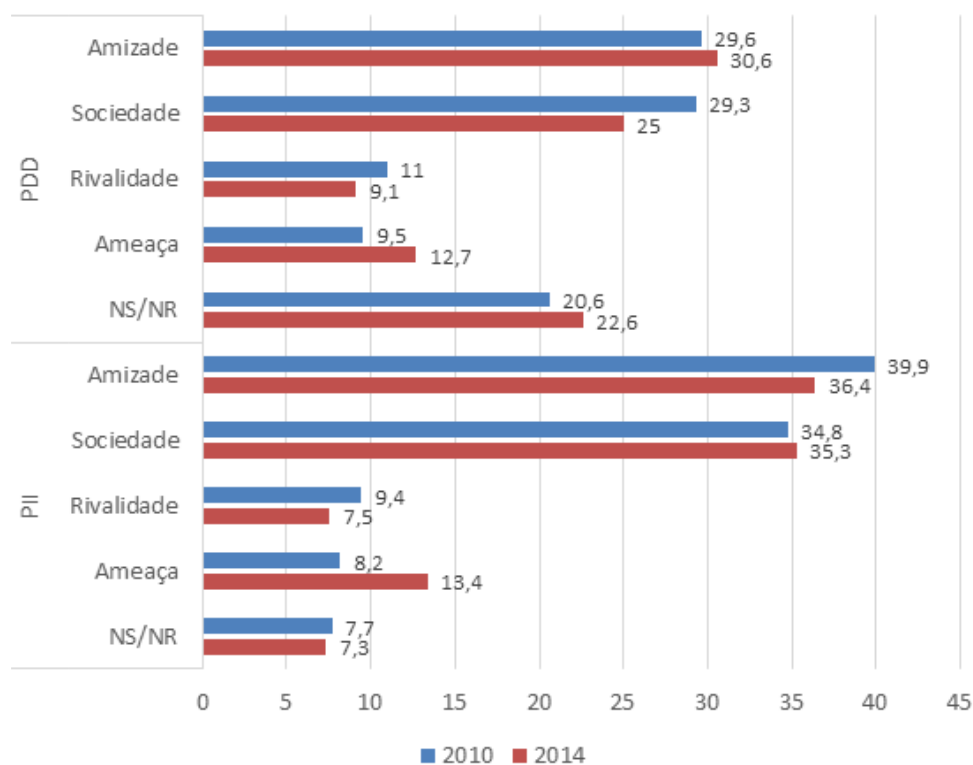


GRÁFICO 3.3.32: Diga-me, como o(a) sr.(a) descreveria a relação do Brasil com os seguintes países... é de amizade, sociedade, rivalidade ou ameaça: Estados Unidos

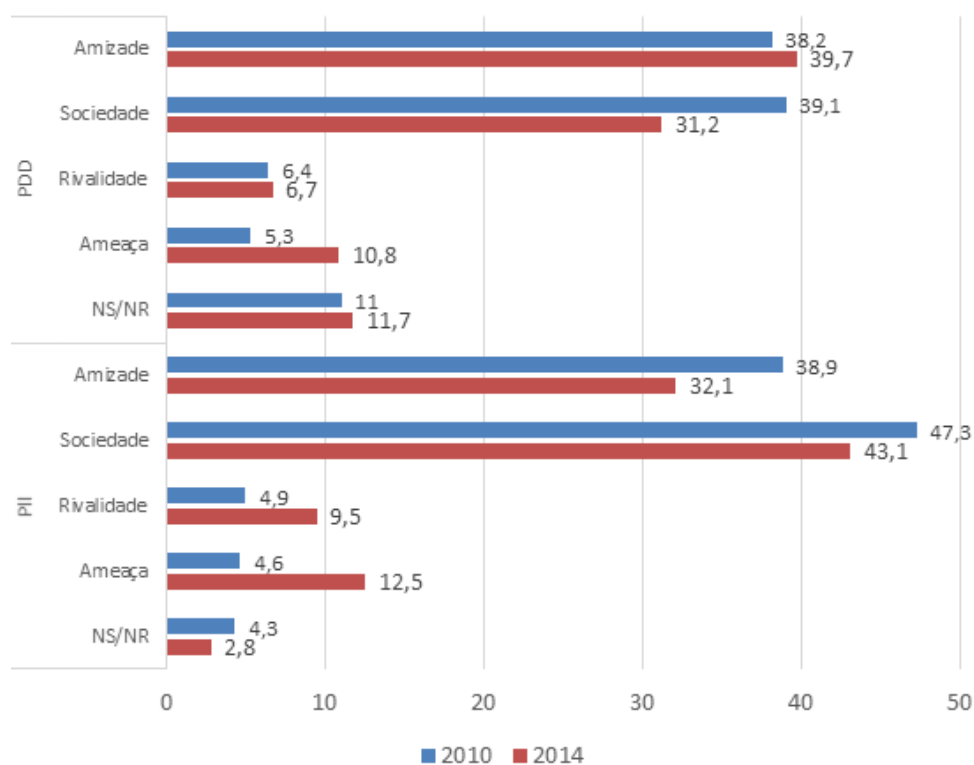


GRÁFICO 3.3.33: Diga-me, como o(a) sr.(a) descreveria a relação do Brasil com os seguintes países... é de amizade, sociedade, rivalidade ou ameaça: Japão

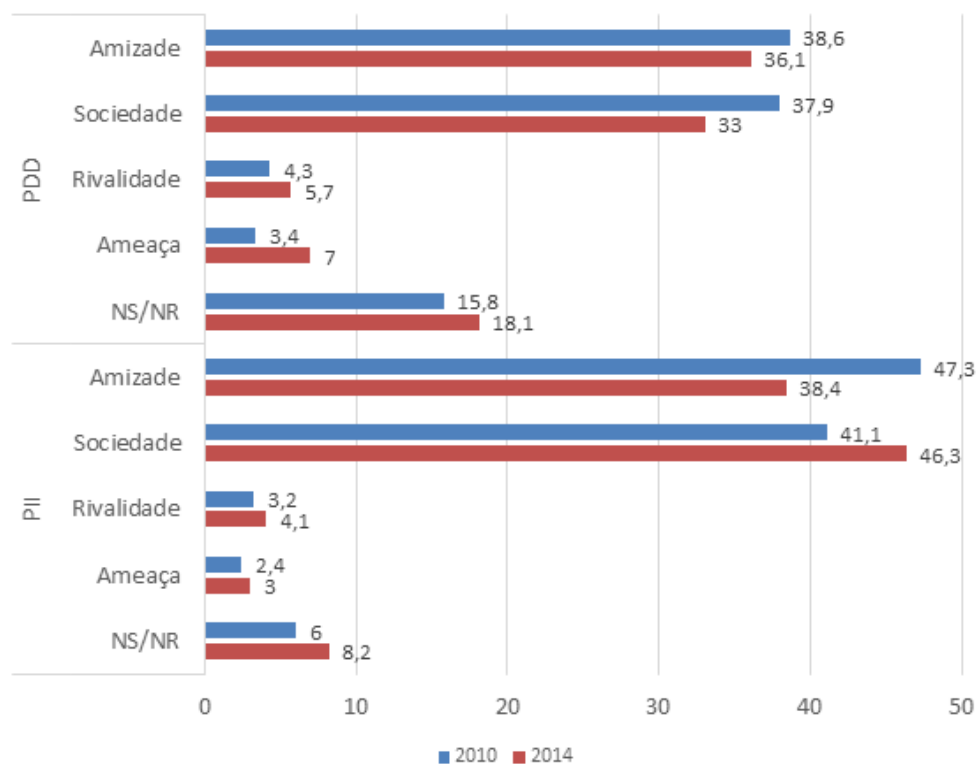


GRÁFICO 3.3.34: Diga-me, como o(a) sr.(a) descreveria a relação do Brasil com os seguintes países... é de amizade, sociedade, rivalidade ou ameaça: Peru

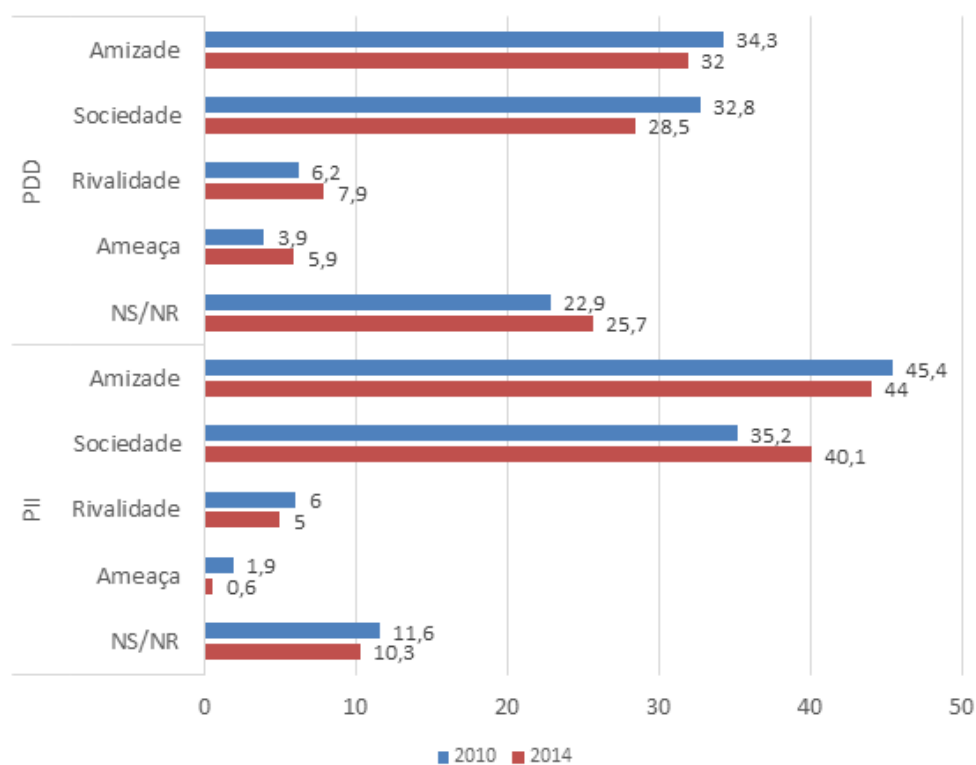


GRÁFICO 3.3.35: Diga-me, como o(a) sr.(a) descreveria a relação do Brasil com os seguintes países... é de amizade, sociedade, rivalidade ou ameaça: Venezuela

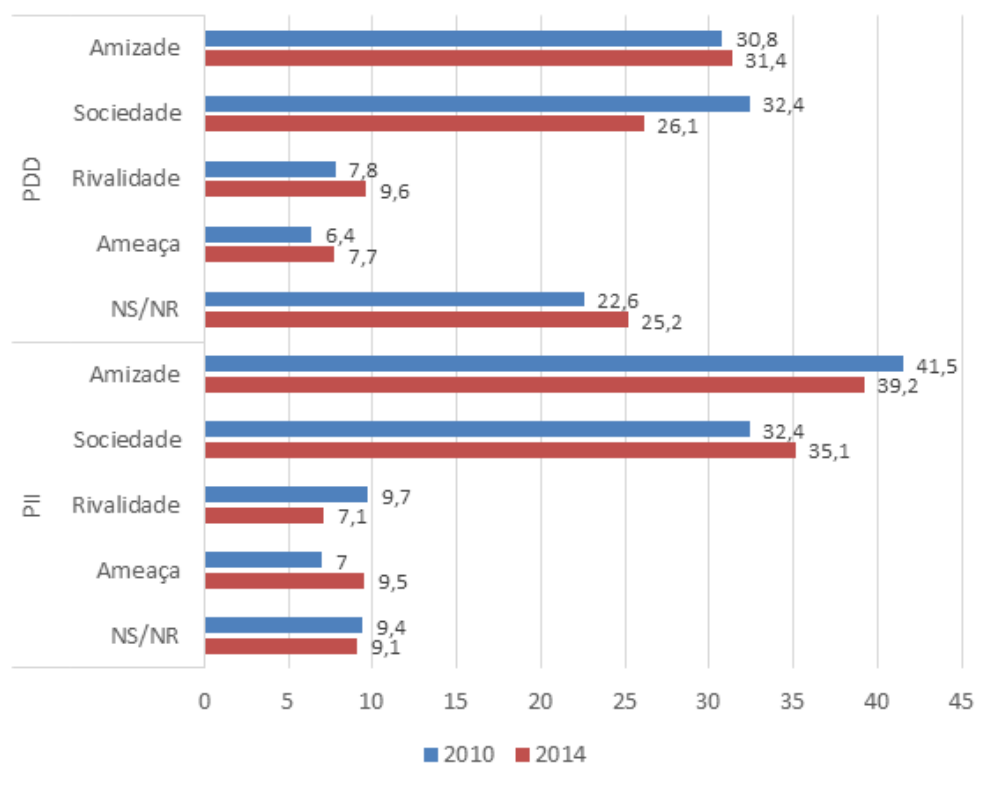


GRÁFICO 3.3.36: Diga-me, como o(a) sr.(a) descreveria a relação do Brasil com os seguintes países: Países da União Europeia (2014)

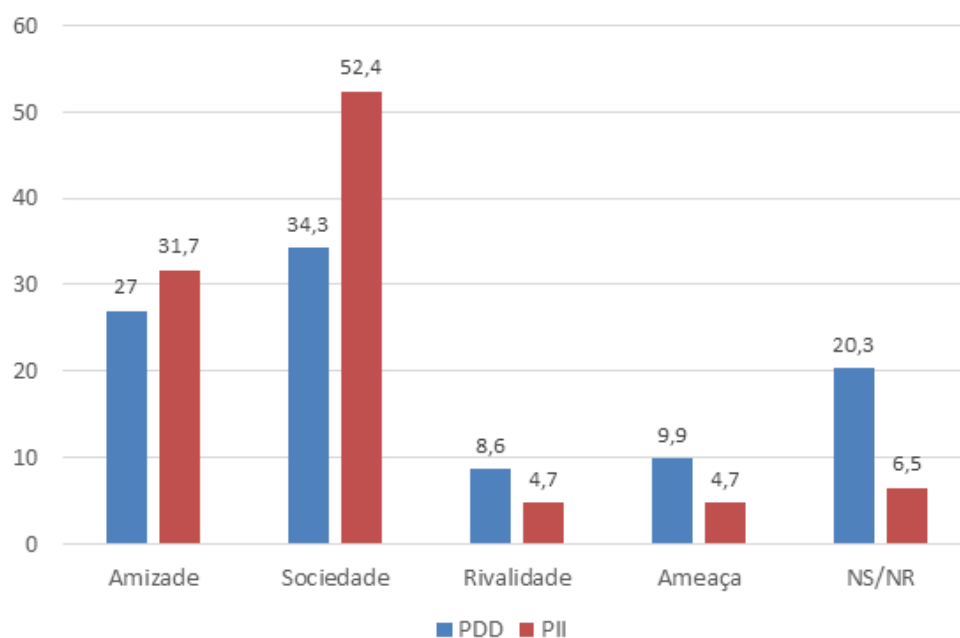


GRÁFICO 3.3.37: Diga-me, como o(a) sr.(a) descreveria a relação do Brasil com o seguinte país: Bolívia (2014)

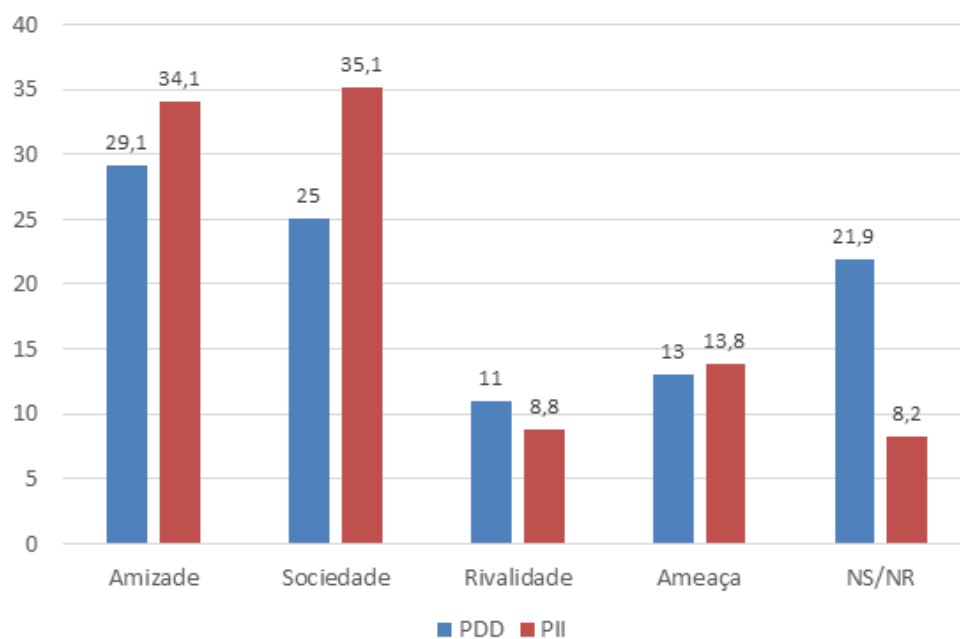


GRÁFICO 3.3.38: Diga-me, como o(a) sr.(a) descreveria a relação do Brasil com o seguinte país: Índia (2014)

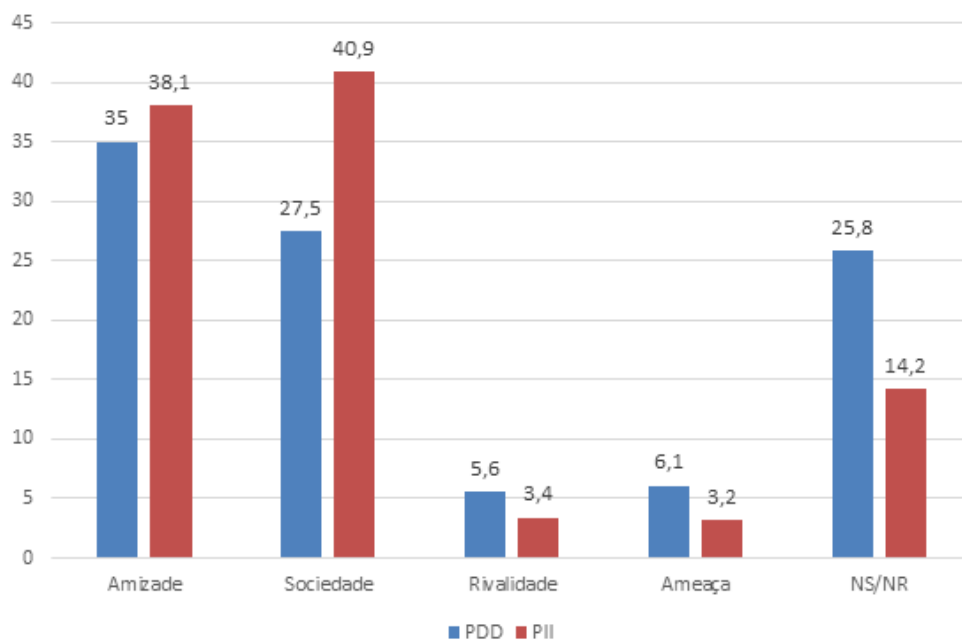


GRÁFICO 3.3.39: O(a) sr.(a) diria que a relação do Brasil com o seguinte país é: Argentina (2014)

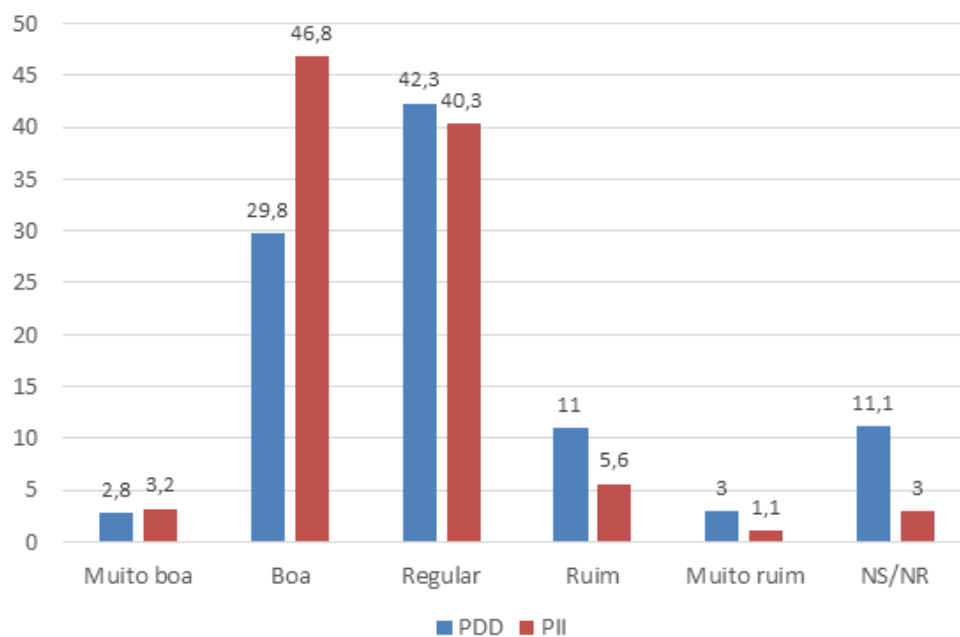


GRÁFICO 3.3.40: O(a) sr.(a) diria que a relação do Brasil com o seguinte país é: Bolívia (2014)

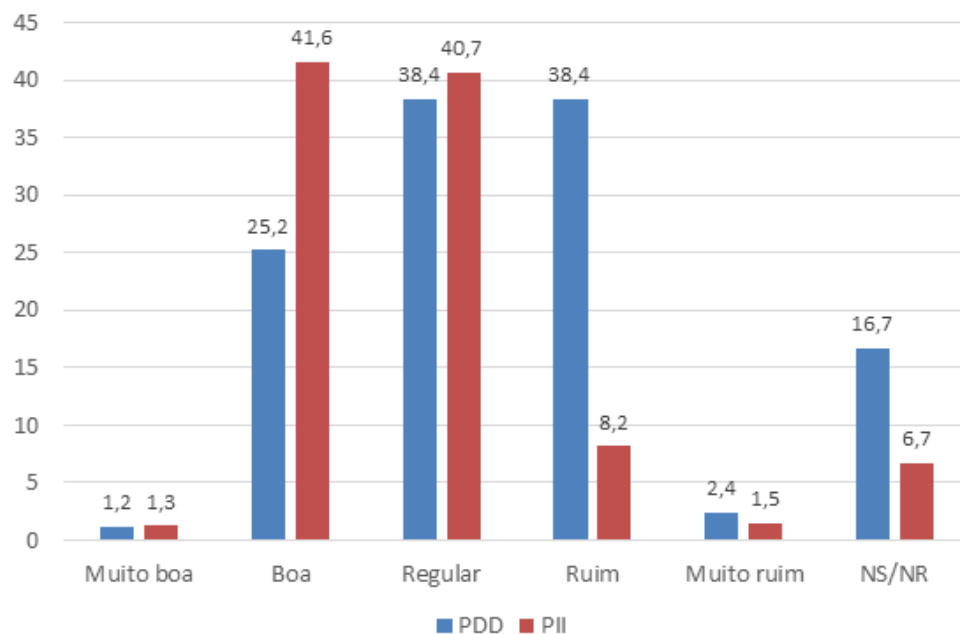


GRÁFICO 3.3.41: O(a) sr.(a) diria que a relação do Brasil com o seguinte país é: EUA (2014)

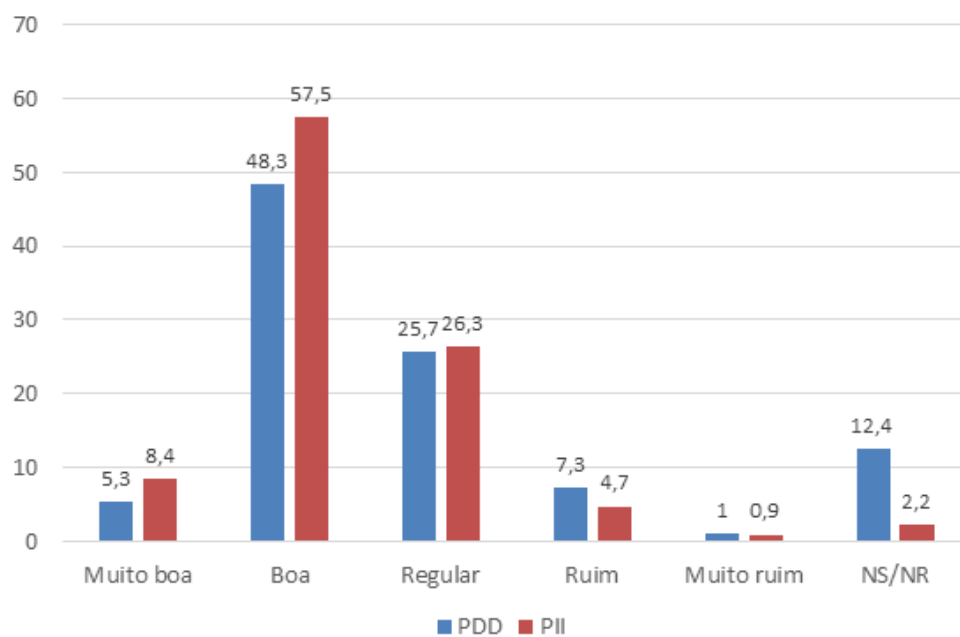


GRÁFICO 3.3.42: O(a) sr.(a) diria que a relação do Brasil com o seguinte país é: Venezuela (2014)

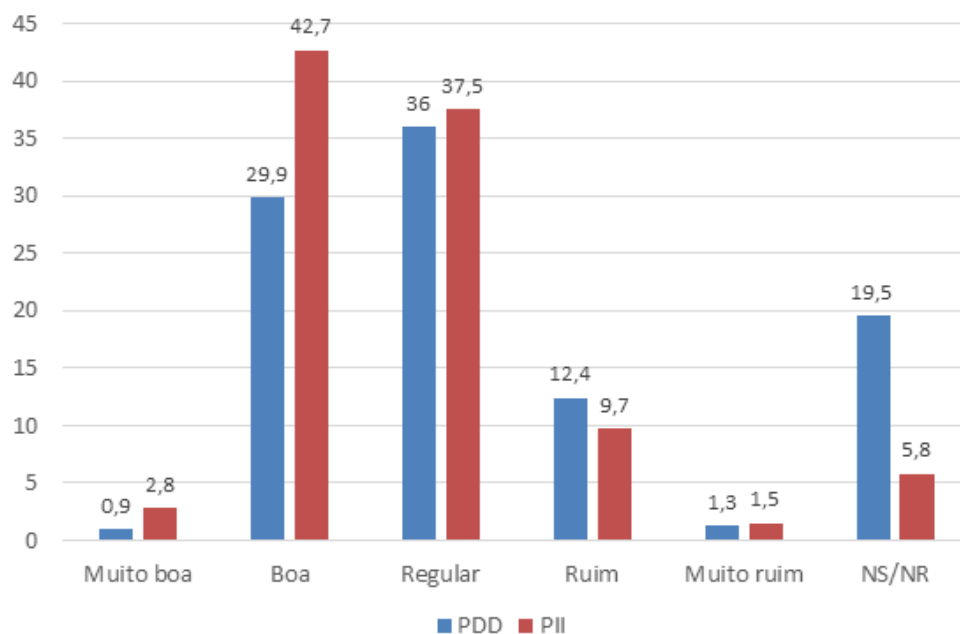
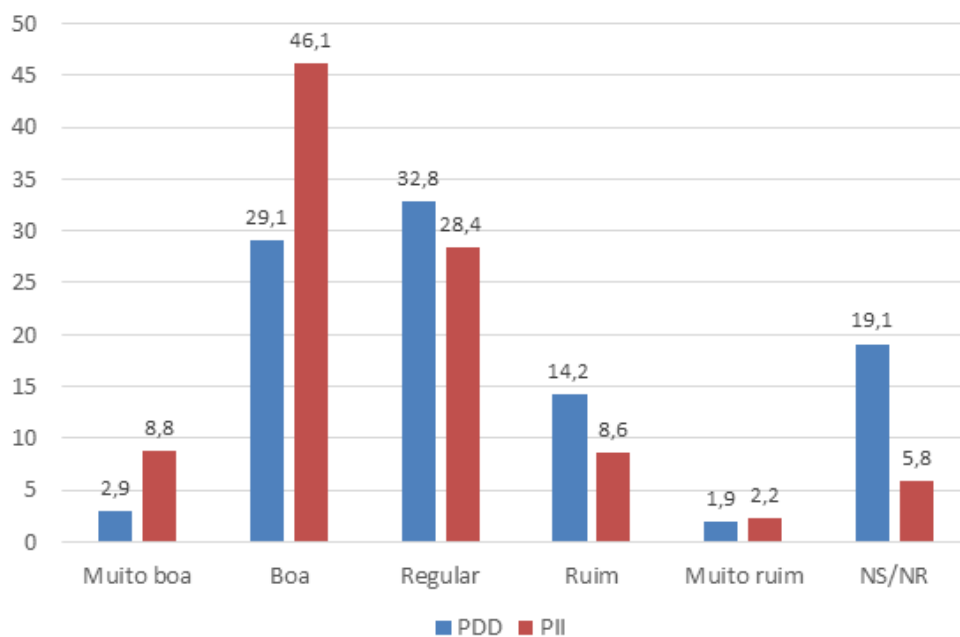


GRÁFICO 3.3.43: O(a) sr.(a) diria que a relação do Brasil com o seguinte país é: Cuba (2014)



No que se refere às grandes potências e aos países emergentes, mesmo mantendo bom relacionamento comercial, a percepção predominante (de 50% ou mais, em todos os casos) é de uma relação de sociedade com China, Japão, Índia e União Europeia – sendo os países europeus os que mais se destacam nessa perspectiva. Apenas com os Estados Unidos aparece a relação de amizade combinada com a de sociedade, explicada pela ligação histórica mantida com a potência e o alto grau de interdependência existente entre os países.

A percepção de rivalidade ou ameaça não aparece de forma significativa frente a nenhum país, provavelmente em virtude do modelo de política externa e do comportamento internacional que, tradicionalmente, o Brasil adota, dando prioridade à negociação e à diplomacia. A percepção do público reflete essa atuação: um país sem rivais ou inimigos.

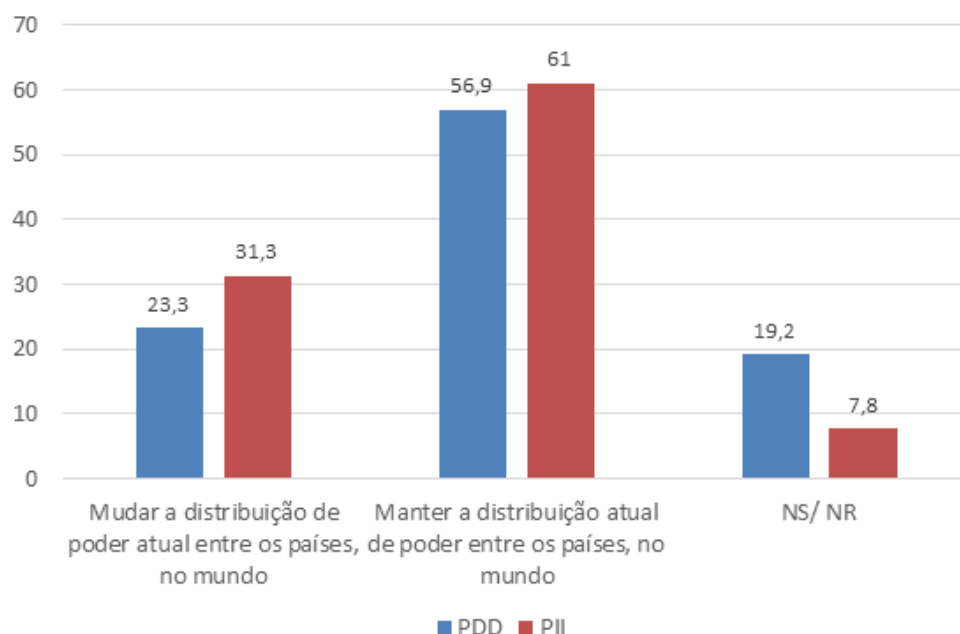
CAPÍTULO 4

Política externa

OBJETIVOS

Em relação à política externa oficial, o Brasil tem tradicionalmente optado pela reforma do sistema internacional, de maneira que os países emergentes tenham maior visibilidade, por meio de discussões no âmbito das organizações internacionais. Entretanto, os dados parecem indicar que, segundo os dois grupos entrevistados, a população brasileira acredita que o país deveria atuar para a preservação do *status quo* internacional.

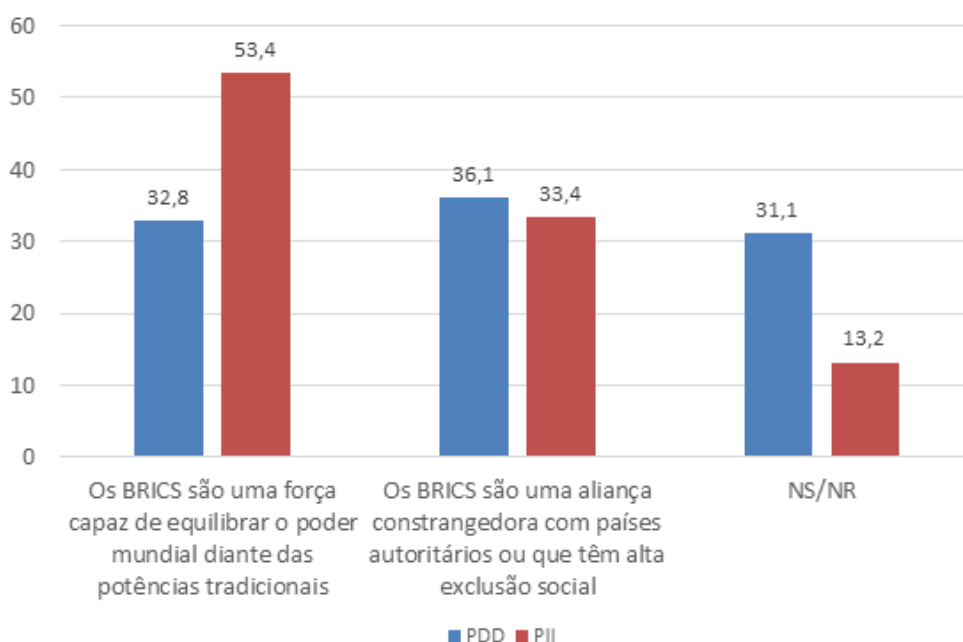
GRÁFICO 4.1.1: O(a) sr.(a) acredita que a política exterior do Brasil tem por objetivo:



Essa preferência, contudo, é contraditória com a à resposta referente ao papel dos BRICS no cenário mundial, na qual 55,4% do PII considera o grupo uma força relevante de equilíbrio de poder diante das grandes potências. Isso revela que o público espelha uma ambiguidade maior da política externa do

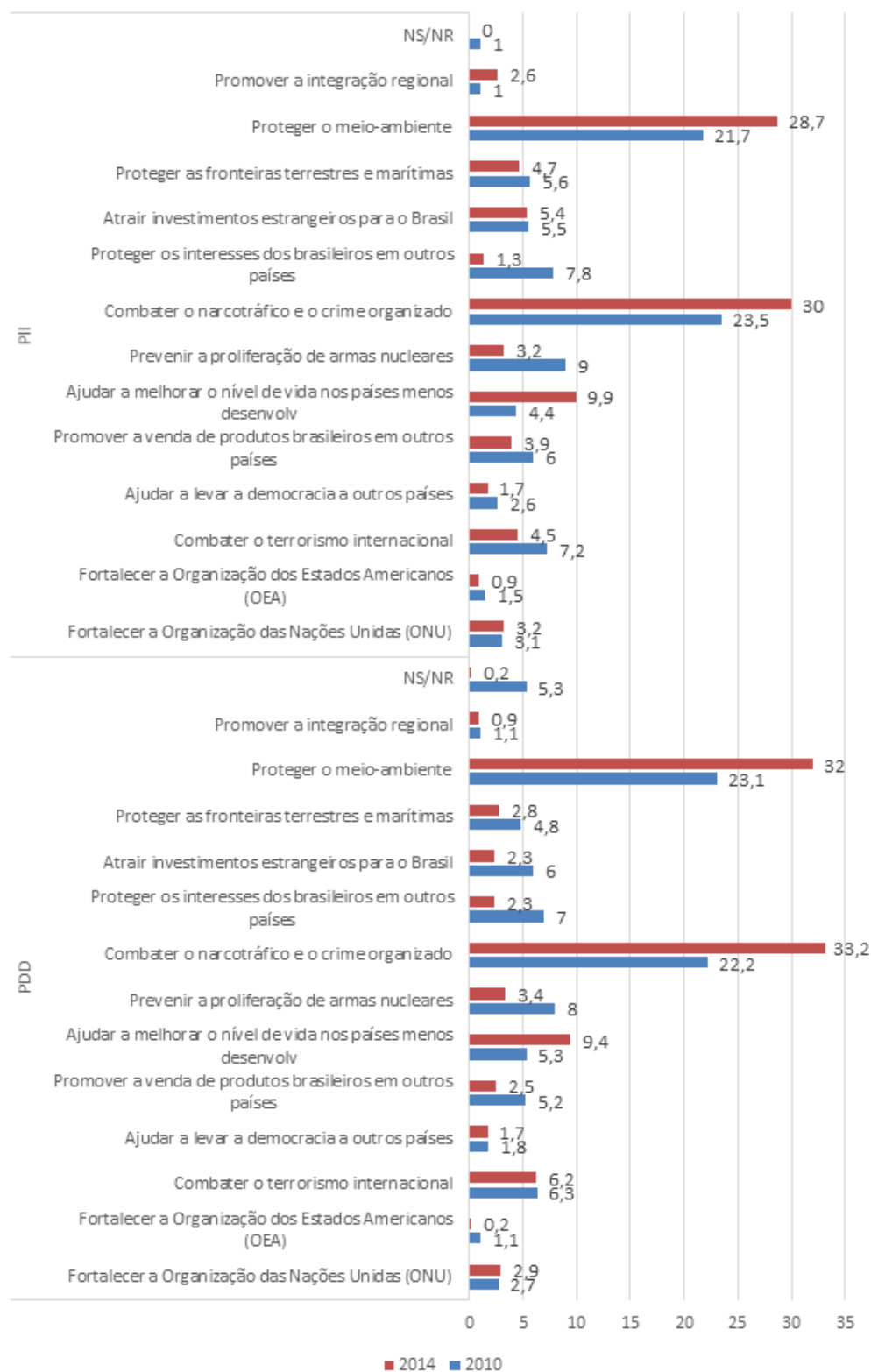
país, que oscila entre a contestação da distribuição atual de poder, no plano internacional, e a demanda por participar dos centros de decisão e, ao fazê-lo, alterar de alguma forma o *status quo*.

GRÁFICO 4.1.2: Vou fazer duas afirmações, com qual delas o(a) sr.(a) concorda mais?



A partir deste posicionamento ambíguo em relação ao *status quo*, notamos que predomina, entre os dois grupos do público, a opinião de que o país deve participar ativamente do cenário internacional. Nesse contexto, as respostas à pergunta sobre quais seriam os objetivos mais relevantes para o Brasil coincidem entre PDD e PII: como tema prioritário, aparece, desde 2010, o combate ao narcotráfico e ao crime organizado; em segundo lugar, a proteção ao meio ambiente; os demais temas (fortalecer organizações internacionais, combater o terrorismo internacional, expandir a democracia, promover a venda de produtos brasileiros, ajudar o desenvolvimento de outros países, promover a integração regional) se distanciam desses dois em relação à prioridade, oscilando entre 1% a 5%.

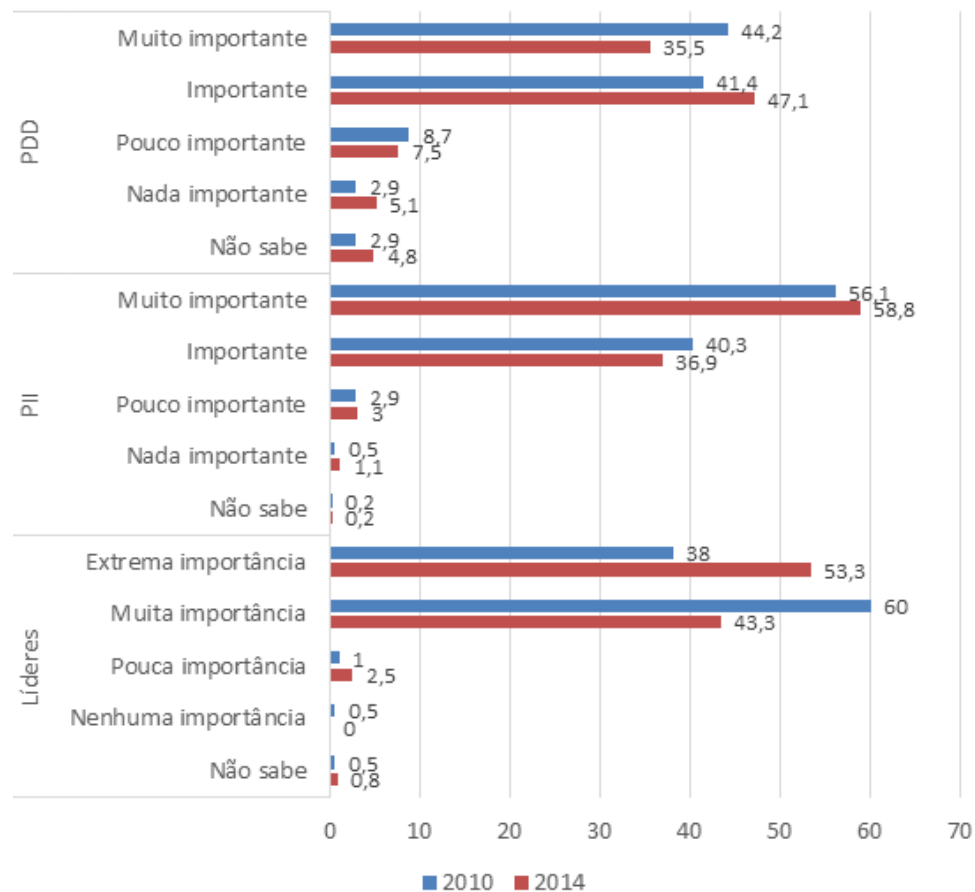
GRÁFICO 4.1.3: De todos estes objetivos de política externa, qual é o mais importante?



Apesar das significativas mudanças na política externa brasileira nos últimos anos, influenciadas pelas alterações na conjuntura doméstica e pela instabilidade internacional, o público brasileiro em geral considera relevante para a política externa brasileira que o país tenha como objetivos na sua agenda⁴: 1. Combater o terrorismo internacional (89%); 2. Ajudar a levar a democracia a outros países (88,8%); e 3. Promover a venda de produtos brasileiros em outros países (95,7%). Consideram importante, inclusive, 4. A prevenção da proliferação de armas nucleares (84,5%), embora esse não seja um tema de destaque na imprensa brasileira, nem tão sensível para os brasileiros, e 5. O combate ao narcotráfico e ao crime organizado – o que deveria ser destacado na agenda da política externa brasileira para 97% do PII.

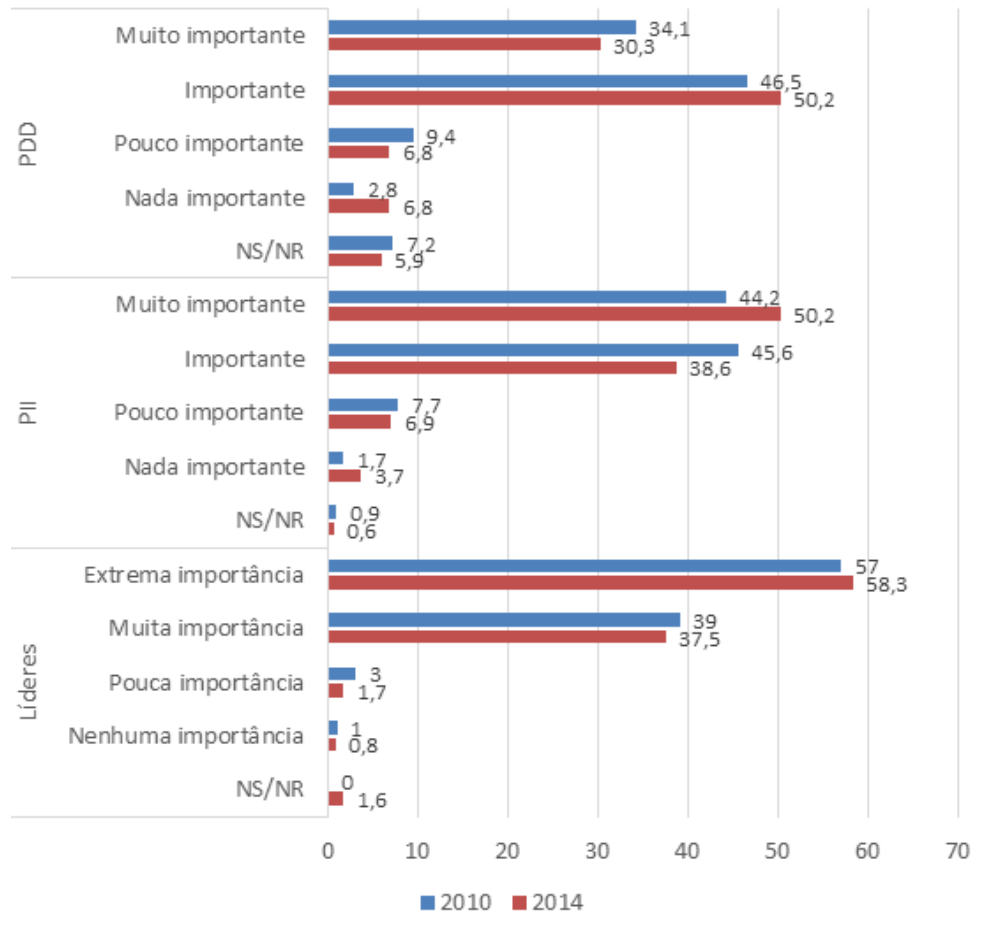
⁴ Dados referentes ao PII de 2014..

GRÁFICO 4.1.4: Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Promover a venda de produtos brasileiros em outros países*



* No questionário dos líderes, a pergunta foi: Garantir a democracia na América do Sul.

GRÁFICO 4.1.5: Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Ajudar a levar a democracia a outros países*



* No questionário dos líderes, a pergunta foi: Garantir a democracia na América do Sul.

GRÁFICO 4.1.6: Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Combater o terrorismo internacional

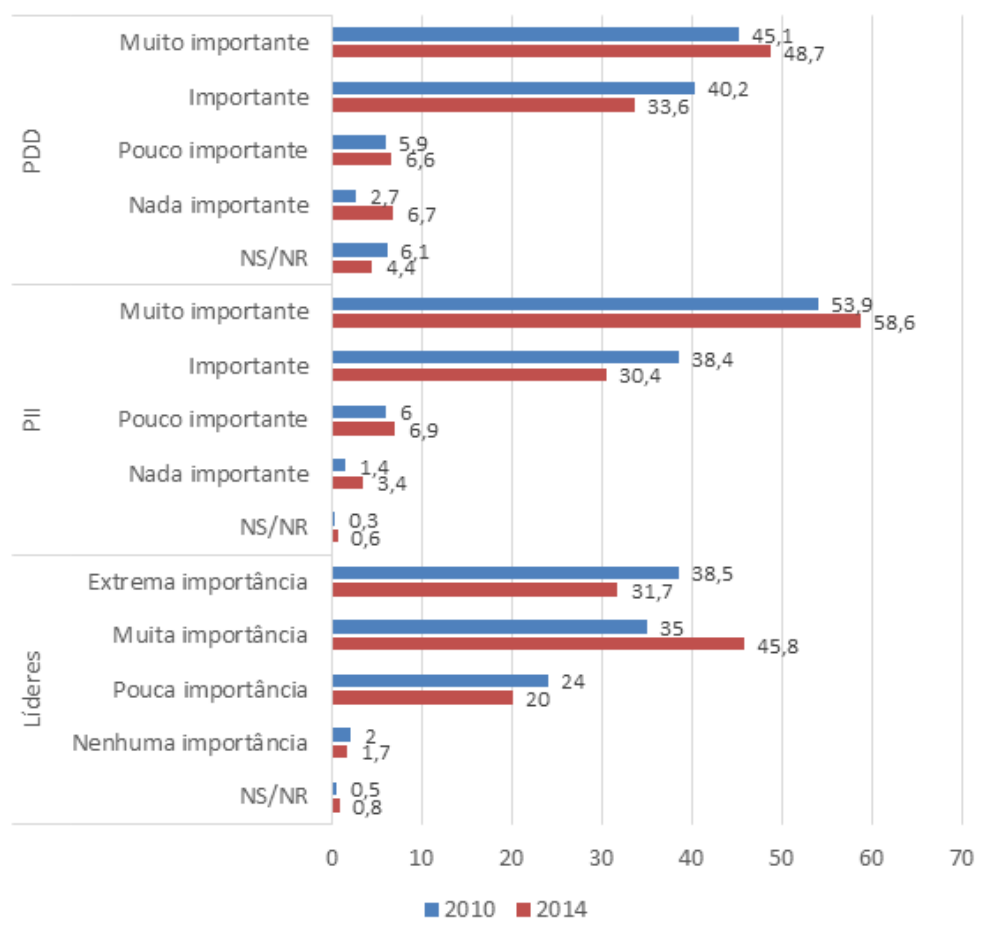


GRÁFICO 4.1.7: Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Prevenir a proliferação de armas nucleares

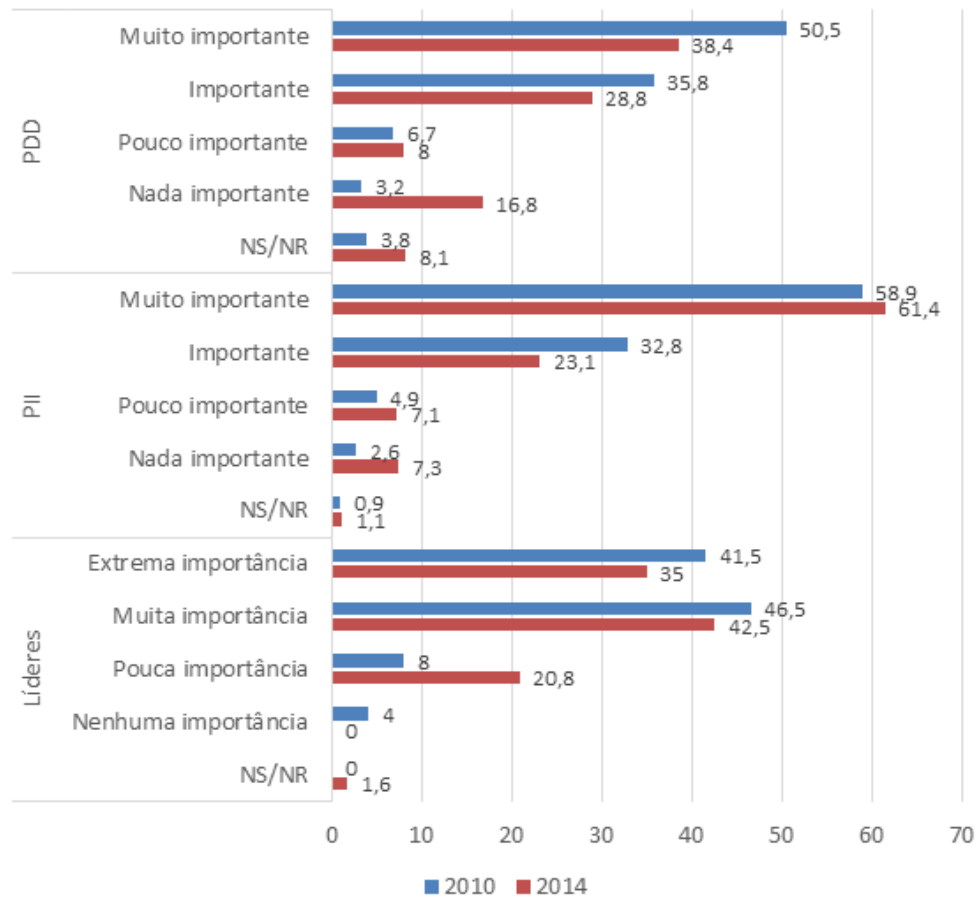
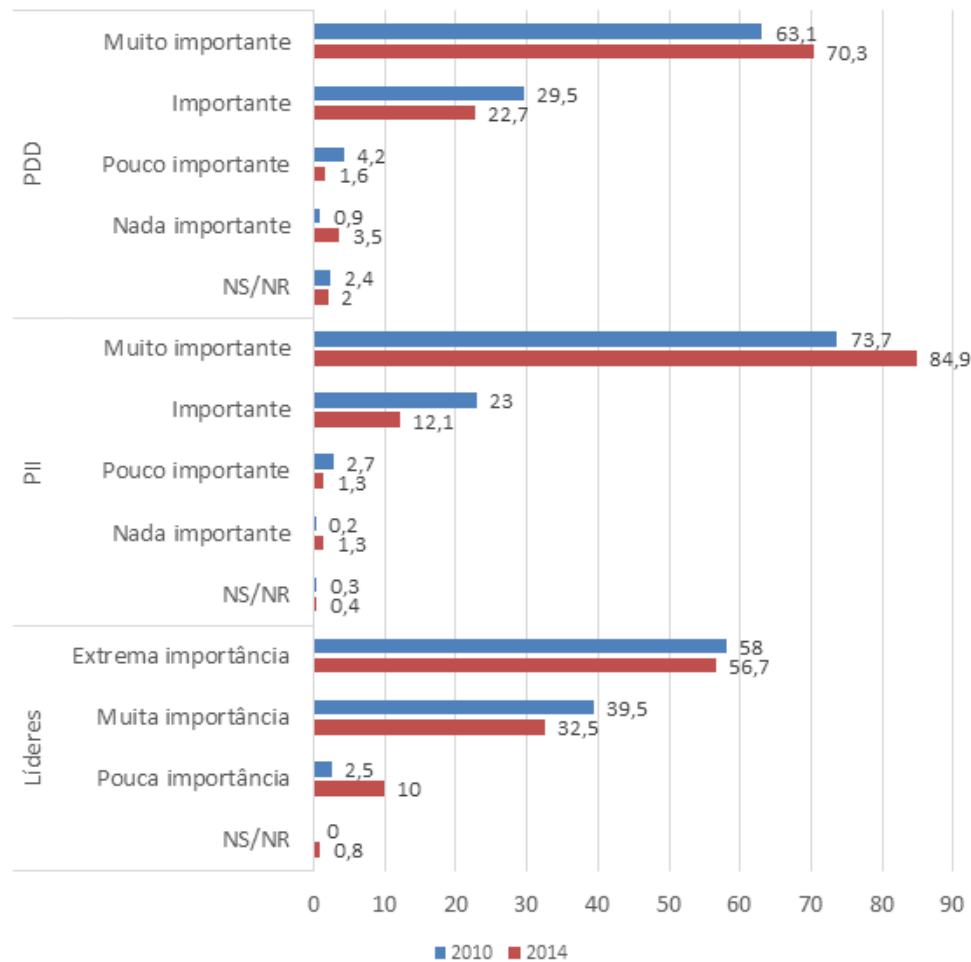


GRÁFICO 4.1.8: Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Combater o narcotráfico e o crime organizado



No conjunto de questões aplicadas somente durante o *survey* de 2014, a pergunta “Qual deve ser a importância de cada um dos seguintes objetivos da política externa do Brasil?” permite a visualização de outros objetivos considerados prioritários na política externa: a promoção da cultura brasileira, a atração de turistas, a proteção dos direitos humanos em outros países e o apoio ao combate ao terrorismo internacional.

GRÁFICO 4.1.9: Qual deve ser a importância de cada um dos seguintes objetivos da política externa do Brasil?: Promover a cultura brasileira

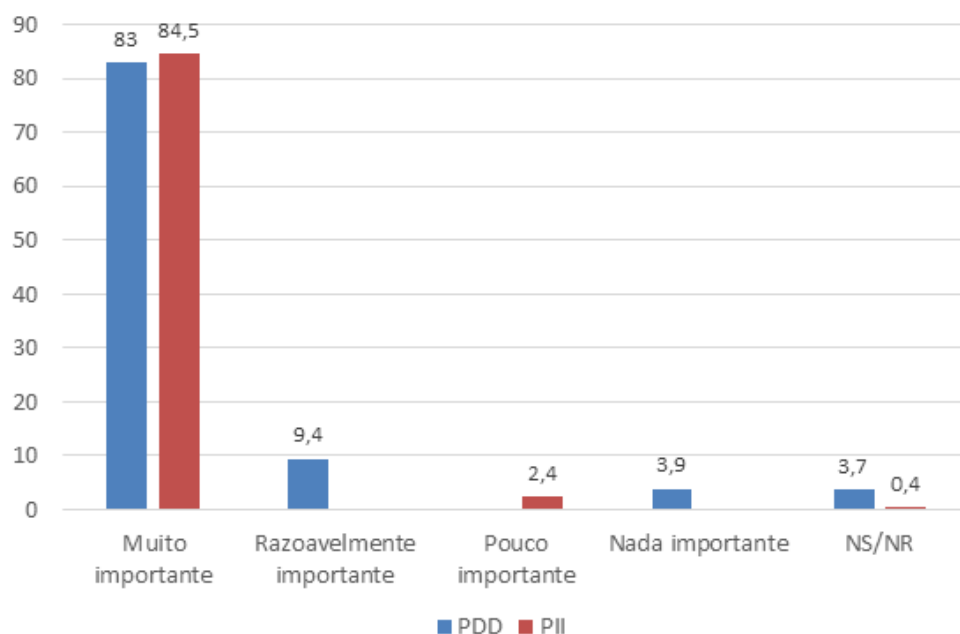


GRÁFICO 4.1.10: Qual deve ser a importância de cada um dos seguintes objetivos da política externa do Brasil?: Atrair turistas

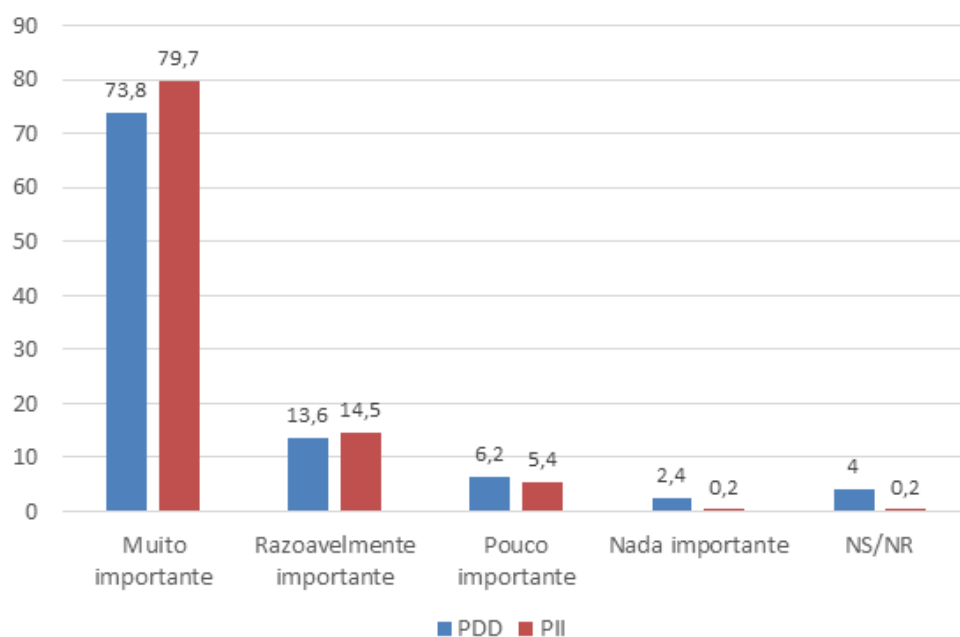


GRÁFICO 4.1.11: Qual deve ser a importância de cada um dos seguintes objetivos da política externa do Brasil?: Promover a proteção dos direitos humanos em outros países

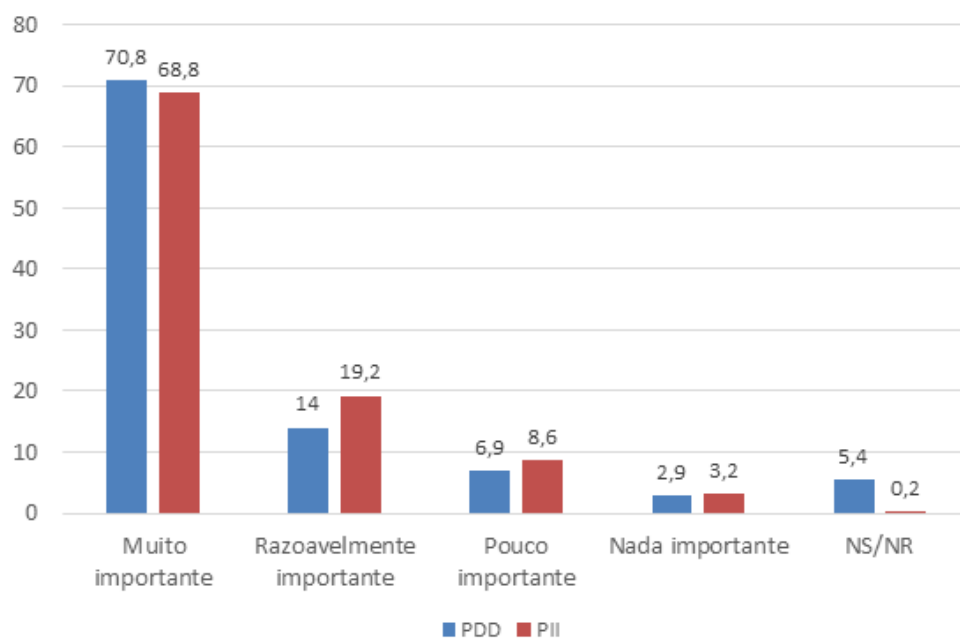
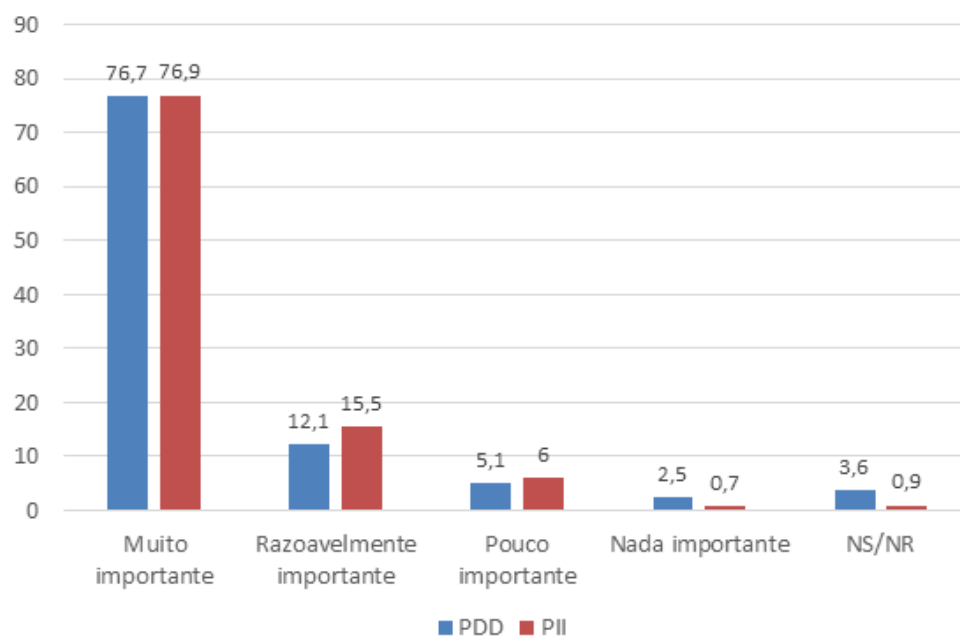
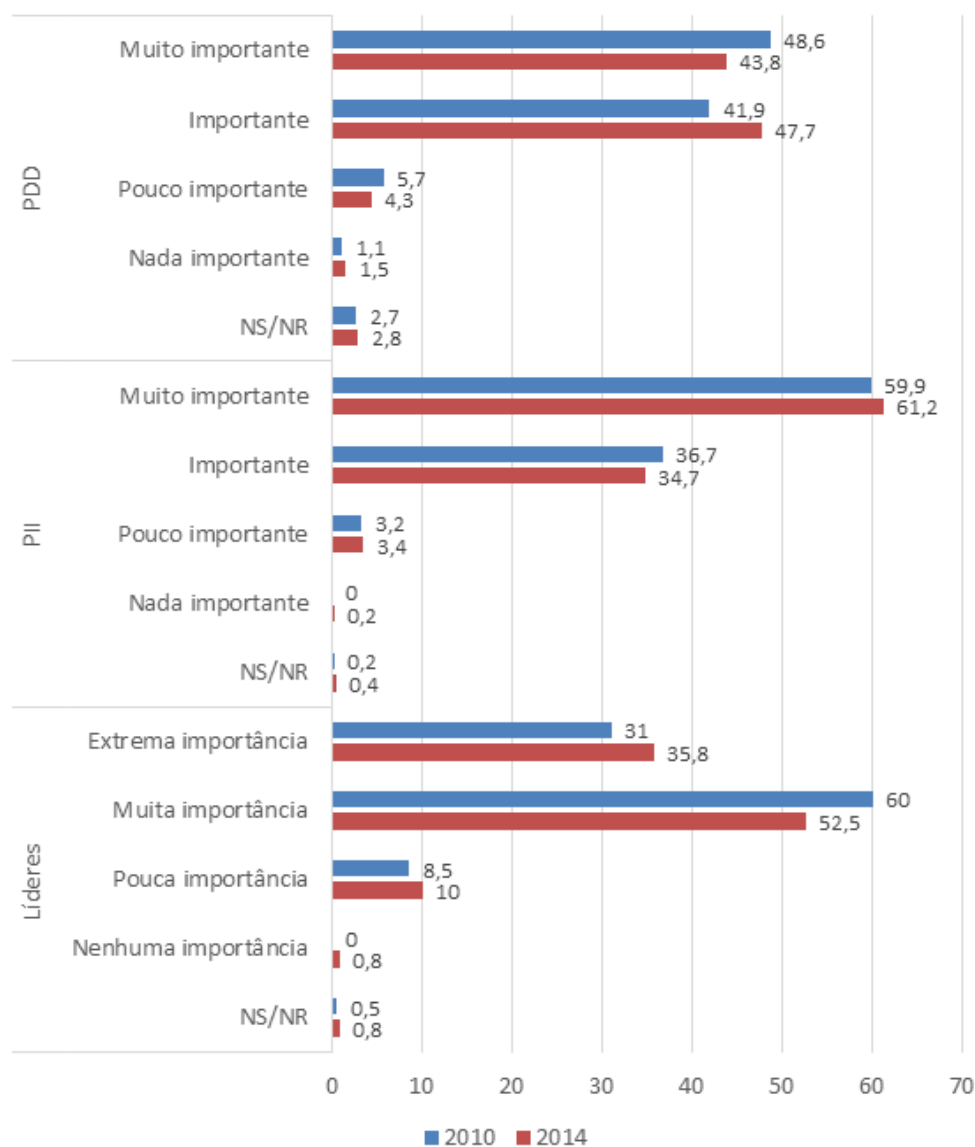


GRÁFICO 4.1.12: Qual deve ser a importância de cada um dos seguintes objetivos da política externa do Brasil?: Promover a paz e a segurança internacional



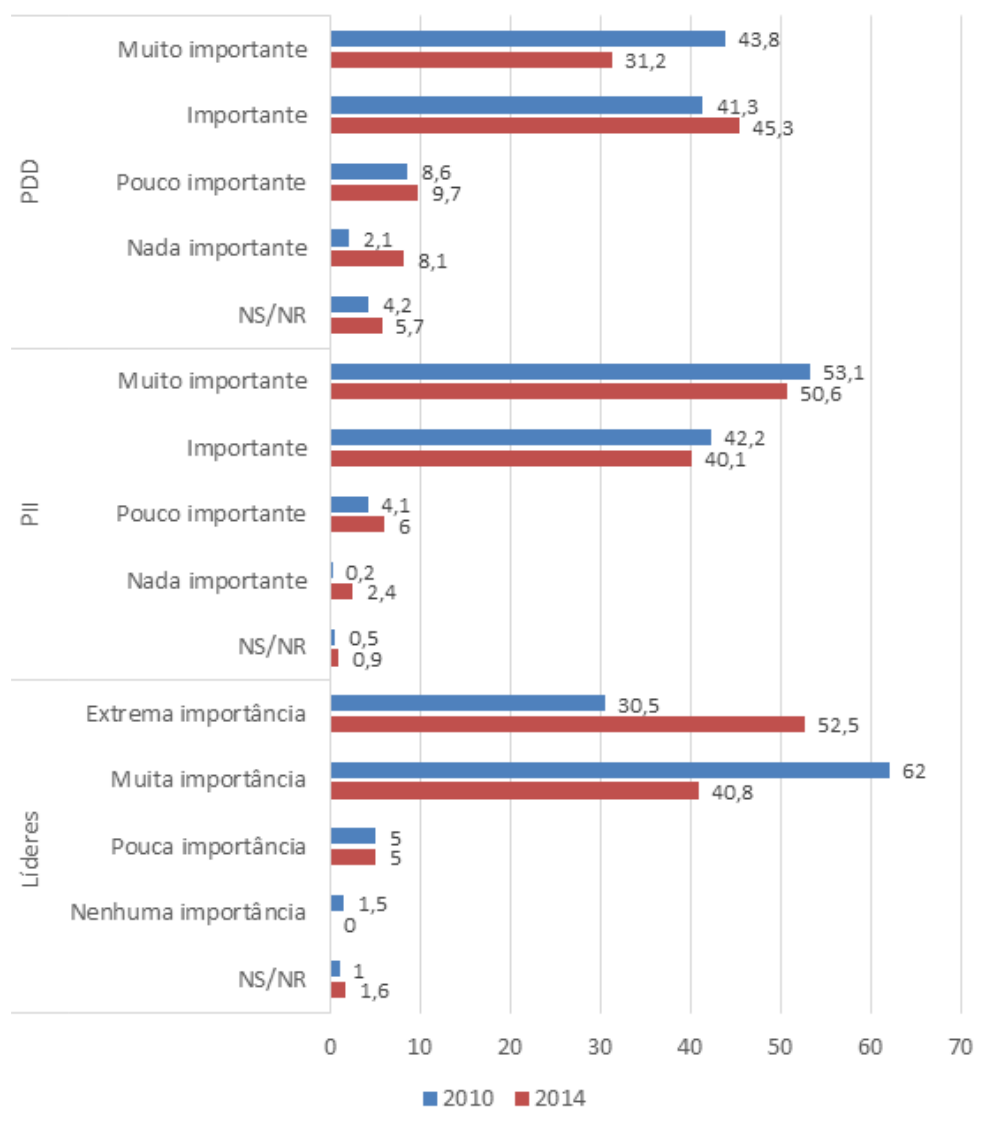
No campo econômico, 96,9%⁵ do público considera que o Brasil deve se preocupar em proteger os interesses dos brasileiros em outros países e 90,7% acreditam ser importante adotar melhores políticas para atrair investimentos estrangeiros ao país. Além disso, os brasileiros demonstram grande preocupação com a promoção de vendas dos produtos nacionais no exterior, sendo 95,7% os que reputam ser esse um assunto de importância.

GRÁFICO 4.1.13: Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Proteger os interesses dos brasileiros em outros países



5 Referência ao PII 2014.

GRÁFICO 4.1.14: Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Atrair investimentos estrangeiros para o Brasil



No campo da geopolítica, 96,3%⁶ do público considera importante a proteção das fronteiras terrestres e marítimas do país e 99% acham de extrema relevância a proteção ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que 96,3% defendem o investimento na integração regional.

⁶ Referência ao PII 2014.

GRÁFICO 4.1.15: Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Proteger as fronteiras terrestres e marítimas

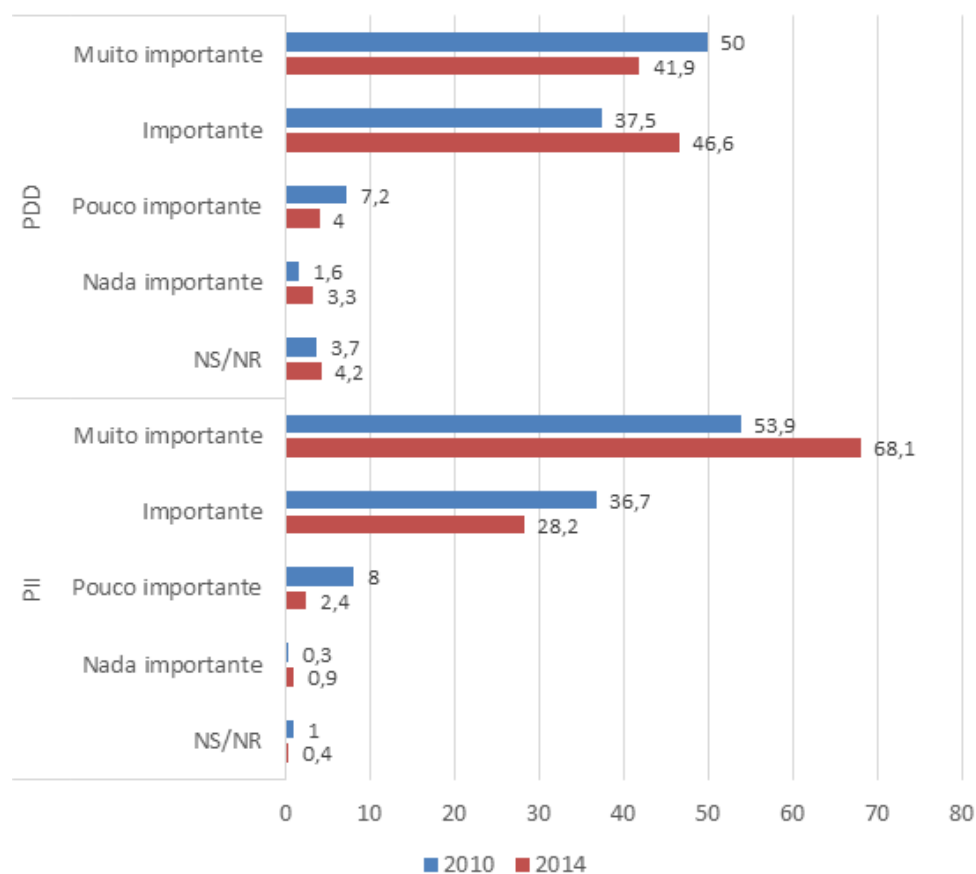


GRÁFICO 4.1.16: Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Proteger o meio ambiente

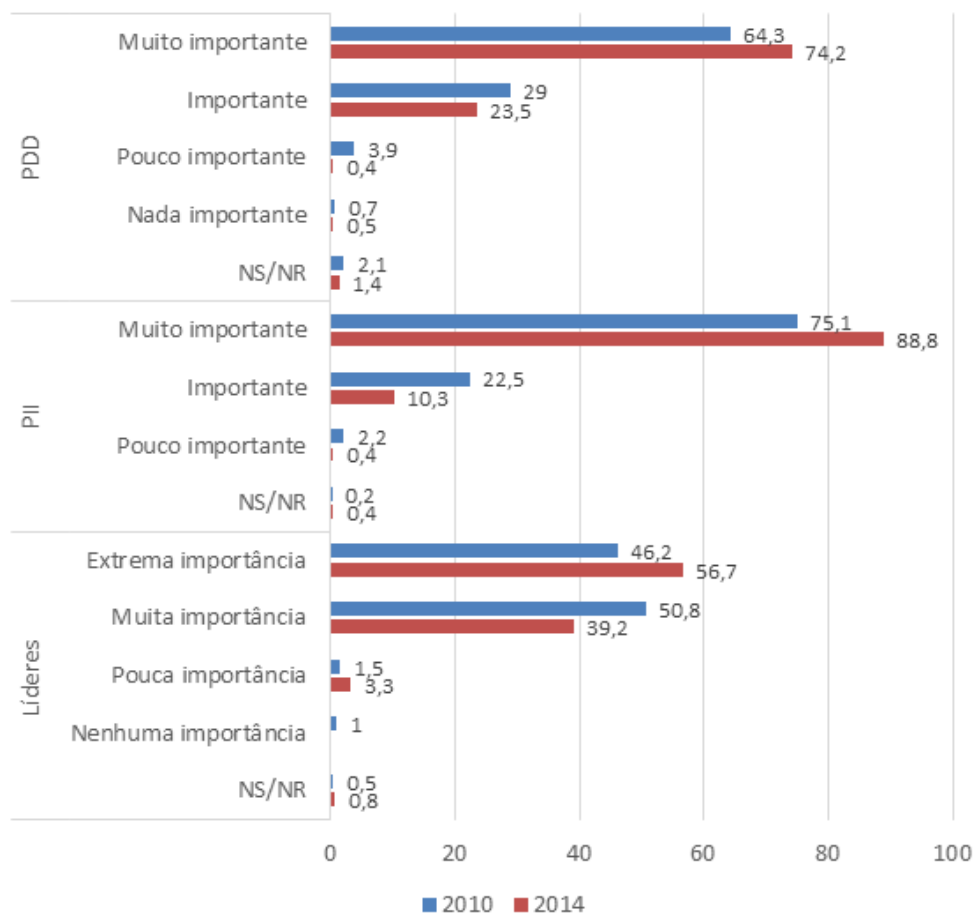
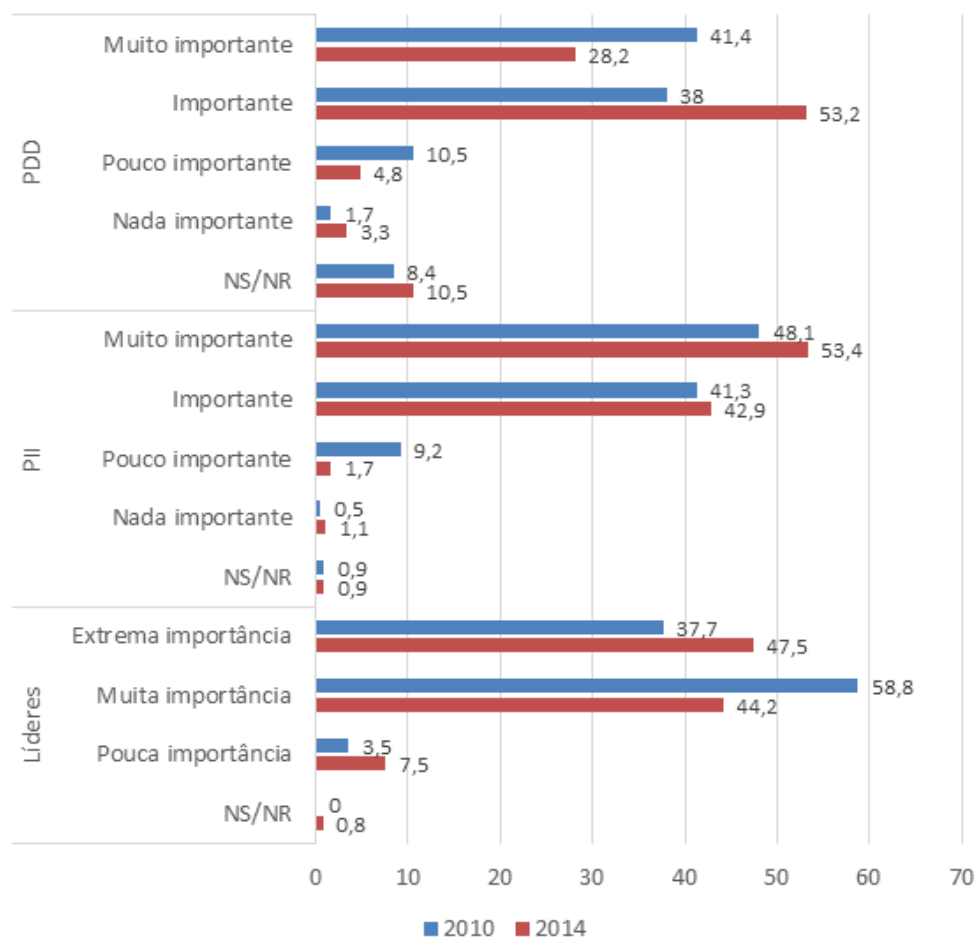


GRÁFICO 4.1.17: Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Promover a integração regional



De modo geral, quando comparamos o apoio à política externa com a aprovação a outras políticas governamentais, de 2010 a 2014, há uma queda sensível no que se refere à concordância. O percentual do PII que concorda com a política externa cai de 39,2% para 13,6%, e o declínio é praticamente o mesmo em relação à política educacional, que registra uma queda de 34,1% para 20%.

GRÁFICO 4.1.18: O(a) sr.(a) diria que concorda... discorda do desempenho do governo brasileiro em matéria de: Política exterior

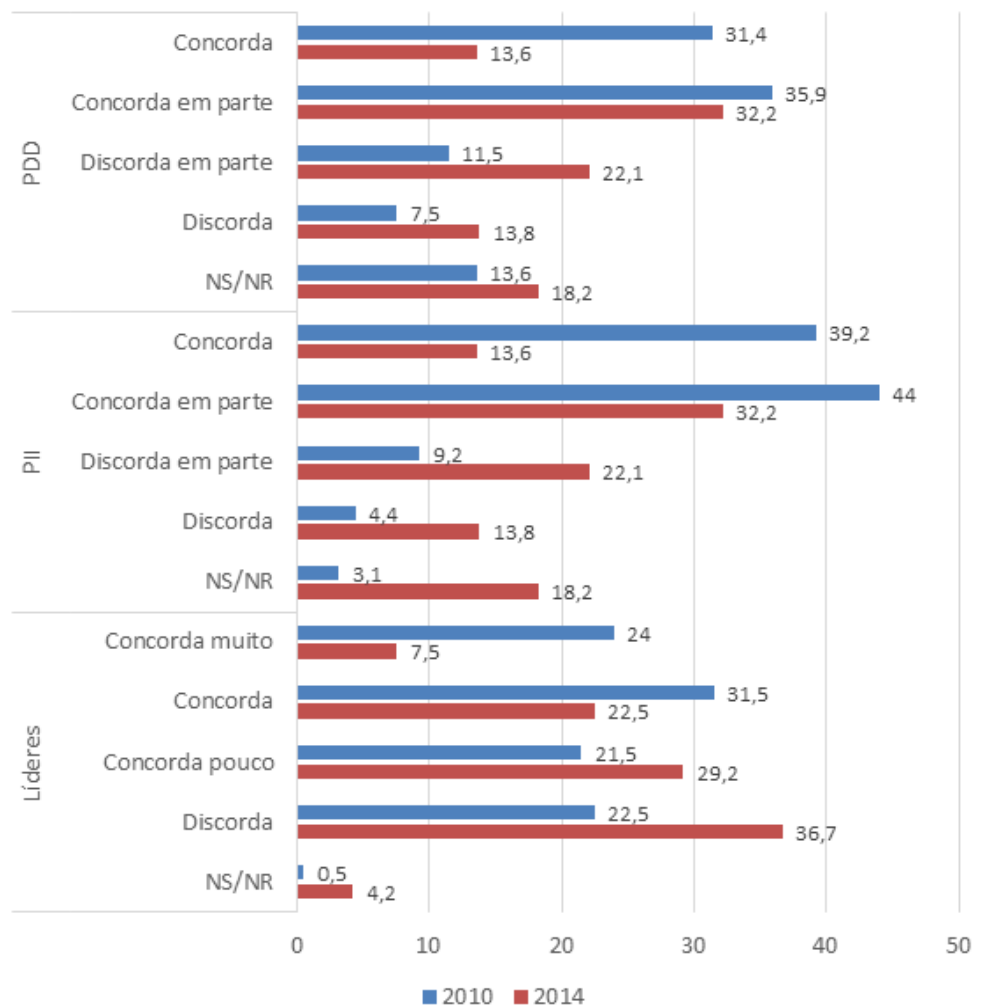
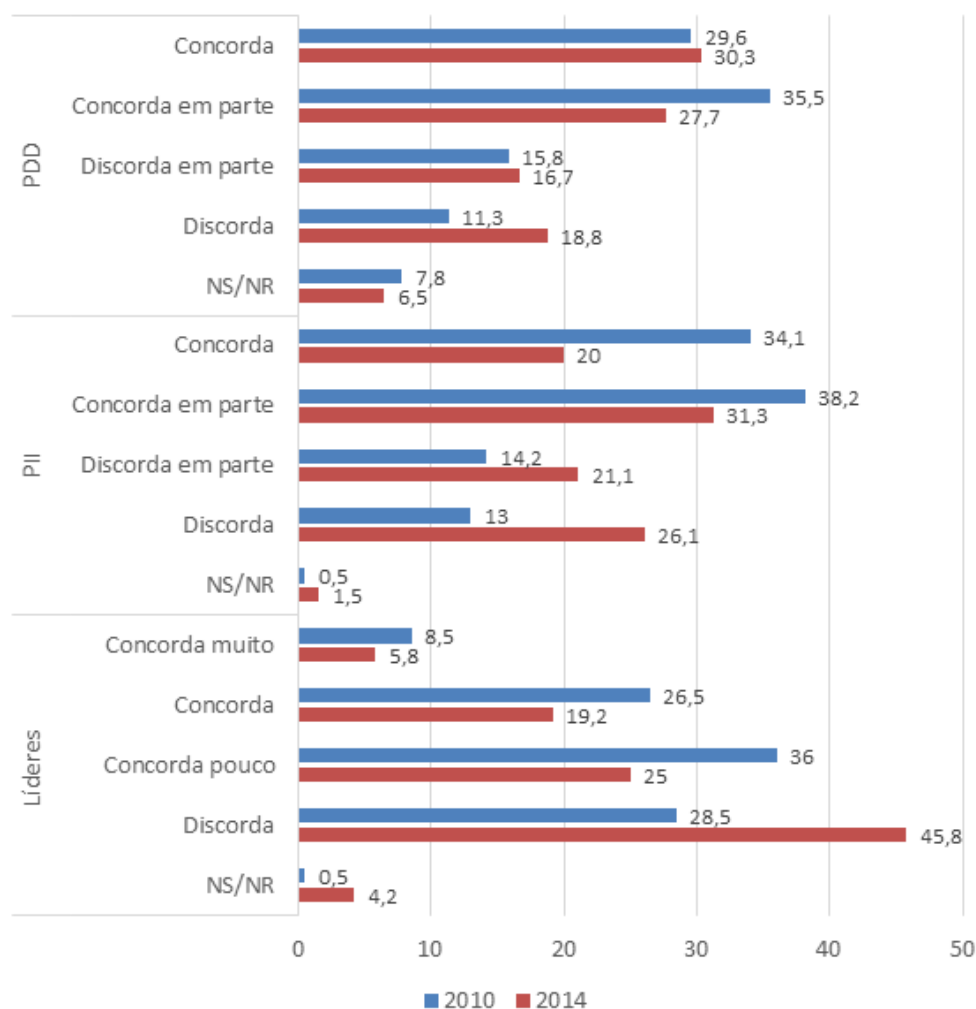


GRÁFICO 4.1.19: O(a) sr.(a) diria que concorda... discorda do desempenho do governo brasileiro em matéria de: Política educacional



MULTILATERALISMO

No que se refere ao multilateralismo, existem inúmeros questionamentos a serem feitos. Isto é, qual o grau de apoio dos brasileiros a uma política externa multilateral? Qual público apoia mais temas multilaterais? Público informado ou desinformado? E com qual intensidade?

Precisamos lembrar que a política externa brasileira é normalmente caracterizada por estratégias de alinhamento *versus* distanciamento em relação aos EUA e não, necessariamente, multilateralismo *versus* bilateralismo

(Lima, 1994; Hirst, Lima e Pinheiro, 2010). Por outro lado, a inclinação do Brasil ao multilateralismo é uma ideia forte há muitos anos (Fonseca, 2016) e, se a literatura não divide propriamente os eixos de política externa brasileira em multilateralismo *versus* bilateralismo, é possível afirmar que o debate contemporâneo e público da PEB passa por essa divisão.

O debate também encontra substância no embate eleitoral sobre uma política externa que traga resultados imediatos – muitas vezes, associado ao bilateralismo – ou uma política externa que busque mudanças no sistema internacional de poder e que, não necessariamente, traga ganhos em curto prazo, mais associada ao multilateralismo. Assim, com base nos dados do *survey*, pode-se argumentar que, em geral, quanto maior o grau de sofisticação política (mais educados e mais informados) dos respondentes, maior é o apoio a temas multilaterais em política externa.

Os temas multilaterais incluem apoio a organizações internacionais (ONU, OEA, Mercosul, Celac e FMI), apoio a alianças internacionais (BRICS, Aliança para o Pacífico), apoio a temas de regulação tipicamente multilateral (prevenção à proliferação nuclear, proteção ao meio ambiente, promoção da integração regional), aceitação da autoridade internacional do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aceitação de autoridade dos acordos multilaterais sobre as leis nacionais e, por fim, apoio à liderança do Brasil em fóruns multilaterais. Nesses casos, o que podemos observar é que o PII (informado e interessado) apresenta opiniões mais favoráveis àquilo que tange uma política externa multilateral. Os gráficos a seguir mostram essa preferência:

GRÁFICO 4.2.1: Em uma escala de 0 a 100, em que 0 é uma opinião muito desfavorável, 100 é uma opinião muito favorável e 50 não é nem favorável nem desfavorável, qual sua opinião sobre as seguintes organizações internacionais: Fundo Monetário Internacional

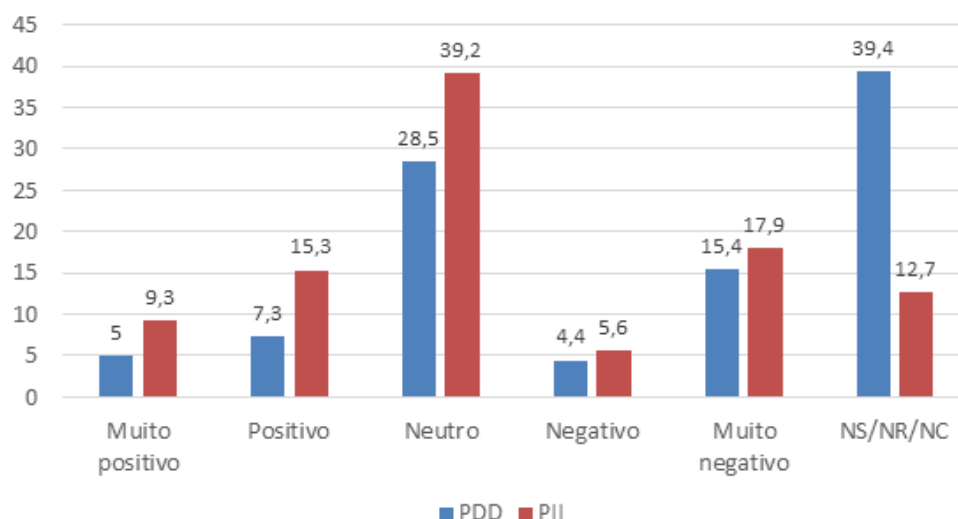


GRÁFICO 4.2.2: Em uma escala de 0 a 100, em que 0 é uma opinião muito desfavorável, 100 é uma opinião muito favorável e 50 não é nem favorável nem desfavorável, qual sua opinião sobre as seguintes organizações internacionais: Mercosul

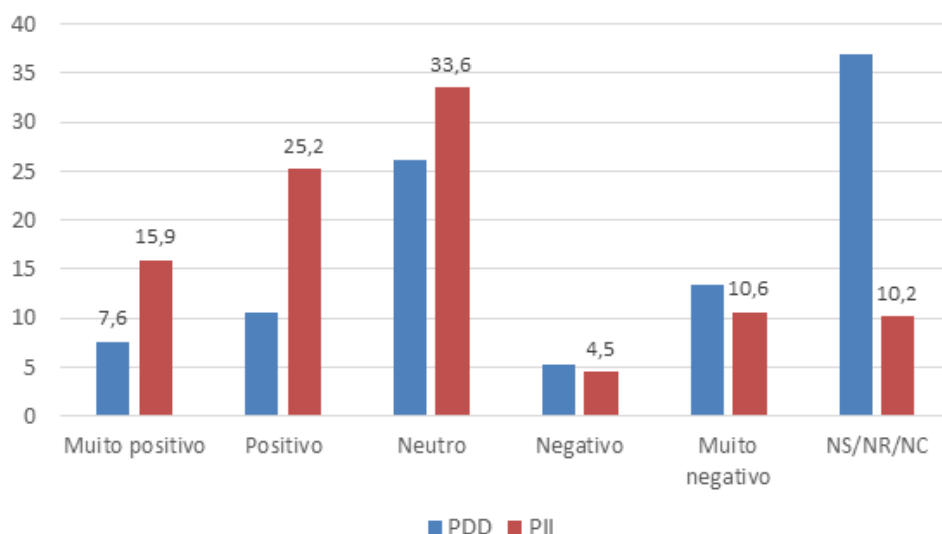


GRÁFICO 4.2.3: Em uma escala de 0 a 100, em que 0 é uma opinião muito desfavorável, 100 é uma opinião muito favorável e 50 não é nem favorável nem desfavorável, qual sua opinião sobre as seguintes organizações internacionais: Aliança Bolivariana (Alba)

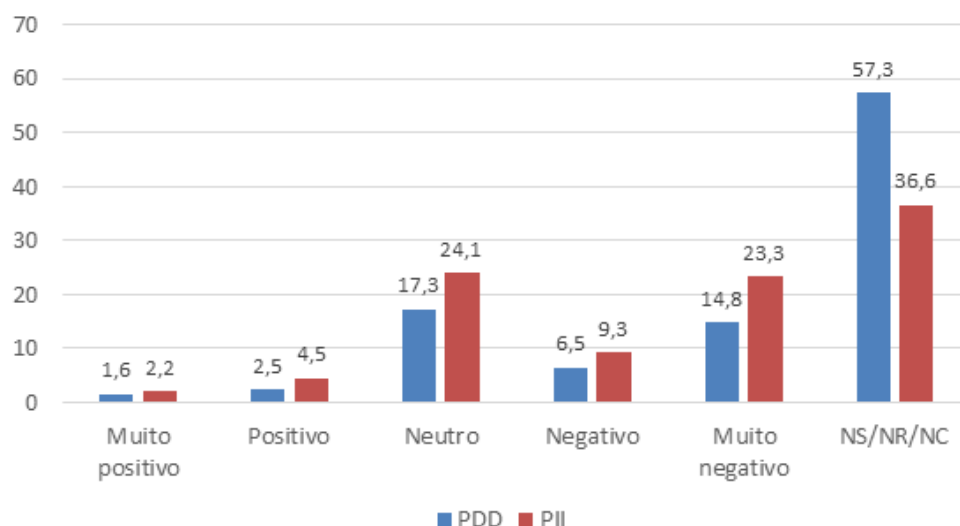


GRÁFICO 4.2.4: Em uma escala de 0 a 100, em que 0 é uma opinião muito desfavorável, 100 é uma opinião muito favorável e 50 não é nem favorável nem desfavorável, qual sua opinião sobre as seguintes organizações internacionais: Aliança do Pacífico

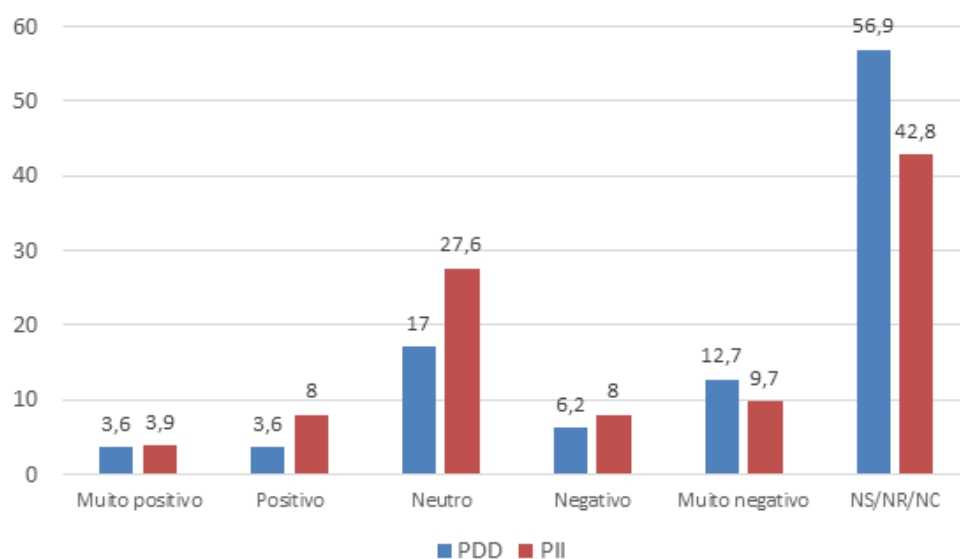


GRÁFICO 4.2.5: Em uma escala de 0 a 100, em que 0 é uma opinião muito desfavorável, 100 é uma opinião muito favorável e 50 não é nem favorável nem desfavorável, qual sua opinião sobre as seguintes organizações internacionais: Organização das Nações Unidas

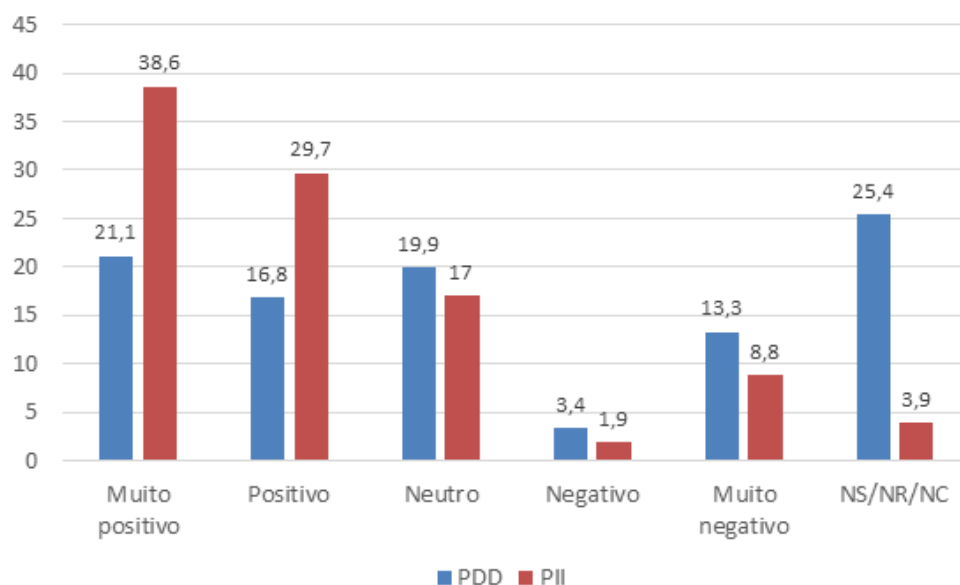


GRÁFICO 4.2.6: Em uma escala de 0 a 100, em que 0 é uma opinião muito desfavorável, 100 é uma opinião muito favorável e 50 não é nem favorável nem desfavorável, qual sua opinião sobre as seguintes organizações internacionais: Organização dos Estados Americanos

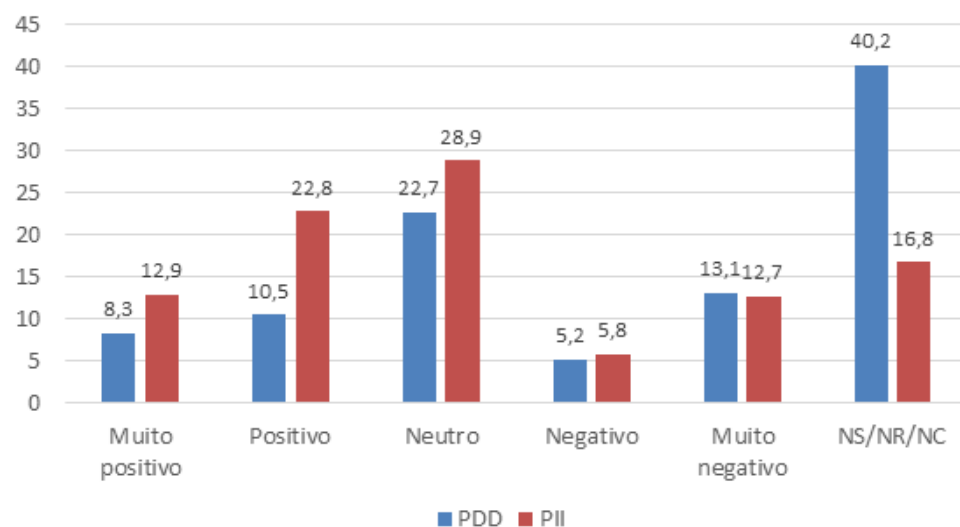


GRÁFICO 4.2.7: Em uma escala de 0 a 100, em que 0 é uma opinião muito desfavorável, 100 é uma opinião muito favorável e 50 não é nem favorável nem desfavorável, qual sua opinião sobre as seguintes organizações internacionais: Comunidade de Estados Latino-americanas

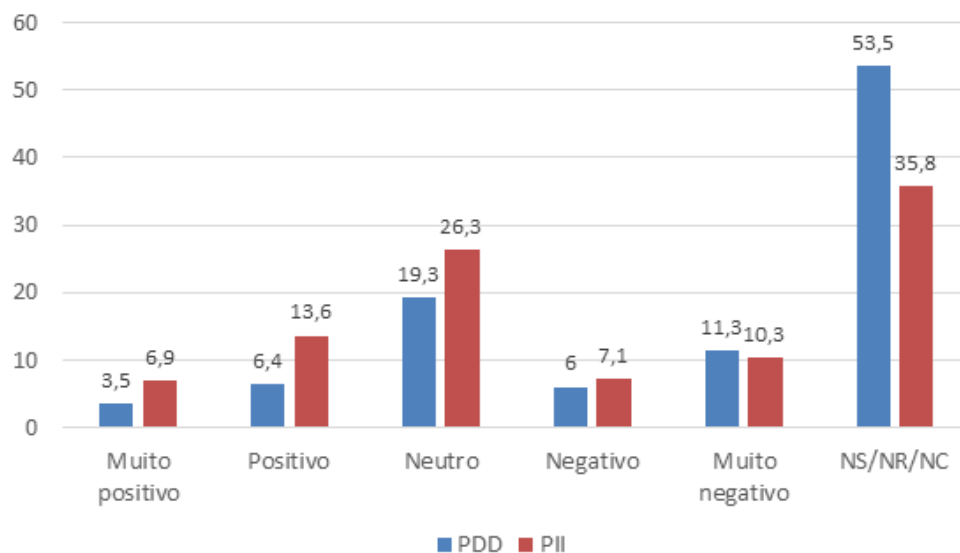


GRÁFICO 4.2.8: Gostaria que o sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Fortalecer a Organização das Nações Unidas (ONU)

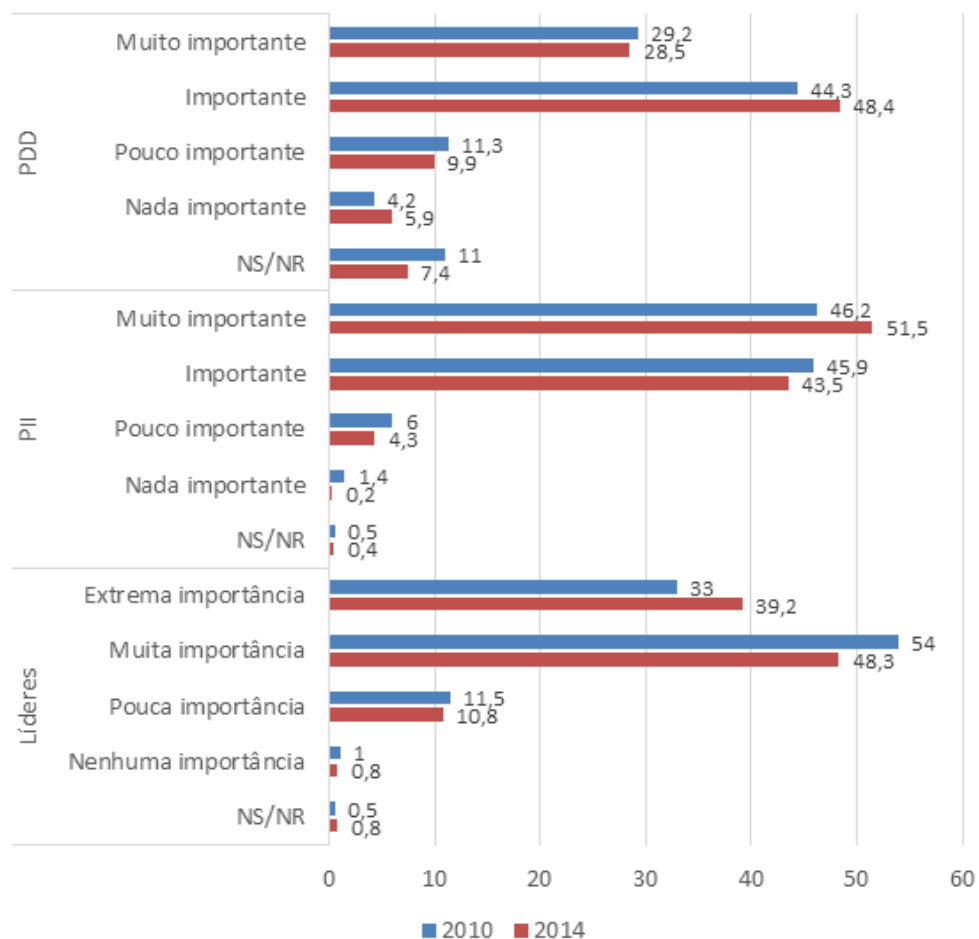
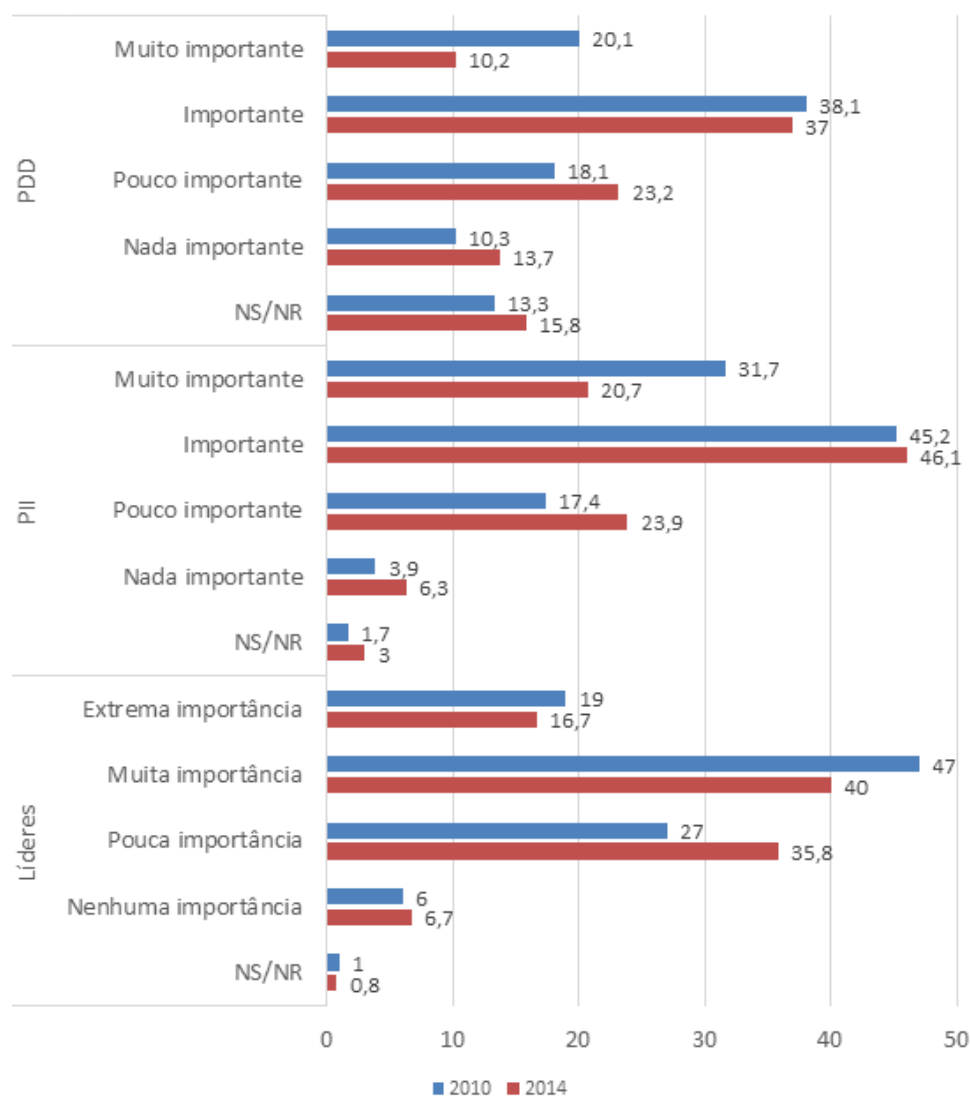


GRÁFICO 4.2.9: Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Fortalecer a Organização dos Estados Americanos (OEA)



Apesar dessa demonstração de apoio às organizações internacionais (OIs) e suas decisões, é claro que há uma percepção matizada do direito internacional e da *compliance* devida pelo país. Quando perguntados se o Brasil deve aceitar as decisões da ONU para resolver problemas internacionais (mesmo que não goste), 57,3% (em 2010) e 43,5% (em 2014) do PII concordam com tal afirmação. Porém, não concordam que os acordos e tratados internacionais

devam estar acima das leis nacionais. Apenas 29,7% (48,7% em 2010) do público informado concorda com a afirmação de que a legislação nacional deve se subordinar aos acordos internacionais.

GRÁFICO 4.2.10: Diga-me se o(a) sr.(a) concorda ou não com as seguintes informações: Para resolver problemas internacionais, o Brasil deve aceitar as decisões das Nações Unidas (ONU), mesmo que não goste.

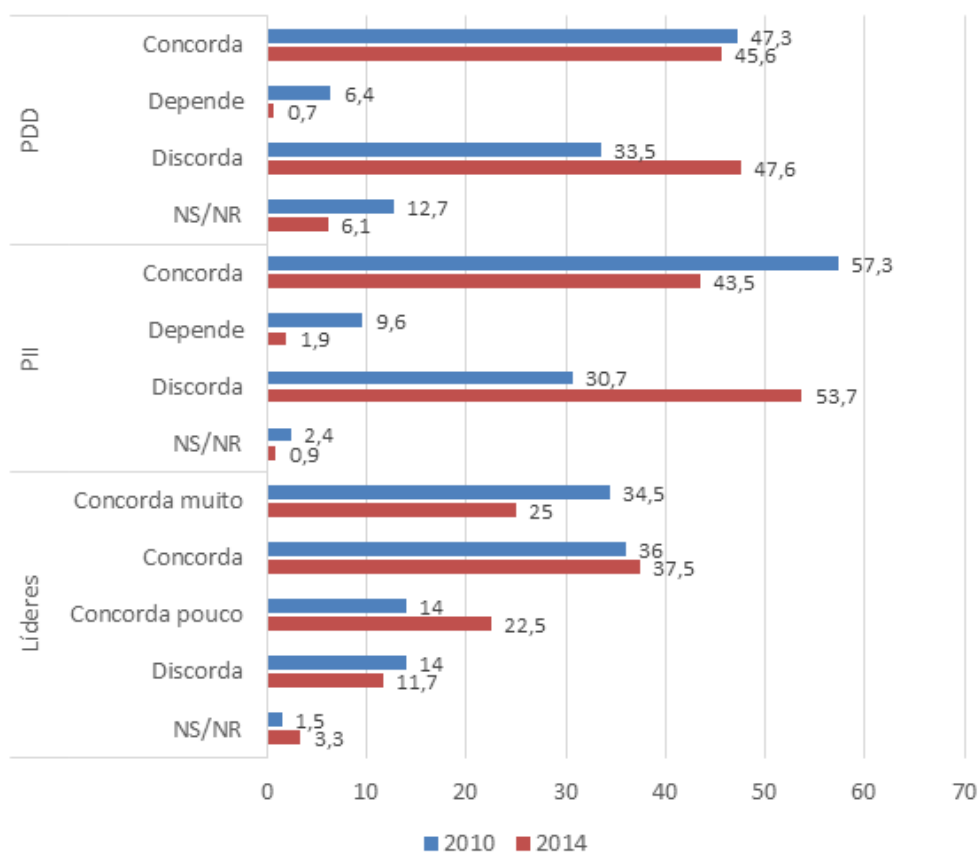
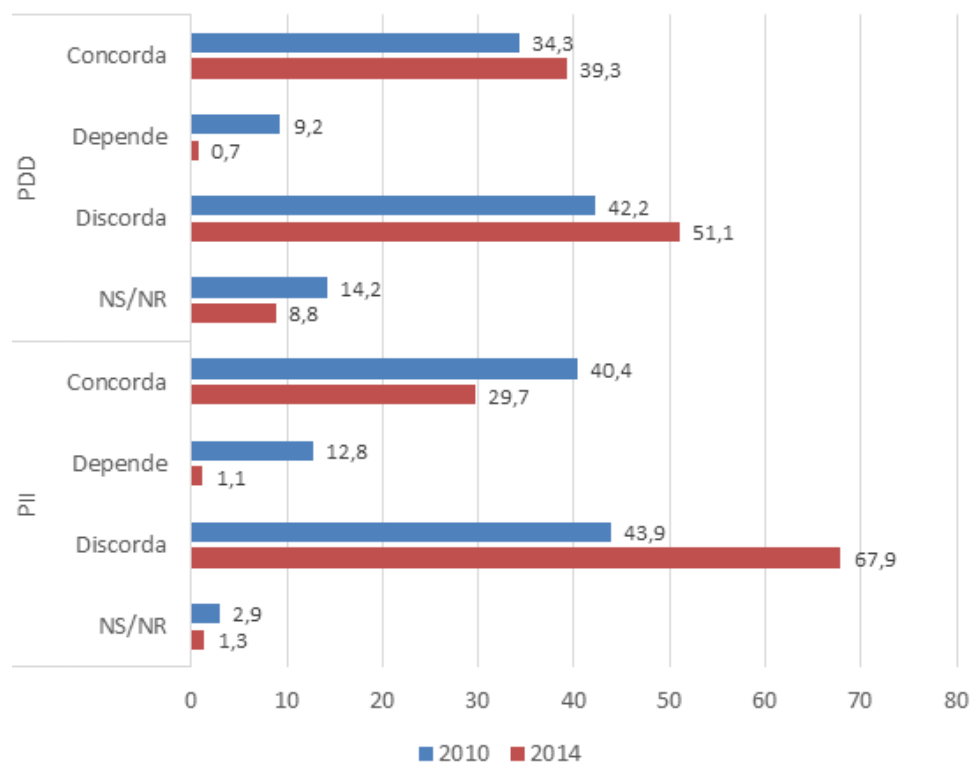


GRÁFICO 4.2.11: Diga-me se o(a) sr.(a) concorda ou não com as seguintes informações: os acordos e tratados internacionais devem estar por cima das leis nacionais



Tratando de situações mais concretas, a questão a seguir procura compreender a percepção visão do público sobre a resolução de problemas internacionais: “para cada uma das seguintes questões, o(a) senhor(a) acredita que podem ser melhor resolvidas pelos governos nacionais, governos nacionais em conjunto com organizações regionais ou governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional?”. Há dois conjuntos de respostas: primeiro, o alto percentual de respondentes que defendem que alguns temas devem ser tratados no plano internacional, e só podem ser resolvidos a partir de uma parceria entre governos nacionais em conjunto com a ONU. Encontram-se neste grupo de temas: as missões de paz, a proteção ao meio ambiente, a ajuda para países em desenvolvimento, o apoio a refugiados, a defesa dos direitos humanos, a implementação de políticas sobre mudança climática, políticas contra o crime e a discussão sobre políticas de imigração.

Em um segundo grupo, encontram-se as questões que dizem respeito à responsabilidade dos governos nacionais de, individualmente, buscar solu-

ções para alguns problemas de caráter eminentemente doméstico: impostos e tarifas, políticas de saúde, políticas de combate ao desemprego, crescimento econômico e reformas, e supervisão do sistema financeiro. O público, tanto o PII quanto o PDD, faz distinção entre o doméstico e o internacional, e isso se reflete na sua percepção de como tais problemas devem ser resolvidos e quais atores prevalecem nessa resolução.

GRÁFICO 4.2.13: Políticas de mudança climática

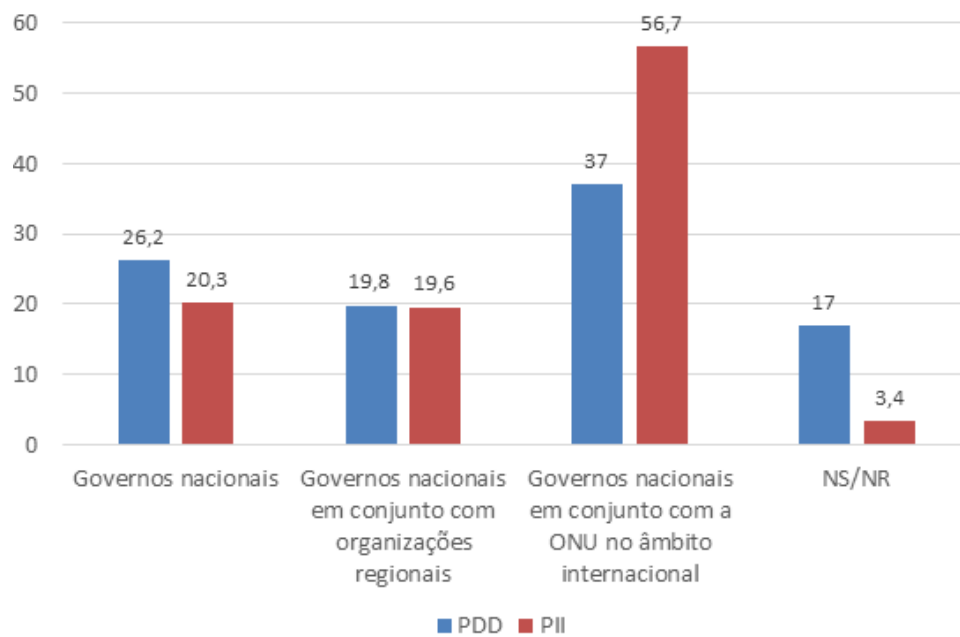


GRÁFICO 4.2.14: Direitos humanos

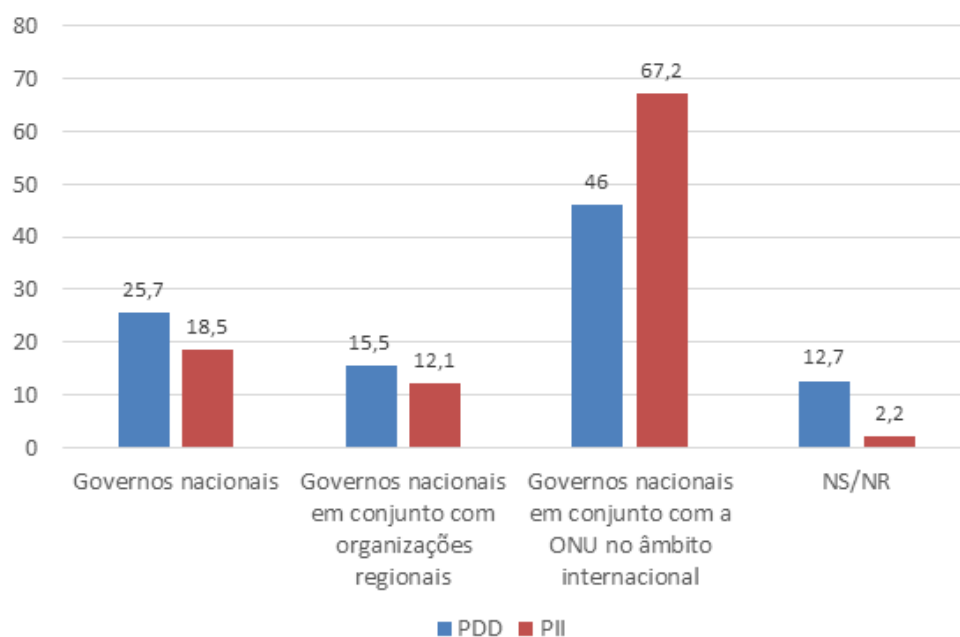


GRÁFICO 4.2.15: Refugiados

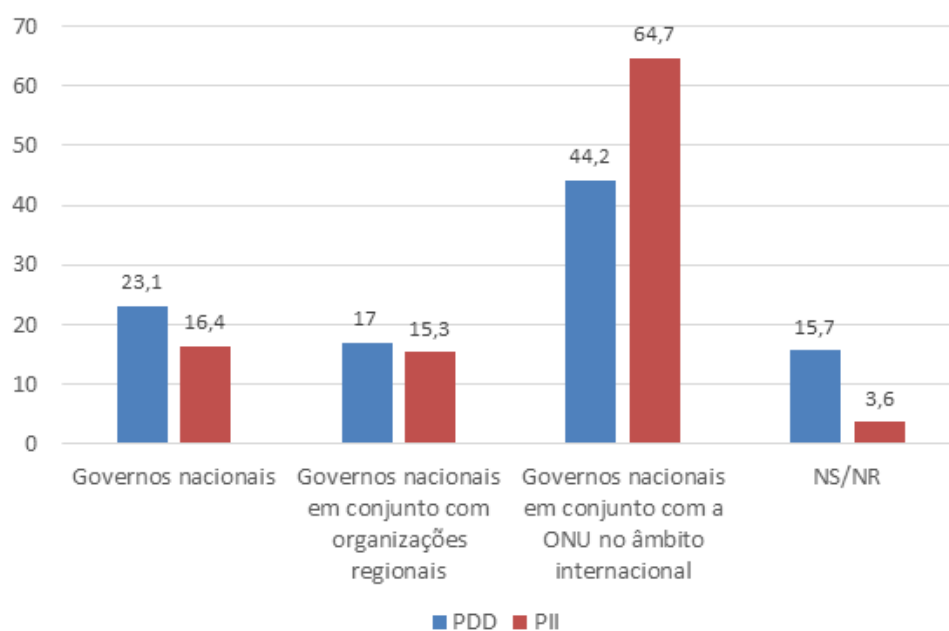


GRÁFICO 4.2.16: Ajuda para países em desenvolvimento

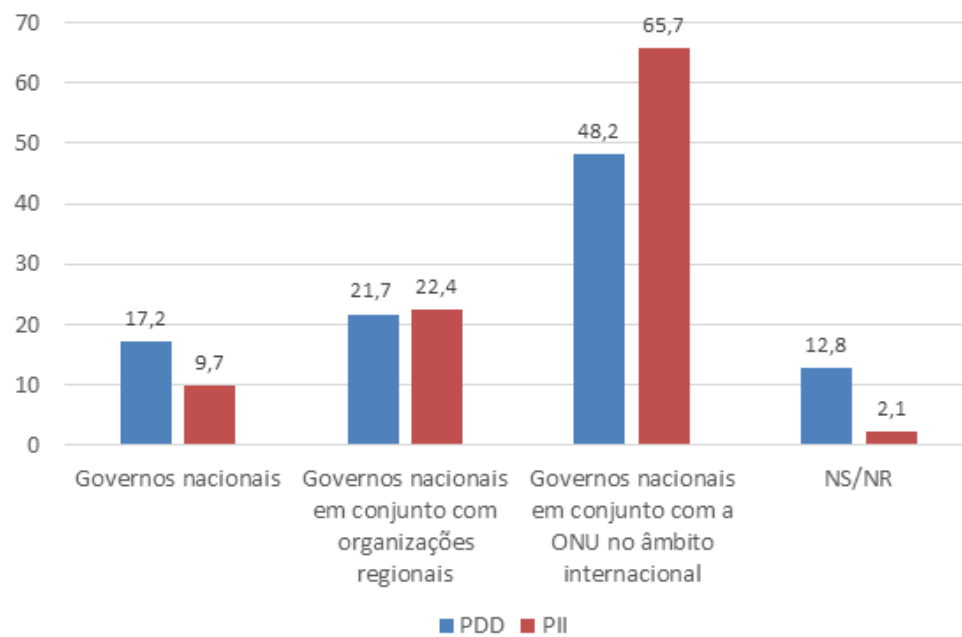


GRÁFICO 4.2.17: Proteção do meio ambiente

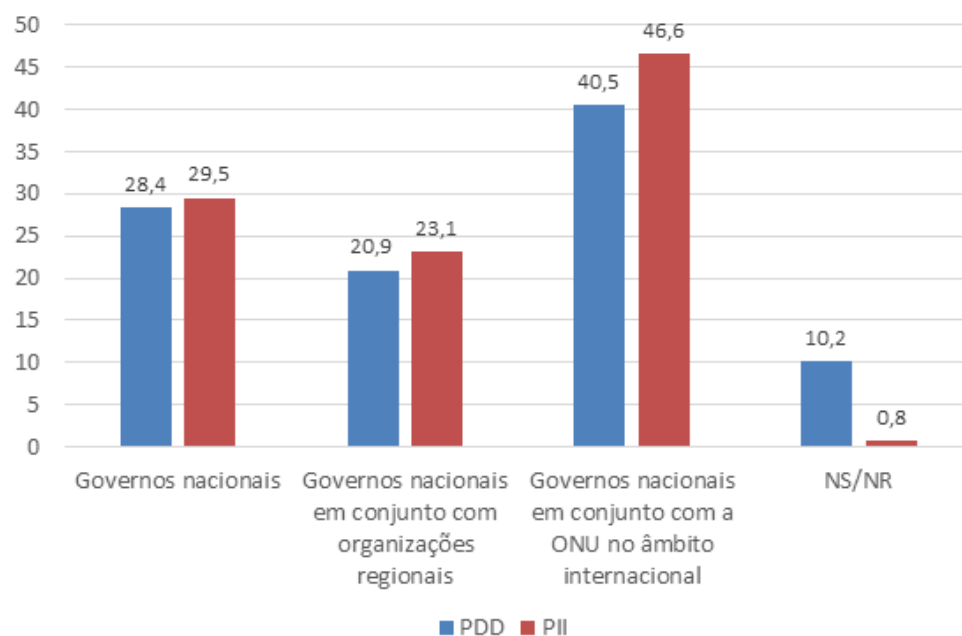


GRÁFICO 4.2.18: Missões de paz

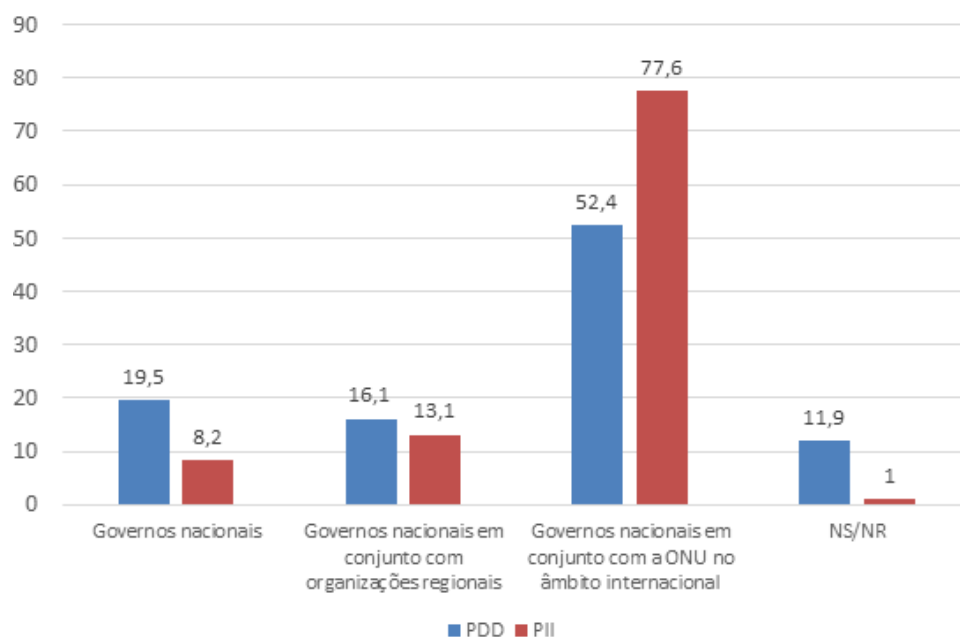


GRÁFICO 4.2.19: Reforma e supervisão do sistema financeiro

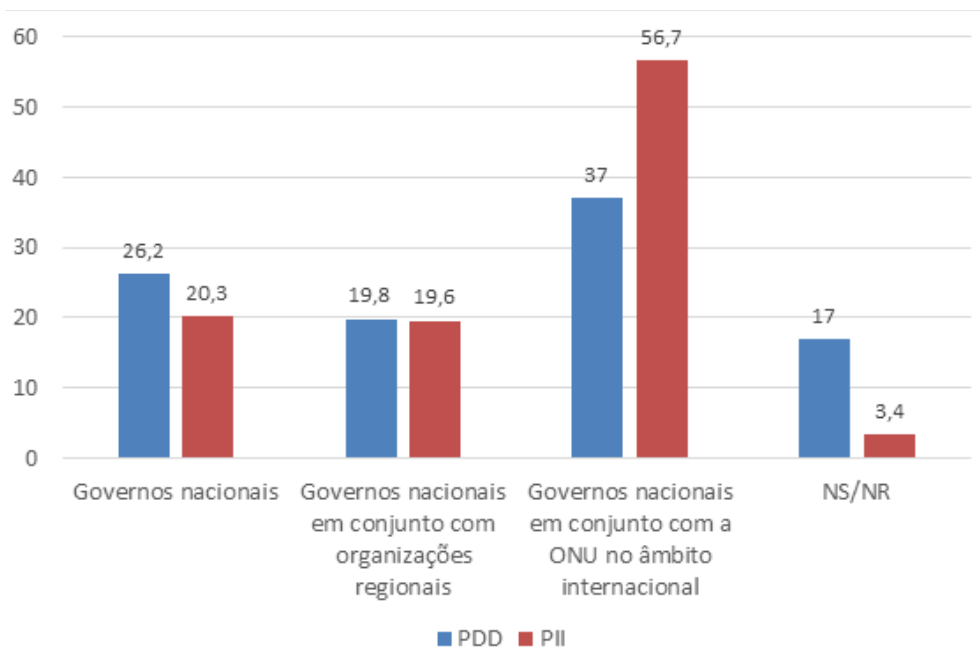


GRÁFICO 4.2.20: Crescimento econômico

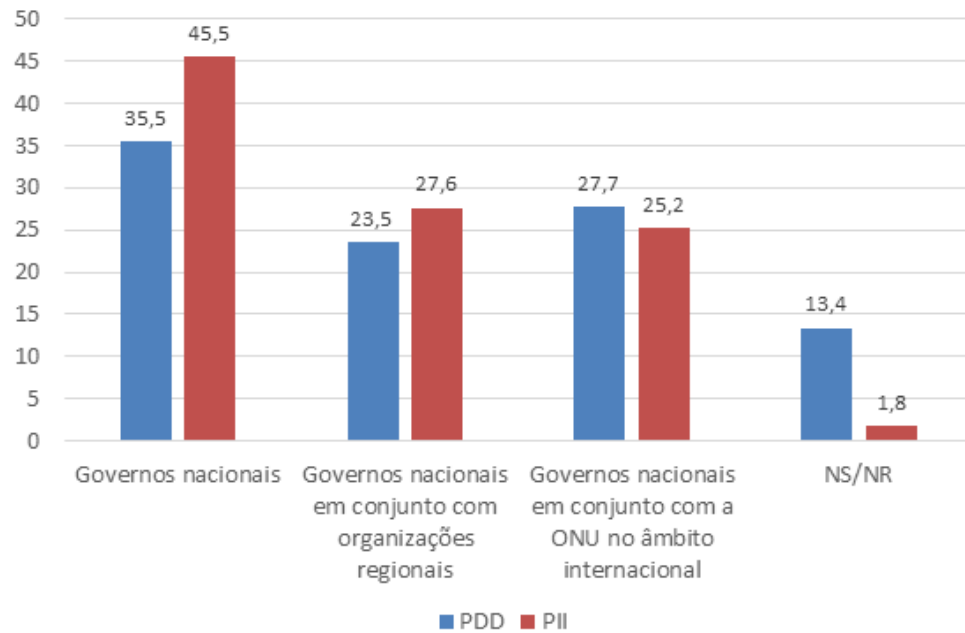


GRÁFICO 4.2.21: Políticas de imigração

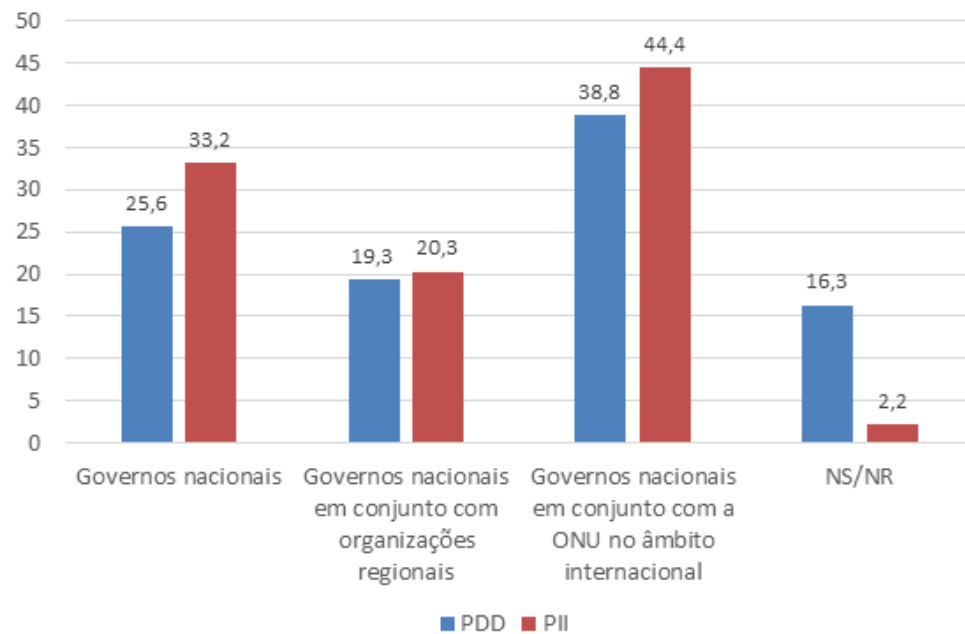


GRÁFICO 4.2.22: Políticas de combate ao desemprego

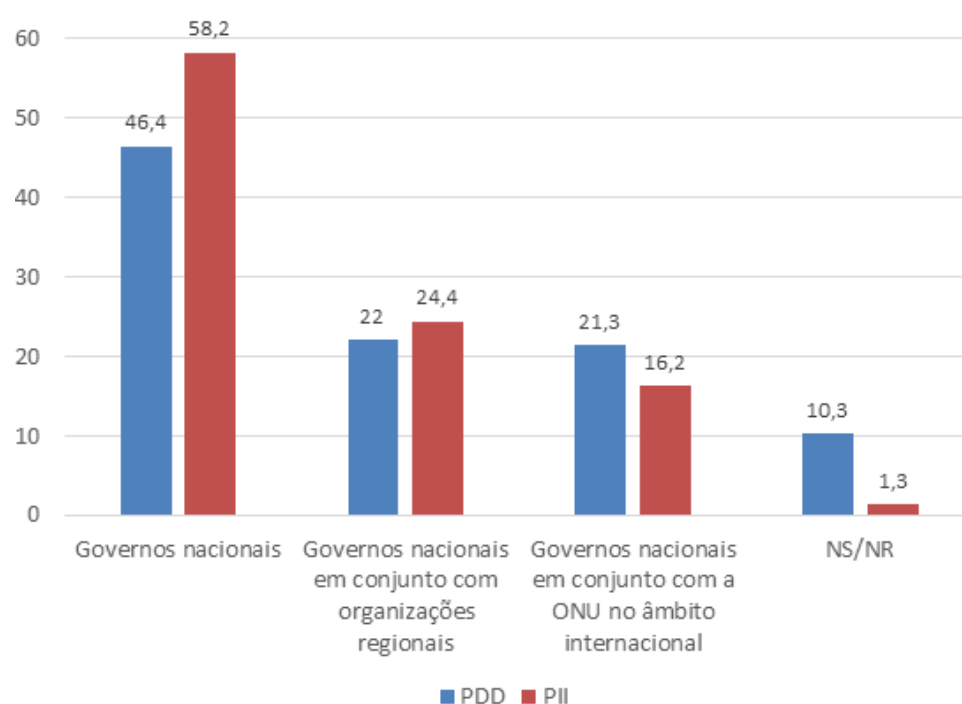


GRÁFICO 4.2.23: Políticas de saúde

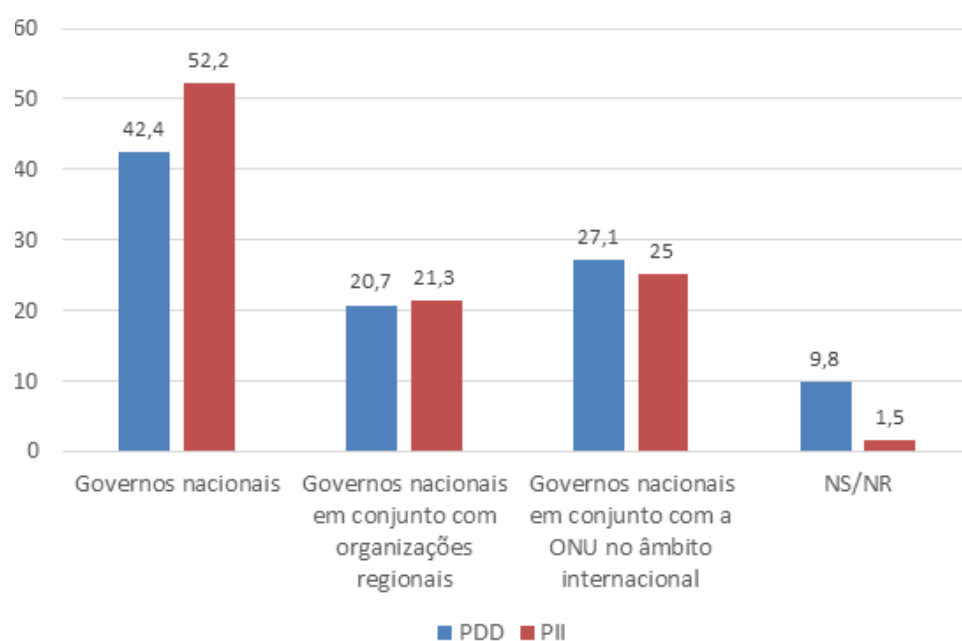


GRÁFICO 4.2.24: Impostos e tarifas

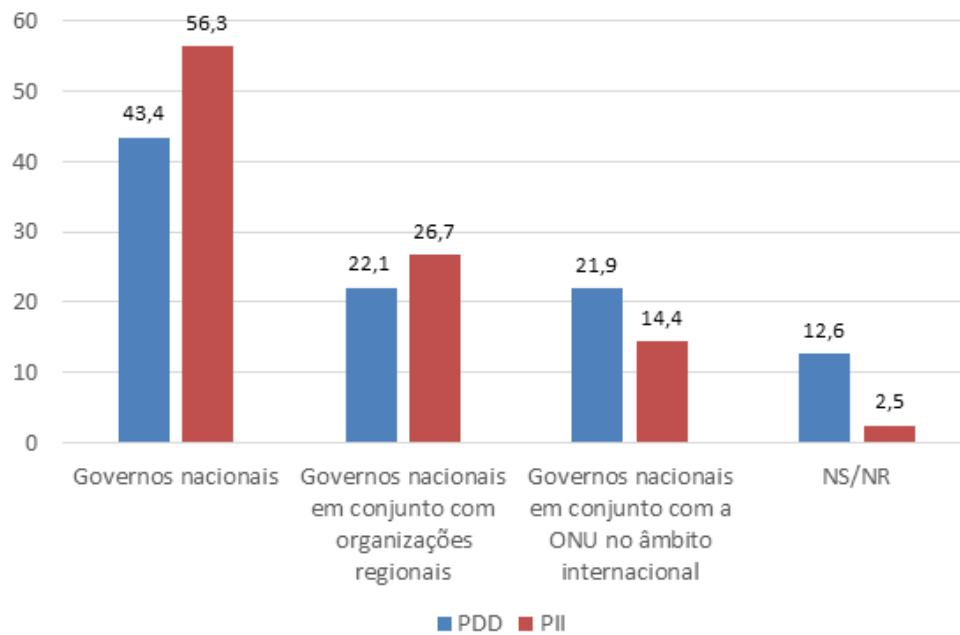
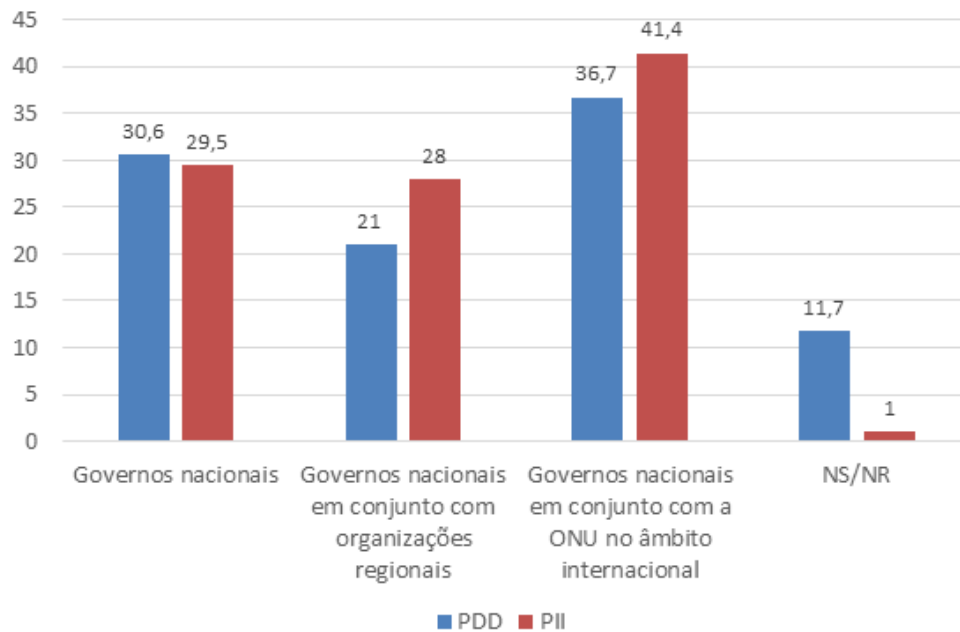


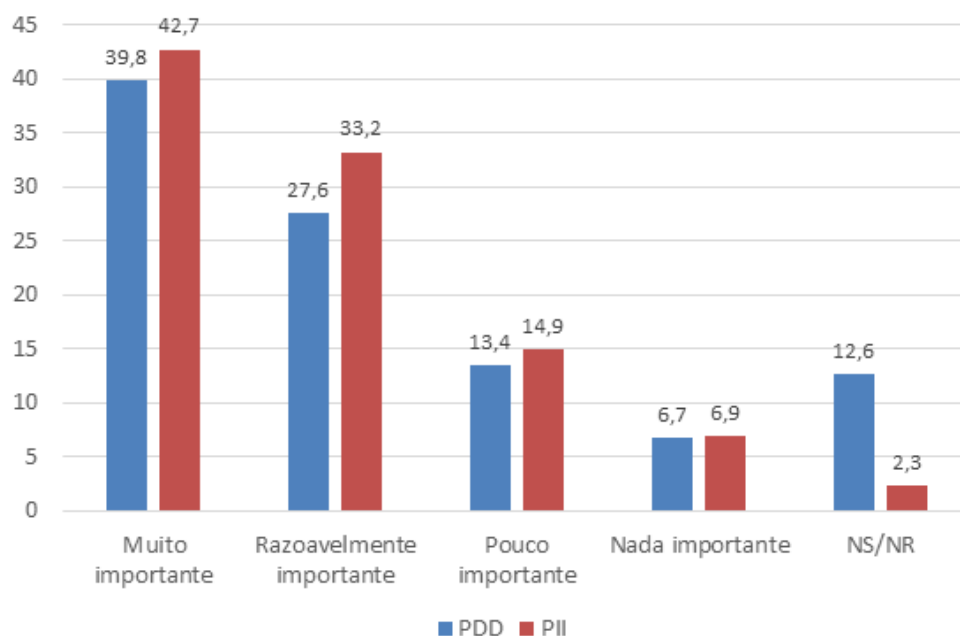
GRÁFICO 4.2.25: Políticas contra crime



INSTRUMENTOS

Nota-se no *survey* uma percepção positiva do público em relação ao uso do *soft power* brasileiro para garantir o fortalecimento dos interesses da política externa do Brasil. Esse ponto fica claro ao observarmos o apoio à abertura de novas embaixadas e consulados em outros países (42,7% do PII e 39,8% do PDD consideram muito importante), à oferta de bolsas a estudantes estrangeiros que venham estudar no Brasil (33,6% do PII e 41,5% do PDD consideram muito importante) e ao aumento da participação do Brasil em organismos internacionais, como a ONU (69,4% do PII e 53,7% do PDD consideram muito importante). Somente na questão de fornecer dinheiro para o desenvolvimento de outros países não se nota uma percepção positiva do público (14% do PII e 23,5% do PDD consideram muito importante)⁷.

GRÁFICO 4.3.1: Qual a importância para o Brasil em investir mais recursos: Na abertura de novas embaixadas e consulados em outros países



⁷ Referência ao *survey* de 2014.

GRÁFICO 4.3.2: Qual a importância para o Brasil em investir mais recursos: No oferecimento de bolsas a estudantes de outros países que venham estudar no Brasil

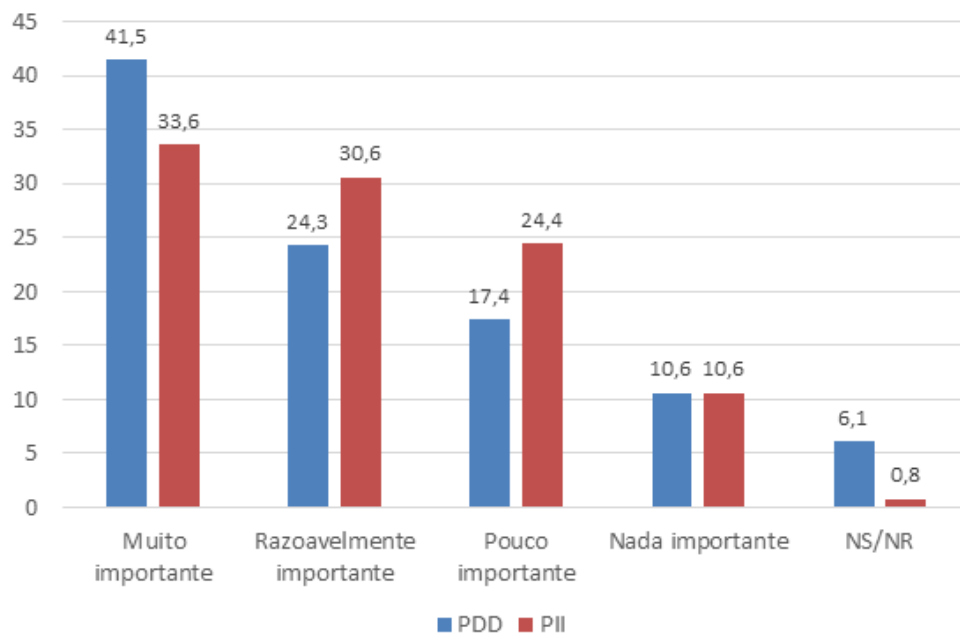


GRÁFICO 4.3.3: Qual a importância para o Brasil em investir mais recursos: No fornecimento de dinheiro para o desenvolvimento de outros países

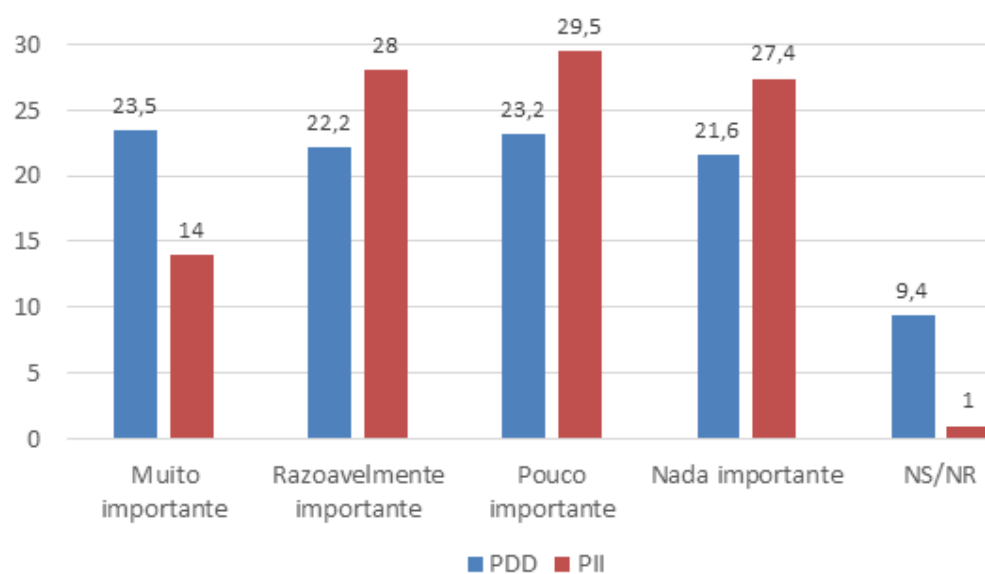
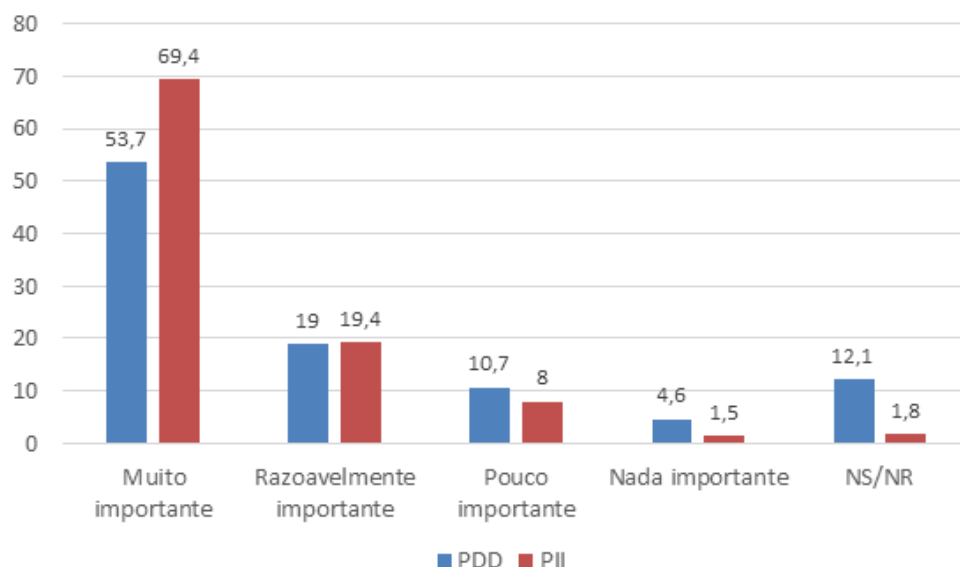


GRÁFICO 4.3.4: Qual a importância para o Brasil em investir mais recursos: No aumento da participação do Brasil em organismos internacionais, como a ONU



Discordâncias surgem, no entanto, quando o público é indagado sobre a forma de o Brasil aumentar a sua influência no mundo. A maior parte defende o uso da diplomacia (50%), da cultura (73%), do comércio (67%) e da cooperação internacional para o desenvolvimento (62%). Já quando questionado sobre o uso do poder militar, as preferências se dividem, pois 30% concordam em parte com esse tipo de ação, enquanto outros 32% discordam totalmente. Esse é um ponto central da política externa brasileira, que confronta a expectativa de aumentar a inserção no mundo, ter mais protagonismo nas decisões internacionais e, por outro lado, a hesitação em arcar com custos na área militar.

GRÁFICO 4.3.5: O(a) sr.(a) concorda ou discorda que, para aumentar sua influência no mundo, o Brasil utilize: O poder militar

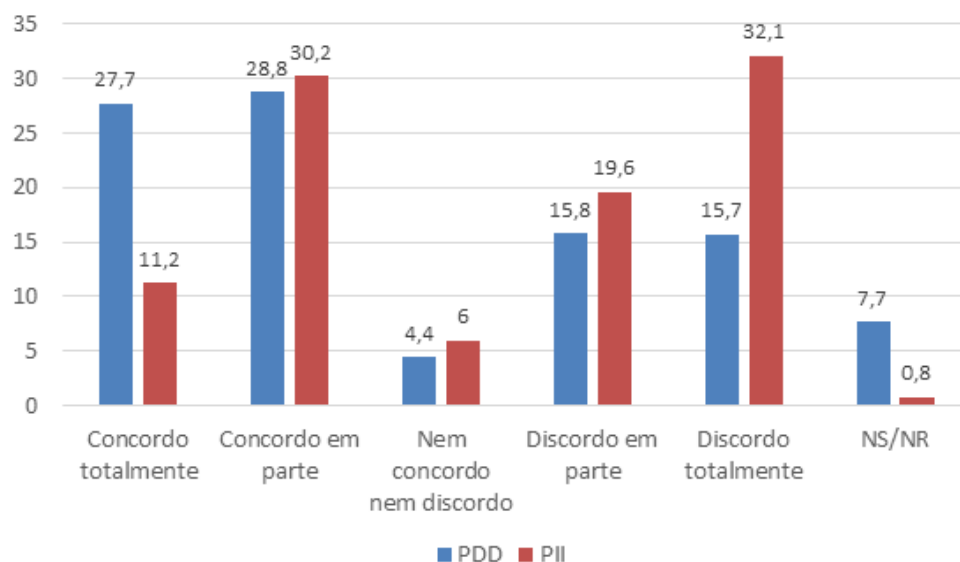


GRÁFICO 4.3.6: O(a) sr.(a) concorda ou discorda que, para aumentar sua influência no mundo, o Brasil utilize: A diplomacia

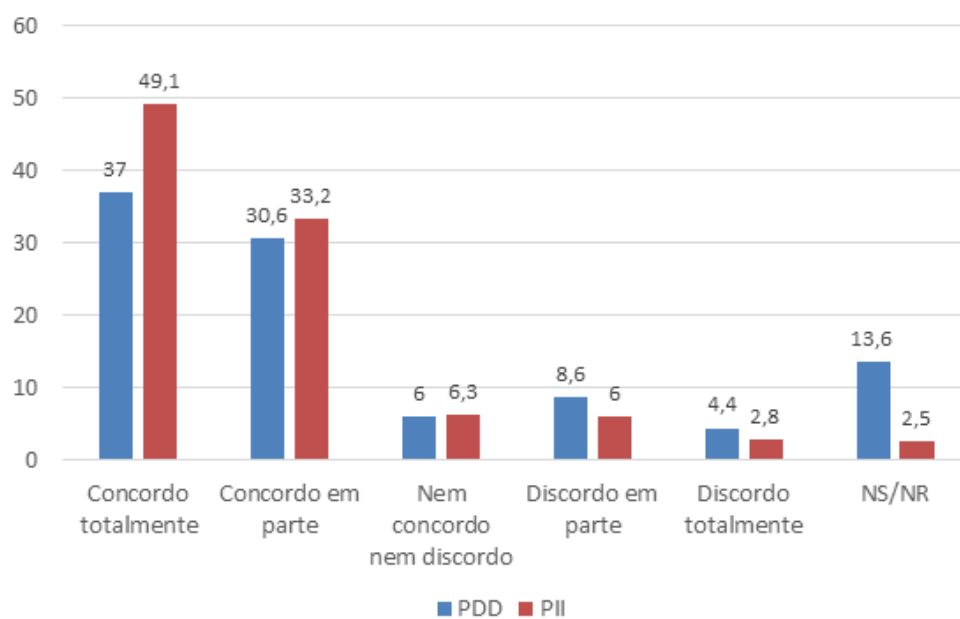


GRÁFICO 4.3.7: O(a) sr.(a) concorda ou discorda que, para aumentar sua influência no mundo, o Brasil utilize: A cultura

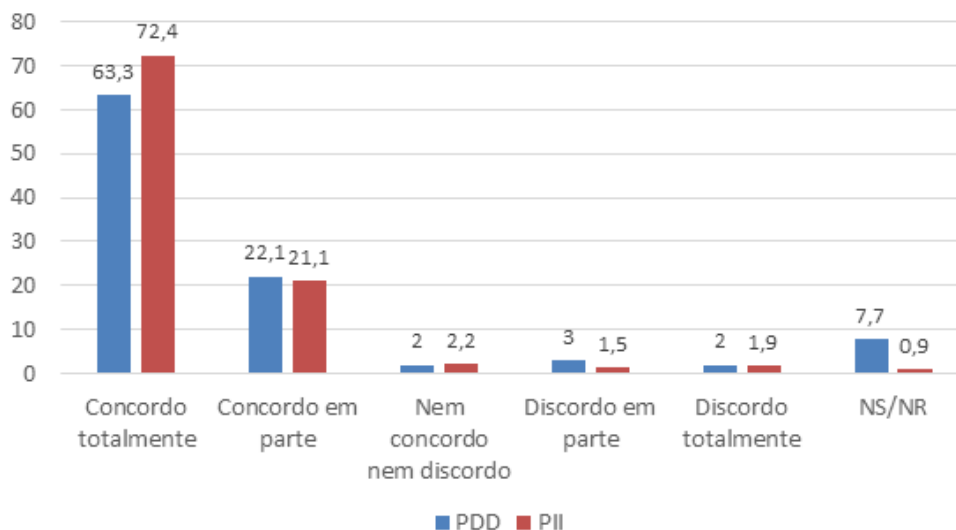


GRÁFICO 4.3.8: O(a) sr.(a) concorda ou discorda que, para aumentar sua influência no mundo, o Brasil utilize: O comércio

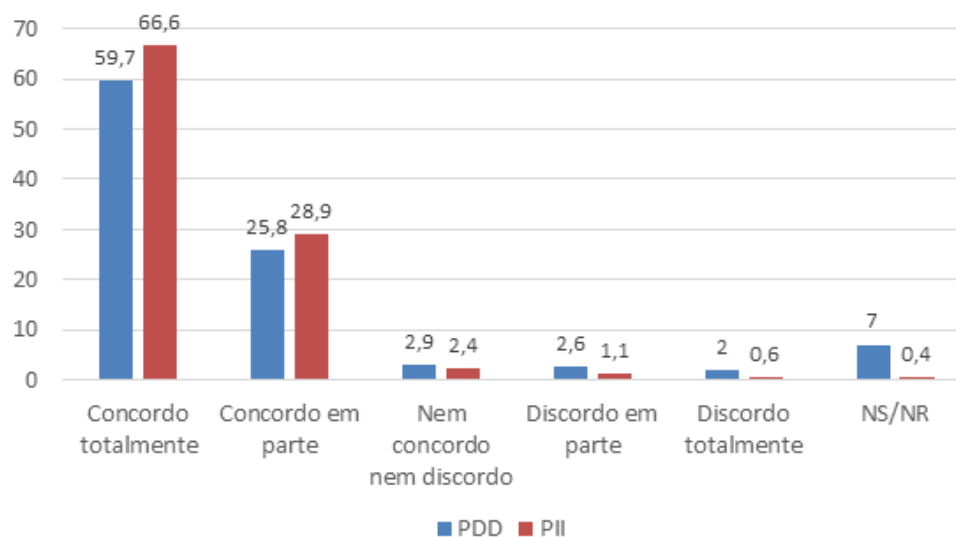
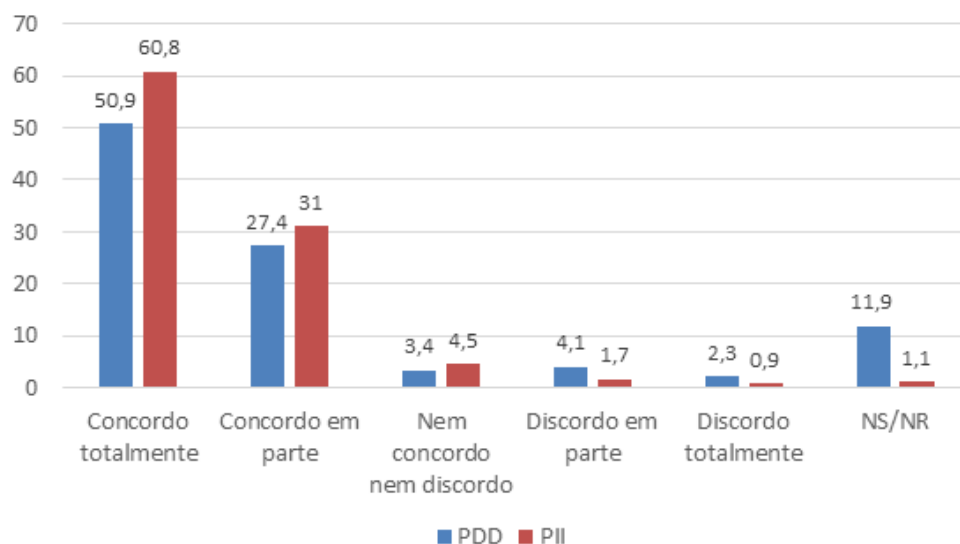


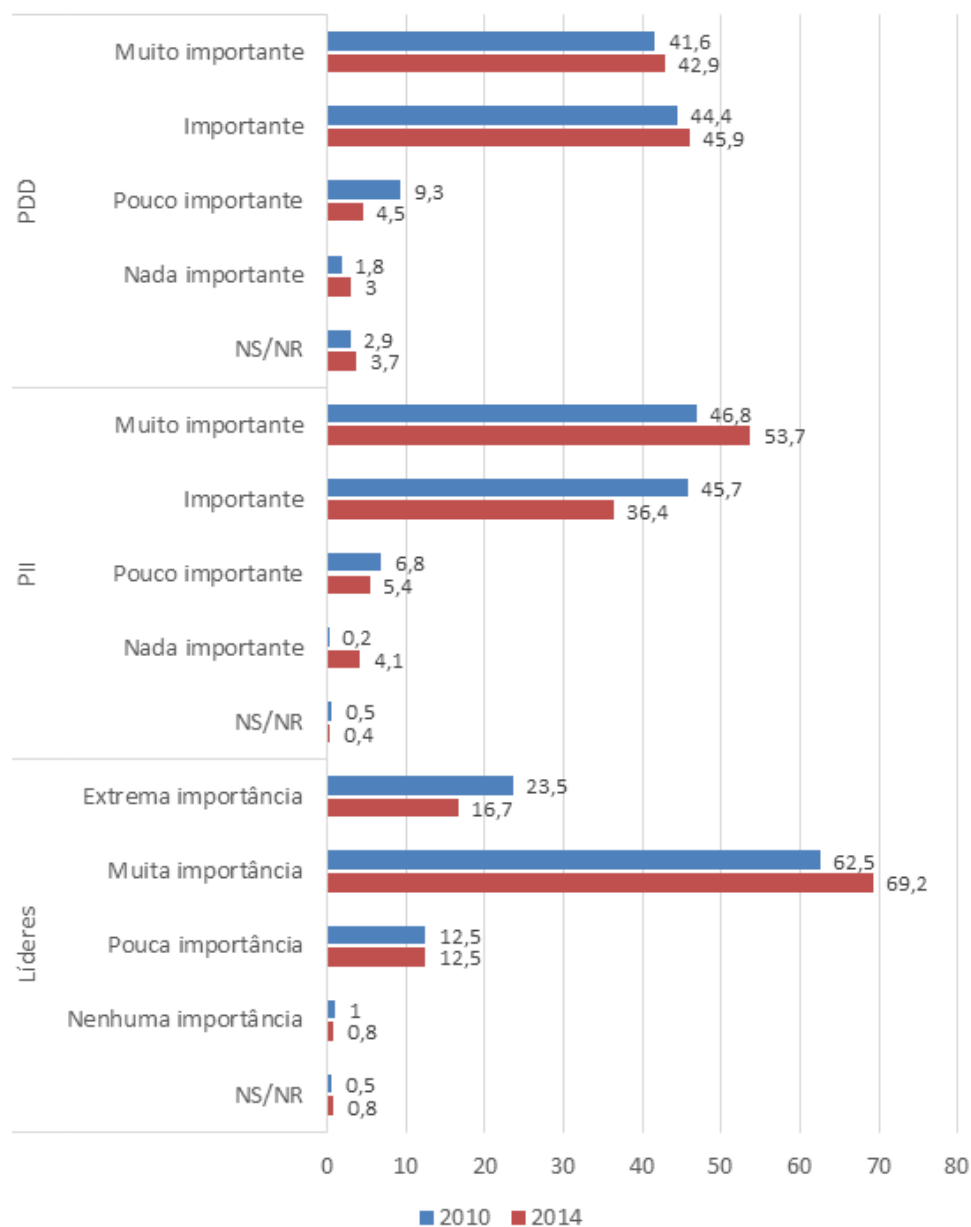
GRÁFICO 4.3.9: O(a) sr.(a) concorda ou discorda que, para aumentar sua influência no mundo, o Brasil utilize: A cooperação internacional para o desenvolvimento



A defesa de uma posição de liderança do país na sua região coincide com a concordância de que o Brasil, “como maior país da América do Sul, tem a responsabilidade de investir recursos para o desenvolvimento da região” (74% concordam totalmente e em parte). É também positiva a defesa de que o Brasil ajude economicamente os países menos desenvolvidos da região (90,1%)⁸.

8 Referência a PII 2014.

GRÁFICO 4.3.10: Gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse qual a importância que acredita que cada um dos seguintes objetivos deve ter para a política exterior do Brasil: Ajudar a melhorar o nível de vida nos países menos desenvolvidos



CAPÍTULO 5

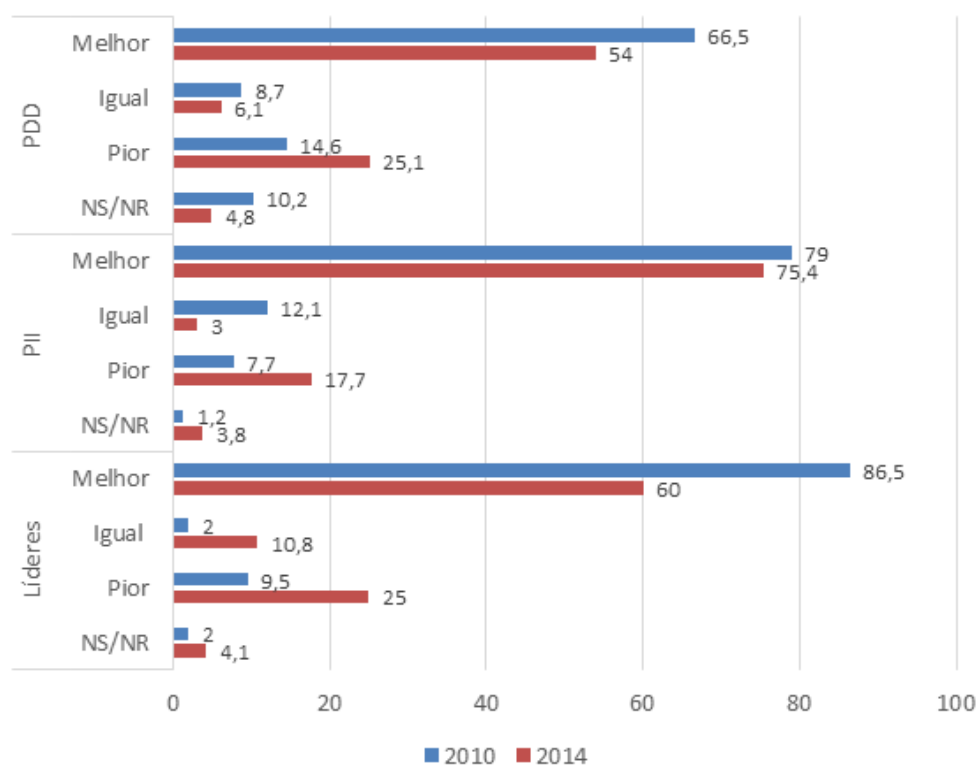
O Brasil e a América Latina

PERSPECTIVAS PARA A REGIÃO

De 2000 a 2014, ocorreram muitas mudanças na América Latina. Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal,) os países latino-americanos apresentaram grande desenvolvimento econômico entre 2000 e 2010, compreendendo redução da pobreza e da desigualdade, expansão do mercado de trabalho formal, melhoria no IDH, aumento das taxas de alfabetização e frequência escolar decorrentes de maiores investimentos no setor, maior expectativa de vida e aumento dos gastos públicos e privados com a saúde. No entanto, a perspectiva da população brasileira em relação à América Latina deteriorou-se entre os quatro anos que separam as duas pesquisas.

Quando se compara a América Latina de dez anos atrás e a de agora, o grupo de líderes foi o que apresentou a perspectiva mais pessimista: 9,5% dos líderes consideravam a região pior em 2010, índice que passou para 25% em 2014 – um aumento de 15,5 pontos percentuais –, enquanto o PDD e o PII apresentaram aumento, respectivamente, de 10,5 e 10 pontos percentuais.

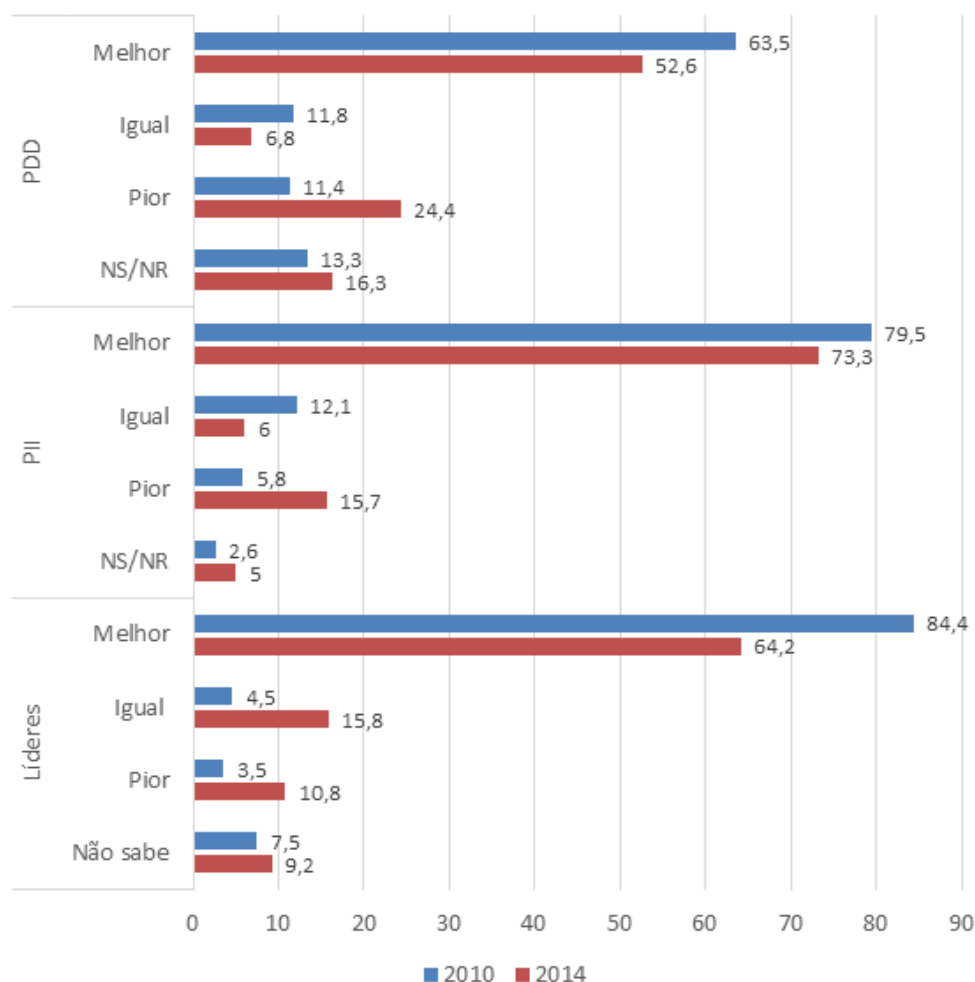
GRÁFICO 5.1.1: De modo geral, o(a) sr.(a) acredita que a América Latina está melhor ou pior do que estava há dez anos?



Quanto ao futuro da América Latina, as expectativas dos grupos entre esses quatro anos de pesquisas andaram em consonância com a pergunta anterior. Todos os grupos apresentaram aumento em relação a uma pior expectativa para a região, sendo o grupo dos líderes o que apresenta a maior queda na categoria melhor expectativa (20,2 pontos percentuais).

Possíveis pontos que podemos aludir para explicar o agravamento da visão do público brasileiro em relação à região da América Latina residem na conturbada situação política, financeira e social em que o Brasil e seus vizinhos, como Colômbia, Argentina e, principalmente, Venezuela, se apresentaram (e apresentavam em 2014).

GRÁFICO 5.1.2: De modo geral, o(a) sr.(a) acredita que a América Latina estará melhor ou pior daqui a dez anos?



Quando focamos no Brasil, a percepção do país em relação à América Latina também se deteriorou nos grupos entrevistados. Não apenas o país apresentou uma queda como maior influenciador na região nos últimos dez anos, como a perspectiva sobre o Brasil como líder regional no futuro também foi prejudicada.

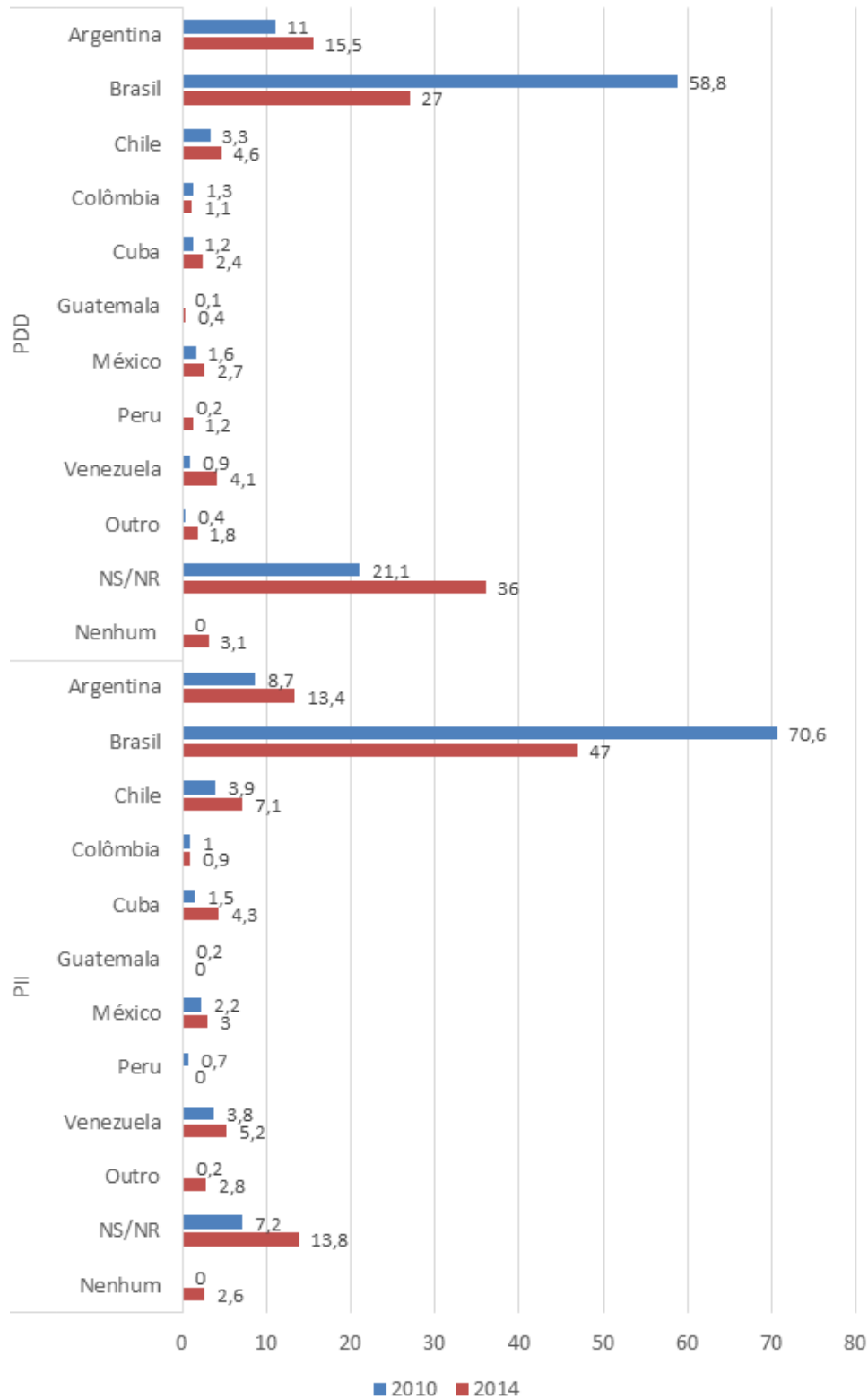
Esse agravamento sobre a imagem do Brasil deve-se, muito provavelmente, aos escândalos de corrupção e à publicidade que ganhou a operação Lava Jato, iniciada em março de 2014.

Entre o público desinformado e desinteressado, o Brasil recuou mais de 54% como o país mais influente na região, chegando à marca de 27%. Para esse grupo, o país que mais cresceu como influenciador foi a Argentina, com

um acréscimo de 4,5 pontos percentuais, atingindo 15,5% dos entrevistados. Abaixo da Argentina seguem Chile, Venezuela, México e Cuba, completando a classificação dos seis mais influentes. É interessante notar, também, a alta porcentagem de pessoas que não sabem ou não responderam, acumulando pouco mais de um terço dos entrevistados, atingindo 36%, um aumento de mais de 70% em relação a 2010.

Quanto ao público informado e interessado, a queda do Brasil é menor – pouco mais de 33% em relação ao dado de 2010. A quantidade de pessoas que tem o Brasil como maior influenciador na América Latina nos últimos dez anos corresponde a quase 50% dos entrevistados. Completando os seis mais bem vistos pelo público em 2014 estão Argentina (com 13,4%), Chile (7,1%), Venezuela (5,2%), Cuba (4,3%) e México (3%).

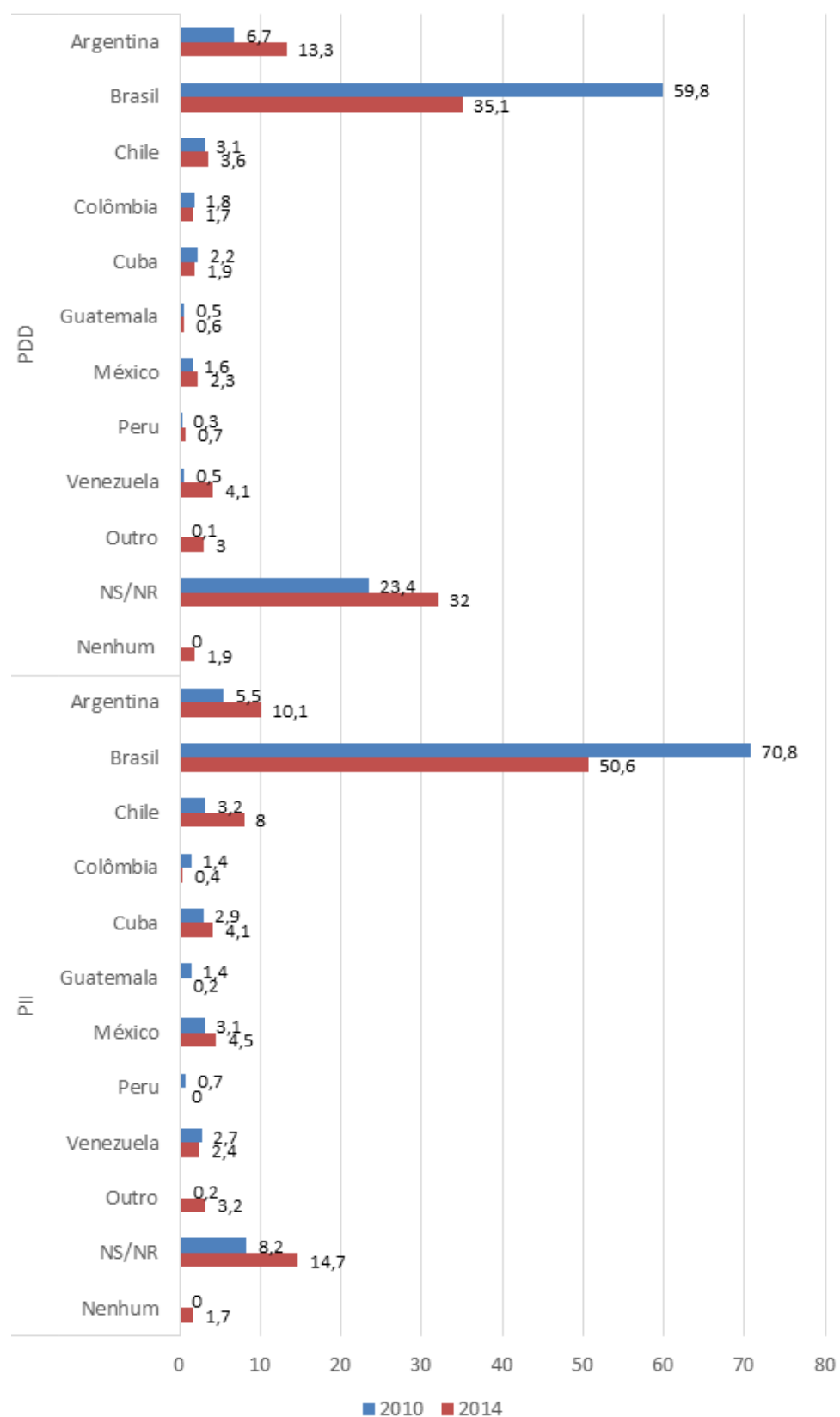
GRÁFICO 5.1.3: Nos últimos dez anos, qual país da América Latina foi o mais influente da região?



Houve também uma piora na percepção do público brasileiro no que concerne o futuro do Brasil na região. Saindo de uma porcentagem de aproximadamente 60% como maior influenciador da região em 2010, o Brasil atinge a marca de 35,1% em 2014, em termos de perspectiva futura, enquanto atinge apenas 27% no que se refere à situação presente do país como maior influenciador da região em 2014. Já para o público informado e interessado, o Brasil é apontado por 50,6% dos entrevistados como futuro maior influenciador da região. Os demais países seguem a mesma linha apresentada pela questão anterior, com Argentina, Chile, México, Venezuela e Cuba fechando as seis primeiras colocações. Nota-se, no entanto, que para o PII, a Venezuela apresenta uma queda, figurando na sexta posição.

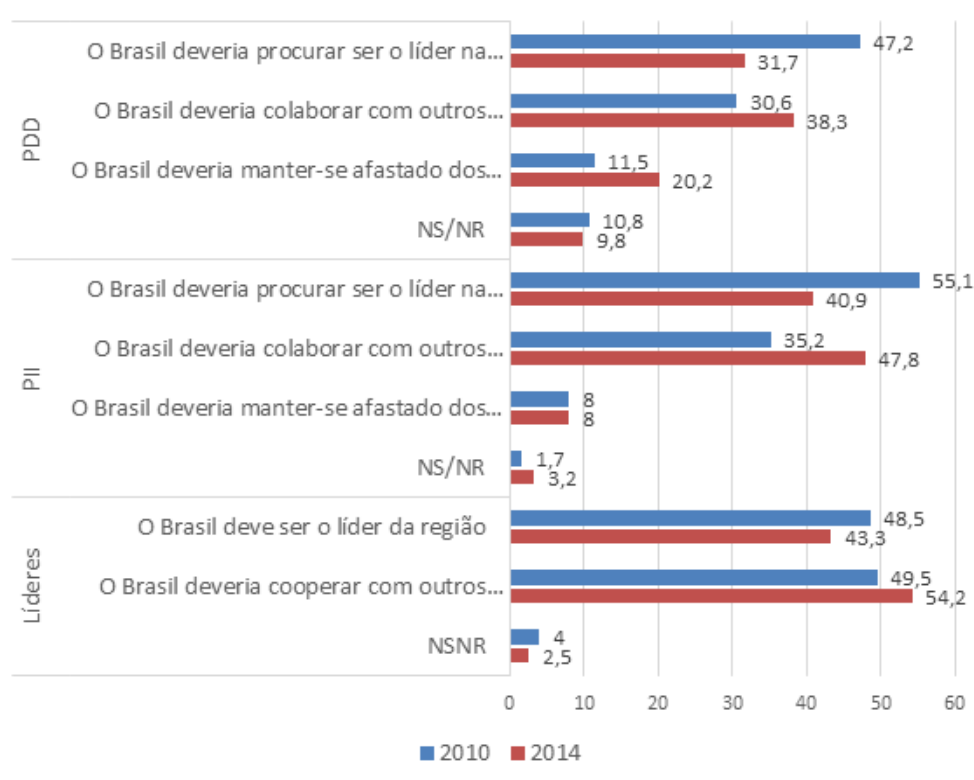
Quando focamos no Brasil em relação à região da América Latina, as respostas obtidas andam em conjunto com as mudanças que já foram apresentadas nas duas questões anteriores.

GRÁFICO 5.1.4: E nos próximos dez anos, qual país da América Latina terá mais influência na região?



Quando perguntados sobre o papel do Brasil na América Latina, a categoria “o Brasil deveria procurar ser o líder da região” apresenta queda entre todos os grupos, sendo mais acentuada entre o grupo PDD, por pouco mais de 1% em relação ao grupo PII e quase 10% quando comparado com o grupo líderes. Esse último, no entanto, é o que mais identifica o país como futuro líder da região, contabilizando 43,3% dos entrevistados do grupo (para comparação, PII apresenta 40,9% e PDD, 31,7% dos entrevistados de seus respectivos grupos). A queda do Brasil como líder é acompanhada por um crescimento em todos os grupos daqueles que acreditam que o país deveria cooperar com outros países da região. A quantidade de pessoas que acham que o Brasil deveria se manter afastado dos esforços latino-americanos quase dobra no grupo PDD, chegando a um quinto do total dos entrevistados, e se mantém em 8% no grupo PII. Para o grupo líderes, essa pergunta não foi realizada.

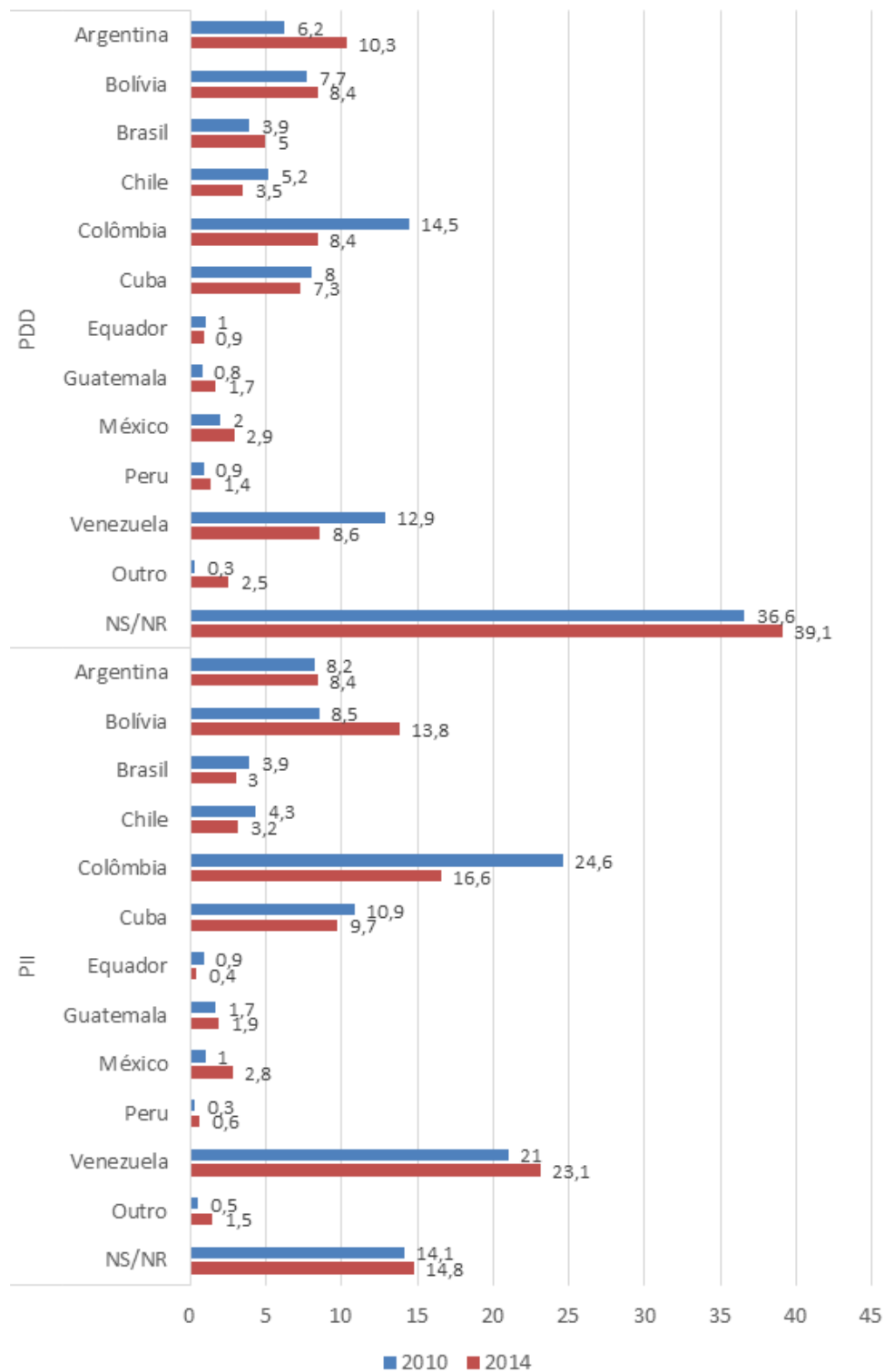
GRÁFICO 5.1.5: Qual das seguintes informações se aproxima mais do que o(a) sr.(a) pensa sobre o papel do Brasil na América Latina?



RELAÇÕES COM PAÍSES DA REGIÃO

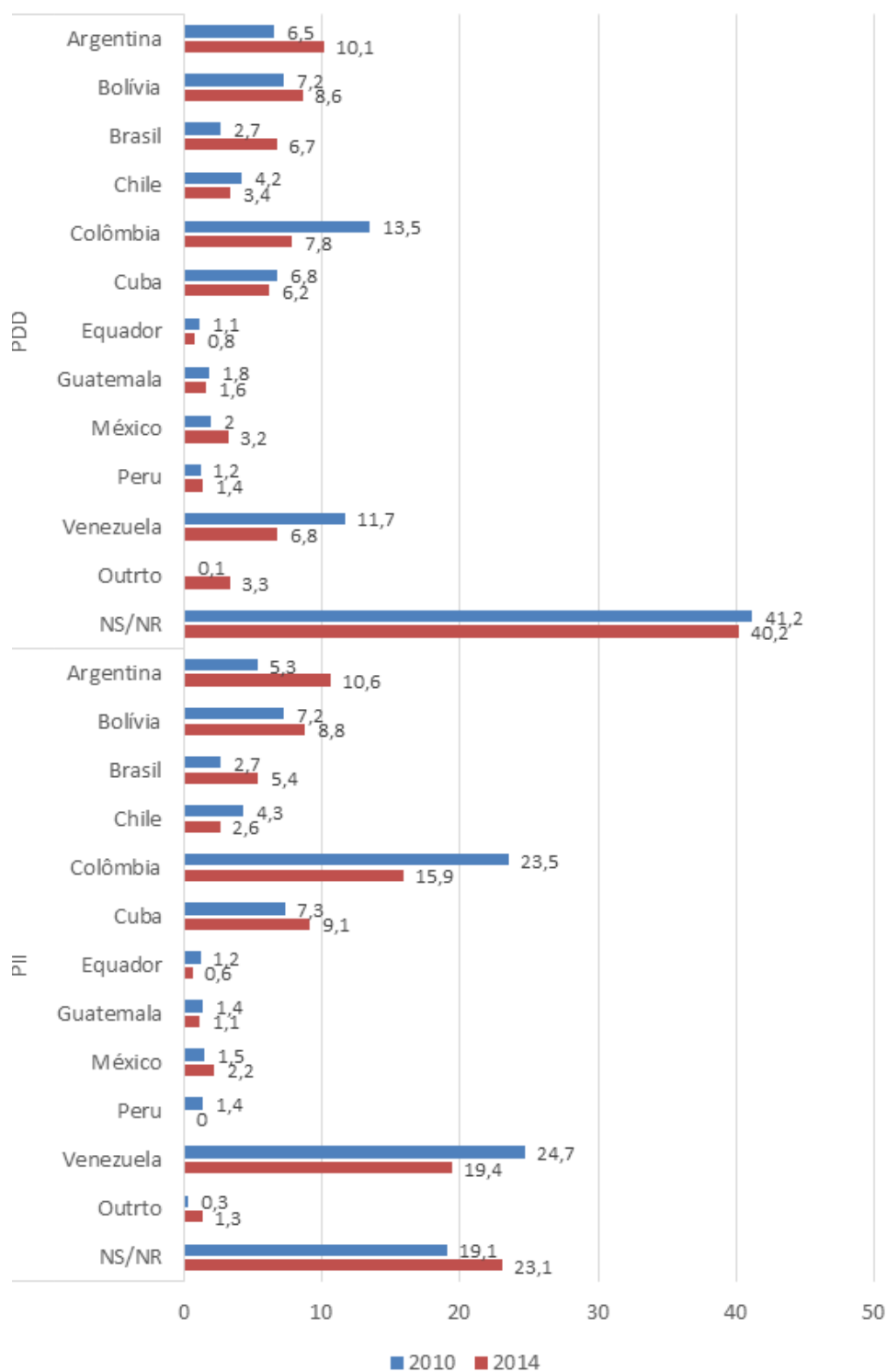
Os brasileiros em geral, não consideram seus vizinhos particularmente conflitivos, embora varie bastante a percepção do potencial de cada um deles para gerar problemas regionais.

GRÁFICO 5.2.1: Nos últimos dez anos, qual país da América Latina o(a) sr.(a) acredita que gerou mais conflitos na região?



Direcionada apenas aos grupos PDD e PII, a pergunta acima busca avaliar a percepção do público brasileiro quanto a conflitos na região nos últimos dez anos. Quando perguntados que país achavam ter gerado mais conflitos na América Latina na última década, Bolívia, Argentina, Colômbia, Venezuela e Cuba aparecem nas cinco primeiras colocações para ambos grupos, em ambas pesquisas. Enquanto para o PII a Venezuela se encontra na primeira colocação como país mais conflitante, o PDD coloca a Argentina em primeiro, seguida pela Venezuela, pela Bolívia e Colômbia, empatadas com 8,4% e, por fim, Cuba. É interessante notar que, apesar dos grupos andarem em sincronia quanto aos países figurados entre os cinco primeiros, a relação entre as pesquisas muda entre os grupos, em alguns casos. Enquanto o Brasil apresenta uma queda entre 2010 e 2014 para o PII, ele aumenta para o PDD. A Venezuela apresenta comportamento inverso entre os grupos, diminuindo para o PDD e aumentando para o PII.

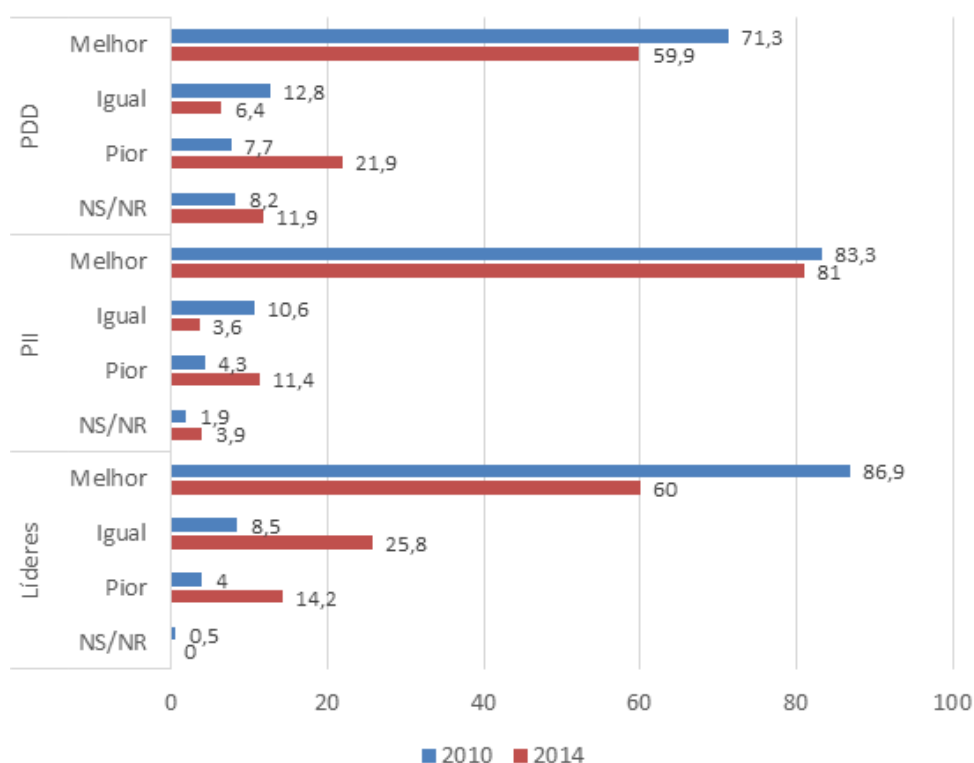
GRÁFICO 5.2.2: E nos próximos dez anos, qual país o(a) sr.(a) acredita que poderá gerar mais conflitos na região?



Quando colocada a mesma questão, mas em relação ao futuro, ou seja, que país poderá gerar mais conflitos na região, as respostas, novamente, seguem a mesma tendência da pergunta relativa ao presente em comparação aos dez anos anteriores. Colômbia, Bolívia, Venezuela, Cuba e Argentina continuam figurando nos cinco primeiros lugares para o PDD, enquanto para o PII Cuba é substituída pelo Brasil na quinta colocação. Na visão do PII, Argentina se mantém na liderança, seguida por Bolívia, Colômbia, Venezuela e Brasil; enquanto para o PDD a ordem é Venezuela, Colômbia, Argentina, Cuba e Bolívia.

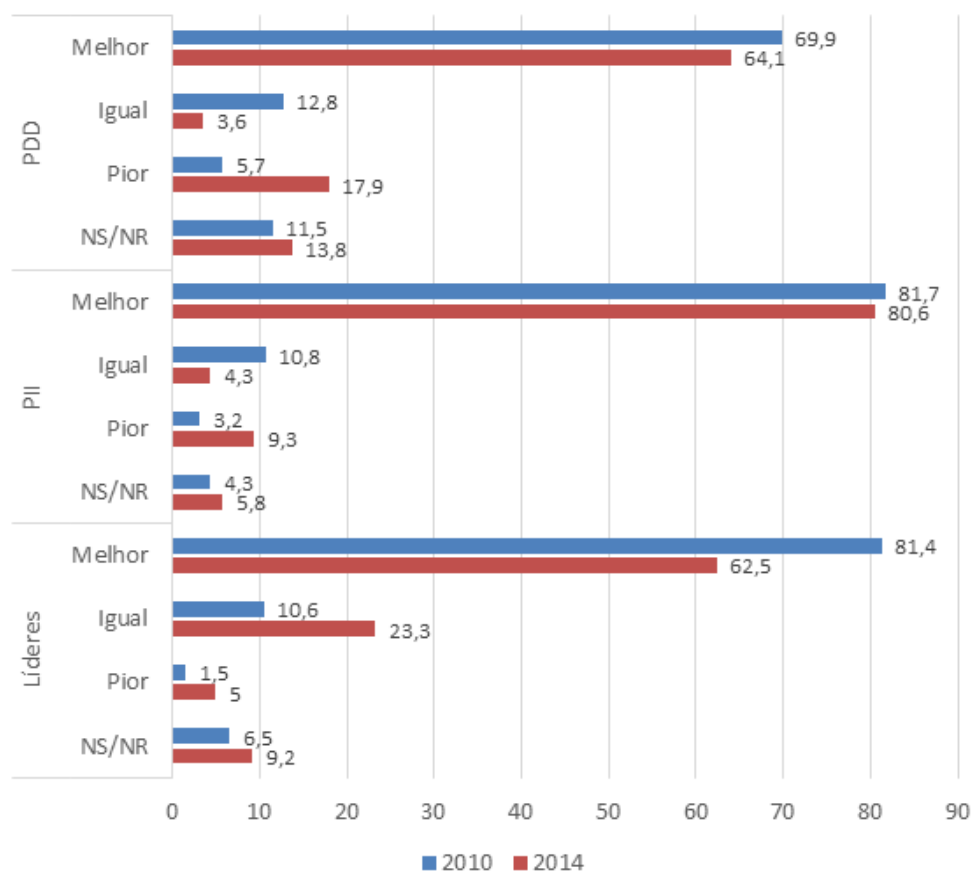
A deterioração da imagem do Brasil quanto a questões internacionais pelos públicos e líderes continua quando se pergunta sobre a relação do Brasil com seus vizinhos latino-americanos. A pergunta aqui, novamente, divide-se em dois períodos de tempo, presente em relação ao passado e ao futuro.

GRÁFICO 5.2.3: Comparando com os últimos dez anos, o(a) sr.(a) acha que as relações do Brasil com o resto da América Latina estão melhores ou piores?



No primeiro caso, os três grupos apresentaram queda na categoria que vê como melhor a convivência do Brasil agora, em relação a dez anos atrás. O grupo de líderes é aquele que apresenta maior queda, de 26,9 pontos percentuais. No entanto, é o grupo PDD que apresenta maior percentagem de público que considera uma piora nas relações entre o Brasil e os países da América Latina. Para parcela significativa dos líderes, a relação teria se mantido igual.

GRÁFICO 5.2.4: E em dez anos, o(a) sr.(a) acha que as relações de seu país com o resto da América Latina estarão melhores ou piores?



Na pergunta em relação ao futuro das relações do Brasil com a América Latina, a tendência se mantém. O grupo líderes é aquele que apresenta maior queda na percepção de melhor relacionamento e maior aumento percentual para a opção de piora nos relacionamentos.

Não há crença na perspectiva de melhora, mas tampouco de agravamento, das relações do Brasil com os outros países da América Latina. Para a maioria dos entrevistados, o Brasil tem relações estáveis com os vizinhos.

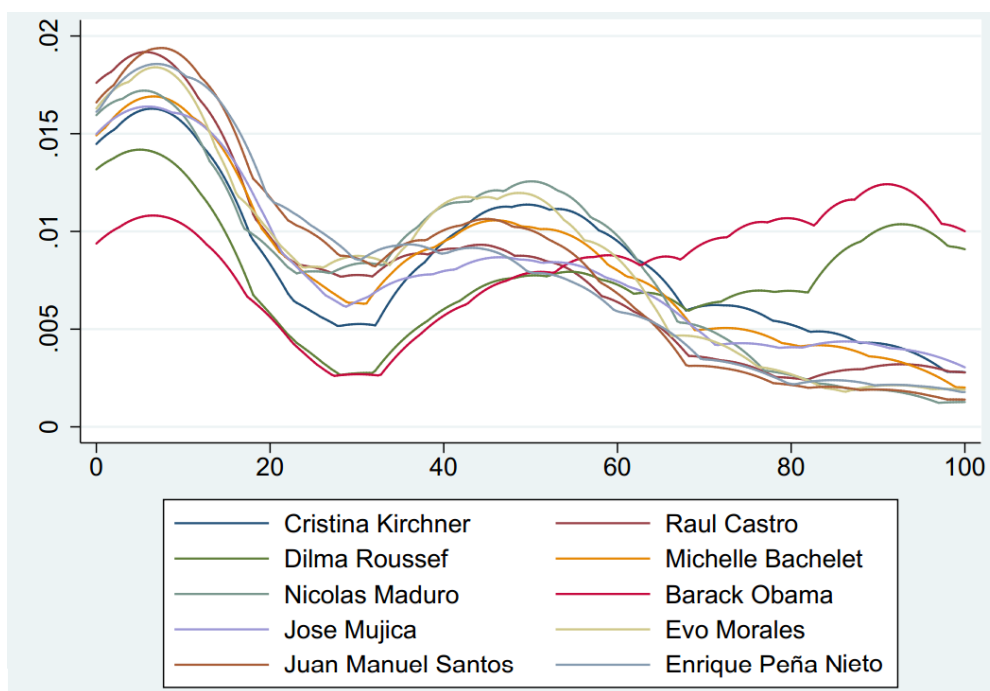
ATITUDES COM RELAÇÃO À AMÉRICA LATINA

Vimos, anteriormente, que uma parcela muito pequena dos brasileiros se considera latino-americano, sul-americano ou cidadão do Mercosul. Vimos também que, embora considerem a América Latina a área do mundo mais importante para o Brasil, têm uma percepção negativa a respeito de muitos de nossos vizinhos.

Da mesma forma, mal reconhecem e não avaliam bem seus presidentes. E o desconhecimento é muito elevado entre os dois segmentos do público. Os dados apresentados mostram que, com exceção do Brasil e dos Estados Unidos, o público desinformado e desinteressado não sabe opinar sobre a política de países latino-americanos. Entre um terço e mais de dois terços do grupo não sabe ou não respondeu à pergunta sobre os/as presidentes da Argentina, Cuba, Venezuela, Chile, Bolívia, Colômbia, Uruguai e México (86,1% neste último caso). Essa proporção cai, ainda que de forma não tão significativa, entre o público informado e interessado (80,4%). Os dados dos entrevistados que atribuíram alguma nota aos governantes podem ser visualizados nos gráficos a seguir. Usa-se aqui, novamente, a função de densidade de probabilidade com um núcleo K (kernel)⁹.

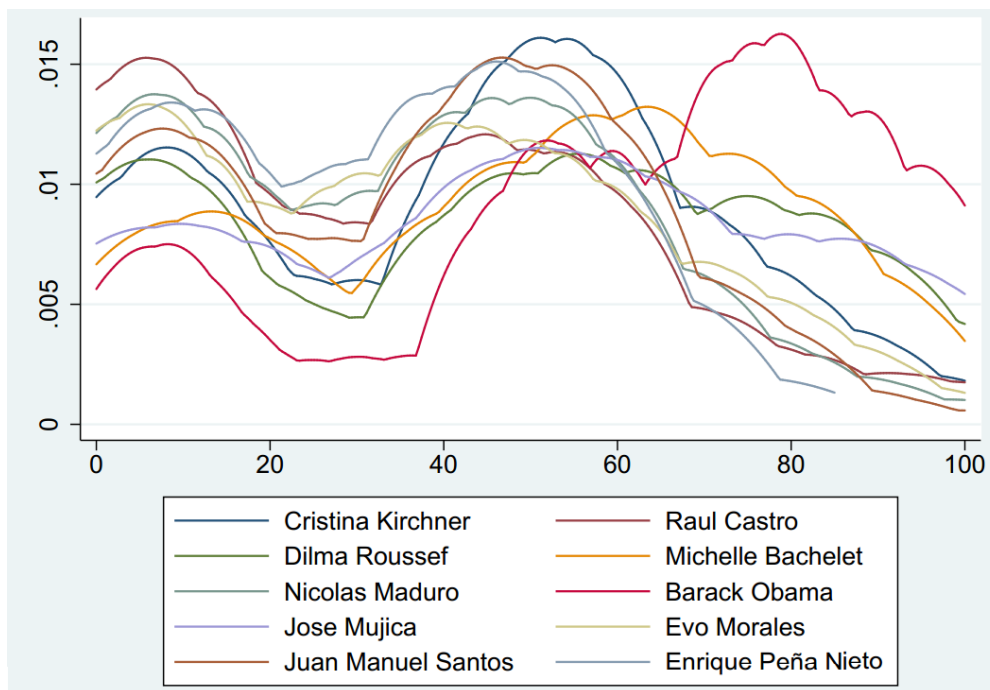
⁹ Referir-se a nota 3 para explanação..

Gráfico 5.3.1: (PDD) Agora vou lhe pedir sua opinião sobre alguns líderes políticos. O(a) sr.(a) pode dar uma nota de 0 a 100, sendo que 100 é a nota mais favorável sobre esse líder na sua opinião:



As distribuições apresentam um padrão com concentrações para todos os líderes de Estados em dois pontos. No começo da distribuição, por volta da pontuação 10, e no centro, por volta do ponto 55. Barack Obama é o líder mais bem visto pelo público desinteressado e desinformado (maior concentração em notas altas e menor concentração em notas baixas), apesar da parcela que o pontua com altas notas não ser muito maior do que a que o vê como um mau líder. Dilma é a segunda líder com melhor pontuação. Todos os demais apresentam uma queda a partir da pontuação 70 da distribuição (Dilma cresce a partir do mesmo ponto, e Obama apresenta crescimento quase contínuo desde, aproximadamente, a nota 35). Os líderes do México e Bolívia são os que apresentam maiores pontuações na média da distribuição, apesar de muitos outros líderes como Michelle Bachelet (Chile), Cristina Kirchner (Argentina), Juan Manuel Santos (Colômbia) não estarem tão atrás.

Gráfico 5.3.1: (PII) Agora vou lhe pedir sua opinião sobre alguns líderes políticos. O(a) sr.(a) pode dar uma nota de 0 a 100, sendo que 100 é a nota mais favorável sobre esse líder na sua opinião:

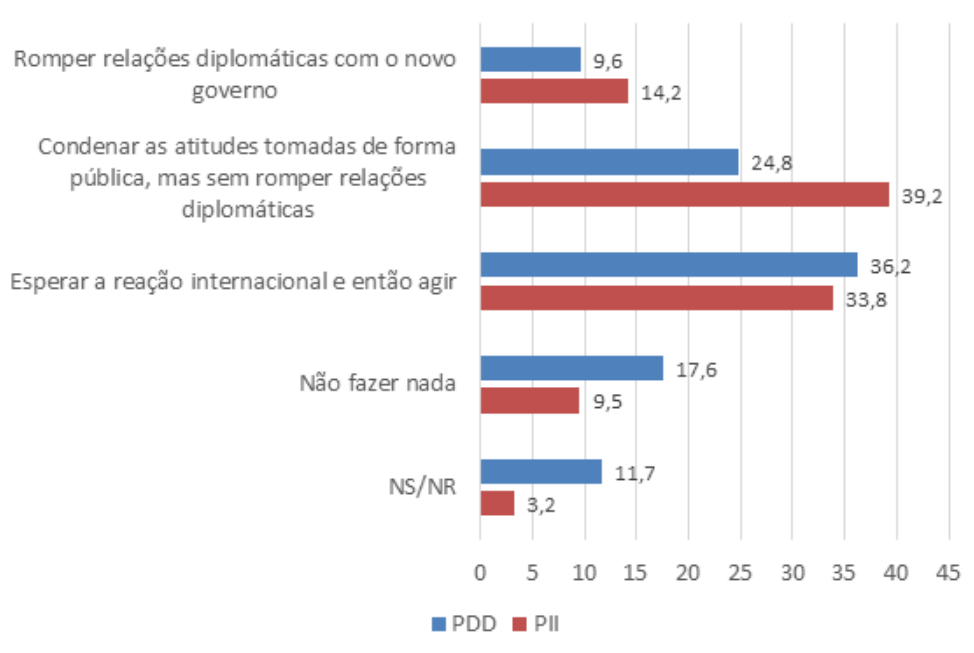


Como no caso da avaliação dos países (gráficos 3.3.8 e 3.3.9), o comportamento da opinião do PII novamente se mostra mais disperso quando comparado com o outro público. O líder norte americano Barack Obama é novamente o mais bem avaliado entre os entrevistados. O líder cubano Raul Castro é aquele que apresenta a maior concentração em notas baixas. A líder argentina é a que aparece no ponto mais alto no meio da distribuição, seguida de perto pelo líder colombiano Juan Manuel Santos. Chama atenção a posição da líder chilena Michelle Bachelet com o pico da sua avaliação por volta da nota 70.

Entretanto, em que pese o desconhecimento e a avaliação muitas vezes negativa dos países latino-americanos, esses são percebidos como amigos e sócios, nunca como ameaças. Quando se pede que o entrevistado descreva a relação do Brasil, em termos de amizade, sociedade, rivalidade ou ameaça, em relação a todos os países latino-americanos listados na pergunta (Bolívia, Colômbia, Cuba, Peru e Venezuela), a percepção se divide entre um sentimento de amizade e sociedade (as duas respostas em torno de 30%, para todos os países).

Um conjunto de questões voltadas para a América do Sul foi aplicada explorando a questão da conduta do país diante de uma crise regional. A primeira questão apresenta a situação de um presidente de um país latino-americano ter sido retirado do poder a força pelos militares locais.

GRÁFICO 5.3.3: Caso o exército ou um grupo armado de algum país latino-americano derrubasse um governo eleito democraticamente, o(a) sr.(a) acredita que o Brasil deveria:

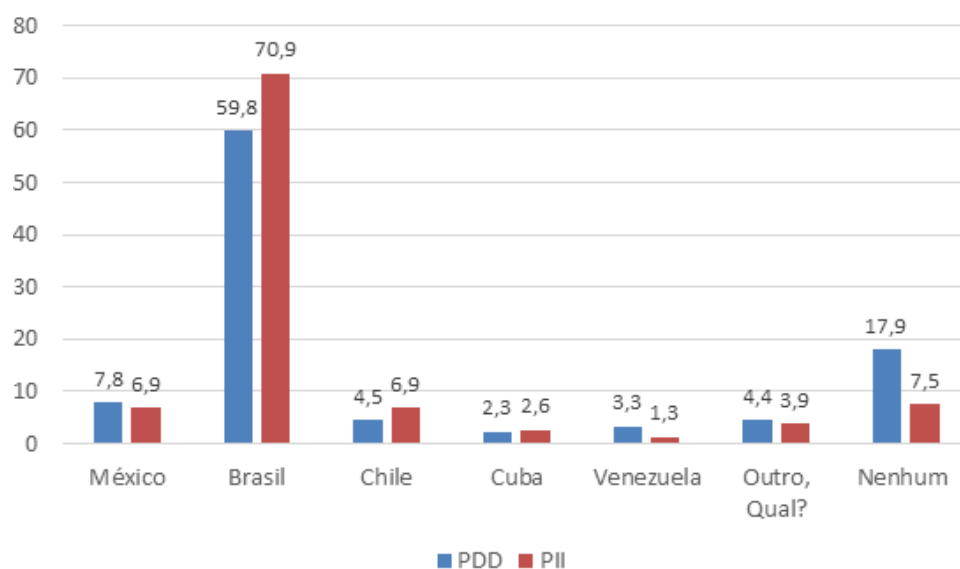


A pergunta, realizada apenas no ano de 2014, mostra que tanto o público desinteressado e desinformado quanto o público interessado e informado optam por alternativas não coercitivas. Enquanto o PDD prefere que o Brasil espere por uma reação internacional para então agir, o PII escolheu, com cerca de 40% dos entrevistados, que, diante de um golpe armado, o Brasil deveria ao menos expressar sua oposição à ação, porém sem qualquer rompimento de relações diplomáticas – o que, no fim, não surte qualquer efeito significativo além de uma troca de argumentos a distância.

A segunda resposta mais indicada em cada grupo é o inverso das primeiras opções. “Condenar as atitudes tomadas de forma pública, mas sem romper relações diplomáticas” é a segunda categoria mais votada pelo PDD, com 24,8%, quase 12 pontos percentuais a menos que o primeiro lugar. Para o PII, “esperar a reação internacional e então agir” encontra-se logo abaixo da

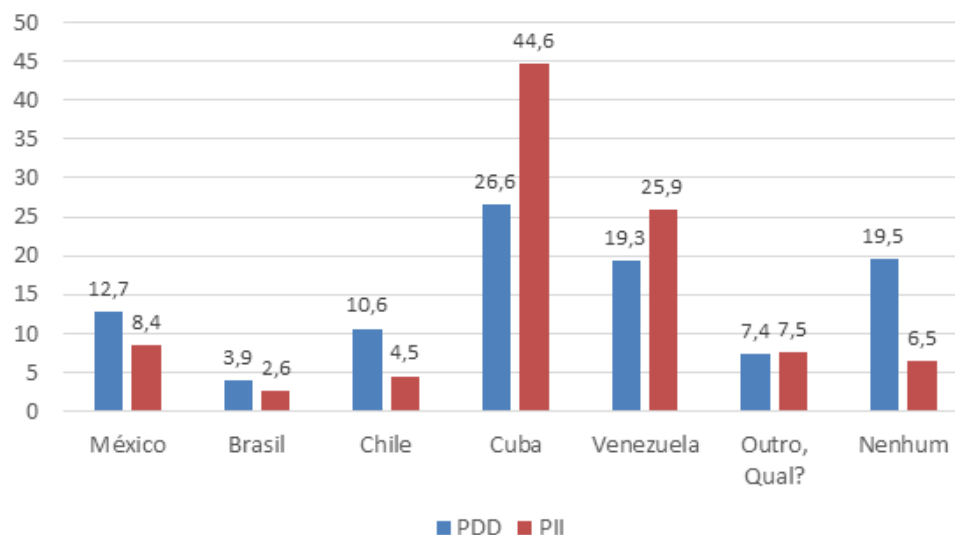
primeira opção, mas com uma diferença pouco menor de apenas seis pontos percentuais. O PDD mantém o seu caráter mais tímido em relação à tomada de ação, de modo que a categoria “romper relações diplomáticas com o novo governo” aparece como opção menos votada, atrás de “não fazer nada”, com 17,6%, e o grupo que não sabe/não respondeu, de quase 12%. Para o PII, a opção mais coercitiva aparece em terceiro lugar, “não fazer nada” em quarto, e a categoria “não sabe/não respondeu” em último, com apenas 3,2%.

GRÁFICO 5.3.4: Em qual dos seguintes países o(a) sr.(a) tem mais confiança para ser o líder da América Latina?



Perguntados sobre em que país teria mais confiança para ser líder da América Latina, os brasileiros apontam majoritariamente seu próprio país, contando com a adesão de quase 60% do PDD e mais de 70% do PII. Na segunda posição, a categoria mais apontada entre ambos os grupos é “nenhum”. Esse número é particularmente expressivo no PDD, de quase 18%, enquanto para o PII a porcentagem é de 7,5%. Com uma grande diferença, de aproximadamente 50 pontos percentuais nos dois grupos, o México aparece em segundo lugar, tanto para PDD quanto para PII. Em terceiro lugar, para o PDD, o Chile é apontado como líder regional, enquanto para o PII ele aparece em segundo lugar, empatado com o México. Quando a pergunta é invertida, ou seja, em quem os entrevistados não confiam como líder da América Latina, as proporções se invertem, na maioria dos casos.

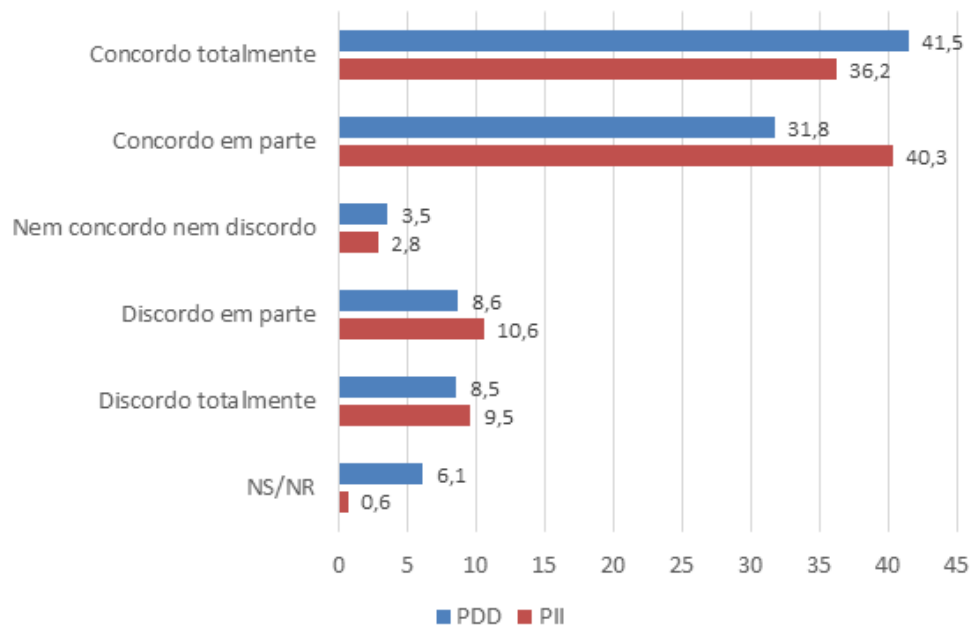
GRÁFICO 5.3.5: E menos confiança para ser o líder da América Latina?



Cuba toma a primeira posição entre ambos os grupos, com quase 45% dos votos do PII e 27% dos votos do PDD. Em segundo lugar, a Venezuela possui menos confiança para ser um líder regional.

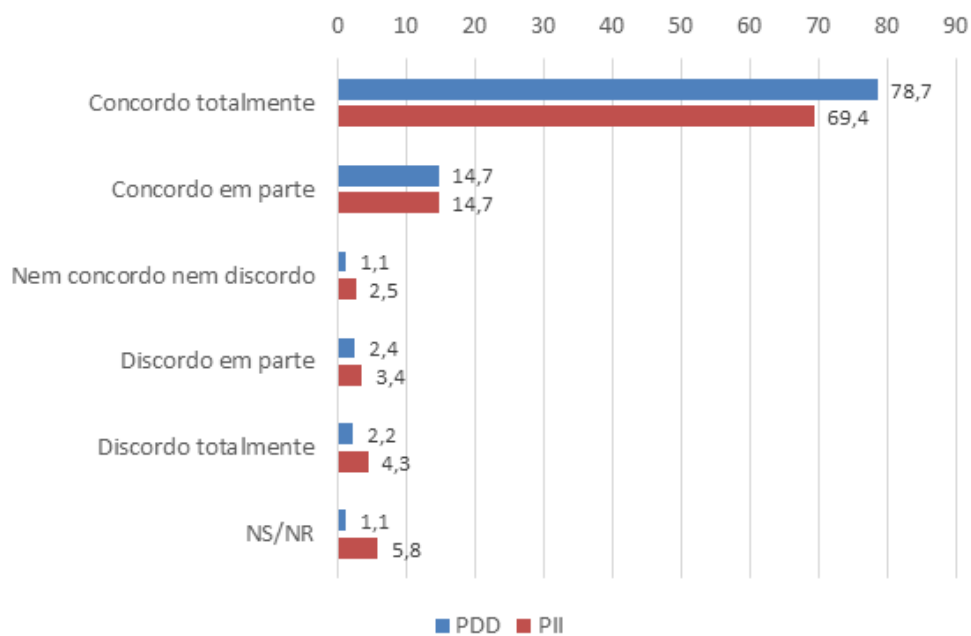
Afirmado o Brasil como país mais importante na América do Sul, a pesquisa procurou saber de seus entrevistados como o Brasil deve se posicionar sobre alguns assuntos. Sobre o Brasil ajudar os países menos desenvolvidos, tanto o PDD quanto o PII apresentaram resultados semelhantes. Ambos concordam que o Brasil deve realizar ações econômicas que ajudem tais países, porém enquanto o PDD concorda totalmente com tal ação (opinião de 41,5% dos entrevistados), o PII concorda parcialmente que o Brasil ajude economicamente tais países (40,3% dos entrevistados). O PII também apresenta uma maior oposição ao Brasil ajudar economicamente seus vizinhos. As opções “discordo em parte” e “discordo totalmente” somam 21,1% enquanto para o PDD 17,1%.

GRÁFICO 5.3.6: Por seu tamanho territorial, demográfico e econômico, o Brasil é o país mais importante da América do Sul. Considerando isso, o(a) sr.(a) concorda ou discorda que o Brasil: Ajude economicamente os países menos desenvolvidos da região



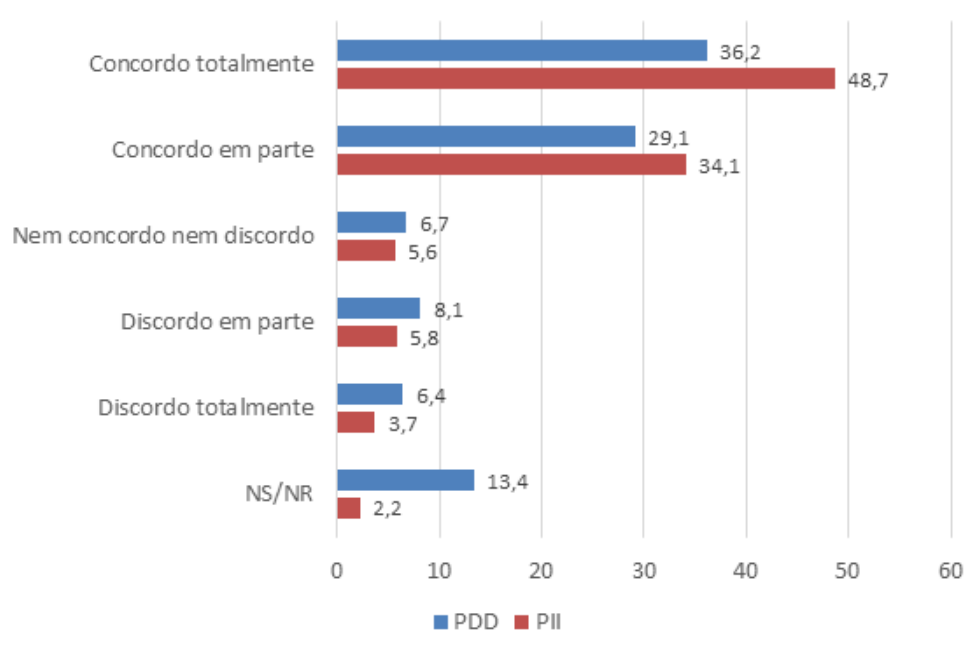
Quanto ao combate às ameaças transnacionais, como o narcotráfico, os grupos apresentam forte concordância que o Brasil deve combater tais problemas. Mais de 90% do PDD concorda que o Brasil deve tomar tais atitudes, enquanto para o PII essa porcentagem é de 75,1%.

GRÁFICO 5.3.7: Por seu tamanho territorial, demográfico e econômico, o Brasil é o país mais importante da América do Sul. Considerando isso, o(a) sr.(a) concorda ou discorda que o Brasil: Combata as ameaças transnacionais, como o narcotráfico



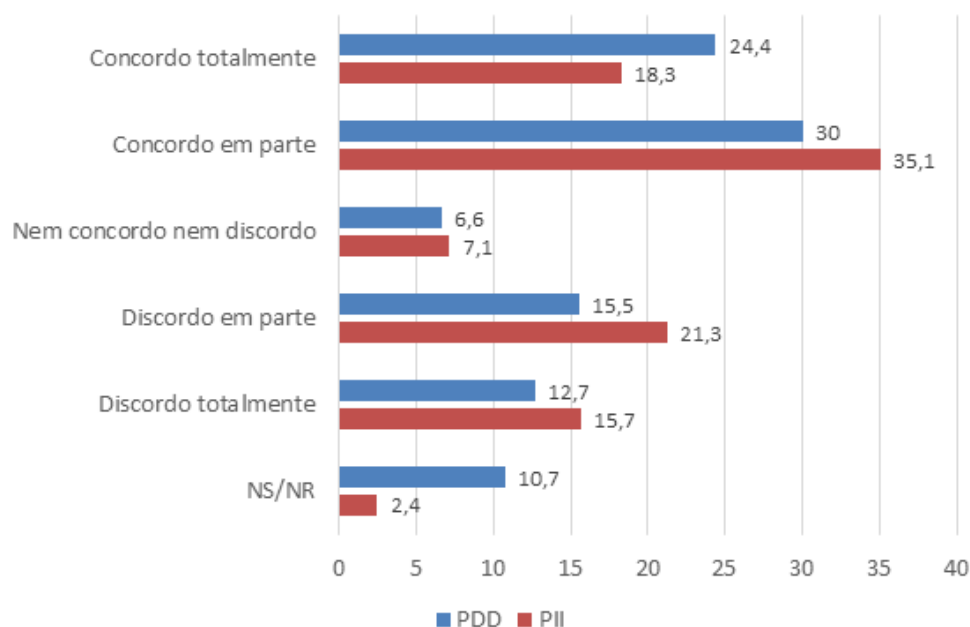
Ainda, o caráter de líder da região é colocado em destaque quando os entrevistados são perguntados se o Brasil deve liderar a região em foros internacionais. Novamente, a prioridade entre as categorias são iguais entre os dois tipos de público. Ambos concordam que o país deve mostrar essa iniciativa no cenário internacional, mas as proporções têm uma diferença de mais de 15 pontos percentuais: de um total de 65,3% para o PDD para um total de 82,8% para o PII.

GRÁFICO 5.3.8: Por seu tamanho territorial, demográfico e econômico, o Brasil é o país mais importante da América do Sul. Considerando isso, o(a) sr.(a) concorda ou discorda que o Brasil: Lidere a região nos foros internacionais



Outra pergunta feita é se o país deve ou não intervir nos problemas da região. Essa é a pergunta mais balanceada, mesmo a maioria das partes, em ambos os grupos, acharam que o Brasil não deveria intervir. A proporção aproximada é de 2:1 entre pessoas que acham que o Brasil não deve intervir para as que acham que deve. Esse resultado entra em discordância com respostas anteriores em que há a afirmação de que o Brasil deveria ser líder da região e que, por isso, deveria se comportar como um (ou ainda com os quase 60% entre os PDD e os mais de 70% que veem o próprio país como líder regional).

GRÁFICO 5.3.9: Por seu tamanho territorial, demográfico e econômico, o Brasil é o país mais importante da América do Sul. Considerando isso, o(a) sr.(a) concorda ou discorda que o Brasil: Não intervenha nos problemas da região



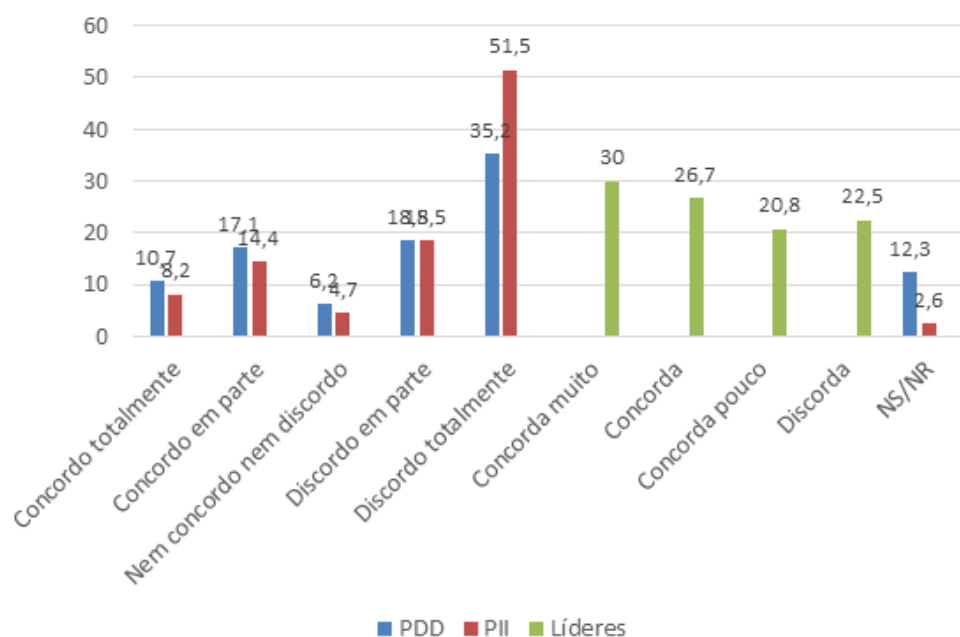
Nota-se, como de costume, uma maior proporção do PDD em optar por não responder ou não querer responder às perguntas quanto ao caráter do Brasil como líder da região. Uma exceção, no entanto, aparece. A questão que concerne às ameaças transnacionais tem quase 6% das respostas do PII e apenas 1,1% do PDD (há também uma maior discordância no PII, em relação a essa ação por parte do Brasil, que no PDD).

Quando o tema é integração regional e sua importância na agenda da política externa brasileira, aparecem divergências importantes que merecem ser analisadas. Desde a assinatura do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, em 1991, o processo de integração regional sofreu altos e baixos, influenciados pelas mudanças da conjuntura internacional, pela alternância de governos e suas respectivas prioridades externas, e também pela dificuldade de obter resultados concretos derivados da integração, sobretudo quanto à redução de assimetrias dos países envolvidos.

Em relação a uma maior integração entre os países da América do Sul, foram feitas quatro perguntas. A primeira delas visa estimar o grau de concordância (e discordância) caso tal integração existisse no nível da livre mo-

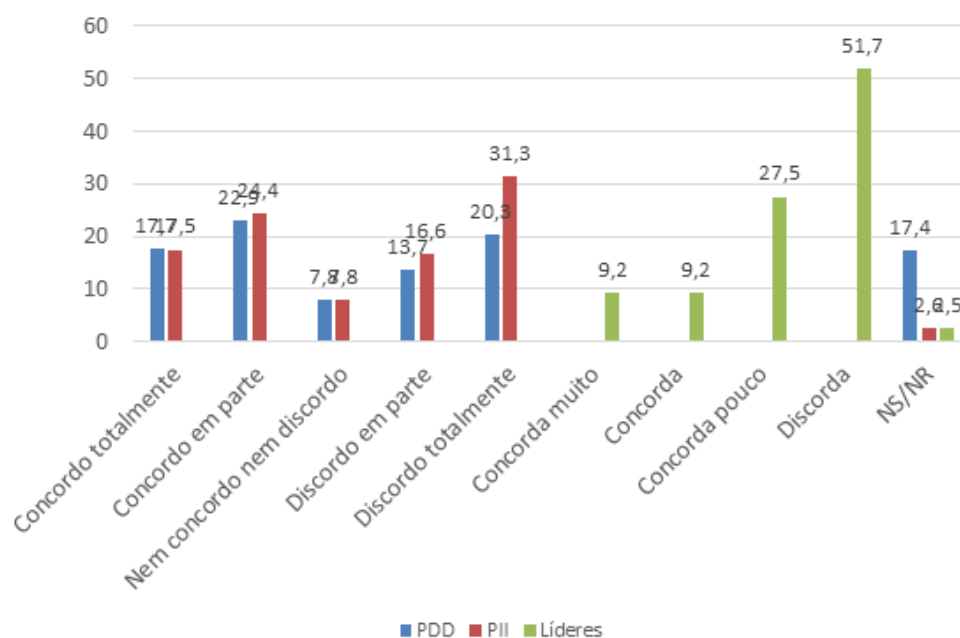
vimentação de pessoas entre os países, ou seja, não seria necessário o controle de entrada e saída de pessoas pelas fronteiras de países aliados.

GRÁFICO 5.3.10: Em relação à integração na América do Sul, o(a) sr.(a) concorda ou discorda que haja: Livre movimentação de pessoas na região sem controles fronteiriços



Ambos os tipos de público discordam da ideia. “Discordo totalmente” aparece como a opção mais escolhida entre o PDD e o PII, respectivamente, com 35,2% e 51,5%. “Discordo parcialmente” aparece como segunda categoria mais escolhida, com 18,5% dos votos tanto do PDD quanto do PII. Para o grupo de líderes, os valores se invertem e mais de 65% dos entrevistados veem a livre circulação como algo positivo, sendo que mais de 50% deles escolheram “concorda muito” com relação a esse modo de integração.

GRÁFICO 5.3.11: Em relação à integração na América do Sul, o(a) sr.(a) concorda ou discorda que haja: Uma moeda comum sul-americana



Quanto à pergunta sobre uma união monetária, todos os três grupos apresentam ideias distintas, mas há certo equilíbrio entre os públicos. O PDD encontra-se equilibrado entre concordar e discordar com a ideia, respectivamente, 40,6% e 33,9%. Para o PII, a maioria inverte de lado, mas se mantém o equilíbrio entre as opções. A proporção é 41,9% e 46,9%, respectivamente. Já no caso dos líderes esse padrão não se repete.

Com relação a políticas feitas de modo comunitário, três perguntas foram postas aos entrevistados: a criação de um parlamento ou congresso sul-americano, a criação de embaixadas conjuntas e a criação de uma política externa comum.

GRÁFICO 5.3.12: Em relação à integração na América do Sul, o(a) sr.(a) concorda ou discorda que haja: Um parlamento ou congresso sul-americano

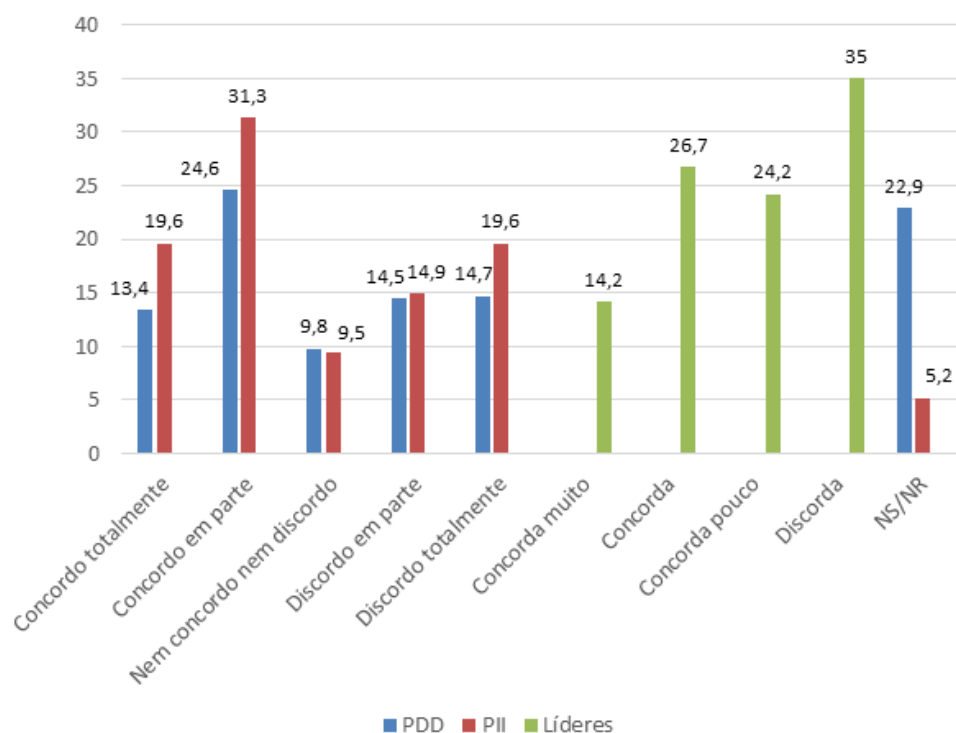


GRÁFICO 5.3.13: Em relação à integração na América do Sul, você concorda ou discorda que haja: Embaixadas conjuntas

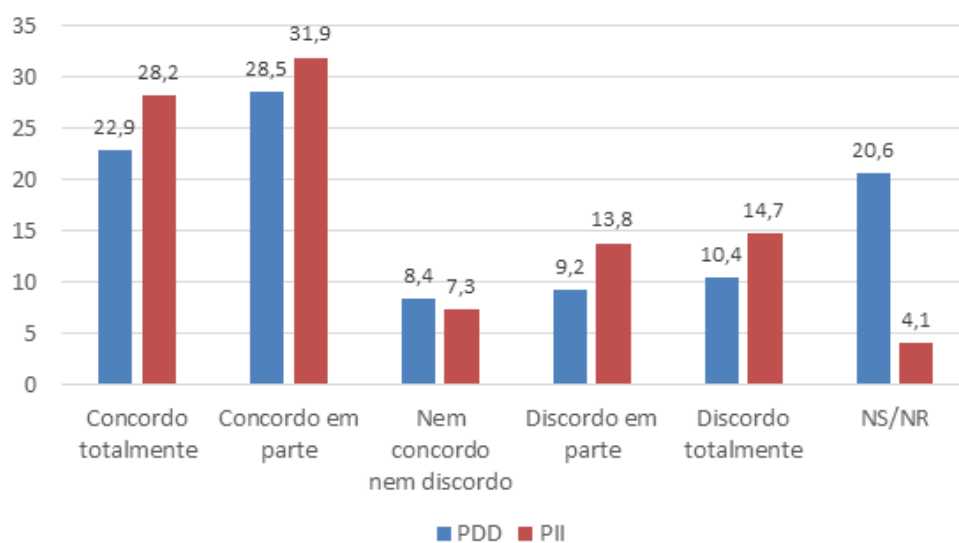
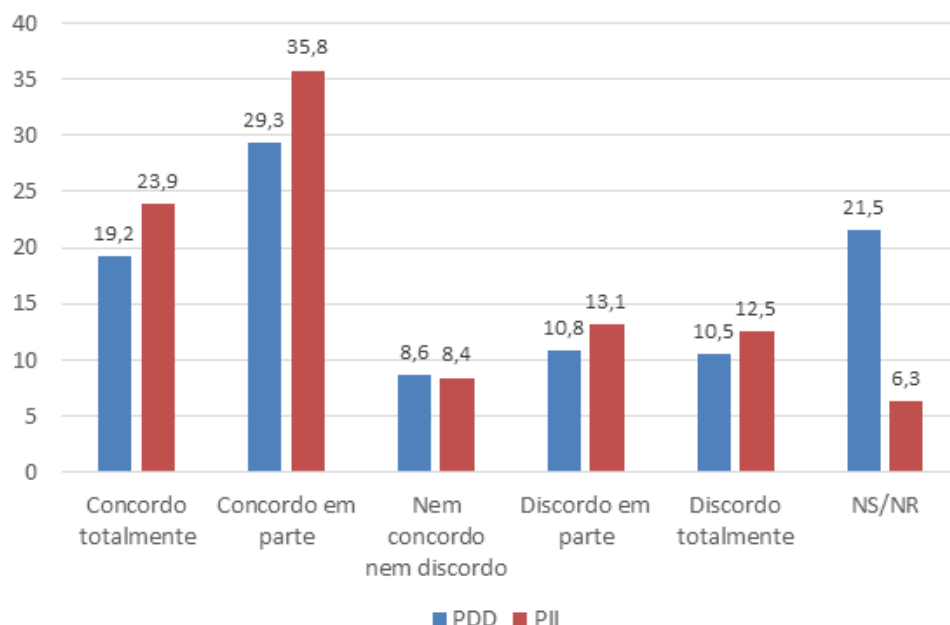


GRÁFICO 5.3.14: Em relação à integração na América do Sul, o(a) sr.(a) concorda ou discorda que haja: Uma política externa comum

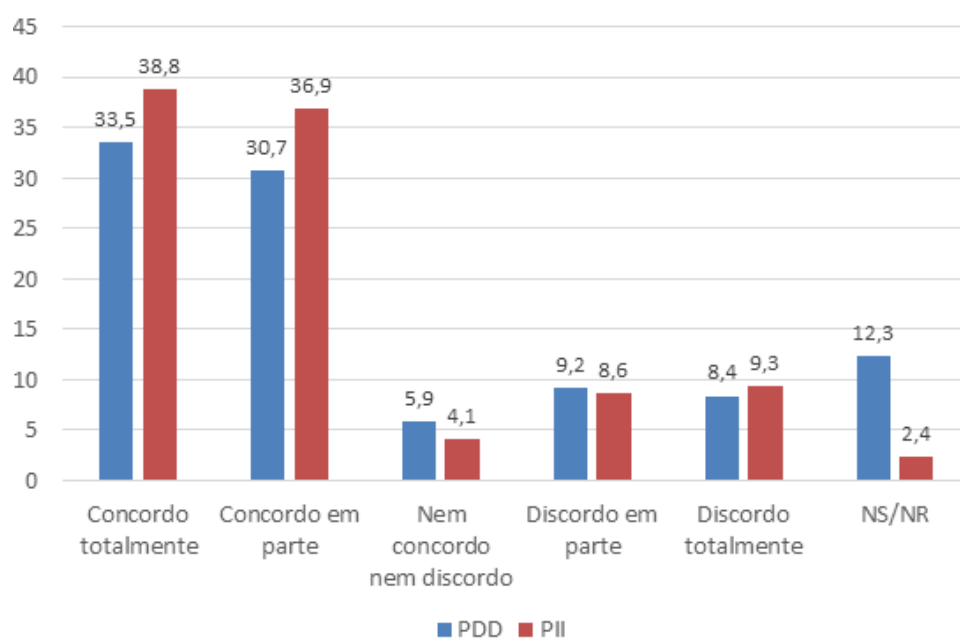


No que diz respeito à criação de um órgão conjunto para tratar das políticas da união entre os países, em todos os grupos há certa simpatia pela ideia (“concordo em parte”). 24,6% do PDD concorda em parte com a criação de um órgão nesse modelo. Esse número sobe para 31,3% quando vemos os dados do PII, enquanto é de 26,7% entre os líderes. Quanto a órgãos no exterior para representar a união de tais países, ou seja, embaixadas conjuntas, os resultados obtidos são similares aos da criação de um parlamento ou consulado sul-americano, apesar de a porcentagem que concorda em parte ser maior: 28,5% para o PDD e 31,9% para o PII.

Quanto à formulação de uma política externa comum, ou seja, os países abdicariam de certa soberania para criarem em conjunto uma política externa que englobasse todos os membros, os dois públicos apresentam certa sincronia em suas respostas. A opção mais escolhida pelos entrevistados é “concordo em parte”, com 29,3% do PDD e 35,8% do PII. “Concordo totalmente” aparece em segundo lugar, com 19,2% para o PDD (se não contarmos a opção “não sabe/não respondeu”, com 21,5%) e 23,9% para o PII.

Por último, outra política de ação em conjunto seria em relação a ações militares.

GRÁFICO 5.3.15: Em relação à integração na América do Sul, o(a) sr.(a) concorda ou discorda que haja: Operações militares conjuntas



Os dois públicos concordam com operações militares conjuntas. 64,2% do PDD concorda com esse tipo de ação, enquanto, para o PII, essa amostra sobe para 75,7% dos entrevistados.

CAPÍTULO 6

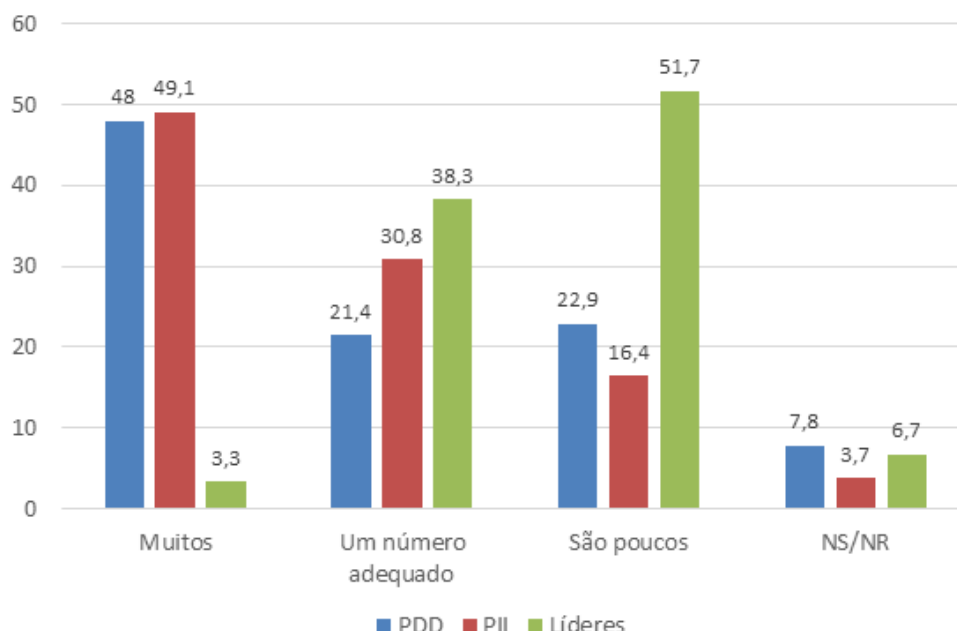
Democracia e direitos humanos

MIGRAÇÕES

O tema das migrações é um dos mais reportados atualmente, tanto na mídia quanto nos debates no âmbito das organizações internacionais, com referência particular à situação da Europa. Nesse contexto, é interessante analisar a percepção dos brasileiros sobre um tema cuja noção predominante é a de que pouco afeta a vida dos cidadãos.

Grande parte da população (quase 50%) considera que muitos estrangeiros vivem no Brasil e 30% consideram esse número adequado. Mas a grande maioria (78,6%) tem uma visão positiva/muito positiva dos imigrantes, e que se repete quando perguntados sobre grupos específicos que vivem no Brasil: argentinos, bolivianos, coreanos e chineses.

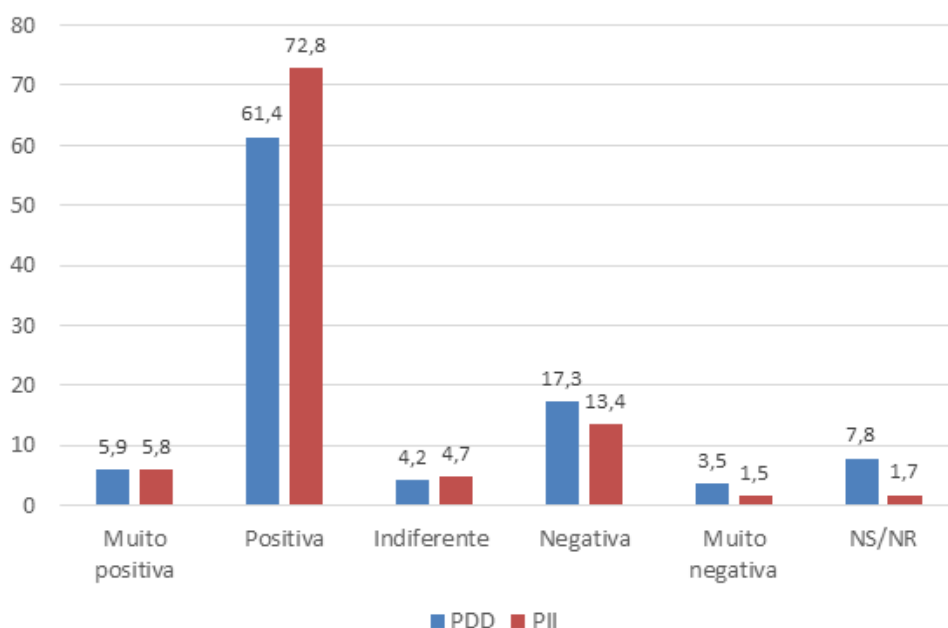
GRÁFICO 6.1.1: Em relação ao número de estrangeiros que vivem no Brasil, o(a) sr.(a) acha que são



Quando perguntados sobre a quantidade de estrangeiros que vivem no Brasil, quase 50% dos entrevistados (49,1%) do PII acham que estes são muitos e 30,8% acham que a quantidade é adequada, e apenas 16,4% acham que são poucos. Para o PDD, os números, respectivamente, são 48%, 21,4% e 22,9%, ou seja, há um maior equilíbrio entre o número de estrangeiros ser adequado e ser pouco. Para o grupo de líderes, a categoria que se mostra em primeiro lugar, com 51,7%, é que são poucos os estrangeiros que moram no Brasil. Na segunda posição, os entrevistados acham que esse número é adequado, e apenas 3,3% acham que esse número é exagerado.

Os entrevistados também foram perguntados sobre sua opinião quanto aos estrangeiros que vivem no Brasil. Para o PDD, mesmo 50% deles achando que são muitos, o que tem uma conotação negativa, 61,4% e 5,9% dos entrevistados veem tais estrangeiros de maneira positiva e muito positiva, respectivamente.

GRÁFICO 6.1.2: Em geral, qual sua opinião sobre os estrangeiros que vivem no Brasil?



Os brasileiros tem opinião bastante positiva sobre os estrangeiros que vivem no país. Apenas 17,3% do PDD têm uma visão negativa dos estrangeiros e 3,5%, uma visão muito negativa. Já a porcentagem de entrevistados que veem os estrangeiros positivamente sobe para 72,8% entre o PII e algo inferior para

o PDD, enquanto a visão “muito positiva” é bastante semelhante para os dois grupos a em 5,8% para “muito positiva”. A porcentagem de pessoas que veem os estrangeiros de maneira negativa cai de 17,3%, do PDD, para 13,4%, no PII, e a categoria muito negativa desce para 1,5%. A porcentagem de pessoas indiferentes aos estrangeiros é de 4,7%, no PII.

GRÁFICO 6.1.3: Qual sua opinião sobre os seguintes grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: Argentinos

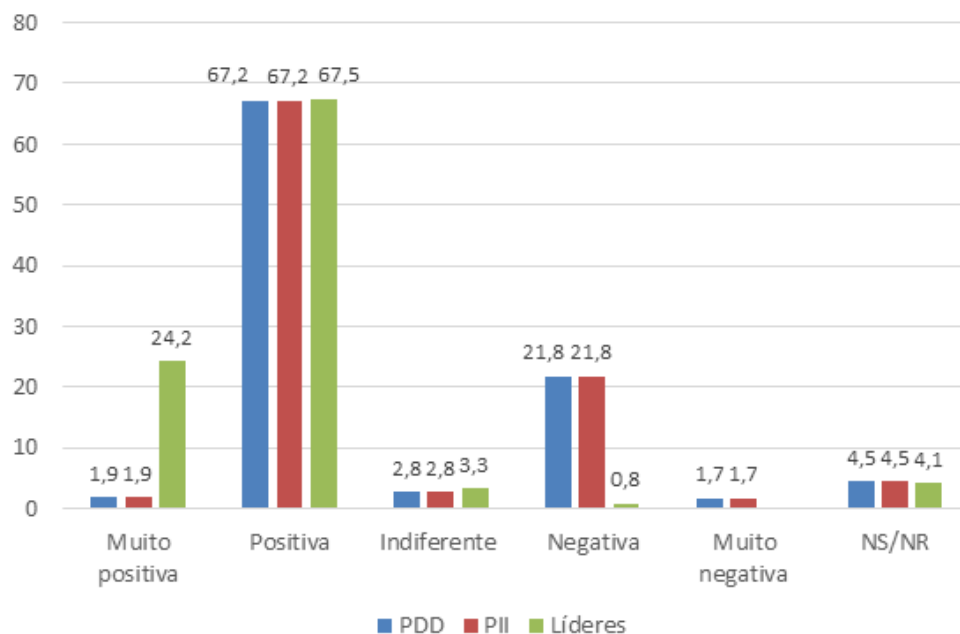


GRÁFICO 6.1.4: Qual sua opinião sobre os seguintes grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: Coreanos

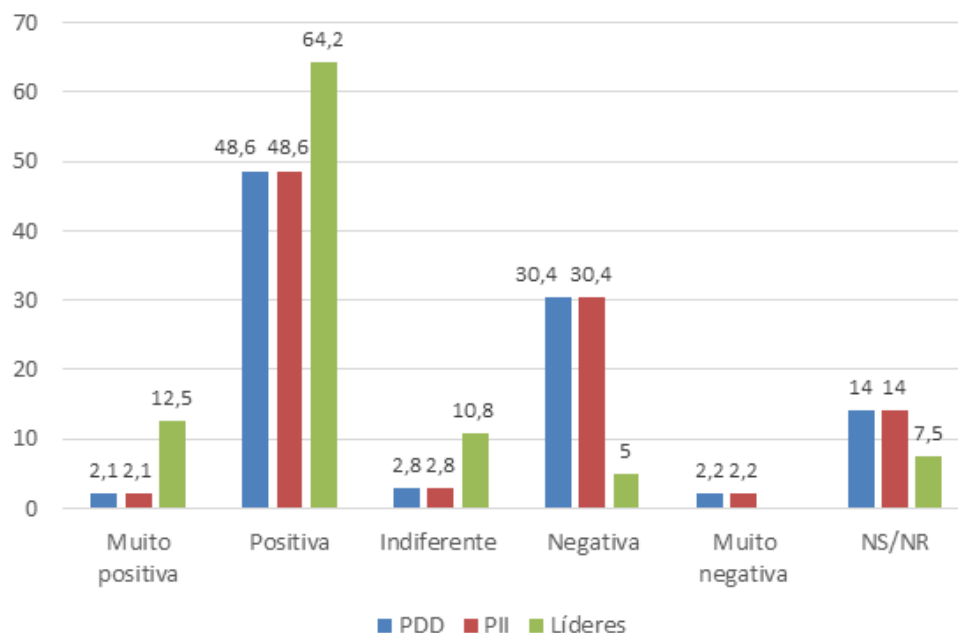


GRÁFICO 6.1.5: Qual sua opinião sobre os seguintes grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: Chineses

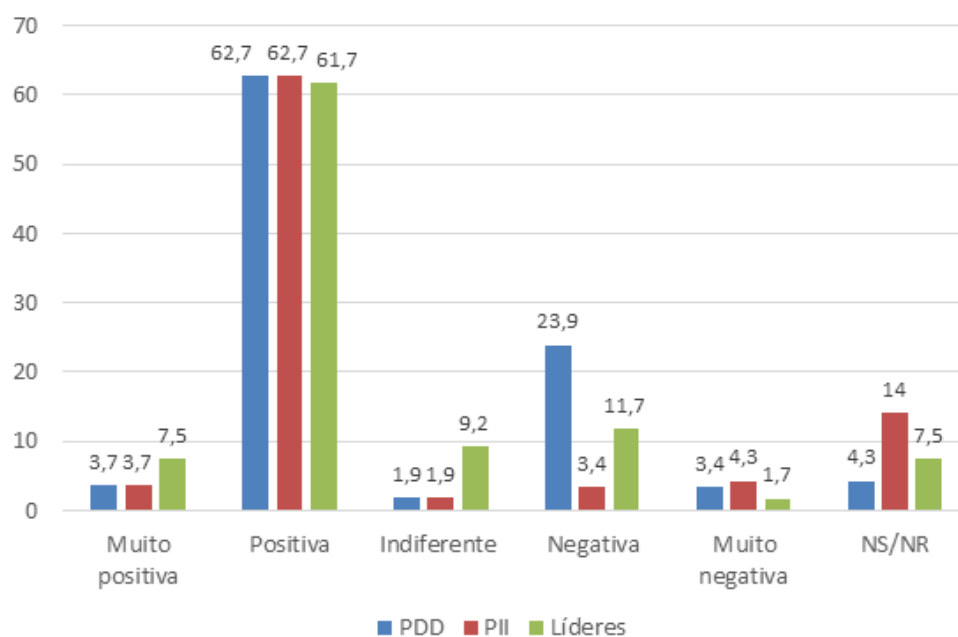
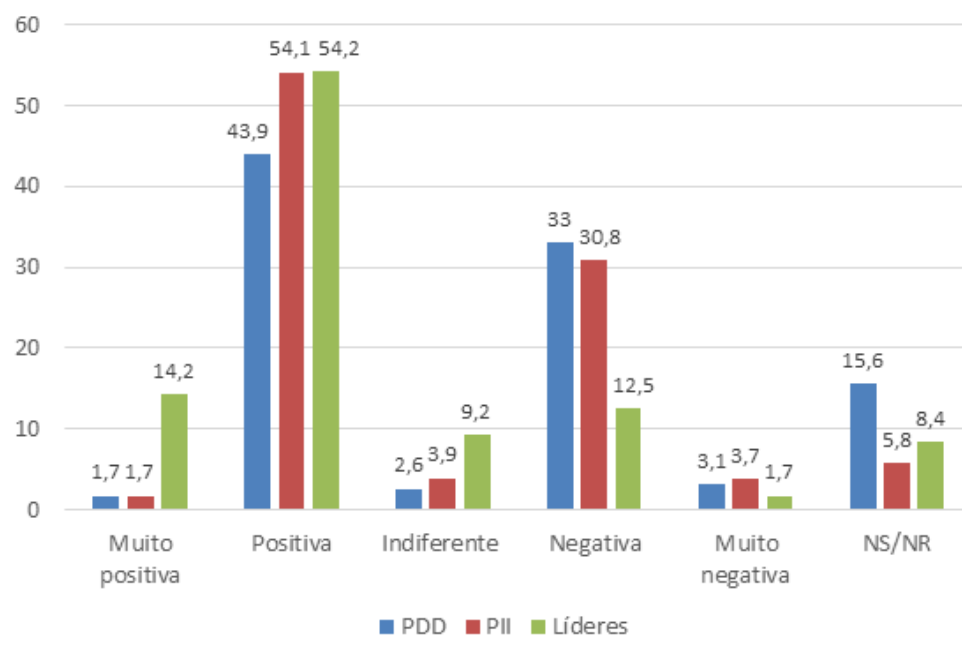


GRÁFICO 6.1.6: Qual sua opinião sobre os seguintes grupos de estrangeiros que vivem no Brasil: Bolivianos

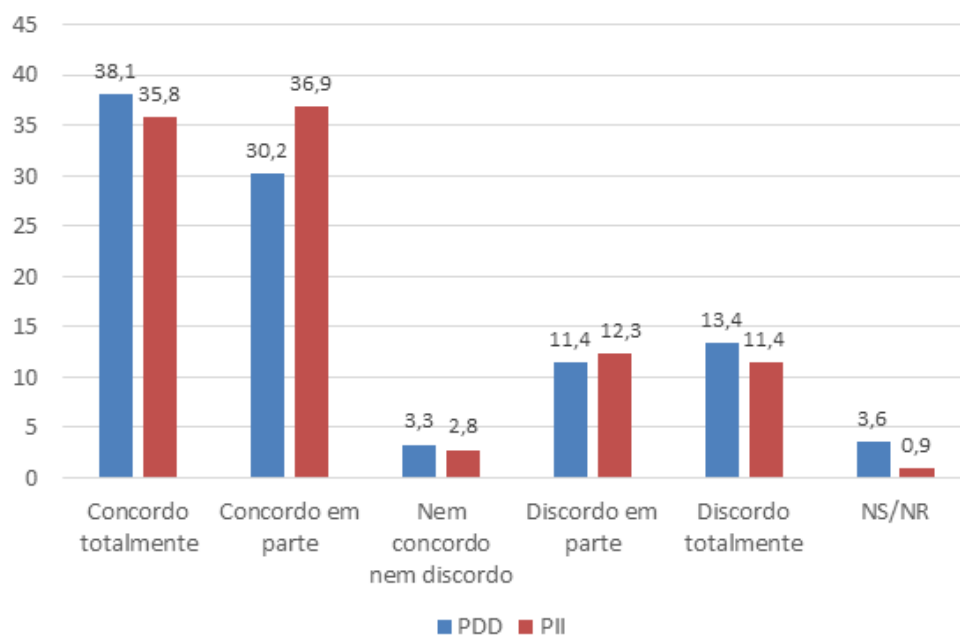


Perguntados mais especificamente quanto às nacionalidades selecionadas de estrangeiros que vivem no Brasil, observamos que os argentinos são os mais bem vistos pelos entrevistados, com uma média, entre os três grupos, de 67,3 pontos percentuais na categoria positiva. Em seguida, são os chineses, com uma média de 62,3 pontos percentuais. Em terceiro lugar estão os coreanos, com uma pontuação média de 53,4%, e em quarto, os bolivianos, com uma média de 50,7%.

O PDD é a categoria que mais vê os bolivianos de forma negativa, contabilizando 33% do público entrevistado. Essa também é a maior porcentagem negativa apresentada em relação a qualquer uma das nacionalidades. Do outro lado do espectro estão os argentinos. A nacionalidade mais bem vista pelo público brasileiro possui mais afinidade com o grupo de líderes: 67,5% deles os veem de forma positiva.

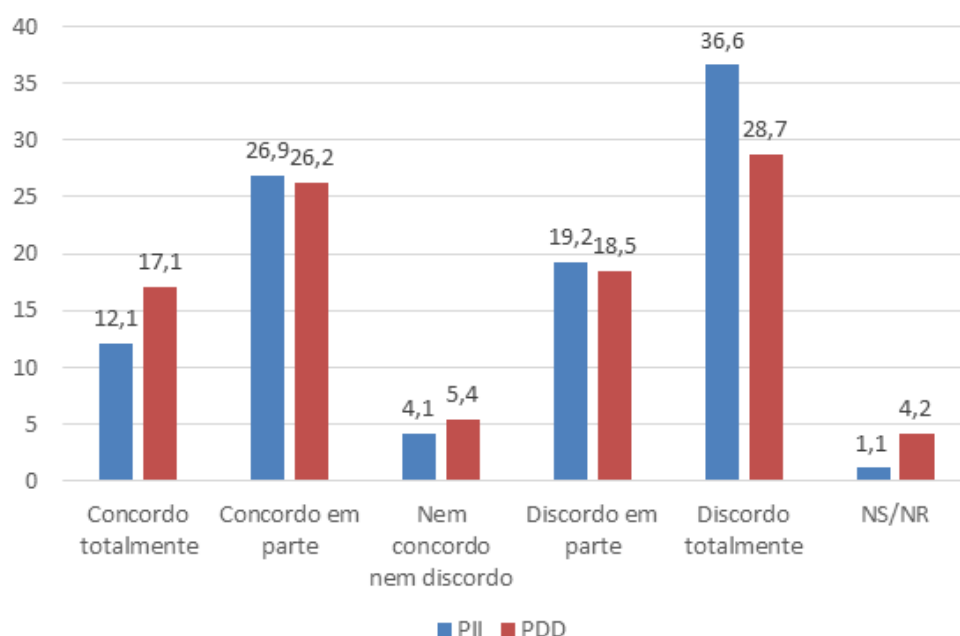
Ainda em relação a estrangeiros, os públicos veem positivamente, como era de se esperar, a entrada de estrangeiros altamente qualificados para trabalhar e morar no Brasil.

GRÁFICO 6.1.7: Diga-me se concorda totalmente, concorda em parte, nem concorda nem discorda, discorda em parte, discorda totalmente: Que o Brasil autorize a entrada de estrangeiros altamente qualificados para viver e trabalhar aqui



68,3% do PDD e 72,7% do PII concordam com a entrada de estrangeiros altamente qualificados. Quando “altamente qualificados” é trocado por “pouco qualificados”, a resposta dos públicos se inverte. A categoria que aparece em primeiro lugar é “discordo totalmente”, ou seja, essas pessoas veem negativamente a entrada desses estrangeiros. Porém, e com certa surpresa, a segunda categoria mais apontada pelos entrevistados é “concordo em parte”, com 26,2% do PDD e 26,9% do PII.

GRÁFICO 6.1.8: Diga-me se concorda totalmente, concorda em parte, nem concorda nem discorda, discorda em parte, discorda totalmente: Que o Brasil autorize a entrada de estrangeiros pouco qualificados para viver e trabalhar aqui



Quando o tema é o trabalho de um estrangeiro no país sem visto de trabalho, ambos os públicos apresentam uma posição consistente, independentemente da região de origem deste imigrante. A porcentagem mais baixa apresentada que discorda do trabalho de forma ilegal é a do público desinformado e desinteressado na pesquisa de 2010, em relação a imigrantes da América do Sul.

Naquele ano, 61,1% dos entrevistados discordavam que um imigrante sul-americano pudesse trabalhar no Brasil sem um visto de trabalho. Já a maior concordância com essa forma de trabalho também é relacionada aos sul-americanos, mas, aqui, pelo PII (31,6%, também em 2010).

GRÁFICO 6.1.9: O(a) sr.(a) concorda ou discorda que os cidadãos das seguintes regiões possam trabalhar no Brasil sem precisar de um visto de trabalho: América do Norte

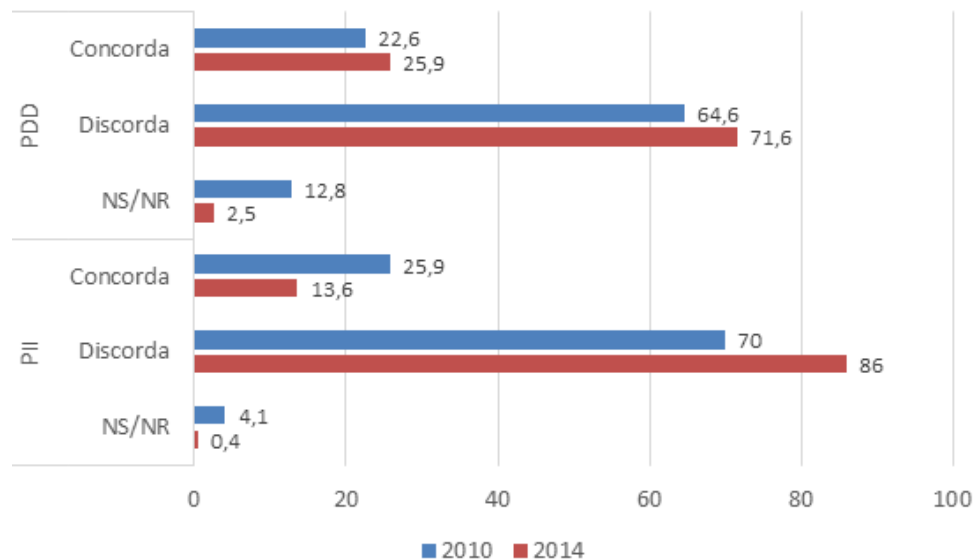


GRÁFICO 6.1.10: O(a) sr.(a) concorda ou discorda que os cidadãos das seguintes regiões possam trabalhar no Brasil sem precisar de um visto de trabalho: América Central

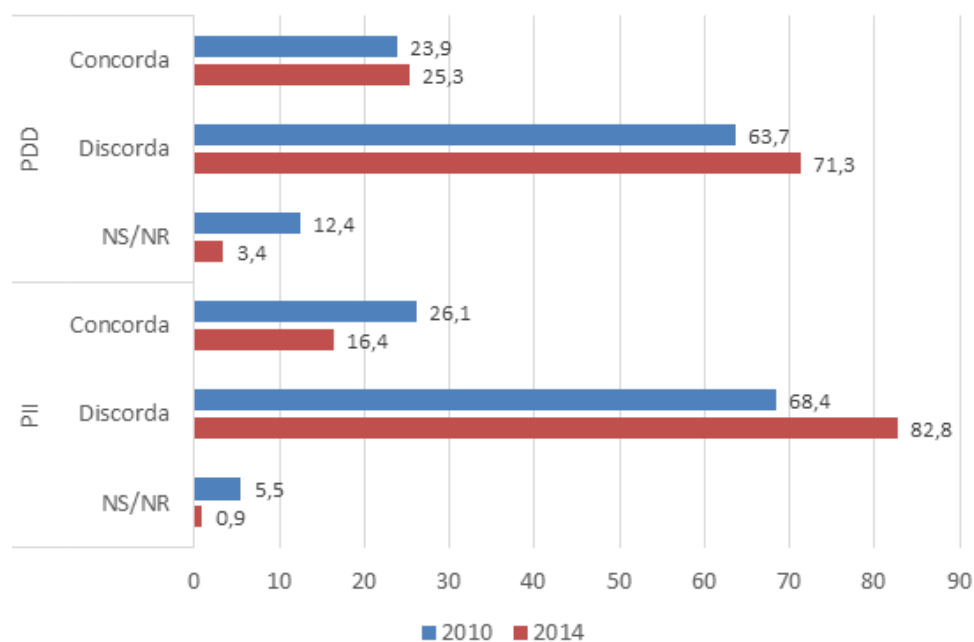


GRÁFICO 6.1.11: O(a) sr.(a) concorda ou discorda que os cidadãos das seguintes regiões possam trabalhar no Brasil sem precisar de um visto de trabalho: América do Sul

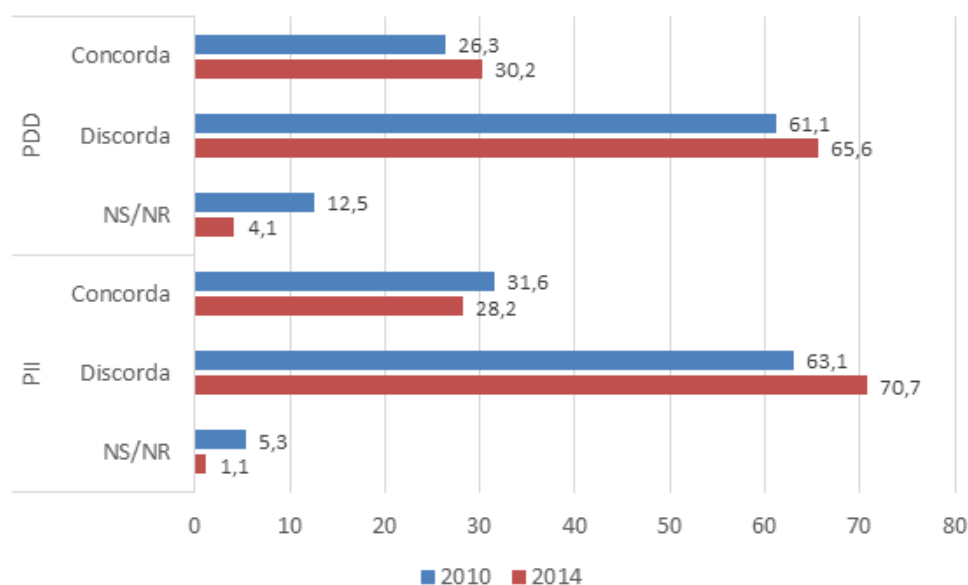


GRÁFICO 6.1.12: O(a) sr.(a) concorda ou discorda que os cidadãos das seguintes regiões possam trabalhar no Brasil sem precisar de um visto de trabalho: Europa

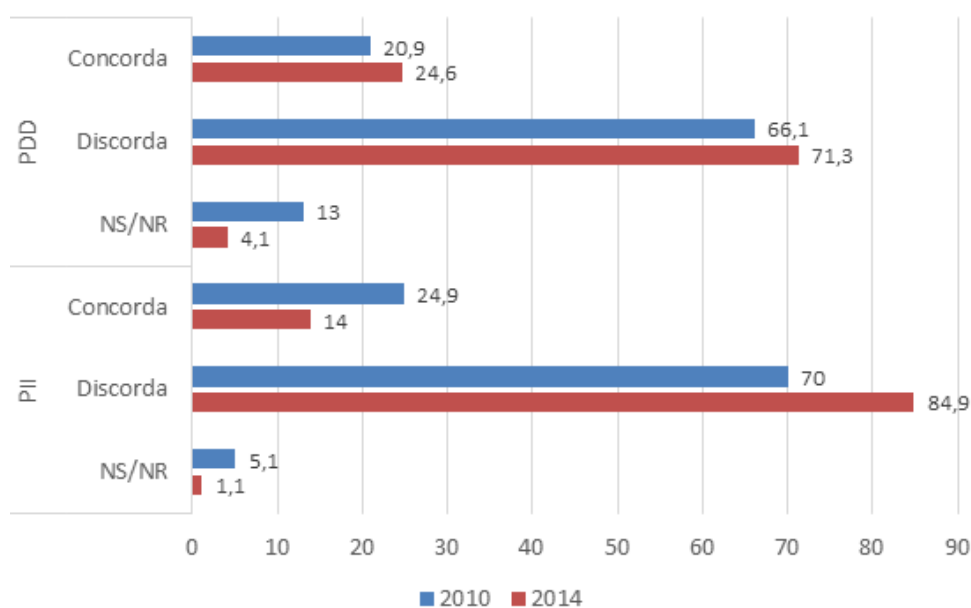
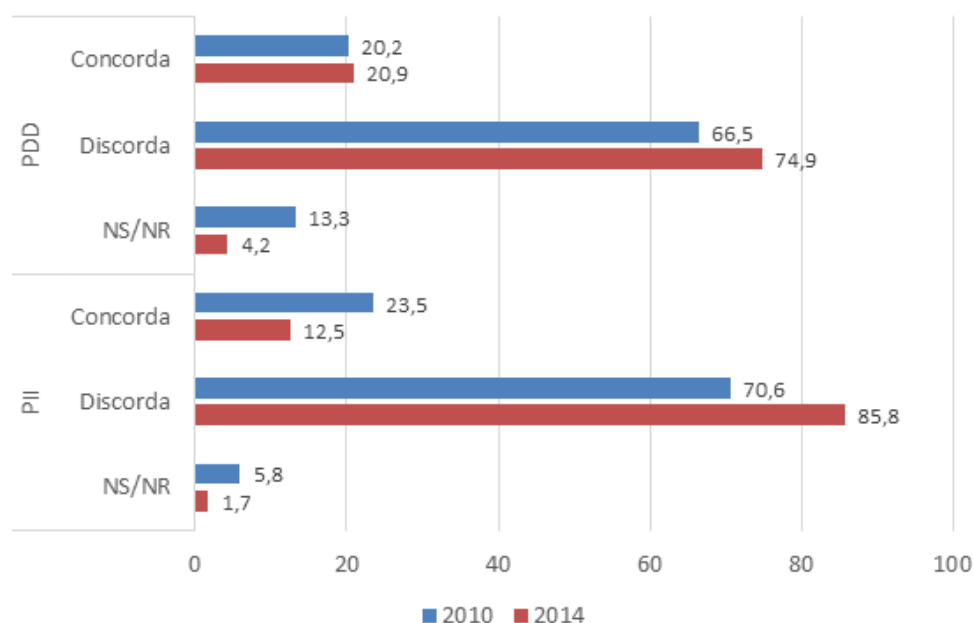


GRÁFICO 6.1.13: O(a) sr.(a) concorda ou discorda que os cidadãos das seguintes regiões possam trabalhar no Brasil sem precisar de um visto de trabalho: Ásia



Nota-se que, para todas as regiões, entre os anos de 2010 e 2014, há um aumento na porcentagem que discorda desse tipo de atividade indevida. O maior aumento é em relação aos imigrantes asiáticos entre o PII, de 15,2 pontos percentuais. A porcentagem dos que concordam com esse trabalho ilegal varia, em alguns casos, até aumenta. O PDD apresenta um aumento em todos os casos, alguns variando centésimos (Ásia) e outros chegando a quase quatro pontos percentuais (América do Sul). Isso ocorre porque há uma grande transição de porcentagem do público que não sabia ou não quis responder, no ano de 2010, para as outras duas categorias, em 2014. Para o público interessado e informado, essa forma de trabalho é ainda mais malvista em 2014, apresentando, portanto, uma diminuição na porcentagem que concorda com essa forma de trabalho. O público que não sabe ou não respondeu às perguntas também diminuiu em 2014 em comparação a 2010.

DIREITOS HUMANOS

Em relação ao respeito pelos direitos humanos no país, foi perguntado aos entrevistados se a supervisão de quatro atores internacionais melhoraria a condição de proteção desses direitos no Brasil. O primeiro ator foi os Estados Unidos. Os dois tipos de público apresentam respostas próximas, uma média de 31,6% dos públicos acha que a supervisão norte-americana ajudaria de maneira mediana a promoção dos direitos humanos no país. Um quinto do PDD e quase um terço do PII, no entanto, acham que essa supervisão não mudaria em nada a situação, colocando-o como o pior ator para a defesa dos direitos humanos.

GRÁFICO 6.2.1: Na sua opinião, a situação dos direitos humanos no Brasil melhoraria sob a supervisão dos: Estados Unidos

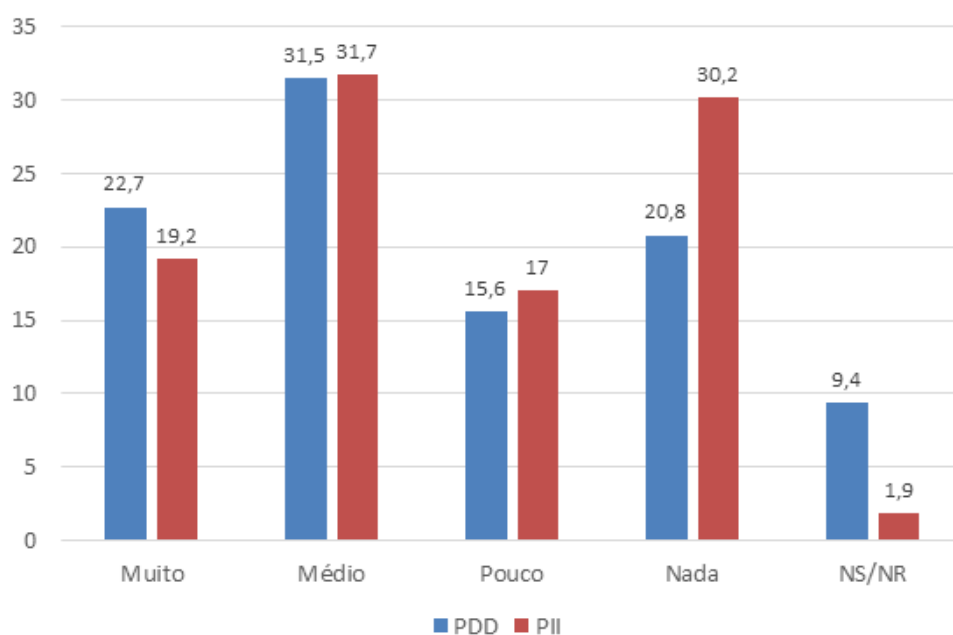


GRÁFICO 6.2.2: Na sua opinião, a situação dos direitos humanos no Brasil melhoraria sob a supervisão da: ONU

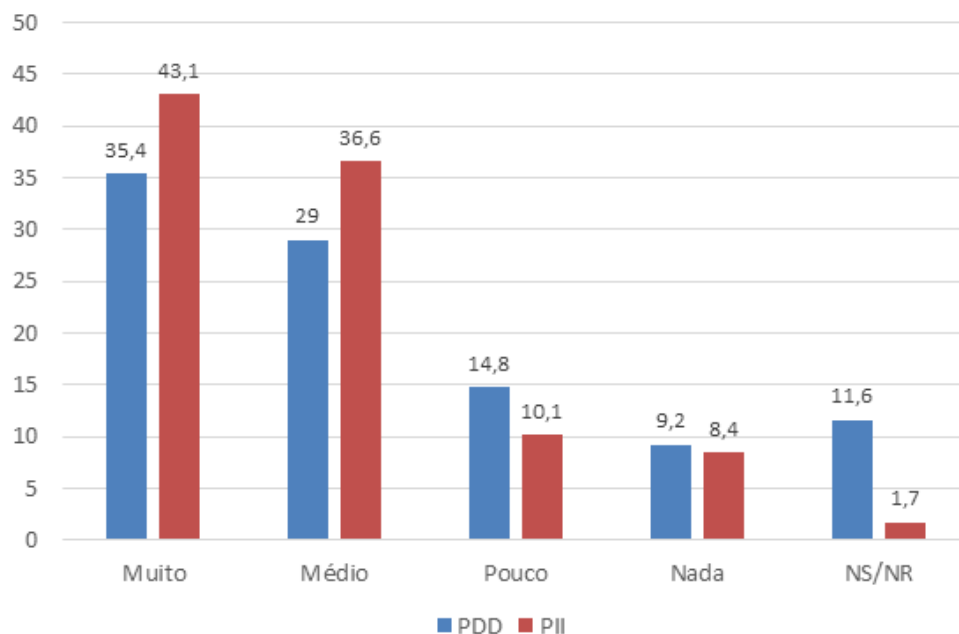


GRÁFICO 6.2.3: Na sua opinião, a situação dos direitos humanos no Brasil melhoraria sob a supervisão da: Corte Interamericana de Direitos Humanos

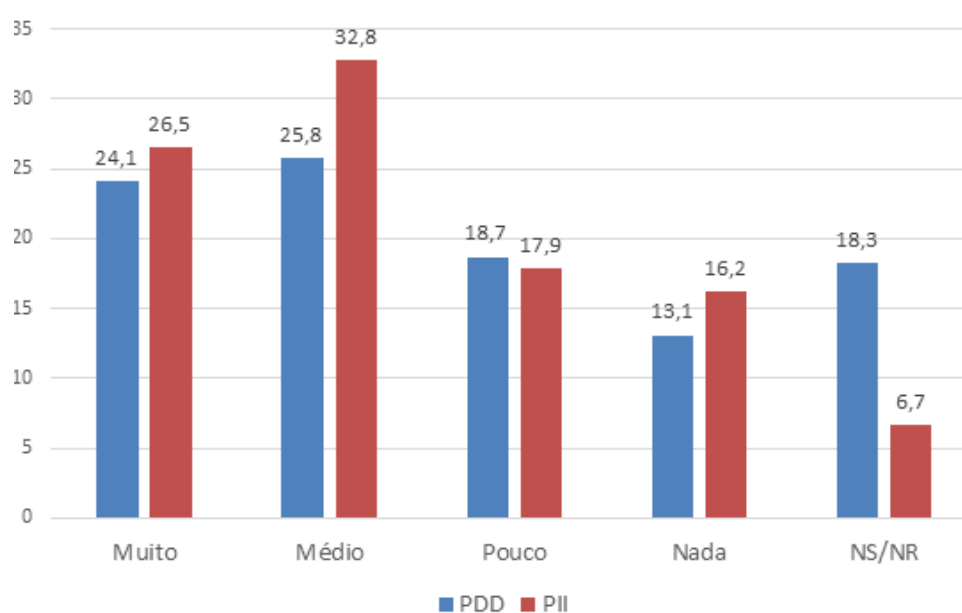
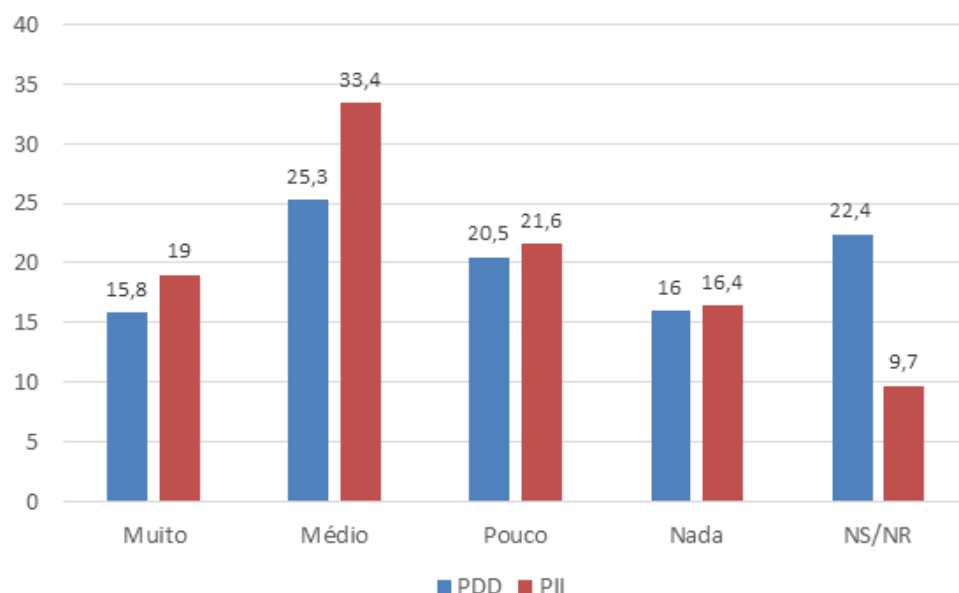


GRÁFICO 6.2.4: Na sua opinião, a situação dos direitos humanos no Brasil melhoraria sob a supervisão da: Anistia Internacional



A supervisão da ONU foi a mais bem considerada pelos entrevistados de ambos os públicos: 35,4% do PDD e 43,1% do PII acham que uma supervisão pela Organização das Nações Unidas ajudaria muito a condição dos direitos humanos no país. Já 29% do PDD e 36,6% do PII acham que ajudaria de maneira mediana, e 14,8% e 10,1%, respectivamente, do PDD e do PII acham que ajudaria pouco. Menos de 10% de cada grupo acham que nada mudaria com essa supervisão.

A supervisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos tem apoio menor, um pouco abaixo da ONU. Aqueles que acham que ajudaria muito giram em torno de 25,5%, nos dois públicos. Acima dos EUA, mas abaixo da Corte Interamericana, encontra-se a Anistia Internacional. A porcentagem daqueles que a veem como um órgão que ajudaria muito em relação aos direitos humanos no país é baixa: 15,8%, no PDD, e 19%, no PII. Já as porcentagens dos que a consideram como uma ajuda média são expressivas (25,3% e 33,4%, respectivamente, no PDD e no PII). No entanto, o percentual do público que acredita que a supervisão da Anistia Internacional representaria pouca ou nenhuma mudança soma 38% (PII).

Os entrevistados também foram perguntados sobre o uso legal da força, por meio de autorização do Conselho de Segurança da ONU, em duas situ-

ações: evitar violações graves de direitos humanos e restabelecer um governo democrático que tivesse sido derrubado.

GRÁFICO 6.2.5: O Conselho de Segurança é um dos órgãos mais importantes da ONU e, em certos casos, autoriza o uso da força.

O(a) sr.(a) acredita que...: Evitar violações graves dos direitos humanos, como assassinatos em massa

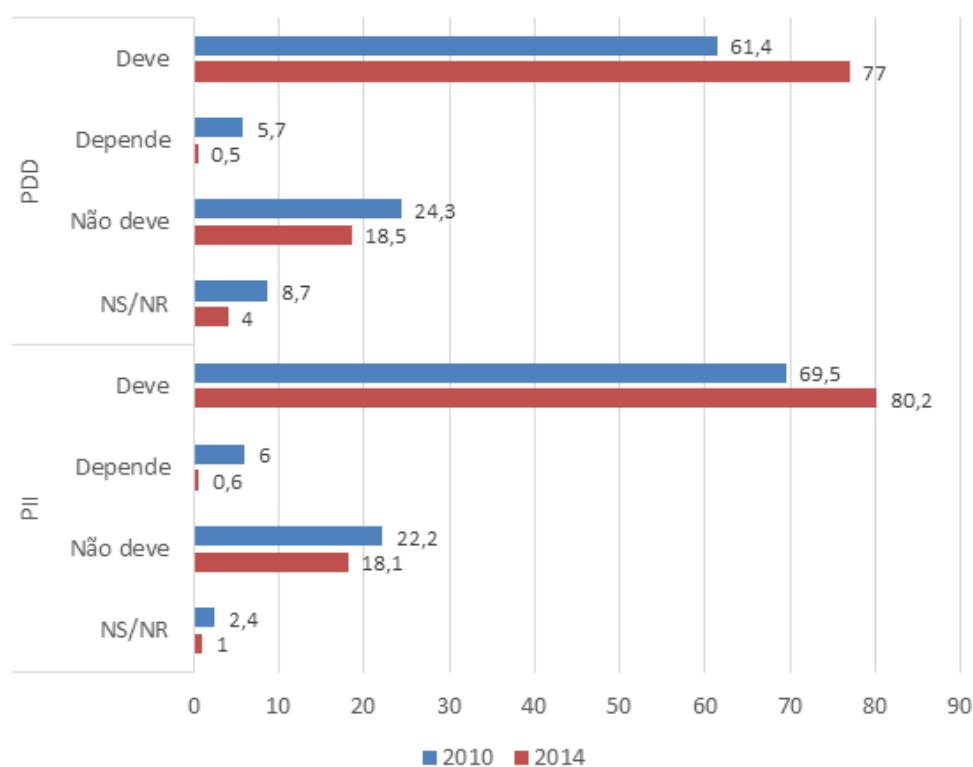
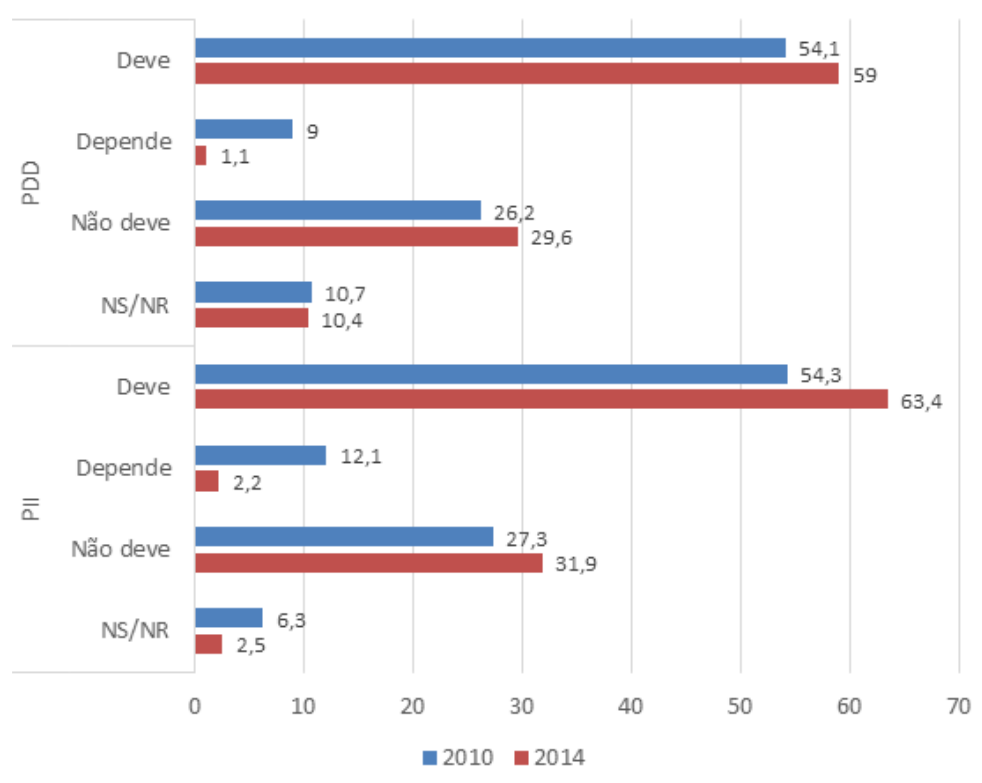


GRÁFICO 6.2.6: O Conselho de Segurança é um dos órgãos mais importantes da ONU e, em certos casos, autoriza o uso da força. O(a) sr.(a) acredita que...: Restabelecer um governo democrático que tivesse sido derrubado



Para ambos os públicos, o uso da força nas duas situações é bastante positiva. De 2010 para 2014, ambos os públicos apresentaram um aumento naqueles que concordam com o uso da força nas situações citadas. O maior crescimento deu-se no PDD, em relação a evitar graves violações de direitos humanos, como em caso de massacres: 15,6 pontos percentuais. Apesar da maior variação, é o PII que apresenta a maior porcentagem de público em concordância com o uso da força, são 80,2% que concordam com essa ação para evitar violações graves de direitos humanos. O público que não sabe ou não respondeu é bem ínfimo por parte do PII, mas chega a mais de 10% pelo PDD (2010, restabelecer um governo democrático).

BREVE CONCLUSÃO

As opiniões das lideranças, do público interessado e informado e do público desinteressado e desinformado revelaram razoável estabilidade entre 2010 e 2014, o que nos permite afirmar que captamos, em geral, tendências mais profundas e mais permanentes da opinião pública.

Os três grupos estudados tem distribuições de preferências distintas com relação a diferentes temas. Mas não seria incorreto afirmar o predomínio, entre todos, de uma visão positiva da globalização; uma percepção positiva da ação internacional do país e uma crença, talvez ingênua, na sua importância internacional no presente e no futuro; a adesão ao multilateralismo; uma razoável dose de ambiguidade na avaliação dos nossos vizinhos e com relação ao papel do Brasil em sua região; uma atitude positiva diante dos imigrantes. Embora o segmento mais desinteressado e menos informado do público tenda a ser mais nacionalista e mais desconfiado com relação às potências e aos vizinhos, existe significativa convergência na tendência das opiniões dos três tipos de público, o que indicaria zonas de consenso importantes com respeito às questões internacionais e ao lugar do Brasil no mundo.